

2º CICLO
ARQUEOLOGIA

O Mundo Funerário da Idade do Ferro no Território Algarvio

Ana Delfina Costa Pereira

M

2020



Ana Delfina Costa Pereira

O Mundo Funerário da Idade do Ferro no Território Algarvio

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pela Professora
Doutora Andreia Arezes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020

Ana Delfina Costa Pereira

O Mundo Funerário da Idade do Ferro no Território Algarvio

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pela Professora
Doutora Andreia Catarina Magalhães Arezes

Membros do Júri

Professora Doutora Maria de Jesus Sanches (Diretora de Ciclo - Mestrado em Arqueologia)
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Francisco Manuel Veleda Reimão Queiroga (Professor Auxiliar Convidado)
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professora Doutora Andreia Catarina Magalhães Arezes (Professora Auxiliar)
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Sumário

Declaração de Honra.....	7
Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Índice de gráficos.....	11
Índice de tabelas.....	12
1. Introdução. Objeto de Estudo.....	13
1.1. Limites geográficos e cronológicos.....	16
1.1.1. Limites geográficos.....	16
1.1.2. Limites cronológicos.....	18
2. Estado da Arte. A Investigação Precedente.....	20
2.1. As Fontes Clássicas.....	20
2.2. Antes do Século XX.....	26
2.3. O Século XX.....	28
2.4. O Século XXI.....	33
2.5. Um ponto de partida.....	37
3. Arqueologia da Morte.....	41
3.1. A Arqueologia da Morte no Desenvolvimento Teórico da Arqueologia.....	41
3.2. As novas potencialidades da Arqueologia da Morte.....	50
3.3. O impacto da Arqueologia da Morte na investigação da Idade do Ferro.....	56
4. A ocupação do território algarvio durante a Idade do Ferro.....	64
4.1. As necrópoles conhecidas.....	64
4.2. Outros Sítios.....	80
4.3. Sítios em Discussão.....	84

4.4. A ocupação do Algarve na Idade do Ferro.....	85
4.5. Uma revisão geográfica.....	90
5. Os Materiais.....	96
5.1. Cerâmica.....	98
5.2. Metais.....	99
5.3. Pasta vítrea.....	101
5.4. Líticos.....	103
5.5. Os conjuntos.....	103
5.6. Materialidades, Deposições e Significados.....	105
6. Considerações Finais.....	114
7. Referências Bibliográficas.....	117
8. Anexos.....	133
8.1. Lista de Necrópoles.....	133
8.2. Mapas.....	135
8.2.1. Território Algarvio.....	135
8.2.2. Concelhos.....	139
8.3. Modelos Digitais de Terreno.....	152
8.4. Fichas de Inventário.....	158
9. Apêndice.....	354
9.1. Cartas Arqueológicas.....	354

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar à Professora Doutora Andreia Arezes, orientadora desta dissertação, por toda a dedicação, todas as sugestões, e toda a paciência que desde o primeiro momento dedicou a este projeto. De facto, o incansável interesse e disponibilidade que sempre demonstrou foram a base estável para todo este trabalho.

A todos os Museus visitados deixo também um agradecimento, pela receptividade e flexibilidade a que se prestaram.

Ao Núcleo Museológico de Arqueologia – Alcoutim, especialmente na pessoa da Dra. Alexandra Gradim, que me recebeu. Ao mesmo tempo, deixo um agradecimento ao Doutor João Luís Cardoso, que permitiu a reprodução de elementos gráficos na presente dissertação.

Agradeço ao Museu da Escrita do Sudoeste – Almodôvar, nas pessoas do Dr. Rui Cortes, arqueólogo municipal, e Joana Almeida, restauradora-conservadora.

Ao Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na pessoa do Dr. Marco Penajoia.

Ao Museu Nacional de Arqueologia, na pessoa do seu diretor, Doutor António Carvalho, e da Dra. Luísa Guerreiro.

Ao Doutor Francisco B. Gomes, que disponibilizou as informações e registos fotográficos das contas de colar de Fonte Velha de Bensafrim.

À Doutora Daniela Ferreira pelas fotografias dos materiais da necrópole de Quinta da Queimada.

À APPA-VC, especialmente na pessoa de Ana Valentim, cujas considerações foram em vários casos fulcrais para o estudo de muitos elementos.

Ao Professor Doutor Alberto Gomes pela partilha de dados e pelo apoio nas ferramentas GIS.

Ao Tomás Pereira Botelho, por todas as referências, contribuição e revisão do capítulo 5.

Ao Pedro Lopes Barbosa, por sempre me ter incentivado a seguir o sonho da Arqueologia, e à Susana Pereira, por sempre me ter dito que era má ideia.

Aos colegas de curso, em especial à Diana Margarido e à Flávia Oliveira, pelos debates, pela partilha, pela entajuda e pelo companheirismo.

À Catarina Magalhães, que não só foi companheira de curso, como foi a irmã mais velha que me acolheu e apoiou. Ao Zecas e ao André um agradecimento também muito grande.

A toda a minha família, em especial ao Ilídio e à Catarina, e à minha mãe, que foi a super-heroína que tornou tudo isto possível.

Ao Carlos, por todo o amor, paciência e devoção.

Resumo

A presente Dissertação surge da necessidade de sistematizar os conhecimentos relativos às necrópoles da Idade do Ferro identificadas no atual território Algarvio, assim como os materiais nelas exumados, os quais embora publicados esparsamente, careciam de uma visão global e análise dentro de um panorama geral. De facto, uma parte dos artefactos têm vindo a ser alvo de investigação, mas muitos faziam parte de acervos museológicos sem perspectivas de serem estudados.

Partindo de investigações precedentes, e tendo discutido as possibilidades e limites da Arqueologia funerária, assim como o impacto que pode exercer na Arqueologia Funerária e do impacto que pode ter na investigação pré e proto-histórica, procedemos ao exame das necrópoles e da sua relação com os espaços da vida conhecidos na região. Finalmente, a observação e interpretação destes dados foi sendo articulada com os materiais, devidamente catalogados e analisados.

Palavras-chave: Idade do Ferro; Mundo Funerário; Arqueologia da Morte; Algarve.

Abstract

This Dissertation arises from the need to systematize the knowledge about the necropolises identified Iron Age necropolis in the current Algarve territory, as well as the artifacts therein exhumed. Even though they have been sparsely published, they lacked a global vision and general perspective analysis. In fact, some have been analysed, although many belonged to museums with no prospect of being studied.

Based on previous researches as a starting point and having discussed the possibilities and limits of Funerary Archaeology, as well as its impact on pre and proto-historic investigation, we explored both necropolis and its relationship to the habitat sites identified in the region. Finally, we articulated the observation and interpretation of these data with those resulting from the analysis of the materials, whose description of which is exhaustively presented in the attached catalogue.

Keywords: Iron Age; Funerary World; Archaeology of Death; Algarve.

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Altimetria das necrópoles algarvias.....91

Gráfico 2 – Altimetria dos habitats algarvios.....93

Índice de tabelas

Tabela 1 – As necrópoles conhecidas e a sua geologia.....95

Tabela 2 – Depositários de materiais e número de inventário.....97

1. Introdução. Objeto de Estudo

O presente trabalho pretende debruçar-se sobre o Mundo Funerário da Idade do Ferro naquele que é, atualmente, o território Algarvio.

Tendo em conta o nosso desconhecimento acerca do território do Algarve, e as intervenções que teriam ou não sido levadas a cabo, o nosso objetivo passou, em primeiro lugar, por aferir quais os sítios conhecidos, os trabalhos efetuados, assim como as publicações existentes acerca do tema.

Ao mesmo tempo, e tendo em conta que as materialidades são o fio condutor deste projeto, os locais de depósito dos materiais exumados nas necrópoles teriam de ser identificados, de modo a permitir o seu exame e registo rigorosos, assim como o seu registo, de modo a identificar paralelos crono-geográficos pertinentes para o estudo em curso.

Depois de alocados todos os materiais, seria então tempo de analisar os dados como parte de um conjunto mais ou menos coeso daquilo que será o reflexo das práticas funerárias durante o período cronológico e na área geográfica em questão.

As semelhanças com o mundo funerário do final do Bronze do Sudoeste, muitas vezes utilizadas por diversos autores para defender as suas opiniões, serão discutidas, enquanto se cruzam paralelos com o Baixo Alentejo, a costa Atlântica portuguesa, e o sudoeste espanhol.

Compreender o mundo funerário da Idade do Ferro implica compreender de que forma os condicionalismos regionais e as influências externas se combinaram e permitiram que, no espaço de poucos séculos, se multiplicassem as modalidades de enterramento, os materiais depositados, as formas de construção e – já para lá do nosso alcance – as conceções cosmogónicas, religiosas ou espirituais que acompanhavam estas sociedades.

Na «Proto-História de Portugal», Armando Coelho da Silva e Mário Varela Gomes apresentam a incineração como o ritual mais antigo (Silva & Gomes, 1992, p. 146), distinguindo os ritos alentejanos dos algarvios: os *Cempsos* terão recorrido à cremação,

enquanto que os *Cónios* algarvios teriam recorrido à inumação (Silva & Gomes, 1992, p. 150), indicação com a qual tendemos a discordar.¹

A Idade do Bronze Médio e Final, como momento antecedente do período retratado por este trabalho, necessita de alguma contextualização, especificamente na região que envolve a área que nos propusemos a trabalhar.

O Sul do território peninsular é marcado, regra geral, por enterramentos em cista, provavelmente com inumações. Não obstante, alguns autores apontam a deposição do inumado como um segundo passo de um possível ritual, com o qual tentam explicar a falta de vestígios osteológicos – nomeadamente, a possibilidade do esqueleto ser exposto às intempéries ou a animais como forma de descarnamento (Amo y de la Hera, 1993, pp. 172-173).

Ainda que, na Andaluzia Oriental, num momento de transição para a Idade do Bronze Final, continuamos a poder falar de inumação de crianças dentro da área de assentamento, de acordo com o ritual argárico, os enterramentos, também de inumação, começavam a ser realizados fora dos complexos habitacionais (Gracia Alonso, 2008, p. 49).

No entanto, para a Andaluzia Ocidental, os dados parecem carecer de afinações cronológicas ou estudos sistemáticos – alguns enterramentos aparentam misturar rituais e ideias, como é o caso da inumação de uma criança em urna, cuja cronologia é apontada para o Bronze Final (Garcia Alonso, 2008, p. 49). São também conhecidas inumações em fossas pouco profundas, sem mobiliário funerário, com os indivíduos em posição fetal – este caso, de Llanete de los Moros aponta para a transição Bronze Médio-Final (Gracia Alonso, 2008, p. 50).

Do lado português são, não obstante, conhecidos vários enterramentos em cista: a necrópole mais debatida será, sem dúvida, a de Atalaia, em Ourique (Schubart, 1965). Esta foi inicialmente escavada por Abel Viana, que também sobre ela publicou (Viana, 1959). Ainda que, atualmente, a sua cronologia esteja em franca discussão (Cardoso & Gradim, 2011, pp. 193-194; Silva P. M., 2014, pp. 89-90), pareceu-nos importante referi-

¹ De facto, não podemos concordar com tão demarcada distinção uma vez que, durante o século VI a.C., no Algarve, conviveram práticas de inumação em Fonte Velha de Bensafim (Lagos) e Cabeço da Vaca (Alcoutim), a título de exemplo, com práticas de incineração, como no caso do Convento de Nossa Senhora da Graça em Tavira. Na necrópole de Gregórios 2 foi reconhecida, ainda que não intervencionada, uma provável cremação em urna de período cronológico coevo.

la, tendo em conta as proximidades arquitetónicas com muitas das necrópoles do Baixo Alentejo e norte Algarvio.

Ainda assim, muitos outros exemplos existem: a necrópole da Alfarrobeira, em Silves, que se insere na Idade do Bronze do Sudoeste (Gomes, 1994), ou a necrópole das Soalheironas, em Alcoutim, cujos materiais apontam para o mesmo período da supramencionada (Cardoso & Gradim, 2011).

Enquanto que, na zona Sudeste da Península Ibérica, a reocupação de monumentos megalíticos com mobiliário funerário enquadrável no Bronze Final (da 2ª metade do século XI a meados do X a.C.) é um fator conhecido (Gracia Alonso, 2008, p. 73), a zona Sudoeste fica envolta no «enigma» Tartéssico.

Este mundo é muitas vezes visto através do peso da influência oriental – nomeadamente, a fenícia – acabando por ser difícil desentrançar as duas realidades, cada vez mais confundidas e equiparadas na demais bibliografia (Arruda, 1996a, p. 33).

De facto, quando chegamos à Idade do Ferro, parece existir um certo desconhecimento em relação às formas de enterramento regionais locais, e alguma confusão no momento de destrinçar os rituais indígenas, daqueles de origem exógena, que, a pouco e pouco, começaram a ser rastreados pelo registo arqueológico.

Generalizou-se a ideia de que, antes da chegada fenícia, os rituais passariam por eliminar todos os vestígios dos indivíduos, que seriam, por exemplo, depositados em rios com os seus pertences, opção que não só não deixaria vestígios arqueológicos, como poderia explicar achados fortuitos de materiais em leitos de rios (Gracia Alonso, 2008, p. 257).

A teoria de que a incineração teria sido trazida pelos grupos vindos do Oriente parece ganhar força, mas outra questão surge: os enterramentos de incineração são de indivíduos locais que abandonaram os seus rituais, ou são de colonos fenícios que se fizeram incinerar nos locais onde se fixaram?

No entanto, de acordo com Raquel Vilaça, há indícios da existência de rituais de incineração e inumação a coexistirem no Bronze Final (início do I milénio a.C., neste caso), talvez distinguindo classes sociais, questões de género ou outros papéis sociais (Vilaça, 2014, pp. 110-111).

Note-se que a «(...) expressão da morte entre os fenícios nunca foi muito ostentosa (...)» (Gracia Alonso, 2008, p. 268), o que contrasta com os materiais recolhidos nalgumas

necrópoles ditas «fenícias» ou orientalizantes – é o caso da necrópole do Olival do Sr. Dos Mártires, em Alcácer do Sal (Paixão, 2014), ou a sepultura (de inumação) do Gaio, em Sines (Arruda, 2011).

Ao mesmo tempo, são conhecidas necrópoles de inumação, já no território algarvio, que contêm elementos de adorno orientalizantes considerados de luxo – ainda que, discutivelmente, em número mais reduzido.

Tendo em conta o desconhecimento acerca dos rituais que definiriam o mundo do Sudoeste antes do período «Orientalizante», são facilmente compreensíveis as contrastantes opiniões que surgem plasmadas nos autores da especialidade, pelo que tentaremos destringir algumas destas observações.

1.1. Limites geográficos e cronológicos

1.1.1. Limites geográficos

Inicialmente, considerámos que o foco desta dissertação poderia versar sobre o desconhecimento de sítios correspondentes ao mundo funerário do Noroeste Português e/ou Peninsular durante a Idade do Ferro, de forma a tentar compreender aquilo que poderia ter falhado nas investigações anteriores ou quais as áreas geográficas em torno dos *habitats* com potencial interesse para um eventual estudo das práticas funerárias da «cultura castreja». Preferimos afastar-nos deste tema tendo em conta o volume de sítios de enorme interesse do Sul do país, muito mais capazes de nos elucidar sobre a vida e a morte na Idade do Ferro.

No que se refere ao Nordeste peninsular, durante a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, os enterramentos podiam oscilar entre cistas, megálitos reutilizados, ou grutas naturais, sendo que a inumação era a forma de enterramento mais generalizada. É, sobretudo, partir dos alvores do I milénio a.C. que começamos a ver os primeiros Campos de Urnas na região – com o ritual da incineração em *ustrinum* (equiparável a uma pira funerária; López-Cachero, 2011, pp. 118-119). Os restos seriam depositados em urnas e, posteriormente, em fossas funerárias ou, nalguns casos, em grandes cistas ou câmaras pétreas (López-Cachero, 2011, p. 121).

No entanto, o Noroeste pauta-se por aquilo que diversos autores referem como «(...) práticas invisíveis arqueologicamente (...)» (Sastre, 2002, p. 215): este aparente vazio

implica que muitos estudos acerca das sociedades que habitaram os castros se mostrem, inevitável e invariavelmente, incompletos (Parcero Oubiña, 2003, p. 290). Existem alguns esforços para tentar encontrar sítios funerários no Noroeste, até publicados, mas que, na verdade carecem de fundamentação adequada – é o caso de um artigo publicado por García y Bellido (García y Bellido, 1966).

De facto, os exemplos apontados pelo autor baseavam-se em aglomerados de cinzas que nunca foram analisados, mas que defendia tratar-se de restos da prática de incineração, ou em construções que considerava serem túmulos sem vestígios osteológicos. Um dos casos em que se conseguiu atestar a presença de restos osteológicos que resistiram ao fogo, estavam já associados a fragmentos de *terra sigillata* e moedas romanas, indicando pelo menos um contacto constante com essas populações, pelo que teríamos uma grande reserva em associá-lo imediatamente ao mundo sidérico precedente (García y Bellido, 1966, pp. 9-15).

Ao mesmo tempo, a importância daquilo que é invisível tem também vindo a ser tomada em consideração, pelo que, neste momento, esse trabalho seria redundante e repetiria os dados já conhecidos.

Foi, então, necessário redirecionar a pesquisa para o território que se mostrava mais rico no tema em questão e que, por sinal, se situava mais a Sul no território português, englobando as regiões do Alentejo e do Algarve.

O passo seguinte fez com que o território fosse «reduzido» ao Algarve, tendo em conta as publicações mais sistemáticas e até de síntese, caso da dissertação de Mestrado de Pedro Silva, de 2014 (Silva P. M., 2014) que haviam já sido dadas à estampa acerca do Alentejo – especialmente da região do Baixo Alentejo, que terá o maior número de sítios conhecidos.

Ora, o Algarve, para o tema e período em questão, não dispõe ainda de obras de síntese. Na verdade, a grande maioria das publicações caracterizam-se pelo seu carácter pontual e disperso, e muitas não se referem somente ao Algarve. A Tese de Doutoramento de Francisco B. Gomes, a título de exemplo, acaba por se focar em várias necrópoles, mas trata apenas das bem conhecidas e numa área muito maior do que aquela de que aqui nos ocupamos (Gomes F. B., 2016).

Considerando os dados expostos, a região algarvia pareceu-nos uma opção mais coerente, até pelo número razoável de sítios existentes.

1.1.2. Limites cronológicos

A transição entre a Idade do Bronze Final e a Idade do Ferro, com especial incidência neste último período, com a documentação das variadas formas de enterramento, rituais e formas de construção dos espaços funerários, é o foco que pretendemos discutir no presente trabalho.

Podemos balizar a Idade do Bronze Final algures entre o término do século XIII a.C. e o momento em que os fenícios se fixam ou, pelo menos, têm um incremento na sua atividade mercantil na Península Ibérica – que podemos situar algures entre os séculos XI e VIII a.C. (Vilaça *apud* Alarcão & Barroca, 2012, pp. 178-180).

Para outros autores, as últimas fases do Bronze Final situar-se-iam entre 950 e 650 a.C. (Gracia Alonso, 2008, p. 40), ainda que esta última data se aproxime já daquilo que consideramos o primeiro momento da Idade do Ferro.

Se tomarmos a atividade mercantil fenícia como o ponto de partida para a Idade do Ferro, então podemos dizer que, a partir do século XI a.C. se encontram na Ibéria, mas apenas a partir do século VIII a.C. a sua presença é consideravelmente mais vincada no território (Kristiansen, 1999, pp. 124-125).²

Importa ainda referir que a Idade do Ferro se caracteriza pela introdução do novo metal, mas que no caso da Península Ibérica a sua generalização poderá ter sido mais tardia. Ana Bettencourt defende que as produções de ferro seriam inicialmente alógenas, com a produção local restringida ao bronze em algumas áreas (Bettencourt, 2005, p. 29).

Podemos dividir a Idade do Ferro em dois grandes períodos, ainda que os seus limites gerais se encontrem demarcados, regra geral, entre os séculos XI-IX a.C.³ e o século II a.C.

² «(...) The Phoenicians had been active in the western Mediterranean, both east and west of Gibraltar, since the later 2ND millennium, but from the 9TH century onwards their presence began to make a more profound impact in the West (...)» (Kristiansen, 1999, p. 125).

³ Reiteramos que, para alguns investigadores, a Idade do Ferro não tem início antes do século VIII/VII a.C. (Bettencourt, 2005, p. 25; 31).

A I Idade do Ferro definir-se-ia a partir do estabelecimento mercantil fenício durante os séculos XI-IX a.C. até meados do milénio (Vilaça *apud* Alarcão & Barroca, 2012, p. 182) – esta divisão é considerada, por alguns arqueólogos como «(...) mero referencial generalista (...)» (idem) devido, em parte, à falta de dados arqueológicos que o comprovem em parte do território.

Por seu turno, a II Idade do Ferro corresponderia ao período entre o século V/IV a.C. e a tomada da Península Ibérica aos grupos fenício-púnicos por parte de tropas romanas (Alarcão & Barroca, 2012, p. 182; Kristiansen, 1999, p. 33).

Posto isto, e tendo em conta as cronologias relativas da grande parte das necrópoles, podemos perspetivar um enfoque na I Idade do Ferro e no período de transição para o momento seguinte. Deste modo, as interpretações acerca do Mundo Funerário do Bronze Final serão utilizadas para elucidar a transformação das preferências ou escolhas ao longo dos diferentes períodos.

2. Estado da Arte. A Investigação Precedente

Um dos maiores entraves à investigação dos rituais funerários do território algarvio é a ausência de investigação sistemática, problema que se alarga à escassez de trabalhos publicados.

A região algarvia carece de pelo menos uma obra de síntese para o período e tema em questão. Deste modo, as publicações aqui referidas não se cingirão apenas a sítios do Algarve; serão também incluídos trabalhos que englobem todo o Sul português, incluindo a costa Atlântica e o Baixo Alentejo. Ao mesmo tempo, investigações acerca do Sudoeste espanhol serão também tomadas em conta, uma vez que aparentam corresponder a realidades semelhantes.

Partindo de uma alocação e interpretação de fontes greco-latinas, continuamos com as edições por ordem cronológica, para que seja possível uma observação efetiva da evolução dos estudos até aos nossos dias.

2.1. As Fontes Clássicas

As fontes clássicas têm vindo a ser utilizadas por investigadores em Arqueologia ao longo de décadas com o propósito de, por um lado, chegar a dados que o registo arqueológico poderia não fornecer, e por outro, tentar compreender as conceções e as formas de pensar das sociedades do passado.

Obviamente, as interpretações formuladas a partir desta base foram, por vezes, extrapoladas do seu contexto original, de modo a encaixar nas teses defendidas por alguns investigadores, não raro com um papel ligado a motivações políticas e aos seus movimentos nacionalistas⁴ (Gomes S. , 2011, pp. 471-472).

Não obstante, os escritos greco-latinos que se referem à Península Ibérica da Idade do Ferro podem ser importantes no momento de se recorrer às suas informações para as correlacionar com as encontradas no registo arqueológico.

Não deixamos de reiterar que estas interpretações estão sujeitas a variados fatores que constrangeram a sua precisão e rigor, como é o caso de muitos textos que aproveitam

⁴ Acerca das construções da identidade nacional(ista) ver (Gomes S. , 2011).

escritos anteriores ou viagens de outros indivíduos para utilizar como base para os seus registos. De facto, muitos dos autores que escreveram sobre a Península Ibérica nunca a visitaram, como a seguir teremos oportunidade de discutir. Ao mesmo tempo, criaram-se questões em torno de imprecisões, confusões ou simples equívocos que os diversos autores foram semeando, ainda que acidentalmente.

Note-se ainda que a atenção que dedicamos ao mundo Tartéssico não implica uma correlação direta com o território sobre o qual nos debruçamos, mas tendo em contas as afinidades que se notam entre a região algarvia e o Sudoeste espanhol, a abordagem em causa acaba por se revelar como uma ferramenta útil.

Em 1922 e 1925, Adolf Schulten e Bosch Gimpera editaram e publicaram, respetivamente, o primeiro e segundo fascículos das *Fontes Hispaniae Antiquae*, em que recolheram, traduziram e comentaram uma exaustiva lista de fontes clássicas que referiam a Península Ibérica.

No primeiro fascículo (Schulten & Bosch Gimpera, 1922) dedicaram-se exclusivamente à *Ora Maritima* de Rufus Festus Avienus (ou Avieno), a descrição de uma viagem que terá passado pela Península Ibérica. De facto, o texto que hoje conhecemos é do século IV d.C., inspirando-se noutros mais antigos, chegando mesmo a recorrer de escritos com, eventualmente, 900 anos de antecedência (Schulten & Bosch Gimpera, 1922, p. 5).

Note-se que não existirá apenas um périplo ou um autor na base da tradução de Avieno, mas antes um grande número de textos, aos quais não conseguiremos chegar na totalidade (Suárez Piñeiro, 2002, p. 13).

Ainda que não localize o território Tartéssico, é referido o seu contacto com colonos de Cartago: «También los tartesios acostumbraban a comerciar hasta los // límites de las Estrímnidas. También colonos de Cartago y // el pueblo establecido alrededor de la columnas de // Hércules llegaban hasta estos mares.» (Avieno, vv. 114-117 *apud* Suárez Piñeiro, 2002, p. 24). Relembramos que as Colunas de Hércules (ou Héracles) corresponderão ao Estreito de Gibraltar (Deserto & Pereira, 2016, p. 102).

Avieno menciona igualmente dois grupos do Sul da Península, Cempsos e Cónios/Cinetes, cuja localização tem vindo a ser debatida; Avieno localizava os primeiros nas proximidades dos segundos. Os Cónios deverão igualmente ser identificados com os

kynesios ou *kynetes* referidos por Heródoto. Ambos estariam circunscritos ao Sudoeste peninsular (Lorrio, 2011, p. 46).

Schulten começou por localizar os Cempsos no Sul de Portugal, no território algarvio, infletindo depois a sua posição, e passando a relacionar o Cabo Cempsico com o Cabo Espichel, já na região de Lisboa e Vale do Tejo (Bosch Gimpera, 1922, pp. 227-228; Schulten & Bosch Gimpera, 1922, p. 12).

Por seu turno, no segundo fascículo, Schulten e Bosch Gimpera tentam recolher todas as referências à Península Ibérica entre 500 a.C. e o período em que o Imperador Júlio César exerceu funções – ou seja, entre 49 e 44 a.C (Schulten & Bosch Gimpera, 1925).

São então alocadas várias referências, desde Himilcão – cujo périplo do primeiro quartel do século V a.C. teria sido uma das bases para o texto de Avieno (Schulten & Bosch Gimpera, 1925, pp. 13-14), passando por Hanão, que menciona as Colunas de Hércules na sua descrição da viagem ao continente Africano (Schulten & Bosch Gimpera, 1925, p. 15).

Alude igualmente à chegada de Focenses a Tartessos, apoiados por Argantónio (Gracia Alonso, 2008, p. 105). Também refere Heródoto, que no mesmo período, teria mencionado um exército de cartagineses que se apoderaram de Tartessos (Schulten & Bosch Gimpera, 1925, p. 22). Relembramos que Heródoto é considerado o «pai da História», e terá vivido durante o século V a.C.

De facto, Heródoto criou alguma confusão ao mencionar a implementação de entrepostos comerciais entre o Mediterrâneo Oriental e a Península Ibérica: por um lado fala-nos da hospitalidade do rei Tartéssico que encoraja os focenses a estabelecerem-se nos seus domínios; por outro, na viagem de Colaios de Samos⁵, relata a existência em Tartessos de um «(...) emporio comercial [que] estava sin explorar (...)» (Heródoto *apud* Gracia Alonso, 2008, p. 105-107).

Já no último quartel do século V a.C., Herodoro de Heracleia distinguia já os Cinetes, a Oeste, dos Mastienos⁶, a Este (Schulten & Bosch Gimpera, 1925, pp. 37-38). Note-se que a Este dos primeiros, e separados pelo *Anas* (Guadiana), se encontraria o «reino» de Tartessos.

⁵ Esta viagem poderá ter ocorrido no século VII a.C. (Gracia Alonso, 2008, p. 105).

⁶ Por vezes associados, por sua vez, aos Bastetanos.

Aristófanes e Platão, que viveram entre os finais do século V e os inícios do século IV a.C., contribuem ainda para a confusão da localização do dito «reino» de Tartessos: o primeiro confunde *Gades* (Cádiz) com o hipotético «reino», enquanto que o segundo localiza a Atlântida junto a *Gades*, que, por consequência, poderá ser confundida com Tartessos (Schulten & Bosch Gimpera, 1925, p. 43; 48).

De facto, são várias as alusões que os autores vão apresentando e comentando, não sendo aqui o espaço para nos debruçarmos mais profundamente acerca de todas elas.

Outra das grandes referências à Península Ibérica figura no terceiro tomo da *Geografia* de Estrabão (século I a.C. a século I d.C.), no qual este descreve o território peninsular. É talvez das descrições mais pormenorizadas da Península, ainda que o autor não tenha visitado o território, sustentando-se apenas nas observações de outros.

Estrabão descreve a forma da Península Ibérica, indicando que a costa mediterrânea se estenderia «(...) desde os Pirenéus até às Colunas (...)», a partir das quais se encontrava o «(...) Mar Exterior (...)», correspondente ao Oceano Atlântico, que seguiria até ao Promontório Sagrado, o atual cabo de S. Vicente no Algarve (Deserto & Pereira, 2016, p. 36). Quando escreve, refere que nas Colunas de Hércules já não é visível nenhum templo dedicado à divindade púnica (Melqart), como havia sido mencionado por Éforo. Não obstante, relata a impossibilidade de pernoitar no local e, em paralelo, alude às libações que lá aconteceriam (Deserto & Pereira, 2016, pp. 37-38).

É então que inicia a descrição da costa e território algarvios, nos quais nos focaremos agora.

Estrabão refere a separação feita pelos rios Guadiana e Tejo, distinguindo várias populações do interior da Península daquelas que habitam o sul do território: os Turdetanos e Túrdulos. Políbio terá discernido os dois, indicando os primeiros a Norte dos segundos (Deserto & Pereira, 2016, pp. 38-39).

Ainda que as associações entre Turdetanos e Túrdulos com Tartessos não deixem de ser repetidas, há já vários investigadores que frisam que estes termos apenas são utilizados durante o período da «romanização», e a Turdetânia não será mais que um conceito geográfico, ao passo que Tartessos é uma noção mais antiga (Garcia Fernández, 2012, p. 701; 703).

Neste tomo da *Geografia*, Estrabão não só não aponta diferenças entre ambos como alude a alguns elementos que nos podem dar algumas luzes na identificação destes grupos: utilizariam a escrita, ainda que esta não fosse homogénea por todo o território⁷.

De igual modo, indica ainda um dado relevante para este território a Sul: «(...) sua fertilidade e aos bens da terra e do mar.». De facto, uma referência de Apolodoro, na sua *Biblioteca*, descreve o décimo trabalho de Hércules como a recolha e condução do rebanho de vacas de Gerião, rei mítico de Tartessos, até à Grécia (Gracia Alonso, 2008, p. 53; Apolodoro, 1985, pp. 113-115). As menções às comunidades pecuárias peninsulares não se esgotam aqui: são igualmente mencionadas por Justino (século II, aludindo a escritos do século I a.C.) e por Avieno, na *Ora Maritima* (Gracia Alonso, 2008, p. 53; 99).

As referências às riquezas do Sul da Península Ibérica não se esgotam em Estrabão, que para além das exportações de cereal, vinho, azeite, cera, mel, resina, entre outros, alude também à «(...) abundância de gado de todas as espécies e de caça, mas escassez de animais nocivos, salvo os coelhos (...)», animais que por vezes destruíam plantações (Deserto & Pereira, 2016, p. 47). Também do mar são recolhidos bens: ostras, polvos, lulas, cetáceos, entre outros peixes (idem, p. 48-49).

De qualquer das formas, terão sido as riquezas da terra a despertar a atenção de mercadores fenício-púnicos pela Península Ibérica, que não só se terão dedicado a uma «(...) colonização agrícola (...)», como também à extração de metais – desde o ouro e prata, até aos componentes para a copelação do bronze, cobre e estanho (Gracia Alonso, 2008, p. 53).

De facto, as matérias-primas mais importantes seriam aquelas que tinham em vista a «(...) generosidade natural em minério (...)»: o ouro pode ser extraído de minas ou dragado, e eram comuns as «(...) lavandarias de ouro (...)»; a prata seria fundida em fornos elevados e da sua filtração recuperar-se-ia chumbo; e o cobre seria talvez o mais rentável de todos os metais. Só o estanho seria produzido mais a Norte, «(...) para lá dos Lusitanos e nas Ilhas Cassitérides (...)» (idem, pp. 49-52).

⁷ Não querendo estabelecer uma correlação direta entre esta referência e a Escrita do Sudoeste, parece-nos, em todo o caso, importante reiterar que alguns investigadores notam uma divergência entre a epigrafia do Alentejo e a algarvia (Alarcão, 1996, pp. 90-91).

Ainda que Estrabão se refira em mais do que uma ocasião a Tartessos, tanto relaciona o termo com um rio, território vasto ou uma cidade, eventualmente «(...) a última a ocidente (...)», pelo que muitas vezes se associou ao Tártaro, que na mitologia grega seria o sombrio inferno (Gracia Alonso, 2008, pp. 103-104).

Outro apontamento acerca daquilo que Estrabão nos deixou prende-se com a sugestão de que Homero teria nomeado o Tártaro, inferno da mitologia grega, a partir do conhecimento de Tartessos (Deserto & Pereira, 2016, pp. 54-55). Contudo, e tal como está indicado em rodapé na tradução anotada da qual nos socorremos, a ligação etimológica entre as palavras *Tártaro* e *Tartessos* não parece poder ser considerada como válida.

Ao mesmo tempo, e se considerarmos que os Textos Homéricos foram apenas escritos⁸ no século VIII a.C. (Pereira M. H., 2012, p. 18), é mais provável que o silêncio em relação ao reino de Tartessos se devesse a uma genuína ignorância. Hesíodo, seu contemporâneo, ignora igualmente esta realidade, pelo que podemos assumir que o entendimento grego acerca da Península Ibérica não será anterior à viagem de Colaios de Samos no século VII a.C. (Gracia Alonso, 2008, pp. 104-105).

Também a *Tarsis* ou *Tarshish* mencionada em vários livros do Antigo Testamento é, por vezes, associada ao reino de Tartessos. Não obstante, esta designação teve vários significados, desde topónimo, antropónimo, passando por nome de embarcação ou de pedra preciosa. Consideramos, de igual forma, o facto de os vários livros reunidos apresentarem cronologias diferentes, por vezes, difíceis de aferir, pelo que é provável que só a partir dos séculos VI-V a.C. o termo em causa tenha sido aplicado a um local situado no Mediterrâneo (Gracia Alonso, 2008, pp. 113-115; Arruda, 1996a, p. 32).

A última grande questão prende-se com a influência fenícia. Desde já alertamos para um enorme vazio, tendo em conta que são desconhecidas alusões de origem púnica acerca de Tartessos (Gracia Alonso, 2008, p. 102). Também a presença Fenícia é ignorada pela grande maioria dos autores que até aqui citamos, excetuando Estrabão, que refere a sua presença na Península (Deserto & Pereira, 2016, pp. 55-57).

⁸ O processo da escrita começou a generalizar-se no século VIII a.C. na Grécia, mas estes poemas fariam parte de uma memória coletiva passada entre gerações oralmente (Pereira M. H., 2012, p. 52)

Não obstante, o silêncio das fontes não se concilia com o registo arqueológico, que nos mostra uma vincada presença Fenícia, pelo menos, após o século VIII a.C. (Arruda, 1996b, p. 37).

Esta omissão, somada à associação de Tartessos ora com Cádiz, ora com Huelva, ou até mesmo com a Tarshish bíblica, foi adensando a questão da distinção entre aquilo que é considerado fenício ou tartéssico (Gracia Alonso, 2008, p. 107).

Estas foram as circunstâncias que contribuíram para a criação de um termo que acolhe este desconhecimento: Orientalizante. O conceito não é ainda suficientemente operativo para explicar todas as consequências da colonização de populações indígenas e, como período cronológico, tem ainda limites por definir – mesmo com o abandono dos grupos mediterrânicos orientais, a sua influência continuava a sentir-se (Gracia Alonso, 2008, pp. 128-129).

Em suma, o território algarvio não seria desconhecido dos autores greco-latinos, que nos deixaram algumas referências em relação aos modos de vida das suas comunidades, àquilo que produziam e comerciavam. Para o tema que aqui nos interessa focar, apenas notamos a lacuna em relação à forma como tratavam os seus mortos.

De facto, conhecem-se pelo menos duas referências acerca do tratamento dos defuntos na Península Ibérica, e ambas aludem à morte em combate, vista como nobre, e posterior abandono do corpo aos animais (Claudio Eliano; Sílio Itálico⁹ *apud* Vilaça, 2017, p. 117). Ambas são já posteriores ao início do processo de romanização da Península Ibérica.

2.2. Antes do Século XX

Seria impossível falar da Arqueologia no Algarve sem mencionar Sebastião Estácio da Veiga. Este é, sem dúvida alguma, o responsável pela afirmação da Arqueologia algarvia dos finais do século XIX, com a localização de diversos sítios pré e proto-históricos um pouco por todo o território.

⁹ Claúdio Eliano acerca dos Vaceus: «(...) aos que perderam a vida na guerra consideram-nos nobres, valentes e dotados de valor e, em consequência, entregam-nos aos abutres, porque acreditam que estes animais são sagrados (...)» (Vilaça, 2017, p. 117).

Sílio Itálico acerca dos Celtiberos: «(...) para estes é uma honra cair em combate e sacrilégio incinerar um corpo morto de este modo. Pois crêem que são retornados ao céu, junto dos deuses do alto se o abutre (...)» (Vilaça, 2017, p. 117).

O sítio mais observado é o de Fonte Velha (ou Selões da Mina), situado na freguesia de Bensafrim, Lagos. Logo de início fala das «(...) pedras com inscrições desconhecidas (...)» (Veiga, 1886, p. 209), que acaba por classificar como celtibéricas (Veiga, 1887, p. 316). Este é a única ocupação que atribui, sem sombra de dúvida, à I Idade do Ferro (Veiga, 1889, pp. 120-121). Acrescenta ainda que soube da sua existência através da descrição de instrumentos líticos por parte do prior António José Nunes da Glória (Veiga, 1891, p. 71).

Um dos apontamentos muito interessantes que podemos fazer a propósito deste arqueólogo do século XIX é a sua preocupação não só com os materiais, mas também com as estruturas – «(...) procurando-se outras sepulturas não ainda destruídas, cujos conteúdos, planta, perfis e orientações muito conviria conhecer (...)» (Veiga, 1891, p. 49). Além disso, sublinhamos o facto de acreditar na multidisciplinariedade da ciência, facto que o afastou dos arqueólogos seus contemporâneos (Cardoso, 2007, p. 21).

A verdade é que Estácio da Veiga parece distanciar-se do pensamento colecionista que pautava o seu tempo, e pretende construir aquilo que considera uma verdadeira ciência: «(...) quando trato de epochas prehistoricas, não me deixo guiar por textos clássicos, mas tão somente por factos propriamente archaeologicos, que tenham sido scientificamente examinados.» (Veiga, 1891, p. 299).

Isto não implica, no entanto, que algumas das suas estratégias não sejam questionáveis – desde tentar encontrar paralelos para a escrita «celtibérica» na Suécia e Alemanha (Veiga, 1891, pp. 303-310), a defender a sua origem peninsular durante o Neolítico (Veiga, 1891, p. 293). No entanto, é de louvar a sua preocupação com os sítios, com o seu estudo integral (e não somente dos materiais que lhe interessariam), e com a localização no território.

Importa lembrar que a publicação das *Antiguidades Monumentais do Algarve* resultou de um contrato assinado com o Governo, e que os pormenores desse acordo são desconhecidos (Cardoso, 2007, p. 21), pelo que não sabemos até que ponto podem ter influenciado as suas publicações.

Não obstante, é igualmente pertinente recordar que, especialmente na sua segunda metade, o século XIX português viu várias infraestruturas científicas serem criadas e/ou desenvolvidas e, no que se refere à Arqueologia, assistiu ao incremento da sua utilização para fins políticos (Diniz & Gonçalves, 1993-1994, p. 179).

Estácio da Veiga foi ainda mentor de José Leite de Vasconcelos (Fabião, 2008, p. 105), o fundador do *Museu Ethnográfico Português* (atual Museu Nacional de Arqueologia). Os materiais recolhidos por Estácio da Veiga foram, posteriormente, reunidos por Vasconcelos, para que constassem das coleções do seu futuro museu (Fabião, 2008, p. 115). O próprio Vasconcelos percorreu o Algarve mas, durante o século XIX, não parece ter tido particular interesse pelo Sul do país. Publicou, no entanto, acerca da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), a partir das listas de objetos deixadas por Estácio da Veiga (Vasconcelos, 1895, pp. 78-80).

Resta-nos ainda referir António dos Santos Rocha. Tal como Estácio da Veiga, Santos Rocha escavou a necrópole de Fonte Velha (Bensafrim), que seria o seu principal interesse (Arruda & Pereira, 2012, p. 136). No entanto, parecem ter existido animosidades entre os dois investigadores (Martins, 2012, pp. 25-26).

Logo em 1895, Santos Rocha publica os primeiros apontamentos sobre esta «estação» (Rocha, 1895), especialmente importante para o seu estudo acerca da necrópole Figueirense do Ferrestelo, para a qual procurava paralelos (Arruda & Pereira, 2012, p. 139).

Um último apontamento, e desta feita, em relação à região Alentejana, remete para os contributos do Frei D. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, bispo de Beja, que recolheu materiais – nos quais se incluíam estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste – durante os séculos XVIII e XIX (Beirão, 1986, p. 33). Este clérigo terá sido, na verdade, o primeiro a identificar a referida escrita (Correia, 2014, p. 77).

2.3. O século XX

Ainda que a sua atividade tenha começado antes do século XX, a verdade é que, para o tema que aqui nos importa, José Leite de Vasconcelos só escreveu já durante este século. Um dos sítios que localizou foi a necrópole de Panoias, em Ourique, publicada em 1908 pela primeira vez (Vasconcelos, 1908).

O seu principal interesse seriam as inscrições com Escrita do Sudoeste (Beirão & Gomes, 1980), que desde cedo começou a integrar nas coleções do então Museu Etnográfico (Vasconcelos, 1927/1929), incluindo as descobertas em Panoias, Ourique, e Monte dos Vermelhos (Ameixial, Loulé).

Logo no início do século é também publicado o primeiro Catálogo do atual Museu Municipal Dr. Santos Rocha, na Figueira da Foz (Rocha, 1905), que contempla materiais de inúmeros sítios sidéricos, incluindo restos osteológicos – como é o caso da necrópole do Ferrestelo (associada ao povoado de Santa Olaia, na Figueira da Foz) ou da Fonte Velha de Bensafrim (Lagos).

As cerâmicas contempladas nesse Catálogo foram recolhidas de norte a sul do país, mas referimos apenas as de Fonte Velha, que nos parecem ser as únicas indubitavelmente oriundas de um sítio funerário da Idade do Ferro. Importa ainda reiterar que neste museu está depositado o célebre disco de ouro de Fonte Velha, assim como contas de vidro do mesmo sítio.

Para além das mencionadas publicações, e excetuando-se alguns trabalhos muito pontuais durante os anos 60, as investigações parecem estagnar. A verdade é que, no período em que o Estado Novo esteve instalado em Portugal, não só as edições acerca do tema diminuíram drasticamente, como a sua divulgação acabava por ser uma arma política (Arruda, 2008, p. 13).

De facto, entre os anos 30 e 70 não surgem obras de qualquer tipo que tratem de necrópoles sidéricas, excetuando dois casos. O primeiro refere-se ao arrolamento dos dados já conhecidos de Fonte Velha de Bensafrim por Abel Viana e António Dias de Deus (Viana & Deus, 1958); o segundo trata-se de um apontamento acerca de fechos de cinturão ditos «Hallstáticos», provenientes de Ourique, Figueira da Foz e Alcácer do Sal (Almeida & Ferreira, 1967).

O interesse pelo período aparenta renascer com a figura de Caetano de Melo Beirão, advogado de profissão (Silva A. C., 2016), para quem a Arqueologia seria um passatempo (Beirão, 1986, p. 45). Note-se que, dentro da Arqueologia, o seu maior interesse eram as estelas epigrafadas com escrita pré-latina.

O autor é responsável pela descoberta de 36 necrópoles da Idade do Ferro, no Baixo Alentejo e Algarve. A partir da sua listagem conhecemos 12 sítios algarvios, mas os de «Alcoutim» e «Ameixial» não estão assinalados como necrópoles (Beirão, 1986, p. 53).

A sua primeira publicação refere-se às necrópoles de A-Mealha-Nova e da Herdade do Pêgo, ambas em Ourique, assinada com dois dos seus alunos (Beirão, 1986, p. 46; Dias, Beirão, & Coelho, 1970).

A tese de doutoramento de 1986 descreve os métodos de «prospecção» altamente intrusiva que praticou entre 1970 e 1980, e o tratamento dado aos materiais, que poderia envolver o descarte (Beirão, 1986, p. 38).

A metodologia de Beirão consistia na localização de sítios através do contacto com locais que haviam encontrado algum tipo de indício de ocupação proto-histórica – desde fragmentos de estelas, a objetos metálicos. Uma vez na zona apontada, escavava sem planeamento prévio e, pelo que se consegue perceber através dos seus relatos, sem preocupações de maior com a estratigrafia ou o registo do sítio (Beirão, 1986, pp. 46-47).

No quadro do atual paradigma e contexto da Arqueologia portuguesa, aceitar uma «civilização» proto-histórica e os elementos que essa realidade acarreteria, acaba por ser um pouco desmedido e até problemático. Não obstante, a sua tese foi importantíssima para os estudos do mundo funerário, permitindo a conceção das primeiras tipologias e cronologias. Ainda que hoje pareçam cada vez mais ultrapassadas, o mérito não lhe pode ser retirado.

Antes mesmo da publicação da sua tese, e em conjunto com Mário Varela Gomes, Beirão uniu esforços para uma Exposição no Museu Nacional de Arqueologia acerca das estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste, cujo pequeno Catálogo foi divulgado (Beirão & Gomes, 1980).

Nesta Exposição, mostraram-se as estelas de Bensafrim (Lagos), Cômoros da Portela (Silves), de uma sepultura em Lagoa (cujo espólio estaria depositado no Museu Municipal de Faro, informação desmentida pela instituição), Alagoas, Vale dos Vermelhos, Ameixial, Azinhal dos Mouros (as quatro em Loulé), Alcoutim (sítio desconhecido), Monte das Mestras (Alcoutim), Corte de Pere Jacques (Aljezur), Dobra (Monchique) e Cerro do Castelo da Fuseta (Tavira).

Há ainda um sem número de estelas provenientes do Baixo Alentejo, a sua esmagadora maioria da região de Ourique. Os restantes materiais, como os metálicos (no seu grosso, espetos de assador de bronze), são também, em grande medida, oriundos do Baixo Alentejo (Beirão & Gomes, 1980).

Novamente, a necrópole de Fonte Velha de Bensafrim ganha destaque, com a exposição não só das estelas, como dos diversos materiais de adorno recolhidos – entre os quais,

contas de colar, braceletes, fragmentos de fíbulas, anéis e argolas –, mas também de objetos metálicos como lâminas de facas (Beirão & Gomes, 1980).

Resta referir que, neste Catálogo, se associam as espoliações de túmulos à transformação que teria tido lugar entre os séculos V e IV a.C., aquando do «(...) desaparecimento do reino de Tartessos (...)», ao mesmo tempo que o «(...) poderio Cartaginês (...)» se elevava (Beirão & Gomes, 1980).

Mário Varela Gomes dedicou-se ainda à iconografia sidérica (Gomes, 1990-1991), apurando paralelos para inúmeros materiais recolhidos no Sudoeste português, inseríveis na I Idade do Ferro, com ambientes orientais. Ao mesmo tempo, estabelece paralelos com o período anterior, a Idade do Bronze. De facto, a sua investigação não se cinge propriamente a um período em particular, pelo que publica não só acerca da proto-história, mas também momentos a ela anteriores, e bastante posteriores – passando mesmo pela Idade Média e Moderna.

Ao lado de Beirão, também Virgílio Hipólito Correia investigou o mundo funerário da Idade do Ferro, com especial enfoque dado aos espaços de enterramento alentejanos. Em conjunto, publicaram as primeiras cronologias para a necrópole de Fernão Vaz (Beirão & Correia, 1991) que, por sua vez, permitiram definir as primeiras tipologias para os sítios funerários alentejanos – publicadas já após a morte de Beirão (Correia, 1993).

O interesse de Hipólito Correia pela necrópole e habitat de Fernão Vaz é notório, tendo em conta as numerosas publicações sobre o sítio que produziu (Beirão & Correia, 1990; Beirão & Correia, 1991; Correia, 1996; Correia, 1999a; Correia, 1999b), que continuam no século XXI.

De facto, não só mostra um continuado pelas estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste (Correia, 2014), mas também pelo sítio de Fernão Vaz, sobre o qual volta a escrever em 2007 (Correia, 2007).

Importa ainda referir, para o panorama espanhol, Fernando Quesada-Sanz e os seus atentos estudos sobre armas proto-históricas ibéricas – especialmente naquilo que se refere às facas afalcatadas, tantas vezes associadas ao mundo funerário (Quesada Sanz, 1992). Dedicou-se, de igual modo, à identificação de uma hierarquização dentro das necrópoles a partir dos materiais depositados em cada sepultura (Quesada Sanz, 1994).

Também desse lado da fronteira surgiram algumas publicações que nos foram muito úteis, desde aquelas que se referiam à ourivesaria e às suas origens (Berrocal Rangel, 1989; Blanco Fernández & Celestino Pérez, 1998), até aos estudos de sítios e dos seus materiais, caso do sítio de Pajares (Villanueva de La Vera), cujo volume acerca da necrópole e do seu espólio aurífero nos serviu para algumas comparações tipológicas (Celestino Pérez, 1999).

Ainda nos finais do século XX, começam a emergir as primeiras Cartas Arqueológicas para a região Algarvia: em 1992 é publicada a carta de uma parte dos concelhos algarvios (Araújo, 1992) e, 3 anos depois, a segunda (Araújo, 1995). Estas não trazem grandes novidades, quando comparadas com as informações recolhidas na bibliografia – ainda assim, deixa-se em anexo as informações reunidas nas duas publicações, assim como as referidas no levantamento arqueológico de Cachopo (anexo 6.1., pp. 107-109).

Este levantamento de Cachopo (Tavira) foi publicado, já na viragem da centúria, por Maria Pereira Maia (Maia, 2000), que falava de necrópoles também anteriormente conhecidas.

Também Mário Varela Gomes publicou um levantamento arqueológico para o concelho de Lagoa, em conjunto com João Luís Cardoso e Francisco Alves (Gomes, Cardoso, & Alves, 1994). No entanto, não são mencionadas quaisquer necrópoles sidéricas cuja localização seja conhecida no concelho, apenas indicados alguns materiais encontrados numa sepultura, na cidade de Lagoa (Gomes, Cardoso, & Alves, 1994, p. 53), assim como o espeto de bronze – proveniente daquilo que designa como os «(...) achados do Arade (...)» (Gomes, Cardoso, & Alves, 1994, pp. 64-65).

Para o município de Alcoutim, foram inventariados sítios de interesse arqueológico nos últimos anos da década de 90 por Alexandra Gradim, cuja publicação nunca viu a luz do dia.

Antes do final da centúria, encontramos uma última Exposição debruçada sobre a Idade do Ferro: *De Ulisses a Viriato* que, tal como a de 1980, teve lugar no Museu Nacional de Arqueologia, e contou com a publicação de um volume (Alarcão, 1996) com intervenções de muitos dos investigadores supramencionados. A Exposição esteve aberta ao público entre maio de 1996 e junho de 1997 (Museu Nacional de Arqueologia, s.d.).

Um apontamento final prende-se com a tese de Doutoramento da Doutora Helena Catarino, divulgada igualmente nos finais da centúria, cujo inventário de sítios refere algumas necrópoles sidéricas que aqui vão sendo discutidas (Catarino, 1997).

2.4. O Século XXI

Ana Margarida Arruda começou a publicar ainda durante o século XX, mas foi já na entrada do século XXI que se dedicou em maior escala à I Idade do Ferro – especialmente ao que pode ser definido como «período Orientalizante».

Na viragem de milénio, traz à estampa um grande volume, correspondente ao texto da sua tese de Doutoramento, acerca da colonização fenícia do território português (Arruda, 1999-2000), posicionando-se assim na vanguarda dos estudos orientalizantes no território português.

As obras multiplicam-se, mas aqui importa referir apenas aquelas que se referem ao mundo funerário da Idade do Ferro: o texto *Práticas e Rituais Funerários no Sul de Portugal durante a Proto-História* (Arruda, 2000), que distinguia as formas de construção no litoral e no interior do território, e de que forma essas construções tinham ou não relevância no ritual de enterramento realizado; ou o estudo que se refere ao Baixo Alentejo, e que inclui necrópoles e sítios de habitat (Arruda, 2001a).

No mesmo ano, a autora escreve sobre as importações «púnicas» na região Algarvia (Arruda, 2001b) num texto em que, apesar do interesse não estar voltado para o mundo funerário, podemos encontrar elementos materiais que nos permitirão estabelecer paralelos ao nível das materialidades.

Em 2003 publica acerca das opções de ocupação do território em Tavira durante a I Idade do Ferro (Arruda, 2003), evidenciando as localizações dos sítios conhecidos no concelho, enquanto estabelece paralelos com Castro Molião, e com o período cronológico antecedente.

O artigo do ano seguinte, resultante da comunicação proferida durante o III Seminário Internacional sobre Temas Fenícios (Arruda, 2004), cujo conteúdo se refere às necrópoles proto-históricas em geral, denota o desconhecimento geral acerca do tema para a região

algarvia, em que as provas estão, na maior parte dos casos, dependentes das estelas com Escrita do Sudoeste.

Na edição da *Xelb* dedicada a Estácio da Veiga, Ana Arruda sistematiza os dados conhecidos sobre a ocupação sidérica do território algarvio (Arruda, 2007), novamente utilizando Castro Marim, *Balsa* (Tavira) e *Ossonoba* (Faro) romanas, ou Monte Molião, entre outros exemplos, que estão sempre presentes na sua investigação e que, infelizmente, não contemplam sítios funerários.

Existem igualmente publicações acerca de Castro Marim, com um foco nos metais que aí surgiram (Pereira T. M., 2008), assim como sobre Monte Molião (Dias V. , 2010; Pereira, Arruda, & Sousa, 2019).

Finalmente, em 2008, escreve pela primeira vez sobre a necrópole sidérica do Convento de Nossa Senhora da Graça (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008) – uma necrópole de incineração que identifica como sendo fenícia (ou de inspiração Oriental). Logo no ano seguinte, refere-se às arquiteturas religiosas do mundo Tartéssico (Arruda & Celestino Pérez, 2009), nas quais inclui práticas funerárias do Sudoeste peninsular.

Em 2016 volta a investigar uma necrópole da Idade do Ferro (Arruda & Cardoso, 2016), mas esta fica já fora dos limites geográficos do presente estudo, assim como aquela que divulga no ano seguinte (Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2007).

No geral, as suas publicações dedicam-se aos contextos fenício-púnicos, ao mundo Tartéssico em geral, e não propriamente às necrópoles sidéricas. Não obstante, e tendo em consideração o território que estas duas realidades ocupam, o seu trabalho acaba por ser de referência para nós. Outro dos nomes importantes para o tema que aqui nos interessa é o de Francisco B. Gomes que, de resto, foi também orientado por Ana Margarida Arruda durante o seu percurso académico. De facto, a sua dissertação de Mestrado (Gomes F. B., 2011) e tese de Doutoramento (Gomes F. B., 2016) referem vários sítios que aqui tratamos, pelo que foram de extrema importância para a nossa compreensão deste vasto tema.

Tendo em conta que o seu Doutoramento se focou no Mundo Funerário sidérico português, acabou por ser uma mais valia no momento de nos dedicarmos à redação do nosso texto. Ainda assim, assinalamos que o autor não se restringiu à região algarvia nem nas materialidades, focando-se nos sítios aos quais mais investigação havia sido dedicada.

Escreveu ainda acerca de alguns materiais, sobretudo contas de colar ou outros elementos de importação mediterrânica, que acabámos também por utilizar nos capítulos seguintes desta dissertação (Gomes F. B., 2014; Gomes F. B., 2018).

Os artigos acerca de Quinta da Queimada (Lagos) foram, por razões óbvias, de importância acrescida, especialmente aquele publicado por David Calado e Mário Varela Gomes (Calado & Gomes, 2006), uma vez que não tivemos acesso à publicação anterior de Pedro Barros (Barros, 2003). Do mesmo modo, também o artigo acerca da Cista dos Gregórios (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003) foi um elemento precioso para a interpretação do sítio e para o exame dos materiais daí provenientes.

Infelizmente, e naquilo que se refere às necrópoles tratadas no decorrer do trabalho, a de Vale de Romeira foi uma daquelas em que o acesso à informação foi muito reduzido, cingindo-se a um poster de 2011 (Correia, Paulo, & Cabrita, 2011).

Para o contexto espanhol, um dos grandes nomes a reter é o de Javier Jiménez Ávila que publicou sobre as necrópoles sidéricas no território – como a de Medellín (Almagro-Gorbea, Jiménez Ávila, J. Lorrio, Mederos, & Torres, 2006), Talavera La Vieja (Jiménez Ávila & González Cordero, 2012) ou de El Jardal (Jiménez Ávila, 2004).

Este último artigo referido é de extrema importância para o contexto português, tendo em conta que repensa as cronologias apontadas para as necrópoles do Baixo Alentejo. O mesmo pretende fazer em texto de 2002 (Jiménez Ávila, 2002-2003) através da divulgação de estudo relativo aos diferentes tipos de túmulos que caracterizam as necrópoles da Idade do Ferro no Sudoeste peninsular, nas suas diversas tipologias.

Não poderíamos deixar de sublinhar que a construção da Barragem do Alqueva na zona de Beja e a afetação daí decorrente permitiu a descoberta de um grande número de sítios funerários da Idade do Ferro, que foram sendo publicados de forma desfasada e em diversos periódicos.

Um dos mais importantes será o de Rui Monge, com Lídia Baptista e Zélia Rodrigues, que trazem à luz os dados dos sítios de Montinho 6, Alto de Brinches 3 e Monte da Lage (Soares, Baptista, & Rodrigues, 2016). Estes sítios encontram-se na margem esquerda do Guadiana.

Na margem direita do território que acabou coberto pelas águas não haviam sido encontradas, até 2007, necrópoles sidéricas, de acordo com os investigadores que percorriam o território desde 1998 (Calado, Mataloto, & Rocha, 2007).

Também podemos falar da necrópole da Carlota (Beja; Mateus & Pereira, 2012), do Monte do Pombal, em Ferreira do Alentejo (Silva P. M., 2014) ou do Monte Bolor, já em Beja (Soares, et al., 2017). De igual modo, o artigo acerca da Quinta do Estácio teve também um valor importante para este trabalho (Pereiro, Mataloto, & Borges, 2017). Estas necrópoles alentejanas são, de facto, uma mais valia para o estudo que temos em mãos.

Para o Algarve propriamente dito, contamos com os trabalhos sistemáticos de João Luís Cardoso e Alexandra Gradim, que se dedicaram extensivamente à divulgação da necrópole do Cabeço da Vaca, em Alcoutim (Cardoso & Gradim, 2006; Cardoso & Gradim, 2008; Cardoso & Gradim, 2011). Esta será a necrópole mais bem conhecida do concelho, tendo em conta que a do Monte das Mestras não foi investigada para além da estela aí recolhida.

Em 2012, com o apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz, foi redigida uma monografia acerca da vida e obra de António dos Santos Rocha, coordenada por Raquel Vilaça e Sónia Pinto (Vilaça & Pinto, 2012), na qual surgem artigos como aquele que segue a visita ao Algarve do arqueólogo (Arruda & Pereira, 2012) ou um estudo aprofundado do disco de ouro recuperado na necrópole de Fonte Velha de Bensafirim (Vilaça & Armbruster, 2012).

O volume editado na sequência da Exposição «Loulé: Territórios, Memórias, Identidades» (2017) volta a reiterar os problemas supramencionados em relação à Arqueologia no Algarve: «(...) o registo muitas vezes não é suficientemente rigoroso (...)» e «(...) faltam escavações arqueológicas nas necrópoles conhecidas (...)» (Barros, Melro, & Estrela, 2017, p. 242).

Um último apontamento tem a ver com uma obra inúmeras vezes citada ao longo deste trabalho: referimo-nos a *De Iberia a Hispania*, coordenada por Francisco Gracia Alonso, uma obra de síntese importante para a recolha dos primeiros dados acerca deste período na Península Ibérica (Gracia Alonso, 2008).

2.5. Um ponto de partida

Após esta extensa pesquisa bibliográfica, foi tempo de perceber quais as necrópoles efetivamente identificadas no território algarvio – ou, pelo menos aquelas cuja existência parece atestada, ainda que, quase invariavelmente, a expressão apenas signifique que foram prospectadas e localizadas e, em parte dos casos, relocalizadas. A necessidade destas relocalizações deve-se, em grande parte, às descrições pouco pormenorizadas da maior parte dos investigadores, assim como aos deficientes métodos de registo.

A base de dados Endovélico, sediada no Portal do Arqueólogo foi o ponto de partida para a listagem dos sítios e, apesar de ter, por vezes, várias entradas para uma mesma estação, bibliografia não correspondente, ou necrópoles que não estão assinaladas como tal, acabou por revelar-se uma mais valia.

Inicialmente, a pesquisa foi feita utilizando os termos «tipo de sítio: necrópole» e «cronologia: idade do ferro», e fazendo também ensaios com a I e II Idade do Ferro, e Idade do Bronze. A seguir a uma primeira listagem geral, fez-se uma segunda, que apenas compreenderia as necrópoles do Baixo Alentejo – para este fim, servimo-nos da função que restringe os resultados a cada concelho e repetimos o processo para cada um dos 13 concelhos. Quando compreendemos que o Algarve seria uma opção mais viável, repetiu-se o método para cada um dos concelhos algarvios, que permitiu recolher 32 estações.

A lista final conta com 30 sítios conhecidos, depois de alguns necessários ajustes. Os de Fonte Velha de Bensafirim e Hortinha tinham várias entradas no Portal do Arqueólogo, mas deverão ser topónimos diferentes para uma única realidade (Pereira, 2014, p. 370).

Das 12 estações algarvias registados por Caetano de Melo Beirão, mantiveram-se as 10 que o autor refere como necrópoles, e um que não lista como tal, tendo-se eliminado «Alcoutim» – cuja única indicação era de existir uma estela com Escrita do Sudoeste, de contexto desconhecido.

O sítio do Ameixial manteve-se porque outras referências o classificam como provável necrópole, sendo as suas coordenadas indicadas no Portal do Arqueólogo – de facto, neste local terá sido recuperada uma estela epigrafada com Escrita do Sudoeste.

Assinalou-se ainda o sítio da Dobra, Monchique, que Caetano de Melo Beirão menciona (Beirão, 1986), e que a equipa que procedeu ao levantamento da Carta Arqueológica de Portugal coloca em Silves (Araújo, 1992). Aparentemente, há alguma confusão acerca do

local de recolha da estela, pelo que não se elimina por completo a possibilidade ter sido descoberta já em Silves (Capela, 2018). Em todo o caso, é esta a indicação fornecida pelo Portal¹⁰.

Incluímos também o Cerro da Chã, localizado aquando do levantamento arqueológico de Cachopo, em 2000, referido como necrópole (Maia, 2000), tendo sido mencionados «fragmentos de ânfora púnica» nesse contexto.

Ainda que se trate de uma necrópole já da II Idade do Ferro, não excluímos Quinta da Queimada, em Lagos, até porque será a primeira desta cronologia encontrada em território algarvio (Calado & Gomes, 2006).

Por fim, o Convento de Nossa Senhora da Graça (em Tavira) foi inventariado a partir da publicação de 2008, da autoria de Ana Margarida Arruda, que não só refere o contexto por ela intervencionado, mas também a eventual necrópole do Palácio da Galeria (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008).

Note-se, no entanto, que a estação tem duas entradas no Portal do Arqueólogo: uma como «Vestígios Diversos», com cronologia da Idade do Ferro, onde são referidas estruturas do «período fenício»¹¹; e outra como «Palácio», com cronologia de Bronze Final, II Idade do Ferro e Medieval Islâmico, onde é assinalada a sepultura de «tradição fenícia»¹².

Uma lista final das necrópoles encontra-se nos anexos (anexo 6.2., pp. 110-111), em que os dados da primeira listagem resultante da pesquisa no Portal do Arqueólogo haviam já sido alvo de interpretação.

Para uma melhor compreensão do território, procedemos à realização de vários mapas e seis Modelos Digitais de Terreno (MDT) com recurso ao programa *QGis 3.12*, com base nas coordenadas geográficas WGS84 em graus decimais (ou seja, equivalentes às utilizadas no Portal do Arqueólogo). Apoiamo-nos igualmente na Carta de Ocupação do

¹⁰ Direção Geral do Património Cultural. (s.d.). *Dobra*. Obtido em 19 de janeiro de 2019, de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=49711>

¹¹ Direção Geral do Património Cultural. (s.d.). *Tavira – Calçada da Galeria/ Parque de Festas*. Obtido em 19 de janeiro de 2019, de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=2477475>

¹² Direção Geral do Património Cultural. (s.d.). *Tavira - Palácio da Galeria*. Obtido em 19 de janeiro de 2019, de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=54884>

Solo de 2019, PT150, correspondente ao território Algarvio, cujos metadados estão disponíveis online gratuitamente no portal da Direção Geral do Território¹³.

O primeiro mapa (anexo 7.2., p. 132) refere-se à localização das necrópoles conhecidas e apresentadas ao longo do capítulo 3 da presente dissertação, distinguindo-as da mesma forma que o foram sendo em texto: ou seja, entre necrópoles, outros sítios e sítios em discussão.

O segundo (p. 133) mostra todas as entradas que constam no Portal do Arqueólogo com ocupação da Idade do Ferro no território algarvio. De facto, alguns destes sítios não nos parece terem uma comprovada ocupação sidélica, mas preferimos mantê-los, até para transmitirmos uma ideia generalizada daquilo que é conhecido para a região.

O terceiro mapa (p. 134) reúne as informações contempladas nos dois primeiros mapas, para uma perceção de conjunto da realidade da ocupação da Idade do Ferro na região algarvia.

O quarto (p. 135) considera todas as entradas onde foram recuperadas estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste. Apesar de não ser o foco do nosso trabalho, estas epígrafes são, em muitos casos, associadas a prováveis necrópoles da Idade do Ferro, pelo que considerámos importante observar a sua distribuição. Mantivemos, em todo o caso, a tipologia de classificação adotada no Portal: referimo-nos a «vestígios diversos» ou «achados isolados», que mantivemos desde que a presença de um destes elementos fosse mencionada.

Finalmente, para cada um dos concelhos algarvios com entradas quer para necrópoles ou *habitats* foram elaborados mapas (anexo 7.2.2., pp. 136-148), de forma a conhecer a ocupação a nível regional. Note-se que nos concelhos de Albufeira, São Brás de Alportel e Olhão não foram identificados quaisquer registos de ocupação sidélica, razão pela qual não foram elaborados mapas para estas três regiões.

Os seis Modelos Digitais de Terreno (anexo 7.3., pp. 149-154) serviram de base às considerações geográficas que apresentamos no capítulo 3. Tratam das sete necrópoles principais que descrevemos no mesmo capítulo. Foram elaborados a partir de Cartas

¹³ Direção Geral do Território (2018). *Cartografia de Uso e Ocupação do Solo (COS, CLC e Copernicus)*. Obtido em 10 de janeiro de 2019, de Cartografia e Geodesia (Direção Geral do Território): http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/cartografia_tematica/cartografia_de_uso_e_ocupacao_do_solo_cos_clc_e_copernicus/

Militares 1:25000 vetorizadas, cujos pontos de cota foram triangulados, permitindo uma leitura real do terreno da envolvente de cada sítio. Pela sua proximidade, as necrópoles de Vale de Romeira 2 e Cômoros de Portela encontram-se no mesmo MDT, da Carta Militar 1:25000 n°587.

3. Arqueologia da Morte

3.1. A Arqueologia da Morte no Desenvolvimento Teórico da Arqueologia

Apesar do termo «Arqueologia da Morte» ter sido cunhado somente nos anos 60 do século XX (Chapa Brunet, 2006, p. 26), a verdade é que desde o século XIX que os investigadores se têm vindo a debruçar sobre o mundo funerário das sociedades do passado (Chapman, 2003, p. 305).

Podemos definir a Arqueologia da Morte, ou Arqueologia Funerária, como o estudo das práticas associadas à morte e disposição de cadáveres, onde se incluem os rituais, a cultura material¹⁴, a arquitetura dos monumentos funerários, e a relação entre o espaço dos vivos e o espaço dos mortos. Incluem-se também todas as ilações passíveis de ser retiradas de um contexto funerário, desde aquelas que se referem ao cadáver em si mesmo (os dados biológicos que podem ser obtidos, a título de exemplo), às que se referem à estrutura social da comunidade em que o indivíduo se inseria e aos significados que o mundo dos mortos pode ter para os vivos.

A arqueologia da morte é um campo altamente transdisciplinar (Arnold & Jeske, 2014, p. 327), apoiando-se em várias ciências sociais e humanas, como a Antropologia Cultural e a Sociologia, assim como nas ciências naturais.

O interesse histórico-culturalista no mundo funerário teve a ver com o papel atribuído aos materiais depositados em contexto funerário como fontes de informação «fechadas e estruturadas» na construção da Arqueologia. Ao mesmo tempo, os costumes funerários eram entendidos como parte integrante das «religiões primitivas» da Antropologia (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 90).

O conceito de «cultura arqueológica»¹⁵ cunhado por Gordon Childe permitiu que se avançasse para lá da tipologia individual do artefacto e em direção à «(...) reconstrução

¹⁴ Cultura material é um termo que foi sendo utilizado para definir os conjuntos de materiais arqueológicos (materiais, arquiteturas, entre outros), que funcionariam como indicadores etnoarqueológicos, de acordo com a linha de pensamento da Nova Arqueologia (Renfrew & Bahn, 2016, p. 42). O seu significado foi sofrendo modificações, pelo que, atualmente, a Arqueologia Pós-Processual encara a cultura material como reflexo da sociedade e do seu desenvolvimento cultural – ou seja, mais do que objetos demarcadores de grupos humanos, são elementos dotados de significados para as sociedades (Renfrew & Bahn, 2016, pp. 498-499).

¹⁵ «(...) os diferentes tipos de restos – cerâmica, utensílios, ornamentos, ritos funerários, lugares de habitação –, que aparecem recorrentemente juntos (...)» (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 90; Bicho, 2012, p. 56).

espacial e temporal dos conjuntos de objetos (...)» (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 90) – os objetos provenientes de contextos funerários passaram a ser a principal fonte de informação para definir estas «culturas», uma vez que eram entendidos como depósitos fechados.

Neste sentido, a onda difusionista da arqueologia, que procurava construir uma identidade cultural¹⁶ dos povos, encontrou nos espaços mortuários um espaço em que os indivíduos do passado expressavam a sua identidade através da cultura material que depositavam com os seus mortos. Estes seriam os seus próprios «marcadores materiais», e cada tipo de enterramento permitiria distinguir diferentes períodos, culturas, e estabelecer padrões migratórios¹⁷ (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 90). O próprio ritual funerário passava a ser uma forma de definir povos ou culturas, assim como as suas áreas de influência.

Os arqueólogos histórico-culturalistas apoiaram-se, em grande medida, em paralelos etnográficos para o estabelecimento de relações entre as práticas funerárias e as crenças que as suscitaram. Um exemplo seria o medo universal da morte e a dicotomia corpo-alma – esta poderia ser a explicação para as sociedades que têm medo dos mortos e dos seus espíritos. Por outro lado, a incineração pode ser associada à crença de que O Além

¹⁶ A questão da identidade cultural acaba por ter uma base de apoio nas conceções das culturas arqueológicas, cujo indicador tem vindo a ser correlacionado com a etnicidade, com a sua origem assente na identificação consciente do indivíduo com um grupo em particular (Shennan, 2003, pp. 5-6). Esta ideia estruturou-se na metodologia de Gustaf Kossinna (1858-1931), que mapeava os conjuntos tipológicos que considerava fazerem parte de um grupo étnico definido, de modo a estabelecer os limites geográficos da sua ocupação, podendo mais tarde ser utilizados como armas políticas. Construindo uma relação entre vários grupos humanos ao longo de milénios num território amplo, teve impacto na justificação, a título de exemplo, da invasão da Polónia por parte da Alemanha Nazi (Veit, 2003, pp. 38-40). De facto, o conceito de etnicidade é hoje considerado como decisão consciente de identificação com um grupo; por isso mesmo, se tem vindo a discutir a validade das fontes escritas indiretas na identificação de grupos étnicos, como é o caso já referido das referências greco-latinas a «povos» peninsulares (Shennan, 2003, p. 14). Pouco discutido durante o período de desenvolvimento da Nova Arqueologia (Veit, 2003, p. 48), os conceitos de etnicidade e identidade cultural não foram o foco da interpretação arqueológica (Jones, 2003, p. 5). O pós-processualismo tentou, por seu turno, afastar-se das definições mais fechadas dos termos, criando perspectivas críticas importantes na nova forma de construir identidades culturais, ainda que tenha resultado num «revivalismo étnico», que culminou em tentativas separatistas de grupos anteriormente unidos (Jones, 2003, pp. 6-8).

Efetivamente, a necessidade de associar uma cultura material a um grupo humano está na base da investigação arqueológica (Jones, 2003, p. 15), e até hoje continua a ser um problema presente na nossa interpretação, não havendo ainda uma resolução prática em vista. A arqueologia dos nossos dias continua a servir-se das culturas arqueológicas e das identidades criadas em seu torno, sem que essa correlação seja reconhecida abertamente (Jones, 2003, p. 137).

¹⁷ «(...) La variabilidad espacio-temporal de las prácticas mortuorias documentadas arqueológicamente fue comprendida del mismo modo que las variaciones de los demás rasgos culturales de esas culturas y sirvieron como marcadores de la difusión y movimiento de los pueblos en el pasado. (...) » (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, pp. 90-91).

se situava algures nos céus (James, 1928, p. 232) – ou era resultado de temor ao cadáver (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 91).

Este tipo de investigação podia mesmo chegar a relacionar aspetos arquitetónicos das necrópoles – como a existência de «cairns» ou lápides – a crenças: neste caso, como forma de impedir o retorno dos mortos à vida (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 91). A crença numa «outra vida» podia ter até influência na orientação do cadáver: a orientação deve seguir o nascer e o pôr-do-sol, ou indicaria a direção da viagem do defunto no *postmortem* (Rose, 1922, p. 133).

Robert Hertz defende que a morte não é um simples acontecimento biológico, mas uma transição ou passagem ritualizada, em que a relação entre o indivíduo (que passa de vivo a defunto) com a sua comunidade se altera (Hertz, 1960 [1907], p. 86). Note-se, no entanto, que esta alteração não é automática e requiere tempo.¹⁸

Não só Hertz, mas também Arnold van Gennep, partilhavam de ideias semelhantes: a identidade do indivíduo, no momento da sua morte passaria por um rito de passagem semelhante a outros que se dariam em vida – a passagem de criança a adulto, ou entre solteiro e casado (Lima, Martinez, & Filho, 1985, p. 143). Neste contexto, passaria do seu estado inicial (vivo), para uma separação – coincidente com o momento da sua morte. Estaria depois num lugar «liminar», que temporalmente se encontraria entre a morte e a disposição final do corpo, e que, espacialmente, poderia passar por um enterramento primário (Hockney, 2002, pp. 212-213; Budja, 2010, p. 47).

Segundo o mesmo autor, o primeiro enterramento poderia passar pela deposição do corpo numa vala em terra ou num recipiente de grandes dimensões, desde que a eliminação dos tecidos fosse efetivada – podia incluir endocanibalismo (Hertz, 1960 [1907], pp. 43-44). O segundo enterramento seria feito somente quando apenas restassem ossos (Budja, 2010, p. 47).

Para este antropólogo, a mumificação seria o extremo de longevidade da disposição do corpo, e a incineração uma forma de agilizar o processo de diluir os tecidos moles do cadáver (Hertz, 1960 [1907], pp. 42-43; Budja, 2010, p. 47).

¹⁸ «(...) Every change of status in the individual, as he passes from one group to another, implies a deep change in society's mental attitude toward him, a change that is made gradually and requires time. The brute fact of physical death is not enough to consummate death in people's minds: the image of the recently deceased is still part of the system of things of this world, and loses itself from them only gradually by a series of internal partings. (...)» (Hertz, 1960 [1907], p. 81).

O final do luto definir-se-ia pela integração do defunto no mundo invisível dos mortos aos olhos da sociedade que o acompanhou neste processo de desintegração e ajuste que é a morte (Hertz, 1960 [1907], p. 86).

Não só a forma de deposição permitiu tirar conclusões – como a incineração coincidir com uma crença numa vida celestial (James, 1928, pp. 232-233) –, mas também os locais de enterramento foram sendo discutidos. O enterramento dentro das habitações indicaria o desejo do retorno do indivíduo na forma de uma criança ao grupo (Rose, 1922, p. 129), e a deposição nas águas a crença nas vias fluviais e marítimas como entrada no «Além». Por seu turno, o afastamento do mundo dos mortos exprimiria medo dos seus espíritos (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 92).

A Arqueologia histórico-cultural e a sua vaga difusionista definiram, ainda assim, alguns pressupostos acerca das «culturas» do passado e das suas opções em relação à disposição dos seus mortos: as práticas funerárias permitiriam determinar crenças específicas; as transformações nas práticas funerárias devem ser atribuídas a transformações nas crenças; e a causa destas mudanças é explicada através da migração de povos e da difusão de ideias através dos contactos entre as diferentes culturas (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 92).

Note-se, no entanto, que já em 1927 Alfred Kroeber nega esta hipótese, ao compreender que as várias comunidades nativas que estuda na Califórnia, com muitas semelhanças entre si na vida quotidiana, têm respostas extremamente díspares em relação ao tratamento dado aos seus mortos. Atribuiu estas discrepâncias não a migrações, mas à instabilidade e oscilação que podem caracterizar as formas de reagir à morte¹⁹, mesmo que a vida quotidiana se mostre estável e comparável com outras (Kroeber, 1927, p. 308; 313).

No fundo, o que Kroeber mostra é que os costumes funerários não respondem a fatores estruturais, mas emocionais, e que o registo funerário, por ter uma componente emocional, dificulta o estudo da religião e cosmovisão das comunidades do passado (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 92).

¹⁹ «(...) These instances perhaps suffice to establish that disposal of the dead often shows a fluctuating history instead of the relative stability which a first judgement might attribute to it. (...)» (Kroeber, 1927, p. 313).

De forma semelhante, Ulrich Fischer, determinou que as práticas funerárias dependiam de vários fatores, e que não seria possível definir diferenças culturais somente a partir do registo funerário (Fischer *apud* Veit, 2003, p. 44). Outro exemplo é aquele dado por Lars Larsson, que estuda contextos funerários do mesolítico escandinavo, e que entende que em vários dos contextos que investiga existe uma cultura material geralmente semelhante (Larsson, 2003, p. 215), mas em que os dados divergentes não permitem a inferência acerca daquilo que são marcadores culturais do grupo que aí se sepultou, e aquilo que são elementos resultantes de trocas de ideias ou materiais (Larsson, 2003, pp. 216-217).

Outros autores, como Fredrik Fahlander, vão mais fundo, defendendo que apenas vemos «(...) traços fragmentários de como lidavam com os cadáveres (...)», e que muito dificilmente conseguiremos compreender as cosmogonias das sociedades do passado (Fahlander, 2003, p. 74).

A sua posição vai até de encontro àquela postulada por Peter Ucko, que defende que não só os elementos depositados com o defunto, mas aqueles que não são, podem ter uma relação com as crenças dos grupos – mas apenas vemos uma parte dessa realidade (Ucko, 1969, pp. 264-266).

Tal como o advento da Nova Arqueologia, que podemos situar em 1962 com a publicação do afamado artigo «Archaeology as Anthropology» de Lewis Binford, também na mesma década podemos referir uma mudança no paradigma da Arqueologia da Morte, como passaria a ser conhecida.

Foi o próprio Binford que deu o primeiro passo neste sentido: em 1971 é publicado um volume, «Approaches to the Social Dimensions of Mortuary Practices», resultado de um simpósio organizado em 1966, e no qual é publicado um artigo da sua autoria – «Mortuary Practices: their study and potential» (Chapman, 2003, p. 306).

Novamente, a premissa de que as variações na cultura humana seriam somente atribuíveis a transmissão e comunicação entre indivíduos é negada, ainda que refira que as distinções nas práticas mortuárias variam em relação direta com a complexidade da hierarquia e organização social das sociedades. Para o autor, de forma a compreendermos as opções tomadas em contexto funerário, teríamos de compreender a pessoa «social» do indivíduo (Chapman, 2003, p. 306). Apesar de admitir que foi «problemática» a verificação das suas premissas, concluiu que «(...) a forma e estrutura que caracterizam as práticas

funerárias de qualquer sociedade estão condicionadas pela forma e complexidade das características organizacionais da própria sociedade (...)» (Binford, 1971, p. 23).

O volume teve um enorme impacto sobre as análises de contextos funerários – a partir dos casos de estudo passaram a utilizar-se métodos quantitativos para analisar o estatuto social dos indivíduos e, por conseguinte, medir a desigualdade nas sociedades do passado. Mas o debate acerca da extensão em que era possível ver sociedades com um chefe («chiefdom» na literatura anglo-saxónica ou «jefatura» na literatura espanhola) no registo etnográfico e arqueológico, continuava em debate: concluiu-se, então, que as diferenças sociais ilustradas no registo arqueológico funerário poderiam ser influenciadas por mecanismos políticos ou ideológicos dos quais não estamos a par (Chapman, 2003, p. 308).

O conceito de Binford de «pessoa social» tinha muito do conceito análogo da Antropologia: sugeria que os costumes e crenças funerárias foram determinadas pelas identidades do indivíduo, representadas na morte, e pelas responsabilidades atribuídas pelo restante grupo ao defunto – quantos mais papéis sociais (ou responsabilidades) o indivíduo tinha no seio da sociedade, mais a estrutura social se complexifica, espelhando-se no registo funerário (Binford, 1971, pp. 19-20).

Segundo o autor, os grupos de caçadores-recolectores teriam sistemas igualitários de estruturação social, pelo que o mundo funerário espelhariam apenas fatores como a idade e o sexo; enquanto os grupos com agricultura e chefes seriam detentores de sistemas sociais complexos, hierarquizados e estratificados, que teriam também um peso no tratamento mortuário dado aos indivíduos (Binford, 1971, p. 20).

Tal como Arthur Saxe, que se baseou nas ideias difundidas por Binford para a sua dissertação, esta teoria apoiava-se em dados etnográficos de sociedades do presente, e assumia a obrigatoriedade de uma transição de uma sociedade caçadora-recolectora para uma agrícola (Budja, 2010, p. 44).

Hoje, e tal como refere Chris Scarre, o apoio em dados etnográficos pode ser importante na inalienação das sociedades do passado, aproximando-as daquilo que conhecemos. Não obstante, os paralelos entre as sociedades do presente e as do passado não podem ultrapassar a barreira do significado: este é inteiramente diferenciado, mesmo que os rituais possam ter paralelos (Scarre, 2004, pp. 79-81).

Arthur Saxe foi também o impulsionador dos estudos acerca da dimensão espacial dos espaços de enterramento (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 94): daqui advém a sua da «hipótese 8», em que defende que os direitos corporativos da utilização e/ou controlo dos recursos limitados são legitimados por via dos laços com os mortos, pelo que a sociedade que detém esse controlo vai utilizar os espaços controlados para a deposição dos seus defuntos (Budja, 2010, p. 44).

Em 1981, Lynne Goldstein reformula esta hipótese, defendendo que, se uma área destinada aos mortos existe, então é porque o grupo é já soberano sobre esse espaço – o controlo foi obtido através da celebração dos ancestrais e é dessa forma reiterado (Goldstein, 1981, p. 61). Goldstein arguiu ainda que, mesmo «(...) em condições económicas e ambientais semelhantes, as comunidades simbolizam e ritualizam aspetos da sua organização de diferentes formas (...)» (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 94).

As limitações criadas pela Arqueologia processual em relação às ilações que retiravam dos contextos funerários foi cada vez mais criticada, especialmente se a olharmos através da sua «perspetiva darwinista». Para estes investigadores, a cultura era «(...) um meio extra somático de adaptação ao meio (...)» – se assim o era, então o que teria interesse no estudo das sociedades do passado seriam as suas estratégias de sobrevivência e a sua organização social (Chapa Brunet, 2006, p. 27).

Assumir que as práticas funerárias refletem a estrutura social torna o contexto funerário numa fonte de informação para conhecer a natureza da sociedade que as pratica – esta visão funciona como uma espécie de cadeia operativa, e o interesse do estudo deixa de ser o das «religiões primitivas», para passar a ser o movimento de povos e culturas (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 94).

Em suma, o paradigma da Arqueologia Funerária Processualista pode ser definido em quatro pilares principais: em primeiro lugar, aquele que se refere à referência espacial (de objetos ou estruturas); em segundo, o melhoramento dos sistemas de classificação e do tratamento dos dados; em terceiro, a interpretação social dos restos funerários, de modo a estabelecer uma sequência ou lista de critérios a preencher para a hierarquização dos indivíduos, relacionando o seu enterramento com os dados acerca da idade e do sexo; e, por último, a incorporação de sistemas analíticos mais aperfeiçoados, chegando mesmo a uma necessária interdisciplinaridade (Chapa Brunet, 2006, pp. 27-28).

O Pós-Processualismo surge, então, como crítica fundamental à Nova Arqueologia, não só no que se refere aos contextos funerários, mas em várias áreas da Arqueologia. Deve-se, em parte, à utilização de ciências sociais de origem europeia (desde o Neomarxismo, ao estruturalismo e estruturação), e à interpretação do simbolismo e significado no centro da experiência humana (Chapman, 2003, p. 309).

Ian Hodder e Parker Pearson foram dois dos maiores críticos da Arqueologia Processual, e as suas ideias acabaram por ter um fio condutor semelhante.

O primeiro reinterpreto a «hipótese 8», defendendo que os contextos funerários funcionam como «arenas» onde os cultos aos ancestrais e os rituais funerários têm uma função clara na mediação e transmissão do poder e do direito de propriedade (Budja, 2010, p. 45). Hodder concorda com a premissa de que a simbolização havia sido relegada para segundo plano com a Nova Arqueologia, deduzindo que as «relações sociais práticas» podiam ser invertidas ou distorcidas no momento do funeral (Hodder, 1980 *apud* Chapman, 2003, pp. 308-309).

Para Hodder, o ritual de enterramento não é nunca um «reflexo passivo» de aspetos decorridos da experiência em vida do indivíduo – pelo contrário, é por vezes na morte que os indivíduos se tornam naquilo que não foram em vida (Budja, 2010, p. 46).

Seguindo uma ideia semelhante, Parker Pearson alegava que as práticas funerárias poderiam ser utilizadas pelos vivos para manipular os mortos para os seus próprios interesses (Pearson, 1982, p. 112). Os seus estudos de enterramentos em Cambridge mostraram a falta de relação direta entre os custos do funeral e o valor da propriedade do defunto (Pearson, 1982, p. 109). Em paralelo, e desde então, vários inquéritos levados a cabo noutros contextos geográficos têm vindo a mostrar que a «pessoa social» e a organização da sociedade não estão espelhadas nas práticas funerárias, mas que estas estarão filtradas por crenças filosóficas e/ou religiosas, visões cosmogónicas e pelos seus conjuntos de símbolos (Budja, 2010, p. 45).

Vicente Lull discutiu ainda a possibilidade de os rituais funerários serem o produto de trabalho social, alocados por grupos sociais nos processos produtivos, e nas relações sociais de produção e reprodução. Estas questões obrigariam o arqueólogo a interpretar não só o espaço funerário, mas as estruturas domésticas, e de que forma as «relações sociais práticas» correspondem às relações expressas na morte (Lull, 2000, p. 580; Chapman, 2003, p. 310).

Por outras palavras, conseguimos retirar um princípio que nos poderá guiar: a arqueologia não retira deduções acerca das sociedades do passado exclusivamente através do estudo de necrópoles ou espaços de enterramento (Chapman, 2003, p. 310).

Atualmente, a análise da morte ocorre em várias escalas – desde o corpo individual, à sua localização dentro da necrópole, devendo passar pela relação entre a necrópole e o habitat. As representações entre a vida e morte só podem ser devidamente avaliadas quando os espaços da vida e da morte são igualmente compreendidos (Chapman, 2003, p. 311).

O indivíduo pode ser dividido entre o seu corpo e a sua identidade individual – ou personalidade. Este é o conceito de «personalidade relacional»: a identidade individual é ela própria instável, dependente das relações e das materialidades ou animais que a incorporam, segundo os conceitos de Marilyn Strathern (Budja, 2010, p. 49).

Segundo esta linha de pensamento, o indivíduo não é somente um corpo, mas também um agente da sociedade – são todas as componentes dessa mesma sociedade, incluindo os materiais ou os animais que fazem parte da experiência do indivíduo e que o tornam numa entidade «partível» ou «dividual». Este conceito pretendia criticar a visão ocidental de «indivíduo» como entidade definível, estável e una, de alguns filósofos europeus, com Marcel Mauss, David Hume ou Immanuel Kant (Budja, 2010, pp. 48-50).

De acordo com Strathern, todos os «fragmentos» do indivíduo têm uma relação com as várias dimensões da pessoa, muitas vezes vista como irredutível do pequeno conjunto de características a partir das quais a concebemos (Budja, 2010, p. 50).

O próprio corpo, enquanto cadáver, incorpora o sujeito e o objeto, a presença e a ausência, e as abordagens em relação ao corpo são extremamente diferentes, dependendo das sociedades. O tratamento dado ao corpo é, como já se disse, uma representação – mas a justificação dessa representação é variável, e quando nos deparamos com ela, está coberta por várias camadas de práticas sociais (Mui, 2018, p. 27). Como o autor refere, «The corpse is the ultimate objectification of death.» – mas não só o corpo nos diz algo sobre o mundo funerário do passado (Mui, 2018, p. 27).

Para alguns investigadores, mais do que uma questão «religiosa» (e note-se que aqui englobamos crenças que podem não estar incorporadas num sistema religioso propriamente dito), o ato funerário pode ser associado ao «(...) desenvolvimento da capacidade de abstração e previsibilidade (...)» (Mateus & Moreno-García, 2003, p. 265).

Na verdade, nos nossos dias, a Arqueologia da Morte não é uma atividade somente apoiada pela Antropologia ou outras ciências sociais: cada vez mais as ciências naturais têm muito a fazer pelo estudo dos rituais funerários das sociedades do passado, conseguindo dados concretos a partir de uma investigação empírica.

3.2. As novas potencialidades da Arqueologia da Morte

O estudo dos vestígios osteológicos não é uma noção nova, e tem vindo a ser desenvolvido principalmente por antropólogos biológicos e/ou forenses. Apesar das primeiras investigações neste sentido serem hoje criticadas pela sua (falta de) ética à luz dos parâmetros atuais – como as análises craniométricas, muitas vezes associadas a esforços nacionalistas de criar uma imagem racista e superiorizada do seu «povo» – a verdade é que esses ideais parecem cada vez mais ultrapassados no paradigma atual (Arnold & Jeske, 2014, pp. 336-337).

No início do século XX, também em Portugal estas ideias se difundiram: um dos nomes a elas associadas é o de Mendes Corrêa, antropólogo e médico. Este investigador dedicou-se, por exemplo, à análise de referenciais físicos de indivíduos condenados para entender quais as características de um criminoso (Corrêa, 1914). A sua intenção seria a de definir uma tipologia, definindo, à partida, quem teria «tendências criminosas» ou não, de acordo com essas medições. Do mesmo modo, empenhou-se a utilizar os mesmos métodos em restos osteológicos recuperados em contextos arqueológicos, ainda que esses nem sempre estivessem disponíveis (Corrêa, 1924, p. 241)²⁰.

De facto, o autor pretendia mostrar o valor daquilo que considera a «raça» portuguesa – que tinha as suas raízes, indubitavelmente, nos Lusitanos: «A raça é inegavelmente vigorosa e forte. Diodoro Sículo considerava já os Lusitanos os mais fortes de todos os Iberos (...)» (Corrêa, 1919, p. 157). Esta raça seria a prova de uma «(...) superioridade antropológica (...)» (Corrêa, 1919, p. 157), alicerçada nos grupos humanos que vinham a povoar a Península Ibérica ao longo dos tempos.

Na verdade, os estudos osteológicos da atualidade têm em conta a idade em que o indivíduo morreu, o seu sexo, a sua estatura física, as paleopatologias e os traumas que

²⁰ «Da idade do bronze não conhecemos um só esqueleto humano, de cronologia segura, no território português (...)» (Corrêa, 1924, p. 241)

podem ter tido um papel mais ou menos determinante na sua morte (Gonçalves, 2007, pp. 22-24).

No que se refere às paleopatologias, os investigadores são capazes de identificar e registar os elementos patogénicos, assim como o impacto que tiveram nas sociedades e de que forma foram sendo combatidos. Permitem igualmente identificar a longevidade de doenças infecciosas, por exemplo (Mateus & Moreno-García, 2003, pp. 283-284). Também as dietas podem ser apuradas a partir deste tipo de estudos: é hoje possível identificar défices nutricionais, pressões populacionais ou «(...) fenómenos paleoepidemiológicos (...)»²¹ de maiores dimensões (Mateus & Moreno-García, 2003, p. 283).

Quando a oportunidade surge, podem também ser levados a cabo estudos acerca de eventual fauna ou flora depositada em associação com o indivíduo (Gonçalves, 2007, pp. 26-27).

No entanto, as hipóteses não se esgotam aí: aquilo a que Bettina Arnold e Robert Jeske chamam de «efeito CSI» (Arnold & Jeske, 2014, p. 328) teve uma influência considerável na aceitação das inúmeras questões biológicas e químicas que podem ser feitas aos corpos humanos – é uma das maiores razões para o crescimento notável da bioarqueologia nos últimos tempos (Arnold & Jeske, 2014, pp. 328-329).

Por exemplo, a análise do ADN nuclear e mitocondrial tem vindo a ser aplicado a restos osteológicos humanos antigos, ainda que os problemas de contaminação e degradação da amostra continuem a ser o maior impedimento a estes estudos.

Uma vez que o sequenciamento ADN de alto rendimento tem vindo a ser melhorado, a idade da amostra deixou de ser um fator tão determinante quanto a sua degradação. A normalização e gradual viabilidade económica deste tipo de estudos permitirá, num futuro próximo, estudar a mobilidade em grande escala a partir de amostras de ADN (Arnold & Jeske, 2014, p. 329).

Parece-nos importante, ainda assim, reiterar que a análise de ADN em contextos arqueológicos terá ainda de passar por um grande desenvolvimento, assim como a sua posterior interpretação. Não são raras as situações em que os dados obtidos através de

²¹ Estudo da relação entre doenças e o meio ambiente, incluindo fatores como as condições higiénico-sanitárias, de saúde e nutrição (Antunes-Ferreira, 2005, p. 59).

métodos empíricos são absolutamente extrapolados do seu contexto original e efabulados para contar uma história que pode não ter acontecido – damos o exemplo recente da notícia²² de que os indivíduos do sexo masculino da Península Ibérica, há cerca de 4500 anos, teriam sido dizimados, em favor de um grupo que os «substituiria».

A investigação liderada por um geneticista norte-americano aparenta não ter sido interpretada em conjunto com mais dados arqueológicos nem antropológicos, assim como as publicações noticiosas não mostram um cuidado particular na disseminação das informações. A linguagem sensacionalista e potencialmente perigosa estimulou a redação de uma carta aberta, assinada por investigadores portugueses e espanhóis acerca dos problemas destes «estudos».²³

A migração de grupos humanos sempre foi uma questão sensível para os arqueólogos, especialmente no que se refere ao debate entre se as mudanças no registo arqueológico são provenientes de movimentação humana, ou se apenas as ideias são disseminadas (Callaway, 2018, p. 574).

Ann Horsburgh argumenta que a reação adversa de muitos arqueólogos a este tipo de conclusões de geneticistas se prende, em parte, com o facto de estes e arqueólogos se referirem a coisas diferentes com os mesmos termos. Ao mesmo tempo, as publicações desvirtuam as conclusões arqueológicas, em favor das opiniões de geneticistas (Horsburgh *apud* Callaway, 2018, p. 575).

Apesar de não ser ainda uma ferramenta exata, e de haver uma enorme necessidade de análise crítica a este tipo de estudos, não deverá ser descartada - «The technology is no silver bullet (...), but archaeologists ignore it at their peril.» (Stockhammer *apud* Callaway, 2018, p. 574). As assinaturas genéticas movem-se e a genética é um instrumento para detetar a mudança – mas cabe aos arqueólogos entender as diferentes experiências humanas observadas no registo arqueológico (Callaway, 2018, p. 574;576).

Por outro lado, são também mais ou menos comuns as análises de isótopos – de estrôncio, oxigénio, carbono, azoto ou nitrogénio, para enumerar alguns exemplos – em contextos

²² A notícia foi publicada em vários jornais portugueses e espanhóis, tais como o Diário de Notícias (<https://www.dn.pt/vida-e-futuro/interior/ha-4500-anos-os-homens-da-peninsula-iberica-foram-mortos-e-substituidos-por-invasores-9937914.html>), o Observador (<https://observador.pt/2018/10/02/ha-4-500-anos-uma-invasao-acabou-com-os-homens-da-peninsula-iberica/>), ou mesmo o El País (https://elpais.com/elpais/2018/10/01/ciencia/1538416630_736638.html).

²³ Ainda que com um título altamente tendencioso, podemos ler acerca desta resposta num artigo redigido por Rita Dinis e publicado no Observador (Dinis, 2018).

funerários. Estas permitem apoiar o estudo da mobilidade dos restos osteológicos, assim como analisar as suas dietas – podendo, posteriormente, ser associadas a um estatuto social. No entanto, a idade das amostras pode ser um problema, tal como o tratamento dado ao cadáver²⁴ – a técnica tem vindo a ser alvo de diversos refinamentos, pelo que o seu potencial está ainda, em grande escala, por alcançar (Arnold & Jeske, 2014, p. 329).

As análises de isótopos de carbono e azoto permitem indicar o consumo de determinados alimentos. Apesar de alguns constrangimentos, ligados à calibração dos níveis de isótopos pertencentes às espécies potencialmente consumidas, foi extensamente utilizada nas décadas de 80 e 90 do século passado (Mateus & Moreno-García, 2003, pp. 284-285).

Por ser efetuada diretamente nos restos osteológicos dos defuntos (Montgomery, 2010, p. 23), a análise de isótopos de estrôncio permite o estudo da mobilidade – tanto em casos individuais (Frei, et al., 2015, p. 3), como de grupos (Evans, Stoodley, & Chenery, 2006, p. 271).

O estrôncio é um elemento litófilo²⁵ encontrado em rochas, que é ingerido e metabolizado em tecidos de mamíferos, principalmente a partir da comida e bebida ingeridas (Montgomery, 2010, p. 6). Este elemento distribui-se homogeneamente no esqueleto e é encontrado em maiores quantidades nos ossos, na dentina e, ligeiramente menos, no esmalte (Montgomery, 2010, p. 7) – mas é no estrôncio presente no esmalte que se pode encontrar a oportunidade de comparação entre os rácios de isótopos formados durante a infância e os formados mais tardiamente (Montgomery, 2010, p. 12). O esmalte é também considerado estável e resistente a mudanças estruturais e químicas (Montgomery, 2010, p. 10).

O caso da rapariga de Egtved permitiu aos investigadores entender que os isótopos de estrôncio do primeiro molar esquerdo da mandíbula deste indivíduo do sexo feminino – que se teria formado até aos 4 anos de idade – eram diferentes daqueles encontrados na análise a 23 centímetros de cabelo (correspondentes aos últimos 23 meses da sua vida²⁶).

²⁴ Os autores dão o exemplo de ossos incinerados, alvo da destruição de colagénio pelo fogo (Arnold & Jeske, 2014, p. 329).

²⁵ A tabela periódica pode ser dividida em elementos litófilos, siderófilos, calcófilos ou atmófilos. Os elementos litófilos são aqueles que têm maior afinidade com o oxigénio, com baixa energia de ionização, e que por norma são silicatos. Alguns exemplos são o potássio, magnésio ou cálcio (Pinto Cañon, 2003, p. 247).

²⁶ «(...) While bone isotopic signatures represent an average of dietary protein consumed over several years or decades prior to death, hair does not remodel once formed and preserves a signal of recent diet, with 1 cm of hair equating to roughly one month of an individual's life. (...)» (Knüsel, et al., 2010, p. 285)

Isto permitiu concluir que a rapariga deveria ser originária de um território já fora dos limites da atual Dinamarca (Frei, et al., 2015, pp. 3-5).

Nem sempre a questão que se põe com uma análise aos isótopos de estrôncio tem a ver com a origem individual do esqueleto, podendo também ser uma forma de identificar a existência de imigrantes, por exemplo, dentro de uma necrópole, que se pôde supor com uma mudança na cultura material. Mesmo admitindo a existência de imigrantes, nem sempre é fácil dar a resposta acerca da origem desses indivíduos, porque o método funciona por exclusão da amostra – mas há vários locais com os mesmos níveis médios de isótopos de estrôncio (Montgomery, 2010, p. 20).

Tal como A. M. Pollard refere, há várias razões que podem ter um efeito visível e mesurável nos níveis de estrôncio de certos indivíduos, criando discrepâncias entre pessoas que viveram e morreram no mesmo contexto. De facto, só quando os níveis de estrôncio de todo o território são bem conhecidos é que estas inferências podem ser retiradas (Pollard, 2011, p. 636).

Outros ossos podem dar informação acerca da dieta ao longo da vida dos indivíduos: por exemplo, os investigadores que se debruçaram acerca dos restos humanos da Senhora de St Bees utilizaram os ossos da abóboda craniana, da tíbia e das costelas para entender a sua dieta, respetivamente, durante a infância, durante algumas décadas da sua vida e dos seus últimos 10 anos de vida (Knüsel, et al., 2010, pp. 282-283).

A metodologia não está ainda aperfeiçoada, e nem todas as questões podem ser prontamente respondidas: é importante no momento de entender a proveniência do indivíduo, sem se cingir aos materiais com que foi depositado, mas subentende que o local de origem tem níveis médios de estrôncio diferenciados do local em que foi enterrado, o que nem sempre é o caso²⁷ (Montgomery, 2010, p. 23).

Outra questão prende-se com a falta de diálogo entre os laboratórios e os arqueólogos, em que os primeiros assum as suas análises científicas como detentoras de respostas definitivas, e os segundos acreditam que o seu investimento financeiro deve responder indubitavelmente às suas questões (Pollard, 2011, p. 632). No entanto, os materiais

²⁷ «(...) To work at all, it requires that there is measurable strontium isotope difference between the place the person migrated from and the place they migrated to. Given the predilection for people to seek out similar soil types and terrains in their new homeland, there may be some questions that will remain forever unanswered by strontium isotope analysis (...)» (Montgomery, 2010, p. 23).

arqueológicos contam o factor humano, pelo que a interpretação dos resultados é uma necessidade imperativa – a análise apenas produz dados, não respostas²⁸.

Por outro lado, a própria vida do defunto pode ser alvo de inquérito arqueológico: o reconhecimento do corpo como forma de cultura material, com modificações ativas conscientes e inconscientes, deixa marcas físicas no conjunto osteológico do indivíduo, que não se cingem à sua idade ou sexo. Cada vez mais os objetos tradicionalmente associados a indivíduos do sexo feminino ou masculino são tema de debate, especialmente quando o registo arqueológico nos mostra o contrário do que poderíamos inicialmente esperar (Arnold & Jeske, 2014, pp. 330-331).

A recém apelidada de «Arqueologia do Conflito» tem também ligações à Arqueologia da Morte: refere-se ao estudo de contextos em que os indícios apontem para um episódio mais ou menos duradouro de violência, quer seja um sítio relacionado com uma batalha ou não. Muitas vezes estes contextos implicam a escavação de valas de enterramento comuns, que por si só acarretam inúmeras dificuldades no seu estudo, desde a desarticulação dos restos osteológicos à tentativa de compreender quais as ações que levaram a essa deposição. Acumulam muitas vezes as metodologias da bioarqueologia, mas também métodos de reconstrução facial em três dimensões²⁹ (Arnold & Jeske, 2014, p. 331).

Uma outra metodologia emergente dentro do tema é a «Arqueotanatologia», termo cunhado já no século XXI, apesar da sua génese recuar aos anos 80 do século XX (Gligor, 2014, p. 5). O seu objetivo é o de «(...) reconstruir as atitudes das populações antigas em relação à morte, focando o estudo no esqueleto humano, e analisar os atos ligados à gestão e tratamento do cadáver (...)», e de acabar com a separação entre os dados recolhidos pelo arqueólogo daqueles recolhidos por um antropólogo biológico (Gligor, 2014, p. 6).

A importância deste tipo de investigação tem também a ver com a identificação dos processos pós-deposicionais sofridos pelo indivíduo depois do enterramento – um dos mais importantes é o efeito da gravidade na decomposição do cadáver (Gligor, 2014, p. 6).

²⁸ « (...) real analytical instruments do not directly provide answers in any branch of science. They produce data, which have to be interpreted before an answer – more strictly, an inference – can be reached. (...)» (Pollard, 2011, p. 632).

²⁹ Outros exemplos são comuns, nem sempre ligados a ambientes de conflito: é o caso da reconstrução facial dos indivíduos mortos pela erupção do Vesúvio em Pompeia (Martín, Descals, & Kay, 2017).

O processo passa pela observação e documentação da posição dos restos osteológicos no campo, tendo em conta as variáveis na decomposição dos tecidos moles e da anatomia humana. O seu foco está em reconstruir os acontecimentos desde o momento da deposição do cadáver até ao momento em que é exumado, separando os fatores culturais dos naturais, permitindo que as interpretações do tratamento pós-morte do indivíduo seja avaliada de forma cuidada e coerente (Stutz, 2016, p. 22).

Esta metodologia permite tirar ilações tão vastas ou tão interessantes como o indivíduo ter sido depositado com algo a embrulhá-lo estreitamente, a deposição num local apertado, ou a constatação de que o crânio estava elevado em relação ao resto do corpo (Gligor, 2014, p. 7).

Porque a Arqueologia da Morte envolve uma enorme panóplia de dados, as formas de os tratar, interpretar e deles retirar conclusões é também imensamente variável. Como acima referimos, é um ramo inerentemente transdisciplinar, cujo desenvolvimento permite, cada vez mais, compreender as ramificações de todos os processos que as sociedades do passado levaram a cabo no momento de enterrar os seus mortos – mas não com a profundidade e certeza que certamente desejaríamos.

3.3. O impacto da Arqueologia da Morte na investigação da Idade do Ferro

O estudo do mundo funerário em períodos do passado, mais ou menos recuados, tem sempre um impacto considerável nos dados disponíveis acerca das sociedades que nos precederam. Esta relevância pode ter ainda mais repercussões quando o conhecimento acerca destes grupos se encontra truncado, desfasado e incompleto.

Ainda que o mundo sidérico que aqui estudamos tenha, tecnicamente, fontes escritas, destas apenas conhecemos o valor fonético e não o significado (Alarcão, 1996, p. 20), pelo que não as poderemos analisar da forma que registos escritos cujo significado é entendido. De facto, os únicos documentos que conseguimos decifrar e que se referem às populações que viviam no atual território algarvio são assinados por gregos e romanos, cuja fiabilidade é discutível. Com efeito, estes autores nem sempre conheciam diretamente a realidade que relatavam, muitas vezes escrevendo em períodos mais tardios

que os acontecimentos que narravam, e quase sempre com intuítos políticos nas entrelinhas.³⁰

Por esta razão, podemos referir-nos à afirmação de Raquel Vilaça, que defende que a morte nestas sociedades não era um acontecimento «(...) puramente biológico, mas antes um «rito de separação», implicando um longo e complexo processo de preparação do corpo (...)» (Vilaça, 2017, p. 116).

A preparação do corpo do defunto faria parte de uma cerimónia mais complexa, que não seria resultado da continuidade casual, mas da «(...) reivindicação específica de comemorarem uma tal continuidade.» (Connerton, 1993, pp. 57-58).

Ainda que a investigação arqueológica permita recolher dados acerca destes grupos, a verdade é que o mundo funerário, como ritual portador de mensagens e significados muito variados (Arnold, 2001, p. 213), não está isento de perturbações e dúvidas no registo arqueológico. Vemos o resultado das cerimónias, dos processos ritualizados, mas continuamos sem conseguir explicar o seu significado. Como indica Chris Scarre, conseguimos ver a substância, mas não o detalhe; podemos até ter um grau de verdade, mas nunca o valor simbólico que teve para as populações do passado (Scarre, 2004, p. 77; 81).

Tal como referimos anteriormente, para as sociedades sem registos diretos acerca das suas vivências, é comum utilizarem-se paralelos etnográficos de populações atuais, que podem ser convenientes para novas considerações acerca das suas ações. No entanto, é importante reiterar que estas considerações não poderão automaticamente ser aplicadas a sociedades pré e proto-históricas.

Scarre dá mesmo o exemplo dos Merina, de Madagáscar, uma população do século XIX que constrói túmulos com câmara, semelhantes aos túmulos megalíticos do neolítico europeu, e cujo estudo permitiu estabelecer paralelos em termos do seu comportamento.

Não obstante, esta aparente semelhança nunca poderia ser extrapolada para o âmbito das crenças, tendo em conta que os grupos pré-históricos não adotaram uma única fé, uma única conceção cosmogónica ao longo dos milénios durante os quais construíram os seus monumentos funerários (Scarre, 2004, pp. 79-80). Existem pelo menos dois momentos ou períodos distinguíveis na construção das tumulações neolíticas, o que não parece

³⁰ Tal como falamos anteriormente (p. 13).

refletir-se no grupo madagascarense ou não é, pelo menos, visível nos dados recolhidos. De facto, não temos razões para assumir que apenas terá existido uma crença ou ideia durante todo o período em que os túmulos foram utilizados (Scarre, 2004, p. 80).

Podemos mesmo ir mais longe e concordar que, dentro de toda e qualquer sociedade, existem pessoas com convicções e interpretações diferenciadas em relação a um mesmo acontecimento (Scarre, 2004, p. 78), sem que exista uma separação do restante grupo.

Tal como discutimos acima, a morte pode ser uma oportunidade para manipular a identidade do defunto, extraindo-o ou extrapolando (d)aquilo que foi em vida (Pearson, 1982, p. 112).

No entanto, e é neste ponto que nasce a Arqueologia Funerária, o ritual mortuário faz parte de um «(...) consenso normativo estabelecido através de identificação comum e mútua com o sagrado, que serve, em primeira instância, para criar as fundações da identidade do grupo (...)»³¹ (Dux, 1991, p. 77). Quer isto dizer, que para lá de todas as possibilidades de alteração, manipulação ou fatores externos que possam deixar impressões no registo arqueológico, há uma base uniformizadora que une as populações do passado e as suas ideias cosmogónicas/crenças rituais, podendo ser visível na norma do registo arqueológico ou na sua ausência.

De facto, o problema do arqueólogo, e tal como refere Bettina Arnold, é tentar passar do reconhecimento desse padrão para a sua explicação³² (Arnold, 2001, p. 211).

A verdade é que o padrão dos enterramentos algarvios está ainda por descodificar: algumas necrópoles, parcamente intervencionadas, parecem ter rituais de incineração e inumação a coexistir no mesmo sítio; outras, aparentam dar continuidade às tumulações do Bronze Final; outras ainda são consideradas como orientalizantes ou mesmo fenício-púnicas devido aos materiais que aí se recolhem.

A falta de dados e os pobres registos de parte das intervenções não nos permitem uma clara leitura acerca dos sítios, pelo que apenas podemos supor que a coexistência de rituais se deva ao facto de se reportarem a períodos diferentes e, portanto, serem resultado de

³¹ Tradução pessoal do original: «(...) a basic normative consensus is established by means of common, mutual identification with the sacred, an agreement which first and foremost serves to create the foundations for the group's identity (...)» (Dux, 1991, p. 77)

³² «We are pushing the interpretative envelope to its limits when we attempt to go from pattern recognition to the explanation of pattern.» (Arnold, 2001, p. 211)

fatores que nos são estranhos. Não obstante, não é o suficiente para que possamos retirar ilações fidedignas destas conjeturas.

Noutros casos, a falta de vestígios orgânicos passíveis de serem datados por métodos absolutos, como era o caso dos ossos incinerados³³, quer a carência de fundos económico-financeiras que permitam esse tipo de análises, acabam por criar barreiras à investigação. Ao mesmo tempo, o desconhecimento acerca destas metodologias e da forma correta de proceder à recolha destes vestígios pode, por si só, ser um entrave maior à utilização de algumas técnicas.

De facto, um dos grandes obstáculos à investigação do mundo funerário sidérico na região algarvia é a falta de restos osteológicos. Esta ausência nota-se nalgumas necrópoles, como na de Cabeço da Vaca (Giões, Alcoutim), onde nenhuma das sete sepulturas continha qualquer osso (Cardoso & Gradim, 2011).

Ainda que isto possa ser explicado pela acidez dos solos, que impede a conservação de restos osteológicos, alguns autores consideram que situações como a acima descrita poderão resultar do recurso a cremações, seguidas de deposição secundária em cista, que apenas deixariam os carvões e cinzas na tumulação (Jiménez Ávila, 2004, p. 107). Outros leem nesta inexistência vestígios de uma antiga tradição, associada tanto a Vaceus, como a Celtiberos, que entregariam os seus defuntos aos abutres (Vilaça, 2017, p. 117), de forma a descarná-los antes de inumação.

Na verdade, esta teoria poderia ajudar a explicar a existência de alguns ossos e falta de outros, especialmente dos mais pequenos e frágeis, que poderá eventualmente justificar o caso da Fonte Velha de Bensafirim, onde se encontraram ossos fragmentados não cremados (Veiga, 1891, p. 254). Este tipo de inumações secundárias não são propriamente uma novidade no mundo oriental, ao mesmo tempo que, na Península, podem ser fruto de continuidade do Bronze Final (Amo y de la Hera, 1993, p. 173).

Com efeito, e de acordo com o supramencionado, a decomposição dos tecidos moles antes da inumação pode ter significados e tempos diferenciados, de acordo com as cosmogonias das populações sobre as quais nos debruçamos (Mui, 2018, p. 27). Infelizmente, a falta de restos osteológicos impede involuntariamente a recolha de dados diretos acerca das paleodietas e paleopatologias: eventualmente poderão ser feitas análises

³³ Atualmente, a datação de ossos incinerados já é possível, mas não está isenta de (Lanting & Brindley, 1999).

cromatográficas³⁴ a recipientes recolhidos *in situ* de modo a evidenciar a sua paleodieta, mas não diretamente nos restos osteológicos; o mesmo se aplicando às paleopatologias.

A sociedade sidérica do Sul peninsular, em especial do território atualmente português, é ainda um tema gerador de confusão, debate e muitas opiniões contraditórias, e mesmo as pequenas investigações que se têm tentado levar a cabo não parecem estar perto de uma resposta definitiva.

Compreender a região do Algarve como uma unidade étnica ou cultural durante a Idade do Ferro pode ser uma imagem difícil de entender, mas a verdade é que, em conjunto com o sudoeste espanhol, cada vez mais essa possibilidade parece ter algum fundo de verdade (Arruda, 1999-2000, p. 59). No entanto, essa aparente união cultural não terá que resultar automaticamente de qualquer sistema sociopolítico de subjugação ou interdependência, pois não temos dados que nos permitam fazer essa ligação nestas áreas geográficas.

De facto, a população pré-romana do território algarvio foi sendo mencionada com recurso a diversos termos ao longo dos séculos – entre os quais se incluem Cinetes, Turdetanos, Túrdulos e Tartéssios; de igual modo, foram sendo integradas nos grupos Fenício-Púnicos e Gregos, com os quais foram tendo contacto.

O território algarvio, em harmonia com o restante sudoeste peninsular, foi palco de inumações em cistas ao longo de todo o Bronze Final, ainda que com variações³⁵, pelo que muitas necrópoles sidéricas são apontadas como continuadoras desta tradição. De facto, e como veremos a seguir, muitas necrópoles do Baixo Alentejo, e algumas já no território algarvio – como a de Cabeço da Vaca (Alcoutim) ou de Fonte Velha (Bensafrim) – são também necrópoles compostas por túmulos cistoides, ainda que a tipologia seja diferenciada daquelas que encontramos mais a Norte.

Na verdade, muito pouco conhecemos acerca dos habitats sidéricos do Sudoeste, e no Algarve apenas quatro foram atestados arqueologicamente. Referimo-nos ao Cerro da Rocha Branca, em Silves, ao Castelo de Castro Marim, ao sítio de Monte Molião e à

³⁴ As análises cromatográficas são efetuadas a partir da raspagem de cerâmica não colada e, em princípio, não lavada. A partir da amostra, é efetuada uma cromatografia gasosa com deteção por massa que pode ser muito relevante para a recolha de dados que permitam (até certo ponto) perceber qual o conteúdo orgânico que um recipiente teria. Para uma explicação do método mais detalhada, ver o texto da autoria de César Oliveira (Oliveira, 2018).

³⁵ Não só no que se refere à organização das cistas, mas também no que se refere ao ritual: algumas cistas não têm vestígios de qualquer ossada depositada, outras apenas de alguns ossos (eventualmente descarnados previamente), e não seria improvável que existissem deposições de vários indivíduos (Amo y de la Hera, 1993, pp. 171-2; 176).

cidade de Tavira. Falamos destes sítios e das intervenções de que foram alvo no capítulo seguinte.

Neste sentido, o mundo dos vivos não está propriamente a trazer à luz novos dados acerca da ocupação sidérica algarvia: os casos documentados são reduzidos, e ora decorrem de intervenções pontuais e incapazes de responder a todas as questões que temos, ora lidam com dificuldades inerentes ao próprio registo arqueológico e palimpsesto de ocupações.

Podemos tirar algumas ilações dos poucos sítios conhecidos, como a aparente norma de assentamento em locais próximos da costa, junto de vias fluviais, permitindo não só controlar o tráfego marítimo, mas também o acesso ao interior (Arruda, 2003, p. 54).

Hoje são (re)conhecidos pelo menos 30 sítios com contextos funerários sidéricos no território algarvio, mas a verdade é que muitas questões continuam sem resposta. Se, por um lado, as intervenções são escassas, pontuais e quase inevitavelmente fruto de emergência, por outro, acabam por se debruçar somente sobre pequenas áreas que não serão, para já, o suficiente para estabelecer um padrão para toda a Idade do Ferro.

Tal como acima mencionamos, os dados de contextos funerários só geram respostas definitivas quando em articulação com os sítios de *habitat* (Chapman, 2003, p. 311). No território algarvio, não só são escassos os assentamentos conhecidos e/ou intervencionados, como não estão associados indubitavelmente a qualquer das necrópoles localizadas – excetuando o caso de Tavira.

O registo arqueológico das necrópoles mostra um contacto continuado com mercadores orientais, coincidindo com o que conhecemos do *habitat*, mas as questões acerca da organização do território, assim como do próprio assentamento, e da sua inter-relação continuam sem resposta, e assim seguirão até que novas e profundas investigações sejam levadas a cabo.

De facto, esta falta de informação crónica que pautava a Idade do Ferro algarvio impede que se consigam explicações para toda uma panóplia de questões: desconhecemos a sua organização social, e continuamos a ter em aberto a questão da identidade destas populações, tal como referimos no primeiro capítulo quando nos debruçamos acerca das fontes clássicas (pp. 13-19).

Um dado que nos parece importante ressaltar aqui é que, independentemente dos termos utilizados, ou dos espaços geográficos apontados pelas fontes, dificilmente estes grupos

humanos teriam uma identidade étnica fechada que corresponda de forma linear às nomenclaturas que lhes atribuíram. De facto, estas sociedades não seriam estanques e não sabemos se as suas fronteiras seriam demarcadas (Garcia Fernández, 2012, p. 701).

Do século VIII a.C. em diante, a Península Ibérica passa a ter contacto direto com colonos fenícios (Arruda, 1996b, p. 37), que vão deixar a sua marca profunda nas populações ibéricas até à sua decadência, a partir do século VI a.C. (idem, pp. 42-44).

Com efeito, muitas necrópoles da Idade do Ferro foram inicialmente correlacionadas com grupos exógenos – nomeadamente, os Fenícios – pela presença de elementos atribuíveis a produções orientais. Hoje é mais ou menos aceite que muitas das necrópoles ditas fenícias na Península Ibérica sejam, na verdade, enterramentos tanto de indígenas, como de fenícios que viveram e morreram nesta zona. Como referimos anteriormente, os contextos funerários fenícios não seriam propriamente ostentosos (Gracia Alonso, 2008, p. 268), contrastando com alguns sítios classificados como tal.

De facto, alguns investigadores consideram que apenas poderiam ser considerados fenícios sítios anteriores ao século VII a.C. na zona sudeste da Península Ibérica, enquanto que no restante território «Tartéssico» num período seguinte tratar-se-á do resultado de um processo de interação entre ambos os grupos (Gracia Alonso, 2008, p. 227).

Um apontamento em relação aos enterramentos tipicamente fenícios tem a ver com o ritual mais comum, que seria o da incineração e posterior deposição em urnas, onde se poderiam reunir ainda objetos pessoais do defunto e oferendas na forma de tigelas e copos (Aubert, 2010, p. 153). Não seriam totalmente forâneas as deposições de ocre em ovos de avestruz, tal como é o caso daquele recuperado na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Gomes, 2016, pp. 320-322).

O desconhecimento, ou a incapacidade de reconhecer sítios funerários que precedem a ocupação fenícia da Península Ibérica acaba por ser um fator determinante para continuar a tentar, por vezes em vão, destrinçar aquilo que seria indígena, daquilo que é já fruto de influência oriental.

De facto, é este o termo – o de «Orientalizante» – que acaba por acomodar muitos destes sítios, estendendo-se por tantos séculos quantos aqueles em que a sua influência se note no registo arqueológico.

Reiteramos, ainda assim, que este facto se deverá relacionar com a investigação, ainda insuficiente, e com os dados aos quais para já temos acesso, e não somente com uma invisibilidade na Arqueologia. Acreditamos que a continuação da investigação, com abordagens novas em termos de prospeção e, quiçá, escavação, irá um dia resultar em novidades que permitam compreender todas as informações de que já dispomos de uma forma totalmente nova e responder a questões que, por agora, ficam em aberto.

4. A ocupação do território algarvio durante a Idade do Ferro

As necrópoles da Idade do Ferro do território algarvio rondam as três dezenas, ainda que aqui consideraremos apenas sete como principais, tendo em conta alguns fatores, como os dados divulgados ou as intervenções levadas a cabo.

A verdade é que a esmagadora maioria destes sítios foram sendo referidos, localizados e relocados ao longo de várias décadas, mas as intervenções foram reduzidas, pontuais, e, por norma, fruto de uma necessidade urgente de salvaguarda.

Deste modo, separamos as necrópoles cujo espólio foi por nós estudado, ou cuja bibliografia mais aprofundada permite que façamos algumas considerações acerca do contexto, daquelas cuja existência é apenas atestada por pequenas intervenções de prospeção e cujos resultados são demasiado redutores. Apartamos ainda cinco sítios cuja informação é de tal forma dúbia, imprecisa ou simplesmente desconhecida que a sua integração neste trabalho nos coloca sérias reservas.

Em cada parte deste capítulo organizamos as necrópoles pela sua posição geográfica: de Ocidente para Oriente (do Barlavento para o Sotavento algarvios) e, quando necessário, de Norte para Sul.

Ao mesmo tempo, pareceu-nos importante falar dos assentamentos conhecidos no Algarve, de modo a compreender de que forma a geografia elegida pelos grupos humanos da Idade do Ferro condicionou a ocupação do território.

Finalmente, tivemos em conta a construção não só das necrópoles, mas também dos *habitats*, e os materiais elegidos para as edificações de cada um, quer ditassem a sua perduração no tempo ou a sua efemeridade.

4.1. As Necrópoles Conhecidas

Fonte Velha de Bensafrim, Lagos (CNS 812)

A necrópole de Fonte Velha de Bensafrim, situada no concelho de Lagos, é conhecida desde pelo menos o século XIX. Aquando das suas visitas à região algarvia, com o intuito de registar as *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Sebastião Estácio da Veiga é

informado acerca do sítio pelo então pároco de Bensafrim, Sr. Manuel José de Barros (Veiga, 1891, p. 250).

Logo em 1878, e no dia em que o visita pela primeira vez, dá início às suas intervenções, na área onde o pároco havia encontrado estelas epigrafadas com escrita pré-latina. Rapidamente associou o sítio funerário à Idade do Ferro – «(...) a necropole da Fonte Velha de Bensafrim não se pode confundir com as da região alemtejana, que somente se devem inscrever na idade do bronze ao passo que a do Algarve ninguém a pode excluir da primeira idade do ferro.» (Veiga, 1891, pp. 206-207).

A necrópole de Fonte Velha apresenta uma interessante diacronia, tendo em conta que se trata de uma necrópole sidérica de inumação posteriormente reutilizada em período romano, desta feita como necrópole de incineração. Logo no segundo corte que efetua, o arqueólogo encontra uma assimetria nítida: os enterramentos por incineração não penetravam o solo em mais do que 65cm (Veiga, 1891, p. 251).

Não será de descartar ainda a possibilidade de continuidade do sítio durante a Antiguidade Tardia, tendo em consideração o fragmento de placa de cinturão aí recuperado e depositado no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Arezes, 2018, p. 248).

A Fonte Velha de Bensafrim é a necrópole conhecida com um maior número de estelas epigrafadas recuperadas *in situ*, em Portugal. Um apontamento interessante feito por Estácio da Veiga refere-se à forma como as estelas eram colocadas nas sepulturas, «(...) ellas é que formam os flancos ou os topos de algumas sepulturas, tendo os letreiros apontados para dentro; o que tem permitido a sua conservação.» (Veiga, 1891, p. 253).

Segundo o autor, as dezassete sepulturas que encontrara estariam orientadas no sentido Nor-Noroeste e Su-Sudoeste (Veiga, 1891, p. 252), e seriam muitos os materiais recuperados, desde contas de colar vítreas a elementos metálicos diversos, passando igualmente pela cerâmica. Não obstante, é algo confuso na sua exposição, pelo que não compreendemos se associa alguns elementos à necrópole sidérica ou à romana.

Também António dos Santos Rocha investiu muito do seu tempo na escavação desta necrópole, a partir de 1895 (Rocha, 1904, p. 64), em parte porque esta lhe mostrava a diferença enorme dos espaços funerários pré-romanos em relação aos plenamente romanos, funcionando como apoio para o estudo dos sítios de Santa Olaia e Ferrestelo (Arruda & Pereira, 2012, p. 139).

Para além de encontrar mais sepulturas em Bensafrim, Santos Rocha é ainda responsável pelo esclarecimento de alguns pontos acerca das sepulturas já conhecidas: das 14 sepulturas que refere, 11 estariam orientadas o Oés-Noroeste – És-Sudeste, 1 a Nor-Nordeste – Su-Sudoeste, a triangular a Noroeste, e a semicircular côncava a Oés-Noroeste (Rocha, 1975, p. 129).

De facto, nem todas as sepulturas seriam retangulares como Estácio da Veiga havia indicado, existindo, para além da triangular e da semicircular, várias trapezoidais (Rocha, 1975, p. 130). Uma das sepulturas de forma retangular seria dupla, pelo que presumimos que continha dois enterramentos.

Recupera alguns metais da necrópole de incineração romana, mas também contas de colar de pasta vítrea e de pedra talhada, vidros e cerâmica correlacionáveis ambas as ocupações. Ainda assim, o elemento mais conhecido de toda a necrópole, o disco de ouro, não foi recuperado pelo investigador, mas pelo Prior António José Nunes da Gloria (Rocha, 1904, p. 64), que lho entregou.

As intervenções na necrópole parecem chegar a um momento de estagnação após a intervenção de Santos Rocha, e durante o século XX o sítio continua a ser discutido, mas de forma menos profunda.

Abel Viana e António Dias de Deus consideram a necrópole romana de Fonte Velha como fazendo parte do grupo dos «campos de urnas» e a ela se referem na sua publicação de 1958 (Viana & Deus, 1958), discutindo as intervenções precedentes sem novos dados.

A Exposição «A I Idade do Ferro no Sul de Portugal: epigrafia e cultura» contemplou não só as estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste da necrópole, mas também uma planta do sítio, e diversos materiais lá exumados: anéis, argolas, braceletes, (fragmentos de) fíbulas, contas de colar em pasta vítrea e noutros suportes, lâminas de facas, entre outros (Beirão & Gomes, 1980).

Só no século XXI os materiais voltariam a ser examinados, desta feita numa obra dedicada à vida e obra de António Santos Rocha, coordenada por Raquel Vilaça e Sónia Pinto (Vilaça & Pinto, 2012). Desta publicação de 2012 destacamos o estudo minucioso do disco de ouro de Fonte Velha, no qual nos apoiamos (Vilaça & Armbruster, 2012).

No que se refere aos materiais por nós estudados, podemos dividi-los entre os que estavam depositados no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz) – que, de resto, se

encontravam contemplados logo no primeiro Catálogo do Museu (Rocha, 1905) – e aqueles que se encontravam no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Os primeiros correspondem aos números de inventário **021** a **089**, e nele se incluem dois fragmentos de cerâmica com colagem, o disco de ouro e três conjuntos de contas de colar distintos. Note-se que não temos informação concreta acerca do seu contexto dentro da necrópole e que os dados de que dispomos são somente resultado de exame macroscópico e conhecimento empírico.

O espólio cerâmico resume-se a dois pequenos fragmentos com colagem (**021**), de pasta cinzenta escura na face externa e cinza mais clara na face interna, com muitos elementos não plásticos, de cozedura redutora e de má qualidade, muito rugosa e granulosa.

O único elemento metálico que consideramos para este trabalho foi o célebre disco de ouro (**022**), recuperado pelo Prior Nunes da Glória e entregue a Santos Rocha (Rocha, 1904, p. 64).

Os restantes metais de Fonte Velha depositados no dito Museu estão associados à necrópole de incineração romana e, de facto, após uma observação minuciosa, não encontramos nenhum elemento que nos fizesse duvidar da sua cronologia. No entanto, uma ponta de lança (sem número de inventário atribuído) deixou-nos algumas dúvidas, ainda que a comparação com outros materiais nos tenha levado a considerá-la como mais tardia, entrando já numa cronologia plenamente romana.

Existem três colares depositados no Museu Municipal Dr. Santos Rocha provenientes de Fonte Velha: o primeiro é composto por 17 exemplares (**023** a **039**), de tipologias variadas; o segundo por 37 contas de pasta vítrea azul marinho (**040** a **076**); e o terceiro por 13 contas de pasta vítrea negra oculada a branco e negro, muito deformadas (**077** a **089**).

Do primeiro conjunto, doze elementos são de pasta vítrea azul turquesa oculadas a branco e azul marinho, uma de pasta vítrea verde lisa opaca, uma tubular de pasta vítrea amarela lisa e translúcida, uma globular de pedra polida dicromática (branca leitosa e laranja acastanhada), uma de cornalina talhada e perfurada, e uma outra de pedra negra – talvez turmalina preta, rocha vulcânica ou jaspe negro. Do segundo, a tipologia era globular, na generalidade; e no terceiro a forma original estava bastante deformada, pelo

que cinco aparentavam uma forma mais ou menos globular, quatro quadrangulares, com os lados côncavos; e os restantes triangulares, igualmente com os lados côncavos.

Por seu turno, os materiais depositados no Museu Nacional de Arqueologia podem dividir-se em dois grandes grupos: as contas de colar (**129 a 361**) e os elementos metálicos (**362 a 387**).

O primeiro grupo não foi por nós observado diretamente, tendo todas as informações e fotografias sido cedidas pelo Doutor Francisco B. Gomes, sobre as quais estará a trabalhar numa pós-graduação.

Entre os mais de 200 elementos do género, encontram-se vários conjuntos semelhantes àqueles depositados no Museu figueirense, como as contas esféricas monocromáticas azuis marinhas, ou as contas azuis turquesa, oculadas a branco e azul, a título de exemplo.

Ainda assim, e por ser um conjunto maior, existe maior variedade tipológica: é o caso da conta de colar cilíndrica de pasta vítrea negra, decorada com finas linhas brancas (**308**), da conta galonada que eventualmente poderá ser uma tentativa de imitar âmbar (**324**), ou do segundo exemplar galonado, azul com uma linha branca (**310**).

Por seu turno, os metais depositados no Museu Nacional de Arqueologia são mais abundantes, ainda que não sejam «nobres». De facto, e a respeito disso mesmo, notamos a falta da pequena argola de ouro que teria sido recolhida por Estácio da Veiga na necrópole de inumação sidérica, na mesma sepultura onde se exumaram as braceletes abertas (Veiga, 1891, p. 253).

São vários os elementos de adorno pessoal recuperados na necrópole: braceletes abertas (**367, 368 e 369**), um fragmento de anel de liga de cobre (**362**), um provável anel de bronze deformado (**377**), um pequeno alfinete de bronze (**382**), e os dois eventuais fragmentos de fíbula (**374 e 375**). Neste último caso, notamos que Estácio da Veiga os considera como sendo «(...) fuzilhões de fíbula (...)» (Veiga, 1891, p. 254), e que impõem algumas considerações. Em primeiro lugar, a sua espessura é maior do que aquela que é comum em alfinetes, e a sua morfologia é distinta: nos exemplares que conhecemos, o fuzilhão é um fio enrolado sobre ele próprio, não um fio que termina numa base circular. Tal como aludimos nas fichas de inventário, não descartamos a hipótese de se tratar de um exemplar de fíbula sem mola ou de cotovelo.

Por outro lado, podemos considerar o fragmento de faca ou lança depositado na sepultura 1 (**363**), ou o gume de faca da sepultura 3 (**372**) os poucos elementos cinegéticos ou de armamento aqui tratados.

De facto, muitos dos elementos metálicos recuperados na Fonte Velha acabam por não ter uma função definida, nem uma cronologia fechada, em parte porque o seu estado de conservação não é o melhor, mas também porque a sua morfologia atual não nos dá dados concretos acerca da sua função original. De qualquer das formas, esforçamo-nos por tentar encontrar possibilidades para a função de cada um destes objetos, ainda que não passe disso mesmo: uma hipótese ou conjetura a partir de outras apontadas por diversos investigadores.

Quinta da Queimada, Lagos (CNS 26504)

A Quinta da Queimada, localizada em Odiáxere, Lagos, é talvez a única necrópole contemplada neste trabalho que se insere já na II Idade do Ferro. Foi identificado em 2000 e intervencionada pela primeira vez em 2001, ano em que se identificaram restos de uma fossa de incineração e «(...) restos de sepultura de inumação (...)» (Calado & Gomes, 2006, p. 172).

Segundo a Câmara Municipal de Lagos, também em 2002 terá sido efetuado um acompanhamento da abertura das valas de fundação para a construção de uma habitação nas imediações do sítio, ainda que os resultados não tenham mostrado qualquer vestígio de uma ocupação sidérica no preciso local de implantação do edifício.

Foi publicada pela primeira vez em 2005 por Pedro Barros, e novamente em 2006 por David Calado e Mário Varela Gomes. Não tivemos acesso à primeira publicação.

Das duas sepulturas identificadas, apenas a sepultura 1, de incineração, em fossa, permitiu a recuperação de elementos materiais e de dados osteológicos. Apesar de já não terem sido encontrados vestígios, os autores acreditam que pudesse ter tido uma cobertura, com pedras e terra (Calado & Gomes, 2006, p. 175).

A análise osteológica das ossadas sobreviventes à cremação da primeira sepultura permitiu aos autores sugerir que se trataria de um indivíduo adulto do sexo feminino (Calado & Gomes, 2006, p. 184).

Da segunda sepultura, apenas foram recuperados alguns restos osteológicos humanos que foram datados por Carbono 14 (C14), e cujas datações calibradas a dois sigmas são muito díspares: a primeira situar-se-á entre 762 e 119 a.C.; a segunda entre 390 e 200 a.C. (Calado & Gomes, 2006, p. 180). Não obstante a disparidade dos dados, e como observaremos de seguida, são datações aparentemente coerentes com as dos materiais da primeira sepultura.

Apesar de não termos conhecimento acerca do paradeiro dos materiais exumados nesta necrópole, estes foram fotografados e estudados pela Doutora Daniela Freitas Ferreira, no decorrer da sua Tese de Doutoramento – «A Cerâmica Grega na Fachada Atlântica da Península Ibérica» – a quem agradecemos a disponibilização das fotografias e desenhos da sua autoria.

Foram recuperados na sepultura de incineração (sepultura 1) materiais cerâmicos, metálicos e líticos.

Em relação aos primeiros, falamos de um conjunto de onze cossoiros (**090 a 100**), elementos associados à produção de tecidos, e dois fragmentos de páteras gregas verniz negro (**101 e 102**),

Foram recuperados dois fragmentos de lâmina de faca afalcatada (números **127 e 128**), assim como um pequeno pingente em ouro (126) que talvez pertencesse ao sistema de suspensão de um diadema.

Finalmente, falamos de 23 contas de riolite ou riólito (**103 a 125**), de reduzidas dimensões e sem paralelos relevantes no mundo funerário da Idade do Ferro.

No geral, esta necrópole pode ser inserida cronologicamente na II Idade do Ferro, com uma ocupação que se prolonga algures até meados do século IV a.C., sendo interessante pela aparente amálgama de rituais.

Cômoros da Portela, Silves (CNS 5893)

O sítio de Cômoros da Portela situa-se em São Bartolomeu de Messines, Silves e terá sido localizado por Estácio da Veiga nos finais do século XIX (Beirão, 1986, p. 33).

O arqueólogo refere-se à necrópole dando desde logo a indicação de que esta já se encontraria destruída (Veiga, 1891, p. 259). No entanto, compara os materiais recolhidos

– como as contas de colar de vidro, e um outro elemento vítreo que representaria uma «(...) cabeça de serpente (...)» – com os de Fonte Velha de Bensafirim, apontando uma cronologia semelhante entre os dois sítios (Veiga, 1891, p. 259).

Alude à tipologia dos monumentos funerários, caracterizando as sepulturas como sendo formadas por «(...) lages toscas de grés vermelho (...)», algumas das quais seriam «(...) grosseiramente lavradas muitas letras desconhecidas (...)» (Veiga, 1891, p. 286).

De facto, as estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste recuperadas nesta necrópole serão os melhores marcadores cronológicos para o sítio: o primeiro fragmento foi exumado por Estácio da Veiga³⁶ (Veiga, 1891, pp. 285-286); e um segundo por Caetano de Melo Beirão (Beirão, 1986, p. 55; 128; 130). Hoje encontrar-se-ão depositadas no Museu Nacional de Arqueologia.

O único elemento material a que tivemos acesso foi uma conta ou pingente de pasta vítrea negra, decorado em relevo com o número de inventário **388**, depositado no Museu Nacional de Arqueologia.

Parece-se enquadrar-se na primeira metade do I milénio a.C., eventualmente numa cronologia semelhante àquela atribuída aos fragmentos de estelas epigrafadas, algures entre os séculos VIII e VII a.C., segundo a ficha de inventário do Museu Nacional de Arqueologia.³⁷

Gregórios 2, Silves (CNS 18992)

A necrópole de Gregórios localiza-se num esporão delimitado pelo rio Arade, junto ao Ribeiro do Baralha, em São Bartolomeu de Messines, Silves. Foi descoberta aquando de uma prospeção, no âmbito de uma intervenção numa «(...) estrada agrícola (...)»³⁸ (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 44).

A única cista escavada em 2003 foi intervencionada uma vez que a utilização da dita via deixava a sua estrutura em perigo, pelo que também essa estrada foi redirecionada (Barros et. al., 2003, pp. 44-45). É conhecida a existência de, pelo menos, mais uma cista, mas o

³⁶ Na verdade, foi recuperada por Sebastião Estácio da Veiga, mas terão sido lavradores que a encontraram e descartaram num primeiro momento.

³⁷ Em acesso livre na plataforma MatrizNet, da Direção-Geral do Património Cultural: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=128479>

³⁸ Supomos que se trate de um caminho de terra batida numa zona agrícola.

sítio não voltou a ser investigado desde então, desconhecendo-se o tamanho da necrópole, se apenas existem túmulos de tipo cistoide ou se nela terão coexistido com outras práticas funerárias (Barros *et. al.*, 2003, p. 44).

A cista intervencionada consistia numa cavidade de contorno irregular, escavada no substrato rochoso, delimitada por 5 lajes de arenito de Silves, e cujas dimensões internas são de 1,10m por 0,60m. Está orientada no sentido Oeste – Este. A estrutura em negativo é de maiores dimensões do que a cista, mas parece ter sido aberta para um único enterramento. O espaço vago entre a estrutura em negativo e o exterior da cista foi preenchido com blocos de arenito de pequenas e médias dimensões, assim como por uma camada de sedimento argiloso com xisto moído (Barros *et. al.*, 2003, pp. 44-45).

Dentro da sepultura, supõe-se que o indivíduo tenha sido inumado diretamente na cavidade escavada e tapado apenas com uma tampa de arenito (sem a deposição intencional de sedimentos por cima do cadáver), encontrada já parcialmente fragmentada – a sua destruição deverá também ter resultado no esmagamento do crânio do inumado, assim como dos fragmentos cerâmicos (Barros *et. al.*, 2003, p. 45).

O inumado foi depositado em decúbito lateral, com o braço direito estendido e a mão assente no fémur direito, o braço esquerdo presumivelmente fletido sobre o peito, e os membros inferiores também fletidos. Alguns ossos estavam aglutinados com o xisto do substrato rochoso, pelo que não foram identificados e exumados individualmente *in situ*, tendo depois sido definidos em laboratório (Barros *et. al.*, 2003, pp. 45-46).

Tratar-se-á de um indivíduo adulto do sexo feminino, ainda que jovem «(...) dada a ausência de alterações artríticas nas superfícies articulares (...)» (Barros *et. al.*, 2003, p. 46). O sexo do inumado foi definido pela «grande chanfradura ciática», cujas dimensões são maiores nos indivíduos femininos devido à sua função reprodutora; mas também pelas pequenas dimensões do astrágalo (osso do pé) e das rótulas (Barros *et. al.*, 2003, p. 46).

O aspeto, em geral, «grácil» do esqueleto, e a ausência de qualquer elemento que pudesse indicar um indivíduo do sexo masculino permitem afirmar, com alguma certeza, de que falamos do enterramento de uma mulher jovem adulta (Barros *et. al.*, 2003, p. 46).

No que se refere aos materiais associados, compreendem um pequeno pote de cerâmica de fabrico manual de perfil em S, cuja cronologia apontada pelos autores se insere no período entre os finais do século VI e o século III a.C. Note-se, no entanto, que este pote

não se encontrava no Museu da Escrita do Sudoeste – Almodôvar (MESA), e que o Museu Municipal de Silves não tem qualquer material oriundo de Gregórios na sua posse.

De resto, podemos falar no conto e ponta da mesma lança (números de inventário **005** e **006**) depositadas na base da cista, e sobre os quais repousaria o crânio do inumado. Os paralelos deste tipo de arma – como aqueles recuperados na necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (Alarcão, 1996, pp. 252-253; Tristão, 2012, p. 133) – permitem-nos considerar uma cronologia do século V a.C.

Por último, do conjunto de 17 contas de colar exumadas, 14 estão expostas no MESA (números de inventário **007** a **020**) e podem ser divididas em três tipologias diferentes. Não obstante, todas são consideradas produto de trocas comerciais com o mundo Oriental e podemos apontar uma cronologia entre os finais do século VI e o século V a.C. Das 3 contas restantes sabemos apenas que duas estariam em mau estado de conservação (Barros et. al., 2003, p. 49), mas o seu paradeiro é desconhecido de momento.

Vale de Romeira 2, Silves (CNS 31928)

O sítio de Vale de Romeira foi descoberto em 2004 por Jorge Correia, na freguesia de São Bartolomeu de Messines, a cerca de 131,9 metros de altitude (Correia, Paulo, & Cabrita, 2011). Foi intervencionada entre 2010 e 2011.

Apenas uma das cistas foi publicada em poster, documento no qual nos apoiamos. A estrutura funerária era composta por «(...) lajes de arenito vermelho de Silves, talhado e afeiçoado em placa de forma rectangular, disposta em cutelo (...)» (Correia, Paulo, & Cabrita, 2011), medindo cerca de 1,5 de comprimento por 0,60m de largura máxima. A sua orientação era no sentido Noroeste-Sudoeste.

A inumação encontrava-se a cerca de 1,35m de profundidade, e apesar de terem sido recuperados alguns restos osteológicos, apenas foi possível perceber que o defunto, adulto de sexo indeterminado, foi depositado em decúbito lateral esquerdo, com pelo menos os membros inferiores fletidos (Correia, Paulo, & Cabrita, 2011).

No que se refere aos materiais, foi recuperada uma lâmina e respetivo conto de lança, em muito semelhantes àquelas depositadas na cista dos Gregórios, também em Silves, e cuja cronologia rondará um período semelhante.

Ainda por publicar, os autores referem elementos recuperados na Cista II de Vale Romeira de carácter «votivo». De facto, no Portal do Arqueólogo são mencionadas contas de colar (não indicando o suporte) e um anel decorado com escaravelho, que terá paralelos em várias necrópoles sidéricas, como, por exemplo, a do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.).

Na verdade, sabemos muito pouco acerca da necrópole, mas acreditamos no seu grande potencial. Infelizmente, não nos foi possível verificar o local de depósito dos materiais.

Cabeço da Vaca, Alcoutim (CNS 14395)

A necrópole do Cabeço da Vaca situa-se na freguesia de Giões, Alcoutim, e divide-se em dois núcleos. O primeiro foi escavado em 2003, quando os investigadores ainda acreditavam tratar-se de uma cista megalítica de cronologia mais recuada. Foi alvo de nova intervenção em 2009. O segundo núcleo foi escavado em 2004 pela primeira vez (Cardoso & Gradim, 2011, p. 162).

O sítio enquadra-se num período cronológico desde algures em meados do século VI a.C. – momento em que as primeiras sepulturas terão sido construídas – e que durará algumas dezenas de anos, podendo, eventualmente, chegar aos alvares do século V a.C.

O primeiro núcleo (CNS.14395) foi publicado pela primeira vez em 2006 (Cardoso & Gradim, 2006), depois de serem identificadas seis sepulturas de diferentes tipologias numa zona a cerca de 240 metros de altitude (Cardoso & Gradim, 2011, p. 164). A maior parte das sepulturas estava orientada no sentido NW-SE (Cardoso & Gradim, 2011, p. 173).

Nenhum vestígio osteológico foi encontrado em qualquer uma das sepulturas, facto que pode ser atribuído à acidez dos solos³⁹. Não obstante, Jiménez Ávila refere um ritual de «cremação secundária» que explicaria a falta de vestígios osteológicos nos túmulos portugueses (Jiménez Ávila, 2004, p. 107). Este ritual passaria pela incineração dos restos humanos do indivíduo e posterior deposição num túmulo, ritual este que seria bem visível em El Jardal (Badajoz). No entanto, refere também a presença de cinzas nestes túmulos, o que não aparenta ser o caso na necrópole do Cabeço da Vaca, onde apenas é referido

³⁹ Foi, de resto, a opinião partilhada pela Dra. Alexandra Gradim, arqueóloga do município de Alcoutim e corresponsável pelas intervenções no sítio.

«(...) um sedimento fino, argiloso, de coloração amarelada e muito compacto (...)» dentro das sepulturas (Cardoso & Gradim, 2011, p. 177). Fica, de resto, o apontamento, para eventual contexto compatível com a situação descrita.

De qualquer das formas, assume-se que, no Cabeço da Vaca, os indivíduos seriam depositados em posição fetal ou decúbito lateral com os membros inferiores e superiores mais ou menos fletidos (Cardoso & Gradim, 2011, pp. 191-192), circunstância também não pouco usual em alguns contextos funerários sidéricos.

A sepultura 1, que inicialmente se imaginou corresponder a uma cista do Neolítico ou Calcolítico, é uma caixa retangular em que o lado mais comprido teria 1,3m (Cardoso & Gradim, 2011, p. 165), com quatro esteios de grauvaque assentes no substrato geológico. O fundo, a cerca de 0,40 m do topo, foi regularizado no momento da construção. Era coberta por 3 lajes de xisto e grauvaque, que originalmente poderiam estar dispostas transversalmente, mas que os autores conjecturam terem sido deixadas verticalmente, aquando da violação do túmulo.

O exterior da sepultura 1 é rodeado por um lajeado, com «(...) alinhamentos de elementos de xisto, colocados de cutelo (...)» (Cardoso & Gradim, 2011, p. 165). Esta sepultura teria sido a primeira a ser construída, e esta monumentalização teria a ver com a «(...) sacralização do sítio (...)» (Cardoso & Gradim, 2011, p. 176).

Desta sepultura provém o pingente de cornalina, em forma de bago de romã (número de inventário **004**), cuja cronologia apontamos para os séculos VI a V a.C. Também um pequeno seixo de xisto foi recolhido nas suas imediações, mas foi-nos indicado que teria sido recuperado à superfície e, portanto, não considerado como espólio da sepultura, razão pela qual não é aqui incluído.

A sepultura 2, que se encontra junto da primeira, tem planta, dimensões e orientação semelhantes – mas dois dos esteios que a compõem são mais finos. Em vez de grauvaque, são de xisto no lado Norte (cabeceira), e à sua esquerda. Também em xisto é a laje colocada para apoiar a cabeça do inumado, que cria um desnivelamento de 7cm para o fundo da sepultura (também regularizado previamente).

A sepultura 4, que os autores assumem que tenha sido a terceira a ser construída (Cardoso & Gradim, 2011, p. 176), é de muito menores dimensões (cerca de 0,80m; Cardoso & Gradim, 2011, p. 166), pelo que foi interpretada como sendo uma sepultura infantil. Tem

0,30m de profundidade, e o fundo corresponde à regularização do geológico. Era constituída integralmente por esteios de xisto, «*cuidadosamente encaixados no covacho*» que havia sido previamente feito. O trabalho desta pedra deixou marcas de um objeto metálico na laje. Não é uma sepultura monumentalizada, mas os autores reiteram a preocupação com a sua construção.

A sepultura 3 encontra-se na adjacência da sepultura 2, e não passa de um covacho aberto no geológico, orientado NE-SW, ignorando a orientação do substrato. É mais pequena e menos profunda que as sepulturas 1 e 2, e apenas tem elementos pétreos (de xisto) nas extremidades. É vista como o momento de «(...) degradação no tocante à qualidade construtiva (...)» (Cardoso & Gradim, 2011, p. 176).

A sepultura 5 encontra-se já na periferia das anteriores, e é um covacho irregular, de contorno subpentagonal (Cardoso & Gradim, 2011, p. 176), com 1,5m de comprimento máximo, 0,70m de largura e com cerca de 0,50m de profundidade, escavado na rocha mãe de grauvaques amarelos alterados (Cardoso & Gradim, 2011, p. 175). Tal como as três primeiras sepulturas, está orientada no sentido NW-SE. As duas lajes de xisto grauvacóide que a cobriam permaneciam *in situ*, pelo que a sepultura estaria intacta.

A última sepultura do primeiro núcleo é semelhante à 5, em termos de orientação e dimensões, mas o covacho tem uma planta sub-retangular. Desta feita, o seu comprimento máximo é também de 1,5m, largura de 0,50m e profundidade máxima de 0,60m. Era coberta por duas lajes de xisto grauvacóide (a Norte, uma pequena, e uma outra, longa, que cobriria a maior parte da sepultura; Cardoso & Gradim, 2011, p. 176).

Foi na sepultura 6 que se recolheram as duas pontas de lança (números de inventário **001** e **002**), em mau estado de conservação. Note-se que ambas foram alvo de microescavação em laboratório⁴⁰, o que, de qualquer das formas, não permitiu perceber se uma delas poderia ou não ser o conto da mesma lança (Cardoso & Gradim, 2011, pp. 182-183). Assumindo que o inumado estaria com a cabeça voltada a Norte ou Noroeste, ambas estariam depositadas a Oeste, junto à sua perna (Cardoso & Gradim, 2011, p. 182).

Quanto ao segundo núcleo (CNS.33682), este é apenas constituído por uma cista que se encontra numa pequena elevação (Cardoso & Gradim, 2011, p. 178). É formada por esteios de grauvaque (excetuando o lado Oeste, onde aparenta ter esteio de xisto), com

⁴⁰ Informação cedida pela Dra. Alexandra Gradim.

um comprimento máximo de 1,5m e largura de 0,50m. O fundo foi regularizado e poderia ter sido recoberto por um leito de argila (Cardoso & Gradim, 2011, p. 177). Hoje ronda os 0,40m de profundidade, mas poderia alcançar os 0,80m originalmente.

Tal como na sepultura 1 do núcleo I, existe um empedrado aparentemente circular, entretanto cortado de forma retilínea, provavelmente aquando da florestação da área – teria cerca de 5m de diâmetro quando foi construído. Por esta razão, assume-se que o núcleo II seja coevo da primeira sepultura do núcleo I.

A Oeste e a Sul, a cista prolonga-se com blocos de grauvaque, alinhados com o esteio delimitante da cista. Funciona como reforço da estrutura, e o espaço entre blocos foi depois regularizado e rematado com outros blocos ou rochas mais pequenas. No lado Oeste, surgem dois aparentes degraus, em cotas distintas, de forma alongada e sub-retangular. As lajes que cobririam a cista já não foram identificadas (Cardoso & Gradim, 2006, pp. 109-110).

O segundo núcleo, composto apenas por um monumento, encontra-se a cerca de 250 metros a Este do primeiro. Nesta cista foi depositado o punhal de ferro com guarda de prata (número de inventário **003**), cuja falta de paralelos nos obriga, para já, a alargar o período cronológico em que se poderá enquadrar. Não obstante, e tendo em conta os restantes dados fornecidos pelas intervenções, poderemos eventualmente aceitar uma cronologia mais recuada, em concordância com a atribuída pelos autores.

Os restantes materiais recolhidos no Cabeço da Vaca referem-se a pequenos fragmentos de cerâmica manual, inserida cronologicamente no Bronze do Sudoeste, que não é por nós analisada. A sua recolha correlaciona-se com uma eventual ocupação pré-histórica nas imediações do sítio ocupado pela necrópole. Alguns fragmentos foram recolhidos no exterior das sepulturas, outros na base dos covachos, misturados com os sedimentos que fizeram parte da preparação dos túmulos. Deste modo, é fácil compreender que não terão a ver com o momento da utilização do sítio como necrópole sidérica, razão pela qual não são por nós tidos em consideração.

A necrópole foi protegida com geotêxtil no interior das sepulturas, depois coberto por uma camada de gravilha, permitindo que os esteios se mantivessem *in situ* e que a precipitação pudesse ser escoada lateralmente (Cardoso & Gradim, 2011, p. 195).

Convento de Nossa Senhora da Graça, Tavira (CNS 22589)

Ao intervencionar o Convento de Nossa Senhora da Graça, construído no século XVI (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 143), foi localizada uma necrópole do tipo «Cruz del Negro»⁴¹ nas valas abertas no sopé da encosta (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 150).

Tendo em conta o contexto da intervenção de minimização de impactes no decurso de obras de restauro do Convento, não foi possível fazer uma escavação em área, pelo que apenas uma parte da necrópole foi encontrada, correspondendo a 3 sepulturas – eventualmente poderemos falar de 4.

A primeira destas sepulturas corresponde a uma pequena fossa escavada no solo, onde foi depositada uma urna com os restos de uma incineração. A segunda é também constituída por uma fossa, de contorno circular, escavada na rocha (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 152). Também nela se encontrava uma urna com restos de ossos incinerados e cinzas.

Por seu turno, a terceira, novamente uma fossa escavada no solo, com perfil semiesférico e contorno circular (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 152), não continha qualquer urna, estando os ossos e cinzas depositados nessa depressão.

Ao lado desta terceira sepultura, existia uma «(...) estrutura de planta quadrangular (...)», uma vez mais escavada na rocha, no centro da qual se encontraria outra estrutura, circular, igualmente escavada na rocha. Ambas continham restos de ossos cremados, carvões e fragmentos de cerâmica. Provavelmente seria uma outra sepultura sem urna, talvez com algum tipo de relação com a sepultura 3, mas que por alguma razão estava muito mais remexida (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, pp. 152-154).

Os materiais exumados nesta necrópole são constituídos especialmente por materiais cerâmicos – nos quais se incluem as próprias urnas – assim como por elementos metálicos não especificados (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 154).

⁴¹ Cruz del Negro, em Carmona, Sevilha, é uma necrópole que recua ao século VIII a.C., e caracteriza-se pela incineração dos indivíduos e posterior deposição em urnas globulares com duas asas, que acabaram por receber o nome da necrópole, convertida em estação epónima. A historiografia associa-as, quase invariavelmente, a Tartessos e ao mundo Oriental. São conhecidas inumações no mesmo sítio, mas o ritual dominante é o da incineração (Garcia Alonso, 2008, pp. 265-266; Maier, 1992, pp. 95-97).

Este tipo de necrópoles é comumente associado ao mundo Tartéssico por diversos autores, que associam as fossas de cremação (ou de inumação) e os materiais de filiação fenícia ou «Orientalizante» com esse mundo (Garcia Alonso, 2008, p. 265).

De estranhar nesta necrópole é o facto de que se encontra dentro do núcleo urbano proto-histórico reconhecido em Tavira, circunstância que, tal como aquela verificada com os achados do Palácio da Galeria (a menos de 200 metros de distância, e onde agora se situa o Museu Municipal de Tavira), não constituem a norma – nem para necrópoles fenícias, nem para as ditas Tartéssicas (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 125).

Outro pormenor que merece ser referido é o tamanho muito reduzido das fossas encontradas em Tavira: apesar dos valores não serem aludidos diretamente, as imagens mostram que as fossas teriam entre 80cm e 1m. As dimensões comuns para estas fossas de incineração podem chegar aos 2,10m por 1,5 – este é o caso em Cruz del Negro, por exemplo (Alonso, 2008, p. 265).

Esta necrópole denota uma construção muito simples: as sepulturas eram criadas através da escavação de pequenos covachos no solo, nos quais eram depositados os restos da incineração, que podiam ou não ter uma urna. A fossa era depois encerrada com os sedimentos previamente retirados.

As necrópoles de fossas escavadas no solo têm vários paralelos na Península Ibérica, especialmente na zona Sul, entre os quais podemos falar de Cruz del Negro, Medellín ou Acebuchal (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 157). As urnas do tipo Cruz del Negro, presentes em Tavira, aparecem pela primeira vez na estação epónima no século VII a.C. (Maier, 1992, p. 109; Gracia Alonso, 2008, p. 26).

No território atualmente português, existe um sítio com urnas deste tipo: a necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, cujas materiais datáveis terão uma cronologia balizada entre o século VII a.C. e o IV a.C. (Gomes, 2015, p. 332) (Paixão, 2014, p. 458). Segundo as autoras, também as urnas de Mértola serão oriundas de uma necrópole, mas sem certezas.

Apesar da falta de datações absolutas, as autoras apontam uma cronologia que rondaria os meados ou finais do século VII a.C., sugerida pelo exame morfológico dos artefactos das 3 sepulturas escavadas (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 154).

4.2. Outros Sítios

Na verdade, a grande maioria dos sítios identificados como necrópoles da Idade do Ferro no território algarvio nunca foram alvo de intervenções continuadas, sendo muitas vezes fruto de achados fortuitos, pequenas ações de prospeção ou identificadas dentro de projetos de minimização de impacto e salvaguarda.

O sítio de **Corte de Père Jacques** em Bordeira, Aljezur (CNS 4514) foi identificado e publicado por Caetano de Mello Beirão em 1986, na sua tese de Doutoramento (Beirão, 1986, p. 40; 48). Dois anos depois foi alvo de prospeção por João Muralha Cardoso. Uma estela e uma sepultura desta necrópole terão sido expostas em 1979-80 no Museu Nacional de Arqueologia, no decorrer da Exposição temporária «A I Idade do Ferro no Sul de Portugal: epigrafia e cultura».

Segundo informações recolhidas no Portal do Arqueólogo, foram exumadas seis contas de vidro negro e 53 de vidro azul, para além da estela supramencionada, cujo local de depósito é hoje desconhecido (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.).

Também prospetada por João Muralha Cardoso em 1988, a necrópole de **Vale da Maia** em Aljezur (CNS 5505) não foi intervencionada em profundidade, e o espólio conhecido resume-se a cerâmica, incluindo uma pequena urna de barro (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.).

Foi também alvo de acompanhamento em 2005 aquando do desenvolvimento do projeto «Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve», sem que novas informações tenham sido publicadas.

Em **Lagoa** (CNS 1296), é conhecida a existência de várias sepulturas da Idade do Ferro. Em pelo menos uma é noticiada o aparecimento de uma xorca com pendentes, contas de colar e objetos de ferro, segundo o Portal do Arqueólogo.

Como acima referimos, muitos sítios são reconhecidos como necrópoles a partir da simples existência de estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste. É o caso da necrópole de **Benaciate**, em São Bartolomeu de Messines, Silves (CNS 5938), onde foram recuperadas quatro destas epígrafes. Foi publicada em 1992 como conjunto de sepulturas na Carta Arqueológica do Algarve (Araújo, 1992).

Algures entre Silves e Monchique é ainda conhecido o sítio da **Dobra** (CNS 3164), onde terá sido recuperada uma estela epigrafada com Escrita do Sudoeste. Note-se que Caetano Beirão a localiza em Monchique (Beirão, 1986), ainda que se discuta se não estaria já em território pertencente ao concelho de Silves (Capela, 2014, p. 54). De facto, a entrada no Portal do Arqueólogo coloca-a já em Silves, numa zona algo distanciada da fronteira entre os dois concelhos.

A notícia da localização de uma sepultura em Monchique, no último quartel do século XVIII, onde teria igualmente sido recuperada uma estela epigrafada com caracteres «fenícios» (Capela, 2018, p. 12), não poderá ser automaticamente relacionada com o sítio da Dobra, mas poderá ser um dado importante para a investigação da ocupação sidérica do concelho.

Já em Loulé, da necrópole de **Azinhais dos Mouros** (Ameixial, CNS 3163) apenas são conhecidas estelas epigrafadas, depositadas no Museu Nacional de Arqueologia. Estas foram já exibidas em 1979-80 aquando da Exposição «A I Idade do Ferro no Sul de Portugal: epigrafia e cultura» (Beirão & Gomes, 1980), tendo sido recuperadas pelo próprio Doutor Caetano de Mello Beirão no decorrer da sua tese (Beirão, 1986, p. 53).

O sítio de **Corte Pinheiro 1** (CNS 33479), na mesma freguesia de Ameixial, Loulé, foi localizado em 2008, na implantação do projeto para Sistematização da Informação das Estelas com Escrita do Sudoeste. Foi recolhida uma destas estelas epigrafadas.

A necrópole de **Ameixial** (CNS 2209) tem vindo a levantar dúvidas, uma vez que a primeira vez que foi publicada pelo Doutor Caetano de Mello Beirão não foi considerada como tal, apesar da existência de quatro estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste (Beirão, 1986, p. 53). Estas foram exibidas na mesma Exposição de 1979-80 (Beirão & Gomes, 1980) e o sítio é referido na Carta Arqueológica da região (Araújo, 1992).

Em Salir, Loulé, o sítio de **Fazenda das Alagoas** (CNS 1494) foi visitado por José Leite de Vasconcelos, que terá recolhido uma estela com Escrita do Sudoeste, aparentemente como parte de uma sepultura retangular (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.). Outra estela epigrafada foi depois recuperada, encontrando-se ambas atualmente depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, sem que se conheçam outros materiais do sítio (Beirão, 1986, pp. 40-41).

A necrópole de **Monte ou Vale dos Vermelhos** (CNS 1277) foi primeiro referida por Leite de Vasconcellos em 1929 (Vasconcelos, 1927/1929, p. 208), e depois por Mello Beirão, que não terá efetuado qualquer intervenção no sítio (Beirão, 1986, p. 48). No âmbito do mesmo projeto acerca das Estelas do Sudoeste, que permitiu a identificação da supramencionada necrópole de Corte Pinheiro 1, foi alvo de levantamento em 2008.

Já no concelho de Alcoutim, mais precisamente na freguesia de Martim Longo, a necrópole de **Monte das Mestras** (CNS 3079) foi publicada por Beirão (Beirão, 1986, p. 40), com a estela aí recolhida a juntar-se àquelas exibidas no Museu Nacional de Arqueologia em 1979-80. Foi dada como destruída em 1994 pelo então IPPAR, e publicada como tal em 1995 na Carta Arqueológica de Portugal (Araújo, 1995).

O sítio de **Cerro da Picota** (CNS 18471) foi definido como necrópole de cistas da Idade do Ferro pela Doutora Helena Catarino, após a recolha de alguns elementos em cerâmica cinzenta (Catarino, 1997, p. 168). De facto, a investigadora apenas prospetou o entorno, tendo informação da destruição prévia de cistas. Note-se que a informação encontrada no Portal do Arqueólogo acerca da necrópole, que refere a existência de «(...) cerâmica verde vidrada (...)» (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.) está erradamente atribuída, uma vez que a investigadora a menciona em relação ao casal medieval de Cerca das Partilhas ou Bilhalva, igualmente em Martim Longo.

Em Santo Estêvão e Luz de Tavira, o sítio de **Espiche** (CNS 1631) é caracterizado pela presença de «urnas cinerárias», sem qualquer indicação de tipologia – o único fator que nos permite sequer equacionar o sítio como sendo sidérico é a cronologia atribuída no Portal do Arqueólogo. O sítio apenas foi publicado por Estácio da Veiga, que refere urnas funerárias com algum material de cobre encontrado por Francisco Xavier de Paiva. No entanto, as suas intervenções não permitiram a relocalização dos materiais (Veiga, 1891, pp. 72-73). Este assume o sítio como integrável na «Idade do Cobre».

No seu Levantamento Arqueológico do Cachopo, Maria Maia refere o sítio de **Malhada Velha 4** (CNS 18306), como necrópole sidérica, justificando a cronologia proposta à ocorrência de «ânfora púnica e cerâmica comum» à superfície (Maia, 2000). De facto, algumas ânforas púnicas foram utilizadas para a recolha de cinzas em necrópoles de incineração (Maier, 1992, p. 109); no entanto, desconhecemos a tipologia do(s) recipiente(s) aí recuperados.

Na mesma freguesia foi identificada a necrópole de **Masmorra 2** (CNS 18248), com alguns fragmentos de estela epigrafada recolhidos. Foi igualmente publicada no Levantamento Arqueológico do Cachopo (Maia, 2000), não existindo qualquer notícia de intervenção posterior.

Ainda na freguesia de Cachopo, Tavira, o sítio de **Silvares II** (CNS 18299) é referido como sítio funerário de período indeterminado, mas que provavelmente se restringirá à Idade do Bronze ou Idade do Ferro. De facto, apenas são relatados «(...) vestígios de cistas (...)» (Maia, 2000).

O sítio de **Cerro da Chã** (CNS 18285 ou 18286), igualmente no Cachopo, está classificado, no Portal do Arqueólogo, como sítio romano, ainda que nele tenha sido recuperado pelo menos um fragmento de ânfora púnica (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.). É ainda referido um peso de tear encontrado dentro de uma sepultura, sendo estes os únicos indícios para a sua consideração como necrópole da Idade do Ferro. Ambos os sítios de Cerro da Chã foram prospectados em 2007 no âmbito do EIA para a construção dos Parques Eólicos de Alcarnicosa e Malhanito. Maria Maia não menciona uma cronologia para o sítio na sua publicação.

No **Monte do Castelo da Fuseta** (CNS 3168), em Tavira, foi identificada uma estela epigrafada utilizada como manjedoura num estábulo (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.). É indicada por Caetano de Mello Beirão na sua tese (Beirão, 1986, p. 53) e na Carta Arqueológica de Portugal (Araújo, 1995).

Também em Tavira, e a cerca de 200 metros da necrópole publicada do Convento de Nossa Senhora da Graça, é conhecido o sítio do **Palácio da Galeria** (CNS 11652), que para alguns investigadores poderá ser considerado um sítio funerário.

Referimo-nos aos chamados «poços» da Galeria, escavados por Maria Maia⁴² no início do século, cuja cronologia não causa dúvida, enquadrando-se perfeitamente na segunda metade do século VII a.C. (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 147). De facto, o espólio tem um carácter aparentemente «(...) votivo e/ou funerário (...)» (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 148), onde se incluem cerâmica púnica (vasos de boca de seta), ovos de avestruz pintados⁴³, entre outros objetos de valor. No entanto, e tal como

⁴² Não nos foi, no entanto, possível ter acesso às publicações da investigadora.

⁴³ Estes recipientes em casca de ovo de avestruz faziam parte de vários depósitos funerários fenício-púnicos, muitas vezes utilizados como recipientes para ocre. É comum atribuir-lhes um carácter sagrado,

alerta Francisco B. Gomes, a inexistência de vestígios osteológicos nos restos de combustão do Poço 2 não sustenta esta ideia (Gomes F. B., 2016, pp. 353-356; 369).

De facto, até aqui apenas incluímos áreas sujeitas a mínimas ou inexistentes intervenções, com espólio reduzido ou completamente ausente, mas cujos dados nos permitem concordar com a eventual presença de um sítio funerário da Idade do Ferro. Outros podiam ter sido aqui arrolados, mas optou-se por uma separação pelo facto dos dados que temos não permitirem apontar seguramente uma cronologia compatível com a Idade do Ferro ou sequer a existência de uma necrópole.

4.3. Sítios em Discussão

Alguns dos sítios inicialmente listados como sendo necrópoles sidéricas mostraram-se bastante dúbios e sem informações que, a nosso ver, justifiquem tal classificação. Não obstante, consideramos pertinente apresentar as nossas dúvidas relativamente a estes sítios.

A necrópole de **Pico Alto 2** (CNS 23515), na freguesia de São Bartolomeu de Messines, foi localizada em 2005 durante uma prospeção inserida no Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Parque Eólico de Pico Alto (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.). Não foi identificado qualquer tipo de espólio, pelo que colocamos as nossas dúvidas acerca da sua classificação.

Apesar de ter uma entrada no Portal do Arqueólogo e de se reportar a uma publicação da arqueóloga municipal, o sítio de **Cerro do Cural** (CNS 18479), em Martim Longo, Alcoutim, encontrar-se-á destruído. Tratar-se-á da referência oral a «(...) sepulturas e um forno (...)» já destruídas em 1998, quando Alexandra Gradim prospetou o terreno.⁴⁴

O sítio de **Fuzil** (CNS 18259), na freguesia de Cachopo (Tavira), foi publicada pela primeira vez no Levantamento Arqueológico do Cachopo em 2000, como necrópole sidérica (Maia, 2000). Foi novamente prospetado em 2007, intervenção esta inserida no EIA para os Parques Eólicos de Alcarnicosa e Malhanito, e, de igual forma, sem que qualquer espólio tenha sido recolhido.

eventualmente capaz de trazer os mortos de volta à vida (San Nicolás Pedraz, 1975, p. 75). Estes objetos são abundantes entre os séculos VI e IV a.C. no Sul espanhol (San Nicolás Pedraz, 1975, p. 98).

⁴⁴ Informação gentilmente cedida pela Dra. Alexandra Gradim.

De igual forma, o sítio de **Azinhosa 1** (CNS 18239) é referido como uma necrópole onde foram recolhidos fragmentos de cerâmica comum. Nenhuma intervenção em profundidade foi levada a cabo, pelo que não podemos aferir com certeza a existência de uma área funerária.

Finalmente, na freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, o sítio de **Malhada de Peres 9** (CNS 18560) é referido no Portal do Arqueólogo como um conjunto de pedra emparelhada e organizada de modo semelhante às necrópoles sidéricas do Baixo Alentejo, sem qualquer outro tipo de informação.

4.4. A ocupação do Algarve na Idade do Ferro

A própria ocupação sidérica do território algarvio tem vindo a levantar várias questões, muitas delas ainda sem uma resposta definitiva. As condicionantes são algo idênticas: a falta de investigação continuada e incisiva, as intervenções de carácter de urgência e, por norma, sem espaço para a promoção da publicação.

De facto, apenas podemos considerar cinco sítios de habitat conhecidos o suficiente para permitirem algum tipo de leitura em relação ao povoamento do Algarve da Idade do Ferro: falamos de Monte Molião; do Cerro da Rocha Branca, em Silves; da antiga cidade de Faro; da cidade fenícia de Tavira; e do castelo de Castro Marim.

Não obstante, cada um destes sítios apenas nos permite a visualização de um pequeno fragmento daquilo que poderá ter sido a ocupação do território, não oferecendo uma imagem completa da situação a uma escala mais abrangente.

O sítio de **Monte Molião** é já conhecido desde o século XIX, pelo que foi referido por Estácio da Veiga. Santos Rocha escavou pelo menos uma sepultura da necrópole romana que se situava nas imediações. É até hoje discutida a possibilidade de o sítio poder ser identificado como a *Lacobriga* romana (Arruda, Sousa, Bargão, & Lourenço, 2010, p. 163).

No entanto, e após alguns momentos de destruição nos anos 80 e 90 do século XX, foi apenas intervencionado de forma mais profunda em 2006, 2009 e 2011, quando uma

equipa da UNIARQ⁴⁵, em colaboração com a Câmara Municipal de Lagos, se dedicou à sua investigação (Arruda, Sousa, Pereira, & Lourenço, 2011, p. 8).

Este *habitat* deverá ter sido fundado algures no século IV a.C., tendo em conta que todas as estruturas sidéricas mais antigas se coadunam com este período, assim como os materiais: os mais antigos serão três fragmentos de cerâmica ática, talvez do segundo quartel do século IV (Arruda, Sousa, Bargão, & Lourenço, 2010, p. 174; 188).

Tal como outros exemplos aqui citados, Monte Molião apresenta neste período um vincado aspeto comercial, ligado à área de Cádiz, pelo que os investigadores correlacionam estes sítios com a «(...) gaditanização da Hispânia (...)» (Arruda, Sousa, Bargão, & Lourenço, 2010, p. 188; Arruda, Sousa, Pereira, & Lourenço, 2011, p. 17).

De facto, as cerâmicas que surgem neste contexto, ora tipo Kuass, ora gregas, ora gaditanas, apontam para um período entre os séculos IV e III a.C., tal como as estruturas mais antigas (Arruda, Sousa, Bargão, & Lourenço, 2010, p. 171; 188).

Note-se que, muito poucos elementos metálicos foram recolhidos durante as intervenções: cingiram-se a uma fossa (interpretada como sendo de fundação) e, regra geral, não tinham forma. Os investigadores associam-nos, por isso, a uma eventual peça de mobiliário (Arruda, Sousa, Pereira, & Lourenço, 2011, p. 16).

De seguida, falemos do **Cerro da Rocha Branca** (CNS 462), em Silves. Terá sido alvo de intervenção por Mário e Rosa Varela Gomes, e Caetano de Melo Beirão nos anos 80, e encontra-se hoje totalmente destruído. Os autores publicaram o sítio, defendendo a tese da correspondência com uma feitoria Fenícia, posteriormente romanizada, eventualmente correspondente à CILPES das fontes (Gomes, 1993, p. 74). Esta ideia tinha já sido avançada por Estácio da Veiga, na quinta parte das suas *Antiguidades Monumentais do Algarve*, publicadas postumamente (Veiga, 1910, pp. 229-230).

De facto, Mário Varela Gomes refere as estruturas defensivas que observou: um primeiro troço de muralha, em pedra calcária, com 1,5m de largura por 12,5m de comprimento, orientado no sentido Norte-Sul; e a 20m a Oeste deste, outro pano de muralha, no sentido Noroeste-Sudeste, igualmente calcário e argamassado com barro (Gomes, 1993, p. 73).

⁴⁵ Do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

A terceira construção posta a descoberto, por outro lado, seria de arenito vermelho e a sua planta ligeiramente arqueada, encostada «(...) à extremidade norte do troço de muralha primeiramente descrito (...)», tendo duas torres. Aquela junto ao primeiro muro exposto teria 5x4m; e a segunda, já numa zona que confluía com o segundo troço referido, cerca de 6x4,5m (Gomes, 1993, pp. 76-77).

Para definir a cronologia das estruturas de blocos calcários (séculos VIII-VII a.C.), Mário Varela Gomes utiliza fragmentos cerâmicos de camadas remexidas por terraplanagens, e, ao mesmo tempo, outros de unidades estratigráficas bem definidas (Gomes, 1993, p. 79). A título de exemplo, utiliza dois pratos de verniz vermelho recuperado na camada C2, do quadrado D3: de facto, exemplares semelhantes surgiram em Huelva, enquadrados entre 725/700-625/600 a.C. (Rufete Tomico, 1989, p. 394).

Quando trata do seu «período orientalizante evoluído» (séculos VI- V a.C.) volta a socorrer-se de cerâmicas de verniz vermelho – desta feita, as recuperadas na camada 3 dos quadrados dois 2 e 3 – para definir cronologias (Gomes, 1993, p. 79). Os exemplares que apresenta (Gomes, 1993, p. 95; 97) estão enquadrados entre 625/600-590 a.C. em Huelva (Rufete Tomico, 1989, p. 394).

Não obstante, Ana Margarida Arruda e Helena Catarino alertam para o facto de que, no território português, apenas os fragmentos do Castelo de Alcácer do Sal terem sido recuperados em contexto estratigráfico seguro (Arruda & Catarino, 1982, p. 37). De facto, parece existir uma dilatação na chegada destes materiais ao sul português, ao contrário daquilo observado em Huelva, razão pela qual mantemos alguma apreensão em relação às cronologias avançadas por Varela Gomes.

Ana Margarida Arruda aponta para a diminuta área escavada (cerca de 170m²), e, ainda que os resultados se tenham mostrado muito importantes, a verdade é que faltarão registos que permitam voltar a ler o sítio (Arruda, 1999-2000, p. 53).

As próprias datações do sítio são alvo de crítica por parte da mesma investigadora, que critica a disparidade de mais de um século numa mesma camada, em duas amostras do mesmo estrato, ambas calibradas a 2 sigmas (Arruda, 1999-2000, p. 55).

Ao mesmo tempo, uma mesma camada tem resultados de duas amostras, igualmente calibradas a 2 sigmas, com intervalos de 18 e 23 anos, e outras com intervalos de século e meio. Se examinarmos todas as datações de radiocarbono da mesma camada, a unidade

estratigráfica QE3/C2(1) acaba por ter datações calibradas que oscilam entre 760 e 392 a.C. (Gomes, 1993, p. 83), o que não se traduz numa leitura clara.

De facto, os materiais considerados como fenício-púnicos pelos autores não serão tão antigos como estes assumiriam, pelo que se considera hoje que este assentamento não deverá ter sido fundado antes do século VI a.C. (Arruda, 1999-2000, p. 56).

Um apontamento importante em relação aos *habitats* sidéricos algarvios prende-se com **Tavira**, nomeadamente, com os sítios arrolados por Maria Maia na sua Carta Arqueológica do Cachopo (Maia, 2000). De facto, lista um número considerável de sítios localizados através de métodos de prospeção física, mas acaba por não explicitar as razões pelas quais acredita que se trate de uma ocupação sidérica. Refere, nalguns casos, «ânfora púnica», mas, tal como Arruda aponta, não tem registos que possam comprovar a sua classificação (Arruda, 2003, p. 53).

As entradas no Portal do Arqueólogo correspondentes a evidências de ocupação sidérica no concelho de Tavira são mais de 20, mas aquelas que se referem ao centro da cidade de Tavira parecem ser as que comportam dados mais fidedignos.

A intervenção no **Terreiro do Parguinho** (CNS 38132) trouxe à luz uma estrutura habitacional que deverá ter sido construída entre os séculos VIII e VI a.C., contando com um alargamento algures a partir do século VII a.C. – este deverá fazer parte de um troço da muralha da Tavira fenícia (Covaneiro & Cavaco, 2017, p. 225).

Outra parte desta muralha terá sido localizada aquando da escavação nos finais dos anos 90 no **Solar dos Corte-Reais** (CNS 14212).⁴⁶ Foi nesta zona que foi recolhido um pequeno fragmento cerâmico com caracteres fenícios, que aponta para os finais do século VII a.C. (Covaneiro & Cavaco, 2017, p. 230).

É ainda reconhecido como porto comercial o sítio do antigo **Banco Nacional Ultramarino** (CNS 11553), que somaria ainda funções associadas à pesca e salga, algures entre os séculos IV – III a.C. (Covaneiro & Cavaco, 2017, p. 229; Maia & Loureiro, 2008, pp. 166-167).

⁴⁶ Informação do Portal do Arqueólogo.

De facto, são conhecidos cerca de 13 metros de muralha, regra geral oscilando entre os 3,5 e 5,5 metros de espessura, pelo que é possível imaginar a área ocupada pelo assentamento sidérico (Maia & Loureiro, 2008, p. 164).

Tal como Monte Molião, também a antiga cidade de **Faro** parece enquadrar-se num momento mais recente, eventualmente a partir da primeira metade do século IV a.C., pelo menos partir dos dados recolhidos após a intervenção nas imediações do Museu Lapidar Infante D. Henrique (Arruda, Bargão, & Sousa, 2005, pp. 177-178).

As investigadoras apontam uma interpretação que poderá ser importante: o Sotavento algarvio parece ter tido influência púnica apenas na segunda metade do primeiro milénio a.C., ao contrário da área mais ocidental, que poderá recuar mesmo ao século VIII a.C. (Arruda, Bargão, & Sousa, 2005, pp. 203-204).

Finalmente, no que se refere a **Castro Marim**, que poderá corresponder à *Baesuris* do *Itinerário de Antonino*, começou a ser intervencionado em 1983 e permitiu perceber que foi ocupado desde a Idade do Bronze (Arruda, 1999-2000, pp. 36-37).

Neste caso, as camadas mais antigas estavam alteradas pelas construções medievais e modernas, mas conseguiram recuperar-se restos de habitações retangulares e reconhecer-se uma muralha. É, no entanto, a segunda Idade do Ferro que está melhor preservada, com cerâmica ática e cerâmica tipo Kuass (Arruda, 1999-2000, pp. 41-42). Um dos elementos fenício-púnicos mais importantes foi um vaso esférico, de colo curto e esvasado, cuja cronologia aponta para o século VII a.C. (Arruda, 1999-2000, p. 45), permitindo conceber contactos mais ou menos diretos com mercadores orientais desde essa altura (Arruda, 1999-2000, p. 52).

Nos restantes concelhos existem também vários sítios localizados, por norma resultado de prospeções, nalguns casos enquadradas em trabalhos de emergência, mas cujos dados não são suficientes para aprofundar as referências: em muitos casos, trata-se de sítios em que se recolheram pequenos fragmentos de cerâmica sidérica, ânforas ditas «púnicas» ou em que se observaram vestígios de estruturas proto-históricas.

De qualquer das formas, alocamos estes dados num mapa para uma conceção da ocupação do território, ainda que deficiente (anexo 6.3.1., p. 113).

4.5. Uma revisão geográfica

Após esta exposição sobre vários aspetos da ocupação da Idade do Ferro, parece-nos importante notar algumas características das necrópoles conhecidas de forma mais profunda, especialmente naquilo que se refere às altitudes médias, ao substrato geológico ou à eventual proximidade a linhas de água.

Estes fatores poderão ser determinantes na identificação de zonas de proteção e/ou zonas cuja intervenção poderão vir a trazer dados de grande importância para a investigação.

A região algarvia, para além de se distinguir entre o Barlavento e o Sotavento, pode também ser caracterizada por três regiões: o Litoral, junto à costa Sul; o Barrocal e a Serra, caracterizadas pelo progressivo aumento da altitude média.

De facto, o ponto mais alto do Algarve situa-se na serra de Monchique, no sítio da Foia, chegando aos 902 metros de altitude (Rodrigues, 2004, p. 9). Por seu turno, a Serra do Caldeirão, a Oriente, não ultrapassa os 589 metros de altitude (Canas, 2015, p. 21).

No que se refere ao Barrocal, são poucos os pontos a ultrapassar os 400 metros de altitude – não obstante, a Rocha dos Soidos atinge cerca de 487 metros de altitude (Lopes, et al., 2015, p. 1). A suavidade geral do seu terreno dever-se-á a fatores condicionados pela tectónica (Almeida, 1985, p. 4).

Finalmente, o Algarve Litoral tende a não ultrapassar «(...) os cento e poucos metros.» (Almeida, 1985, p. 4).

Em relação às necrópoles conhecidas, nota-se uma preferência por altitudes medianas: os dois núcleos de Cabeço da Vaca são os únicos que se encontram a mais de 200 metros de altitude (Cardoso & Gradim, 2011, p. 164).

Ainda que a localização exata de Cômoros da Portela esteja já perdida, a altitude média do sítio de Portela em São Bartolomeu de Messines oscila entre os 150 e 200 metros de altitude. De facto, as coordenadas recolhidas no *geoportal* do Portal do Arqueólogo localizam-se numa zona que oscilará igualmente entre esses valores. Na mesma freguesia, a necrópole de Vale de Romeira encontra-se a exatamente 131,9 metros de altitude (Correia, Paulo, & Cabrita, 2011).

De igual modo, e tendo em conta o mapa publicado pelos investigadores, a cista de Gregórios deverá estar a uma altitude entre os 100 e os 200 metros, num esporão xistoso (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 44).

A localização de Fonte Velha de Bensafrim foi obtida também a partir do Portal do Arqueólogo e, tendo em conta que a localização exata da necrópole é hoje desconhecida, assumimos que seja uma localização aproximada, a partir da descrição de Estácio da Veiga, que a localiza a 1200 metros a Oeste da igreja paroquial da freguesia (Veiga, 1891, p. 250). As altitudes médias na zona oscilam entre os 50 e os 60 metros, que aqui consideramos como altitude do sítio.

A necrópole do Convento de Nossa Senhora da Graça, Tavira, deverá situar-se em torno dos 20 metros de altitude, tendo em conta a os valores médios em torno do Convento, agora convertido em Pousada, dado que recolhemos através da ferramenta *GoogleEarth*.

Por último, a necrópole da Quinta da Queimada encontrar-se-á a cerca de 28 metros de altitude (Calado & Gomes, 2006, p. 172).

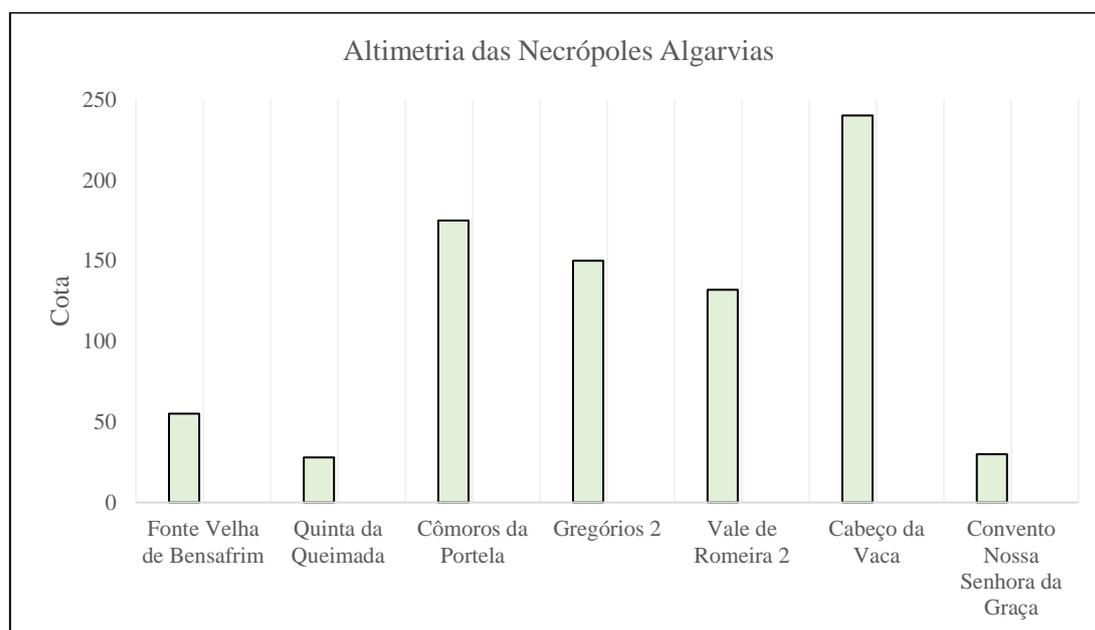


Gráfico 1 Altimetria das necrópoles algarvias.

É interessante notar que também os sítios de habitat alocados estão sempre associados a uma cota inferior a 50 metros de altitude: o Cerro da Rocha Branca não excede os 41m (Gomes, 1993, p. 74); Castro Marim atinge os 42 metros (Arruda, 1999-2000, p. 36); a zona escavada na cidade de Faro não ultrapassará os 15-20 metros, segundo os dados recolhidos no *GoogleEarth*; Monte Molião rondará os 30 metros (Arruda, Sousa, Bargão,

& Lourenço, 2010, p. 163); e, finalmente, a cidade antiga de Tavira terá uma cota semelhante ao anterior, 30 metros (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 144).

No que se refere à proximidade a vias fluviais, socorremo-nos não só dos dados disponíveis na bibliografia, mas igualmente daqueles disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente – especificamente, os que se referem aos metadados geocodificados disponíveis para as redes hidrográficas do território nacional no portal SNIAMB.⁴⁷

De facto, as necrópoles de Fonte Velha e Cabeço da Vaca não indicam qualquer relação com vias fluviais, mas os dados recolhidos permitem compreender que, em ambos os casos, há uma proximidade de poucas centenas de metros a pequenas ribeiras ou rios.

A Quinta da Queimada encontra-se num planalto delimitado por linhas de água da ribeira de Odiáxere e pela ribeira de Bensafrim, atualmente a 2 quilómetros da linha de costa (Calado & Gomes, 2006, p. 172). A necrópole de Tavira, por seu turno, situa-se numa colina sobranceira ao rio Gilão (Arruda, Covaneiro, & Cavaco, 2008, p. 145).

As três necrópoles de São Bartolomeu de Messines estão, de facto, mais próximas de vias aquáticas: Vale de Romeira relaciona-se com o ribeiro de Meirinho (Correia, Paulo, & Cabrita, 2011), Gregórios com o ribeiro do Baralha (afluente do rio Arade; Barros *et. al.*, 2003, p. 44); também a localização de Cômoros da Portela está adjacente a um pequeno ribeiro.

De facto, os assentamentos que aqui indicamos têm uma correlação muito maior com as vias fluviais ou marítimas: quer junto ao Atlântico, ou a ele ligado por rios ou ribeiras navegáveis, é difícil pensar que esta escolha não tenha sido deliberada. A sua cota máxima não ultrapassa os 50 metros, em nenhum dos casos (anexo 6.5., p. 135).

Este não é o caso de algumas necrópoles, mais a Norte, no interior do território algarvio, algumas revelando mais afinidade com as necrópoles do Baixo Alentejo. Na verdade, abaixo dos 50 metros de altitude apenas se encontram as necrópoles de Tavira (Convento), Quinta da Queimada (Lagos) e, eventualmente, Fonte Velha de Bensafrim (Lagos), que, de resto, são aquelas que poderíamos considerar como litorais.

⁴⁷ Sistema Nacional de Informação de Ambiente, em: <https://sniamb.apambiente.pt/>

Não obstante, esta aparente discrepância na altitude média escolhida para o mundo dos vivos e o mundo dos mortos não será mais do que o resultado da própria disparidade de localização dos sítios intervencionados.

Com isto queremos dizer que os sítios de habitat se encontram, invariavelmente, próximos da costa, ela própria com uma cota sistematicamente baixa; enquanto muitas necrópoles se encontram mais a norte, na zona do Barrocal ou mesmo da Serra, implicando maiores altimetrias.

Ao mesmo tempo, notamos que as intervenções serão mais comuns nas zonas do litoral, enquanto que o interior, ou pela falta de investimento em infraestruturas que impliquem escavações de emergência até agora, ou por outros motivos que nos ultrapassam, acaba por não ser alvo de ações constantes que nos permitam uma visão mais aprofundada da realidade da ocupação sidérica do território.

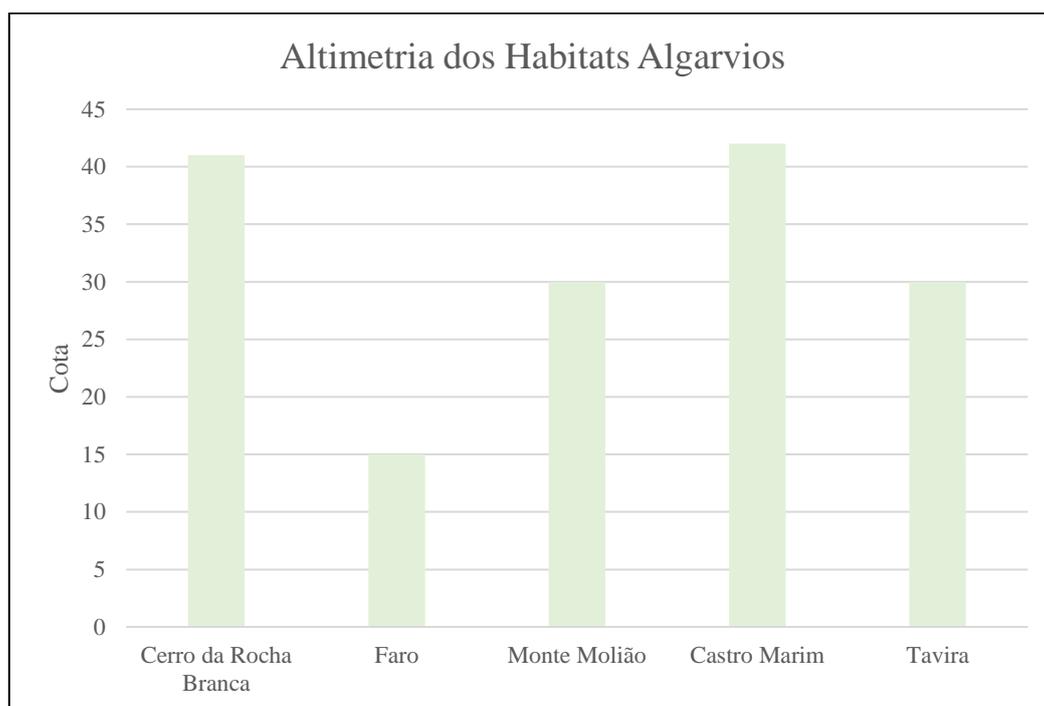


Gráfico 2 Altimetria dos habitats algarvios.

De facto, não excluimos a hipótese de os assentamentos se terem concentrado na zona litoral, talvez favorecendo os contactos culturais e mobilidade necessária; tendo muito presente a ideia de que a ausência de provas não atesta a sua ausência na zona mais a Norte.

Realçamos ainda que outros sítios, identificados de forma mais ou menos extensiva, se estendem a outras áreas do distrito de Faro, poderiam vir a fornecer dados que hoje não

temos em conta, e que nos permitiriam ter uma imagem mais fiel à realidade da ocupação da Idade do Ferro no território. Consequentemente, a escassa divulgação e investigação não nos permite ir mais longe do que a sua referência e mapeamento.

Um último apontamento prende-se com as construções das necrópoles, por norma com recurso a materiais duradouros, como é o caso das lajes que, em vários casos, delimitam cada sepultura. Na verdade, apenas excetuamos a fossa de incineração de Quinta de Queimada e as fossas, com o mesmo ritual, do Convento de Nossa Senhora da Graça.

Nos restantes casos, o recurso a xistos, grauvaques e arenitos resultam, quase invariavelmente, da utilização dos materiais disponíveis nas imediações dos arqueossítios. Apenas para Cômoros da Portela não dispomos de dados, mas pela sua localização podemos assumir, muito seguramente, de que também se encontrará na região dos arenitos de Silves.

No que se refere aos assentamentos, os dados não são tão lineares, aparentando um misto de utilização de rocha nas fundações, mas tendo as paredes sido erguidas com materiais perecíveis, como taipa – é uma possibilidade avançada, mas não confirmada no Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993, p. 78), tal como em Monte Molião (Arruda, Sousa, Bargão, & Lourenço, 2010, pp. 165-166).

De facto, parece existir uma petrificação generalizada do mundo dos mortos, ainda que essa se assuma principalmente nas necrópoles de inumação; ao mesmo tempo, os dados para os *habitats* têm mais lacunas, pelo que a leitura que oferecemos poderá não ser realista.

Necrópole	Localização	Tipo de Ritual	Tipo de Monumento	Altitude média (metros)	Proximidade a linhas de água	Geologia	Materiais utilizados na construção da necrópole	Bibliografia
Fonte Velha de Bensafirim	Bensafirim, Lagos	Inumação	Cista	50-60	n/a	Zona de continuação dos arenitos de Silves, litologia primariamente calcária	Lajes de grés vermelho (1891, p. 252)	Veiga 1891; Rocha 1975; PDM Lagos 2015
Quinta da Queimada	Odiáxere, Lagos	Mista	Fossa	28	Planalto delimitado por duas ribeiras (Odiáxere e Bensafirim). A 2km da linha de costa atual.	Terras arenosas, litologia primariamente calcária, depósitos de terraços fluviais	Fossa de 56cm de profundidade (2006, p. 175)	Calado e Gomes 2006; PDM Lagos 2015
Cômoros da Portela	São Bartolomeu de Messines, Silves	Inumação	Cista	150-200	n/a	n/d	Lajes de grés vermelho (p. 286)	Veiga 1891
Gregórios 2	São Bartolomeu de Messines, Silves	Inumação / Mista	Cista	50	Esporão delimitado por duas linhas de água da ribeira do Baralha.	Zona de xistos e grauvaques, próximo de zona de transição para os arenitos de Silves	Lajes de arenito de Silves (2003, p. 44)	Almeida 1985; Barros, Branco, Duarte e Correia 2003
Vale de Romeira 2	São Bartolomeu de Messines, Silves	Inumação	Cista	131,9	Ribeiro Meirinho	Xistos e grauvaques, transição para os grés de Silves	Lajes de arenito vermelho de Silves (2011)	Almeida 1985; Correia, Paulo e Cabrita 2011
Cabeço da Vaca	Giões, Alcoutim	Inumação	Cista	240	n/a	Xistos azuis e negros, e grauvaques acinzentados	Esteios de grauvaque e xisto (2011, pp. 175-176)	Gradim e Cardoso 2006, 2008 e 2011
Convento Nossa Senhora da Graça	União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago), Tavira	Incineração	Fossa, tipo «Cruz del Negro».	30	Colina sobranceira ao rio Gilão.	Xistos, calcários	Fossas (2008, pp. 150 e 152)	Arruda, Covaneiro e Cavaco 2008; PDM Tavira 2017

Tabela 1 As necrópoles conhecidas e a sua geologia.

5. Os Materiais

Os objetos depositados nas necrópoles da Idade do Ferro foram o fio condutor da presente Dissertação. Foram a base para as cronologias apontadas e os documentos que fundamentaram a restante investigação.

Desde o primeiro momento ficou decidido que todos os materiais seriam examinados através de um modelo semelhante, previamente definido.

Passaria, inicialmente, pelo preenchimento de uma ficha de inventário individual, onde seriam alocadas todas as informações acerca de cada objeto (ou conjuntos de objetos, nalguns casos), e se descreveria o tipo de produção e/ou cozedura, o suporte, marcas de uso, coloração, dimensões, entre outros. As dimensões mais reduzidas foram obtidas através de uma craveira digital, enquanto para a aferição das maiores se recorreu a uma régua.

Deixamos um apontamento em relação a alguns dos campos patentes nas fichas relativas a contas de colar de pasta vítrea, onde as descrições são repetidas várias vezes. De facto, e apesar da repetição poder ser um inconveniente, a verdade é que os processos de produção são muito similares em muitos dos exemplares, pelo que preferimos uma uniformização do texto, até pelo volume de elementos em estudo.

O estado de conservação apresentado decorre de uma escala por nós definida: Muito Mau, Mau, Razoável, Bom e Muito Bom. Ainda que a classificação não deixe de ser parcialmente subjetiva, acaba por ser uma mais valia na comparação e discussão entre os vários materiais. Nas fichas de Quinta da Queimada e nas contas de Fonte Velha de Bensafrim depositadas no Museu Nacional de Arqueologia preferimos deixar este campo em branco uma vez que os elementos não foram por nós observados.

A cada um dos elementos foi atribuído um número de inventário, ainda que se mantivesse sempre a anotação do número de inventário atribuído pela instituição museológica onde estava depositado, e o seu nome, assim como quaisquer informações existentes acerca do seu contexto. Também o Código Nacional de Sítio (CNS) é assinalado, de acordo com a indicação no Portal do Arqueólogo.

Estas fichas de inventário contaram ainda com a indicação da cronologia: em primeiro lugar, a apontada pelos investigadores que intervencionaram ou publicaram a necrópole,

no caso dessa informação existir; em segundo, a por nós atribuída, devidamente justificada e com indicação da bibliografia utilizada.

O segundo momento refere-se, então, ao registo, que sempre que possível deveria passar pelo registo fotográfico (de alta resolução, e com destaque para os elementos que nos parecessem mais importantes ou relevantes), e pelo desenho. Note-se que qualquer edição efetuada nas fotografias originais não só está devidamente assinalada, como tivemos o cuidado de que esta não afetasse a cor original dos objetos.

Em relação aos desenhos foram iniciados nas instituições museológicas, e terminados posteriormente. A técnica de pontilhado foi produzida com uma caneta de tinta de arquivo micropigmentada, com ponta de 0,05mm, sobre papel vegetal de alta gramagem.

Para a vetorização, os desenhos foram digitalizados e editados, de modo a tornar o fundo uniforme e branco, sendo de seguida trabalhados e finalizados com a ferramenta Adobe Illustrator, na versão experimental gratuita.

Contudo, nem todos os elementos contam com um desenho, por várias razões: ora porque os materiais estavam agregados no momento de estudo, ora pela sua fragilidade, ora pelo simples facto de que apenas nos foram fornecidas fotografias, nos casos em que não tivemos acesso aos materiais.

Nos anexos estas fichas de inventário serão apresentadas pela ordem dos números de inventário, ao contrário do presente capítulo, em que serão desagregadas e interpretadas segundo outros fatores, como o suporte e os conjuntos depositados.

Sítio	Localidade	Local de Depósito	Números de inventário
Cabeço da Vaca	Giões, Alcoutim	Núcleo Museológico de Arqueologia – Alcoutim	001 a 004
Gregórios 2	São Bartolomeu de Messines, Silves	Museu da Escrita do Sudoeste – Almodôvar	005 a 020
Fonte Velha de Bensafrim	Bensafrim, Lagos	Museu Municipal Dr. Santos Rocha Museu Nacional de Arqueologia	021 a 089 129 a 387
Quinta da Queimada	Odiáxere, Lagos	Desconhecido	090 a 128
Cômoros da Portela	São Bartolomeu de Messines, Silves	Museu Nacional de Arqueologia	388

Tabela 2 Depósitos de materiais e número de inventário.

4.1. Cerâmica

Ainda que em muitos contextos arqueológicos a cerâmica seja o tipo de material encontrado em mais abundância, esta não é a situação aqui verificada. De facto, são pouco mais de uma dezena os elementos que aqui apresentamos.

O primeiro corresponde a um conjunto de dois pequenos fragmentos de cerâmica comum (**021**), com colagem, de pasta de baixa qualidade, cinza escura na superfície externa e cinza clara na interna. O seu cerne é igualmente acinzentado, ainda que com manchas avermelhadas.

De facto, estes fragmentos estavam associados à restante cerâmica da necrópole de incineração romana que se sobrepunha à de inumação da Idade do Ferro, mas não tinha um contexto definido, pelo que nos pareceu muito provável que apenas estivesse erroneamente catalogada na instituição museológica.

Note-se que Estácio da Veiga refere a presença de um recipiente de pasta escura, mas bem cozida, numa das sepulturas (Veiga, 1891, p. 253); já Santos Rocha alude às colorações diversas da cerâmica recuperada na necrópole de inumação (Rocha, 1895, p. 330).

Os restantes elementos foram exumados na Quinta da Queimada e dividem-se em dois grupos: os onze cossoiros de cerâmica de pasta acastanhada (**090 a 100**) e os dois recipientes de cerâmica ática decorado com verniz negro (**101 e 102**).

Os cossoiros são normalmente associados à elaboração de tecidos, mas a sua presença em contexto funerário chega a ser associada por alguns autores a divindades protetoras do mundo feminino (Calado & Gomes, 2006, p. 183). Não obstante, nem sempre os cossoiros depositados em necrópoles estão associados a indivíduos do sexo feminino, conforme documentado na necrópole de El Mercadillo, em Cáceres (Estrela, 2017, p. 947).

Se os primeiros têm uma longa diacronia, os recipientes de origem ática são capazes de nos apontar um período mais preciso, algures durante a primeira metade do século IV a.C., podendo esse intervalo ser eventualmente reduzido ao segundo quartel do mesmo século. Daniela Ferreira defende que estes recipientes poderão ter sido utilizados como oferenda, caso não único na Península Ibérica (Ferreira, 2019, p. 143).

4.2. Metais

Nos contextos funerários sidéricos acabam também por ser algo comuns as deposições de materiais metálicos, nomeadamente armamento ou elementos de adorno, a título de exemplo. Não obstante, deparamo-nos com vários exemplares de reduzida dimensão, cuja morfologia não nos permitiu definir uma função ou tipologia.

O maior grupo que aqui consideramos são de liga de cobre, e todos sem exceção foram recuperados em Fonte Velha. No entanto, são, na sua grande maioria, de reduzidas dimensões.

Dos 20 elementos de liga de cobre, quatro são argolas fechadas (**365**, **366**, **373** e **376**), e uma aberta (**386**), três braceletes abertos (**367**, **368** e **369**), dois fragmentos de eventuais fíbulas (**374** e **375**), dois prováveis anéis (**362** e **377**), um alfinete (**382**) e uma possível espátula (**379**).

Os três braceletes abertos, os prováveis anéis e o alfinete podem ser considerados elementos de adorno pessoal, enquanto que as fíbulas pertencem ao adorno de vestuário. Do mesmo modo, podemos admitir que a espátula possa fazer parte de um conjunto de cosmética ou toucador, ainda que sem certezas.

No que se refere às argolas, ponderamos a possibilidade de que façam parte de sistemas de arreio de cavalos, nalguns casos, ou de pertencer a outros objetos.

Para além de uma pequena tacha (**380**), os restantes elementos produzidos neste metal são considerados indeterminados: ainda que apontemos algumas hipóteses, carecemos de indícios mais concretos que nos permitam estabelecer uma classificação definitiva.

Ainda na mesma necrópole terá sido recuperada uma argola discoide (**387**) que aparenta ter uma liga algo singular, à base singular de cobre e ferro: de facto, não há certezas acerca do seu contexto de procedência, da mesma forma que não foi possível chegar a um consenso acerca da sua funcionalidade e cronologia, pelo que podemos mesmo admitir que não tenha sido recuperada em estratigrafia da Idade do Ferro.

Por seu turno, os materiais de ferro surgem já em vários contextos. Duas pontas de lança (**001** e **002**) foram recuperadas na necrópole do Cabeço da Vaca, podendo eventualmente ser ponta e conto de um só elemento; em paralelo, as duas partes metálicas de uma lança

foram exumadas na cista de Gregórios (**005** e **006**). Ambos os exemplares podem ser enquadrados entre os séculos VI e V a.C.

Tem vindo a ser discutida a função de arma de arremesso deste tipo de lanças, atendendo ao seu peso e falta de aerodinâmica, pelo que poderá porventura ser considerada como um antecedente da espada, tendo em conta a redução do tamanho da folha (Barros et. al., 2003, p. 48).

No que se refere a elementos cortantes, foram recuperados dois fragmentos de uma faca afalcatada (**127** e **128**) na Quinta da Queimada, e dois eventuais fragmentos de duas outras em Fonte Velha de Bensafrim (**363** e **372**).

As facas afalcatadas são o reflexo de uma realidade coerente com o período em questão: estes elementos, muitas vezes não considerados como armas⁴⁸, são comuns tanto em necrópoles, como a Quinta do Estácio 6, em Beja (Pereiro, Mataloto, & Borges, 2017), como em sítios de habitat. Alguns autores consideram que estas facas podiam ter «(...) um carácter ritual associado ao sacrifício (...)» (Pereira, 2008, p. 40), e seriam sempre depositadas após as libações ou, neste caso, após a incineração dos restos mortais do indivíduo (Calado & Gomes, 2006, p. 183).

Examinámos ainda um possível elemento de suspensão, igualmente de ferro (**364**), cuja classificação continua em aberto.

De resto, falamos de um punhal, igualmente de ferro, com a guarda em prata (**003**), para o qual não são conhecidos paralelos na Península Ibérica, e que deverá constituir um exemplar de exceção, para o qual se admitirá uma cronologia entre os séculos VI e IV a.C.

Quanto aos elementos auríferos, foram por nós estudados dois, estando em falta uma pequena argola que teria sido depositada em Fonte Velha (Veiga, 1891, p. 253). Referimo-nos, pois, ao disco de ouro (**022**) de Bensafrim, e a uma pequena conta ou pingente de dupla gaiola (**126**).

Este último elemento acaba por ter um cariz excepcional, não só pelo suporte em que foi produzido, mas também pela possibilidade de ter feito parte de um elemento de luxo de

⁴⁸ «Estes elementos de ferro [facas afalcatadas] não se incorporam, segundo Fernando Quesada Sanz (...), na categoria de armamento, pelo que foram claramente individualizados.» (Pereira, 2008, p. 40). É também a opinião de Guillermo Kurtz, que as distingue daquilo que considera armamento (Kurtz, 1996).

maiores dimensões, como um diadema – neste caso, como parte da sua placa de suspensão (Celestino Pérez, 1999, p. 116; Blanco Fernández & Celestino Pérez, 1998, p. 68; Berrocal Rangel, 1989, pp. 282-284). De facto, não conseguimos inferir a partir da fotografia se existem marcas de este elemento ter sido soldado a outro, entretanto perdido, mas tendo em conta os paralelos, essa hipótese não será de afastar.

Ambos os elementos podem ser considerados como de adorno pessoal, ainda que com distintas utilizações, já que o disco deverá ter sido agregado a um suporte de couro ou madeira e sido incrustado com alguma gema ou pedra (semi) preciosa no seu orifício interno.

Finalmente, falamos talvez dos elementos mais incomuns que encontramos no decorrer deste trabalho: dois fragmentos de chumbo (**370** e **371**), depositados na sepultura 3 de Fonte Velha de Bensafrim. Os dois exemplares não têm colagem direta, mas poderão ter feito parte de um só objeto. De qualquer das formas, desconhecemos se teriam alguma utilização prática.

4.3. Pasta vítrea

Todos os elementos de pasta vítrea que examinámos no quadro da elaboração do presente trabalho correspondem a contas de colar, de diversas tipologias.

De um universo total de 312 contas de colar de pasta vítrea, a esmagadora maioria foi recuperada na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim: depositadas entre o Museu Municipal Dr. Santos Rocha e o Museu Nacional de Arqueologia, perfazem 95,19% do total, correspondendo a 297 exemplares.

As restantes dividem-se entre a cista de Gregórios, com 14 exemplares, e uma única conta (ou pingente) de Cômoros da Portela, ambas de São Bartolomeu de Messines (Silves).

Estes elementos podem ser divididos entre monocromos lisos e decorados – entre os quais encontramos exemplares ornamentados com linhas brancas, com motivos incisos e os mais comuns, os oculados.

Dentro das contas monocromas, as azuis marinho opacas são as mais comuns, num total de 203 exemplares. De resto, existem vários em tons de verde, castanho, branco, amarelo, e um incolor. Tratámos ainda um único elemento preto, o pingente com decoração

abrasiva de Cômoros da Portela, para o qual não conseguimos encontrar um paralelo seguro.

Quanto às contas decoradas, as oculadas são as mais comuns, com 90 exemplares: as mais recorrentes são as negras oculadas a branco e negro, com 67 peças, para além de um em que a matriz é negra esverdeada (**344**), e um de matriz negra, oculado a branco, negro e azul, com protuberâncias a amarelo (**020**).

Um apontamento em relação às contas negras, oculadas a branco e negro, refere-se à sua antiguidade – as cronologias aceites para estes artefactos andam em torno dos séculos VII – VI a.C. (Beirão, 1986, p. 89; Arruda, et al., 2016, p. 96) –, que poderá ajudar a explicar o mau estado de conservação das peças que foram recolhidos em Fonte Velha (**077 a 089**) e que estão expostos no Museu Municipal Dr. Santos Rocha.

De resto, falamos das contas de matriz azul turquesa, oculadas a branco e azul marinho, num total de 21 elementos.

Ainda no que se refere a elementos com decoração, tratámos duas contas de matriz negra, adornadas com linhas brancas, ainda que sejam diferentes entre si: por um lado, o número **308**, tubular, tem linhas muito finas, enquanto que o outro, cilíndrico (**315**), tem um ornato mais espesso.

Finalmente, abordámos um elemento de tipo galonado (**310**), azul marinho, decorado com uma banda transversal a branco. Este será o único objeto deste tipo, podendo ainda o número **324** ter também correspondido a essa tipologia, ainda que sem ornamento.

De facto, as tipologias mais comuns serão as globulares, mais ou menos achatadas e de maior ou menor dimensão, com alguns artefactos tubulares e cilíndricos sem grande expressão no conjunto.

Consideramos que este conjunto de materiais em pasta vítrea acaba por ser homogéneo tanto dentro de cada uma das necrópoles, como fora delas: as tipologias são muito semelhantes entre si, com as opções estéticas inseridas dentro de uma matriz Orientalizante demarcada (Gomes H. F., 2012, p. 15; Gomes F. B., 2014-2015, pp. 52-54).

4.4. Líticos

No que se refere aos materiais líticos, continuamos a falar apenas de elementos de adorno pessoal, nomeadamente duas contas de colar de cornalina, 23 de riolite e duas outras de minerais indefinidos.

Os pingentes de cornalina (**004** e **038**) foram recuperados, respetivamente, na necrópole do Cabeço da Vaca, Alcoutim e Fonte Velha de Bensafrim, com vários paralelos na zona Sul do país. De facto, foram exumados elementos neste suporte na Vinha das Caliças, Beja (Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2016, p. 209) e em Fonte Santa e A-Mealha-Nova, ambas em Ourique (Cardoso & Gradim, 2011, p. 186).

Na necrópole de Quinta da Queimada surgiram 23 contas de riolite, de várias colorações, para os quais os investigadores apontam um paralelo que teria surgido no contexto funerário de Cerro do Ouro, Ourique (Calado & Gomes, 2006, p. 181). Não nos foi possível observar este exemplar, nem confirmar o suporte das contas.

Parece-nos importante referir, no entanto, que a oscilação da coloração entre o branco, cinzento e vermelho se deverá relacionar com a variação natural no mineral (Costa, 2014, p. 100), e não com a deposição dos elementos na fossa ainda quente, como defendem os investigadores.

Resta-nos mencionar dois exemplares de minerais indeterminados, exumados em Fonte Velha: referimo-nos a **036**, mineral dicromático, oscilante entre o branco leitoso e o laranja acastanhado; e a **039**, negro azulado e com algumas marcas de choque mecânico. Não nos foi possível analisar devidamente estes últimos elementos, razão pela qual deixamos a indicação do seu suporte em aberto.

4.5. Os conjuntos

Falámos anteriormente na tentativa de observar os contextos funerários e os materiais aí depositados como fontes de informação seladas, capazes de nos mostrar as «(...) religiões primitivas (...)» de sociedades pré e proto-históricas (Rodríguez-Corral & Ferrer Albelda, 2018, p. 90).

Ainda que nos afastemos desta conceção, a Arqueologia continua a procurar respostas para as questões acerca da vida e da morte destes grupos, pelo que continuamos a ter

interesse na investigação dos espaços da vida e da morte, e nas relações entre e dentro destes. Por esta razão nos parece importante definir quais os objetos depositados em conjunto, quais as funcionalidades que lhes são atribuídas, e de que forma estes dados nos permitem ou não conhecer estas comunidades.

Falemos, em primeiro lugar, dos conjuntos de Fonte Velha de Bensafrim. Apenas nos referimos aos materiais depositados no Museu Nacional de Arqueologia, pois são os únicos que, em alguns casos, têm indicada a proveniência dentro da necrópole.

Na sepultura 1 terá sido depositado um colar com 38 contas de pasta vítrea azul marinho, assim como o provável anel articulado. No segundo túmulo terão sido encontradas sete contas de colar negras, oculadas a branco e negro, um fragmento de lâmina, um elemento de suspensão indeterminado e duas argolas. No terceiro foram recuperadas as contas negras decoradas com linhas brancas, a conta galonada azul com banda branca, os dois elementos de chumbo e um possível gume de faca. Não temos descrições acerca da forma como os elementos foram colocados dentro das sepulcros, nem indicações acerca do indivíduo inumado.

Naquela a que se refere como sepultura B, Estácio da Veiga refere um conjunto de 18 contas de colar azul marinho, três braceletes abertas, uma argola de ouro, um recipiente cerâmico escuro, para além de restos osteológicos (Veiga, 1891, p. 253). De facto, menciona que os ossos que encontra são «(...) delgados (...)», pelo que considera que a inumação deverá reportar-se a um indivíduo do sexo feminino.

Em relação à Quinta da Queimada, notamos que todos os elementos aqui examinados foram depositados em relação a uma única incineração, de um indivíduo jovem do sexo feminino (Calado & Gomes, 2006, p. 184). Note-se que foram recuperados elementos de adorno (uma conta de dupla gaiola de ouro e 23 contas de riolite), artefactos funcionais e quotidianos (11 cossoiros), e objetos que podem ter mais do que um tipo de utilização: é o caso da faca afalcatada, cuja vocação bélica tem sido preterida em relação ao seu carácter votivo, e os recipientes gregos de verniz negro, que para além de um uso quotidiano, podem igualmente ter um cariz votivo.

Também os elementos da cista de Gregórios se referem a apenas um enterramento, desta feita a inumação de um indivíduo do sexo feminino (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 46), onde foram exumadas as 17 contas de colar (apenas tivemos acesso ao

estudo de 14), uma ponta e conto de lança e um recipiente, de perfil em S, atualmente em paradeiro desconhecido.

Finalmente, referimo-nos a Cabeço da Vaca, onde aparentemente não existiram deposições de mais do que um elemento por sepulcro. Na sepultura 1 apenas foi recuperado um pingente de cornalina; na sepultura 6 duas pontas de lança (eventualmente, ponta e conto de um mesmo exemplar); e na cista do núcleo II um punhal de ferro com guarda de prata.

4.6. Materialidades, Deposições e Significados

Falamos já levemente do conceito de cultura material, mas parece-nos relevante voltar a debruçar-nos sobre ele, especialmente sobre o seu significado no paradigma arqueológico, e sobre as suas implicações na Arqueologia Funerária.

Note-se que a Arqueologia teve propensão não só a associar os conceitos de *cultura* e *cultura material*, mas a equipará-los: durante largos anos a cultura material foi interpretada como passível de corresponder a um grupo e, portanto, a uma *cultura*. Mas podemos admitir que o conceito de cultura ficou muitas vezes por definir em trabalhos arqueológicos, utilizando-se termos com conotações indefinidas (Taylor *apud* Bicho, 2012, p. 69).

A Arqueologia Histórico-Culturalista empenhou-se no estudo de materiais de um ponto de vista tipológico, posteriormente organizado cronologicamente e, em grande parte dos casos, dotado de um cânone difusionista, colocando a sua origem num ponto geográfico a partir do qual irradiaria para outras latitudes (Bicho, 2012, pp. 53-55). De facto, a intenção passava por definir os limites geográficos e cronológicos de cada *cultura*, como grupo étnico, perceber os pontos de contacto com outras sociedades, e descobrir os seus sistemas sociopolíticos (Bicho, 2012, pp. 56-57; Jones, 2003, p. 16).

O desenvolvimento das novas técnicas de escavação, onde a estratigrafia se encontrava no centro das atenções, permitiu a afinação das cronologias de muitos materiais, encontrando um fio condutor para as suas tipologias e conseqüente «evolução» (Bicho, 2012, pp. 60-61).

A vertente histórico-culturalista define a cultura como meio de adaptação extrassomático do Homem, onde se incluem ferramentas, utensílios, costumes, crenças, linguagem, entre outros (White, 2007 [1959], p. 3).

Lewis Binford, logo no seu texto inaugural de uma Nova Arqueologia (*Archaeology as Anthropology*), mostra preocupação com os subsistemas em que essa adaptação ocorreria: a dependência em processos biológicos e a adaptação do corpo humano em relação ao ambiente que o rodeia. Nota que os objetos e a própria tecnologia para a sua produção se relacionam com o ambiente físico (Binford, 1962, p. 218).

Assim nasce a teoria do determinismo ambiental, em que cada grupo se desenvolve de acordo com fatores extrínsecos à sua humanidade, mas intrínsecos ao meio onde se inserem. Esta seria a razão pela qual grupos em ambientes semelhantes, e com «níveis de desenvolvimento» idênticos teriam tecnologias semelhantes (Binford, 1962, p. 218). Deste modo, a cultura material seria examinada em vários contextos, cruzada com os dados etnográficos, assim permitindo a leitura de todo um sistema cultural desaparecido (Binford, 1962, p. 219).

Atualmente, o emprego de metodologias etnológicas para entender sociedades pré e proto-históricas tem vindo também a ser questionado, atendendo ao facto de que não há provas que os padrões sistémicos do presente se possam aplicar ao passado, para além de não terem em conta a variabilidade da resposta humana (Bicho, 2012, p. 77). Não obstante, podemos considerar, como vimos anteriormente, que estes dados podem ser importantes como forma de alargar horizontes interpretativos e de nos aproximarmos de sociedades do passado (Scarre, 2004, pp. 79-81).

Binford define ainda três tipos de «artefactos» que devem ser interpretados em contexto arqueológico: os *tecnómicos*, *sociotécnicos* e *ideotécnicos*. Os primeiros teriam uma função primária de lidar com o ambiente físico; os segundos com contextos sociais dos subsistemas culturais; e os últimos seriam primordialmente ideológicos dentro do sistema social (Binford, 1962, pp. 219-220).

Defende ainda que os símbolos de *status* (*ideotécnicos*) seriam utilizados dentro de sociedades «igualitárias» de forma diferenciada da aplicada nas sociedades não igualitárias. Nos primeiros, a deposição destes elementos em contextos funerários seria uma forma de destruição destes símbolos, que estariam associados à personalidade do defunto e que seriam intransmissíveis, ao contrário das sociedades não igualitárias, em

que estes símbolos seriam mais *esotéricos*, e, portanto, ligados a um sistema hierárquico ou classificatório dentro da sociedade – os elementos pertenciam a grupos destes sistemas e não a um indivíduo em específico (Binford, 1962, p. 222).

O investigador admite então que a interpretação sistémica de cultura só poderá ser possível quando arqueólogos e antropólogos trabalharem em conjunto e as hipóteses avançadas forem corroboradas por dados etnográficos (Binford, 1962, pp. 223-224).

É esta premissa que acaba por se destacar como maior crítica à Arqueologia Processual: a escolha humana não é arbitrária, e a construção da cultura material não é passiva – segue as leis da natureza na sua produção, mas não é restringida ao meio em que o Homem se insere (Hodder, 1992, p. 13).

Observando o registo arqueológico é fácil perceber que a humanidade não se circunscreveu a utilizar o que existia nas imediações dos seus assentamentos: o caso de Stonehenge (Ixer & Bevins, 2017; Pearson, et al., 2019) é a prova de que a opção não é obrigatoriamente limitada ao espaço que a comunidade ocupa no quotidiano. É difícil conceber uma razão para o transporte de rochas ao longo de vários quilómetros que não se prenda com a escolha previamente determinada.

Podemos então depreender outra das críticas, que se refere à caracterização do ser humano como *Homo economicus*, ou seja, aquele que apenas age para maximizar a sua própria utilidade (Rankin, 2011, p. 1). Ainda que as escolhas possam ocasionalmente ser feitas de modo a rentabilizar recursos, é difícil compreender sociedades pré e proto-históricas como objetivamente economicistas. É uma interpretação, no mínimo, redutora.

A Arqueologia Pós-Processual tenta responder a estas questões rejeitando a dicotomia entre a arqueologia normativa e idealista (histórico-cultural) e a materialista e processual (Hodder, 2013, p. 70). Para além da cultura material como resultado físico da ação humana, passa a interessar-se pelo significado de objetos e conjuntos de objetos para as sociedades do passado (Bicho, 2012, p. 78; Hodder, 1992, p. 10).

Ian Hodder constata que um dos fatores que captam o interesse pela Arqueologia é a união das ciências exatas e das sociais, por causa das próprias características da cultura material: é feita pelo Homem, mas segue a leis da natureza na sua produção (Hodder, 1992, p. 10).

Por esta razão, defende que a Arqueologia deve ser interpretada a partir de uma dupla hermenêutica, palavras suas para definir a necessidade de compreender os materiais

dentro do seu contexto, de um ponto de vista científico e objetivo (Hodder, 1992, pp. 10-11).

De facto, nem todos concordam com as suas observações, como a seguir discutimos, mas não nos parece problemático reconhecer que a cultura material se relaciona com o meio natural e com os sistemas sociais do Homem.

Julian Thomas defende que a forma e processo de produção de um objeto é cultural, mas que o objeto em si não o é (Thomas, 2007, pp. 15; 20-21). Na sua ótica, a materialidade dos objetos trabalhados pelo ser humano não é diferenciada da materialidade dos que não são recolhidos, talhados, polidos, amassados, cozidos e utilizados como utensílios ou ferramentas para o dia-a-dia (Thomas, 2007, p. 16).

Vai mais longe e rejeita a existência de algum aspeto cultural que não tenha materialidade associada⁴⁹, opinião da qual nos afastamos.

O investigador assume que a linguagem tem sempre materialidade, mas, a título de exemplo, evocamos o caso dos textos Homéricos: estes terão sido transmitidos oralmente entre gerações, eventualmente a partir do início do I milénio a.C., mas a sua materialização – neste caso, com a escrita – só teria ocorrido a partir do século VIII a.C. com a sua generalização na Grécia (Pereira, 2012, p. 18; 52).

Julian Thomas defende que as relações de parentesco (*kinship*) são obrigatoriamente dotadas de materialidade; no entanto, consideramos que, por se tratarem de sistemas de relações pessoais transfiguradas por processos culturais, não são inerentemente materiais. De facto, as relações sociais podem ser modeladas por processos materiais – como é o caso do *gift giving* (Mauss, 1954, pp. 1-3) – mas não é a única forma.

Como Claude Lévi-Strauss mostra, estas relações de *parentesco* podem passar pelo casamento entre indivíduos de grupos diferentes que desejam estabelecer vínculos – familiares ou outros – entre si (Lévi-Strauss, 1969, p. xxiii; 422), que não implica obrigatoriamente materialidade. Não obstante, o seu paradigma estruturalista acaba por estar imbuído de uma visão rígida do conceito de cultura, ao definir que o pensamento simbólico é que permite a socialização humana (Rocha A. E., 1976, pp. 186-187).

⁴⁹ «We might reasonably object that there are no forms of culture that lack a materiality, in that even language, kinship relations, juridical systems and religious beliefs are embedded in institutions, concrete social situations, and the dispositions of human bodies.» (Thomas, 2007, p. 14)

Finalmente, no que se refere às crenças religiosas, observamos que estas poderão ter elementos materiais em parte das suas dimensões, mas parece difícil aceitar que essa materialidade seja uma imposta na sua génese.

Julian Thomas argumenta que o conceito de cultura, enquanto conjunto de ações, não possui materialidade: esta é resultado de processos culturais, mas não é inerentemente cultural. Para o investigador, o conceito de «cultura material» não existe, uma vez que o objeto não é cultural (Thomas, 2007, pp. 9; 10-11).

Bruno Latour defende que a cultura não é material, mas que se trata de uma rede de relações, entre os atores, e que a sua agência – ou seja, uma ação, devidamente acompanhada de transformação ou diferenciação de algum estado de situação (Latour, 2005, pp. 52-53) – pode resultar num objeto. O objeto não *faz* nada em lugar do ator humano. Ou seja, não é o objeto que traduz relações de poder ou hierárquicas, ou o poder social – é o ator humano que lhe atribui essas características (Latour, 2005, pp. 71-72).

O objeto não está na origem das atividades sociais, mas faz parte integrante delas (Latour, 2005, p. 72): por isso acreditamos que o objeto não deverá destituído da sua dimensão cultural.

Este é igualmente o princípio de Ian Hodder, que distingue o significado («meaning») da intenção («intention»), no que se refere à cultura material: a intenção prende-se com o propósito da ação, enquanto que os significados não se esgotam com as intenções. Mesmo que alguém não tenha produzido um objeto com a intenção de este se tornar significativo, a vida do objeto – de acordo com a noção de Gavin Lucas (Lucas, 2005, p. 95) – poderá ter-lhe atribuído outros significados, dos quais poderão estar ou não conscientes (Hodder, 1992, pp. 11-12).

É discutido se os significados atribuídos pelas sociedades do passado podem ser interpretados atualmente. Muitos investigadores rejeitam a ideia, recusando-se a tentar descodificar crenças do passado. Outros preferem interpretar o significado dos materiais de acordo com recurso ao seu contexto (Hodder, 1992, pp. 12-13).

Daniel Miller questiona a validade de assumir os significados de outros grupos, defendendo igualmente que a tentativa de observar fatores sociais, como a classe ou género, acaba por apenas refletir as nossas próprias conceções acerca desses aspetos (Miller, 2001, pp. 10-11).

De facto, a cultura material, como resposta social não pode simplesmente ser apenas examinada formalmente através de um esquema analítico ou interpretativo, até pela dupla natureza dos materiais (Miller, 2001, pp. 13, 19): ainda que correspondam à produção humana, são produzidos por recursos naturais (Hodder, 1992, p. 16).

Esta é outra das razões pelas quais Ian Hodder acredita na necessidade de estudar a cultura material dentro de um contexto, tanto espacial como temporal: tendo em conta este aspeto, admitimos que o arqueólogo não se concentre somente num tipo de material, mas nos contextos espaço-temporais em que estes surgem (Hodder, 1992, p. 16).

Podemos então considerar o conceito de contexto, que acaba por ser resultado da ação do passado, mas também uma construção do presente (Hodder, 1992, pp. 141-142).

As sociedades do passado construíam os seus *habitats*, produziam bens e depositavam os seus mortos, escolhendo os lugares que determinavam para cada fim previamente. O conceito de contexto é a criação do arqueólogo, que recolhe os dados em áreas que outrora foram lugares dotados de significado.

Os lugares faziam parte das suas paisagens, que correspondem ao ser humano e ao espaço em que vive: podemos observá-los parcialmente, mas não os conseguimos definir. Na verdade, mais do que um espaço ou área, é tudo o que une a vivência do Homem e o espaço em que se move (Ingold, 2002, pp. 190-191).

Falamos da perspectiva de *dwelling* (habitação) de Tim Ingold, em que a paisagem não só se refere aos lugares em que o Homem habitou, viveu e utilizou, mas também à memória que deixa nesses espaços e à própria humanidade. O Homem não é, portanto, extrínseco à paisagem em que habita (Ingold, 2002, p. 189). Neste sentido, as construções implicam decisões, escolhas, e um inevitável projeto anterior à construção (Rykwert *apud* Ingold, 2002, p. 175). Mas a estrutura não está terminada no momento da edificação: continua enquanto for habitada e utilizada nas suas várias vertentes (Ingold, 2002, p. 188).

Talvez, então, algo semelhante pode acontecer com a cultura material, se entendermos que a sua forma final não se cinge à sua produção: os significados podem ir-se acumulando, e, como acima defendemos, resultar de uma apropriação da natureza por parte do Homem.

Se considerarmos que os materiais estão de facto dotados de significados, atribuídos no momento ou após a sua produção, podemos questionar-nos se todos os materiais serão iguais nesse sentido.

Como Daniel Miller sugere, a ideia de «ler» os materiais como se de um texto se tratasse e a partir daí desenvolver uma teoria ou interpretação (arqueológica ou não), não será a mais correta. A linguagem abarca vários domínios – o oral, o escrito e a gramática – e por isso a sua interpretação é mais fechada do que aquela que se refere à cultura material, muda e dependente de uma infinidade de variáveis (Miller, 2001, p. 6).

É problemático assumir os critérios de grupos do passado daquilo que é dotado de significado, pelo que podemos admitir que nunca será um discernimento objetivo: assumimos que o significado apenas pertence ao grupo que a produz e, por essa razão, nos casos de investigação que são apresentados no decorrer da obra, esse significado é compreendido através do trabalho etnográfico (Miller, 2001, pp. 11-13). De facto, arqueologicamente, não é já possível questionar os produtores da cultura material acerca dos significados que tiveram para si, pelo que nos resta interpretar e avançar hipóteses.

Um dos casos publicados observa a relação entre a casa e o jardim nos subúrbios ingleses, e de que modo a apropriação dos espaços se transforma num sistema construído observável (Chevalier, 2001, p. 47). Salientamos este exemplo uma vez que o jardim acaba por ser um mediador de sociabilidade, em que ideias e objetos circulam entre os vários lugares (Chevalier, 2001, p. 58: 60). Enquanto que o jardim frontal é uma marca identitária da família, o das traseiras acaba por ser um espaço privado, onde familiares e vizinhos podem entrar (Chevalier, 2001, p. 49)

Podemos mesmo admitir alguma semelhança com aquilo que acontece nos espaços funerários: os indivíduos com relação de parentesco próximas ao defunto, ou mesmo a comunidade, unem-se na construção de monumentos funerários, onde depois depositam o indivíduo de quem se despedem e com quem partilham materiais.

O mesmo acontece com a comunidade que se une na partilha de sementes e propagação de plantas e ideias no jardim, depois utilizadas na cozinha, formando uma ligação significativa entre indivíduos (Chevalier, 2001, pp. 59-60). Transpondo para o mundo funerário, podemos evocar os objetos que são dotados de novos significados no momento da deposição com o defunto. É a prova de que a cultura material não é inerte, que os seus significados estão dependentes da interpretação do ator social.

Podemos agora falar sobre as dádivas (*gift giving*) e de que forma são observáveis no registo arqueológico funerário.

Marcel Mauss determina que as dádivas, aparentemente voluntárias, serão, de facto, fruto de uma obrigação interessada (Mauss, 1954, p. 1). Não existe um encargo de dar elementos de luxo ou de grande valor económico; e a responsabilidade de proceder à contra-dádiva é moral (Mauss, 1954, p. 3: 5; 17). O investigador não distinguiu «níveis de complexidade» díspares entre as sociedades em que esta prática era comum (Mauss, 1954, p. 6).

Notou igualmente que não só entre homens existiam trocas, mas que muitas vezes estas também eram feitas com os deuses ou com a natureza, unindo a *religiosidade* das figuras divinas, dos homens e das coisas (Mauss, 1954, p. 13).

Pierre Bourdieu definiu o *habitus* como a origem de sistemas de ações organizados e estratégias não delineados; sistemas estruturados, regulados e regulares sem serem fruto de uma obediência a regras; forma de adaptação sem consciência dos objetivos (Bourdieu, 2013 [1977], pp. 72-73). O *habitus* é o produto da história, gerador de práticas coletivas e individuais, produzindo ele próprio historicidade e crença: o passado sobrevive no presente e perpetua-se no futuro (Bourdieu, 2013 [1977], p. 82)

Questionamos então se a dádiva não poderá ser parte integrante do *habitus* de um grande número de sociedades: a troca de presentes está já devidamente reconhecida desde o Bronze Final peninsular, e parece indicar a existência de um padrão de práticas anterior a esse período (Gracia Alonso, 2008, pp. 25-26). Os objetos envolvidos neste sistema de dádiva e contra-dádiva teriam um valor acrescido pela história que contavam, tornando-se símbolos para quem os recebia e oferecia (Gracia Alonso, 2008, p. 26).

O elemento simbólico só tem o efeito desejado quando observado dentro do *habitus* em que surge: só os agentes condicionados para entenderem esses estímulos simbólicos consideram que não são arbitrários (Bourdieu, 2013 [1977], p. 76). Os objetos que designamos como dotados de significado podem assumi-lo em mais do que um contexto, em mais do que um aspeto (Bourdieu, 2013 [1977], pp. 110-111).

Os cossoiros depositados com um defunto tiveram mais do que um significado: a função prática do elemento necessário à produção têxtil converteu-se num elemento cuja

verdadeira aceção nos é hoje alheia, a partir do momento em que foi preferido sepultá-los, eventualmente em associação com quem os teria utilizado em vida.

Como Bourdieu explica, entender práticas rituais não passa apenas por descodificar a lógica do simbolismo, mas também por rever a necessidade prática e a sua relação com a sua origem: as práticas rituais têm como fim facilitar passagens e estabelecer relações entre indivíduos (Bourdieu, 2013 [1977], pp. 114-120), e poderá ser este um caminho pelo qual a interpretação arqueológica se poderá orientar.

6. Considerações Finais

Iniciámos este trabalho percorrendo as publicações e intervenções que foram sendo efetuadas no território algarvio e que permitiram começar a desvendar a ocupação sidérica da região.

No entanto, notámos uma estagnação generalizada da Arqueologia algarvia que, com as devidas exceções, se resume a prospeções parcamente publicadas, sem o devido registo dos elementos recuperados. De resto, destacámos as intervenções de carácter de emergência, em que as áreas escavadas são de reduzidas proporções e onde não é possível definir a dimensão dos contextos.

De facto, esta realidade não se cinge ao mundo funerário, mas estende-se também ao habitat, o que acaba por configurar a continuação de um problema: como vimos anteriormente, uma interpretação fiável das características socioeconómicas da sociedade e o reflexo da ocupação do território só é possível quando as duas realidades arqueológicas são trabalhadas em conjunto. Os elementos sociais que pretendemos conhecer não se restringem a um ou outro espaço, mas convivem entre os vários lugares (Chapman, 2003, p. 310).

Outra das grandes limitações que marcaram a elaboração da presente Dissertação prende-se com a antiguidade de várias escavações, que acaba por criar problemas em relação aos contextos de procedência dos materiais: pata várias situações desconhecemos o local onde os objetos foram recuperados dentro da necrópole, e se estavam ou não associados a sepulturas.

A verdade é que a preocupação com estas questões é mais recente do que as campanhas de Estácio da Veiga ou Santos Rocha, e a forma como atualmente lemos um sítio é radicalmente diferente da implementada por estes ou outros investigadores.

Neste sentido, o que podemos continuar a fazer com os dados de que dispomos é repensar as suas interpretações, estando cientes de que será improvável, senão de todo impossível, colmatar algumas destas lacunas.

Acreditamos que novas intervenções nas necrópoles poderiam trazer à luz renovadas informações que pudessem apoiar uma reinterpretação, mas estamos cientes de que alguns elementos estão irremediavelmente perdidos. No entanto, se apenas nos debruçarmos sobre o mundo dos mortos, continuaremos com questões em aberto.

Por outro lado, o desconhecimento em relação ao local de depósito de grande parte dos materiais que teriam sido exumados em necrópoles da Idade do Ferro acabou por ser um problema recorrente. Tendo em conta que em vários casos foi impossível ter acesso aos materiais, sabemos que este projeto de investigação acaba por ter grandes lacunas.

Não obstante, estamos confiantes de que as considerações que aqui fizemos apenas seriam complementadas com a associação desses dados, e não ultrapassadas ou rejeitadas.

De facto, as materialidades foram o ponto de partida para grande parte das reflexões e ideias que fomos defendendo ao longo desta dissertação, assim como a base para a definição de cronologias e para atestar realidades de forma mais definitiva.

Por outro lado, e no que se refere às necrópoles em si, a aparente petrificação dos espaços funerários, em contraste com a efemeridade das estruturas habitacionais parece mostrar um cuidado diferenciado com os defuntos, uma necessidade de assegurar que a sua memória não será esquecida nem destruída com o passar do tempo.

A memória da sua identidade poderá até ter sido escrita em lajes que perdurariam no tempo, mas até conseguirmos interpretar e transpor o significado dos caracteres gravados, esta hipótese não passa disso mesmo.

Os dados que dispomos em relação às construções sugerem esta realidade, mas sabemos que são preliminares, ainda vagos e passíveis de mudar radicalmente à medida que as intervenções forem continuadas.

O mesmo dizemos acerca das condições geográficas preferidas para habitar, aparentemente litorais ou com acesso privilegiado a rios navegáveis, distintas daquelas onde se depositam os mortos, muitas vezes próximas de vias fluviais e pequenos ribeiros, mas já em regiões mais interiores.

A própria proximidade ou afastamento entre os dois mundos parece evidenciar uma regra de distância entre os vivos e os mortos, apenas contrariada em Tavira, que acaba por ser um caso singular não apenas no mundo funerário sidérico, mas também nos séculos seguintes.

Estas dicotomias poderão, não obstante, ser resultado de uma preconceção do nosso tempo, em que utilizamos conceitos do presente para interpretar o passado: como sugerido por Daniel Miller, a nossa interpretação de qualquer área da vida cultural ou social do passado está reduzida aos nossos próprios objetivos de exame (Miller, 2001, p. 10).

Pela mesma razão, o autor admite que associar elementos de cultura material apenas serve para perpetuar ideias de género ou classe pré-concebidas (Miller, 2001, p. 10): os casos de Gregórios e Quinta da Queimada, por exemplo, causaram alguma surpresa junto dos investigadores, ao perceberem que os elementos bélicos foram depositados com indivíduos do sexo feminino. No primeiro caso, o defunto tinha junto a si duas partes de uma lança, e no segundo, uma faca afalcatada, que embora possa ser mais votiva do que funcional, está quase invariavelmente associada ao mundo masculino.

De facto, esta surpresa parece-nos filiada em conceções de género e dos seus papéis sociais, resultado de centúrias de conceitos estabelecidos, mas de que todos padecemos de forma mais ou menos consciente. É quase inquietante perceber que a nossa realidade possa ser tão díspar da vingente no passado, ou mesmo que a nossa interpretação do passado esteja tão vinculada às conceções da sociedade atual.

Na realidade, continuamos a desconhecer em grande parte a estrutura social de muitas comunidades pré e proto-históricas, e este trabalho acaba por ser a prova disso mesmo.

7. Referências Bibliográficas

- Alarcão, J. (1996). *De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Alarcão, J., & Barroca, M. (2012). *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Figueirinhas.
- Almagro-Gorbea, M., Jiménez Ávila, J., J. Lorrio, A., Mederos, A., & Torres, M. (2006). *La Necrópolis de Medellín. I. La excavación e sus hallazgos*. Madrid: Real Academia de Historia.
- Almagro-Gorbea, M., Jiménez Ávila, J., J. Lorrio, A., Mederos, A., & Torres, M. (2008). *La Necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Almeida, C. A. (1985). *Hidrogeologia do Algarve Central*. Lisboa.
- Almeida, F. d., & Ferreira, O. d. (1967). Fechos e placas de cinturão, Hallstáticos, encontrados em Portugal. *O Arqueólogo Português, série III, 1*, pp. 81-95.
- Amo y de la Hera, M. d. (1993). Formas y Ritos Funerarios en las Necrópolis de Cistas del Suroeste Peninsular. *SPAL 2*, pp. 169-182.
- Apolodoro. (1985). *Biblioteca*. (J. Arce, Ed., & M. R. Sepúlveda, Trad.) Madrid: Editorial Gredos.
- Araújo, A. C. (1992). *Carta Arqueológica de Portugal: Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Departamento de Arqueologia.
- Araújo, A. C. (1995). *Carta Arqueológica de Portugal: Concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Sto. António, Castro Marim e Alcoutim*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Departamento de Arqueologia.
- Arezes, A. (2018). *O Mundo Funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: As Necrópoles dos séculos V a VIII*. Edições Afrontamento.
- Arnold, B. (2001). The limits of agency in the analysis of elite Iron Age Celtic burials. *Journal of Social Archaeology, Vol. 1 (2)*, pp. 210-224.
- Arnold, B., & Jeske, R. J. (2014). The Archaeology of Death: Mortuary Archaeology in the United States and Europe 1990-2013. *Annual Review of Anthropology*, pp. 325-346.
- Arruda, A. M. (1996a). Tartesso. Em J. d. Alarcão, *De Ulisses a Viriato* (pp. 31-34). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Arruda, A. M. (1996b). Os Fenícios no Ocidente. Em J. d. Alarcão, *De Ulisses a Viriato* (pp. 35-45). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

- Arruda, A. M. (1999-2000). Los Fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, 5-6.
- Arruda, A. M. (2000). Práticas e Rituais Funerários no Sul de Portugal durante a Proto-História. *Separata das Actas do 3o Congresso de Arqueologia Peninsular - Proto-História da Península Ibérica*, V, pp. 101-108.
- Arruda, A. M. (2001a). Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. Em *Os Púnicos no Extremo Ocidente* (pp. 69-98). Lisboa: Universidade Aberta.
- Arruda, A. M. (2001b). A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4, n.º2, pp. 207-291.
- Arruda, A. M. (2003). Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território durante a 1ª Idade do Ferro. . Em *Tavira: afirmação do poder e estratégias de ocupação do território* (pp. 51-56). Lisboa: IPM/Câmara Municipal de Tavira.
- Arruda, A. M. (2004). Necrópoles proto-históricas do Sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. Em *El mundo funerario. Actas del III Seminario Internacional sobre Temas Fenicios* (pp. 457-494). Alicante.
- Arruda, A. M. (2007). A Idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. *Xelb*, 7, pp. 116-130.
- Arruda, A. M. (2008). Fenícios e Púnicos em Portugal - Problemas e Perspectivas. Em J. Ángel Zamora, & J. Pablo Vita, *Nuevas perspectivas II: La arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica* (pp. 13-23). Barcelona.
- Arruda, A. M. (2011). *Gaio*. Obtido em 4 de janeiro de 2019, de Dicionario Enciclopedico della Civiltà Fenicia: <http://www.decf-cnr.org/images/archivio/lettera-g/Gaio.pdf>
- Arruda, A. M., & Catarino, H. (1982). Cerâmica da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém. *CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 4, pp. 35-43.
- Arruda, A. M., & Pereira, C. (2012). De Santa Olaia a Bensafrim: Itinerários e Percursos de Santos Rocha no Algarve. Em R. Vilaça, & S. Pinto, *Santos Rocha: a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo*. Figueira da Foz: 133-151.
- Arruda, A. M., Barbosa, R., Gomes, F., & Sousa, E. d. (2016). A Necrópole da Vinha das Calças (Beja, Portugal). Em J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 187-225). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.
- Arruda, A. M., Bargão, P., & Sousa, E. (2005). A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8 (1), pp. 177-208.
- Arruda, A. M., Covaneiro, J., & Cavaco, S. (2008). A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça (Tavira). *Xelb*, 8, pp. 141-160.

- Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *CuPAUM* 42, pp. 79-101.
- Arruda, A. M., Sousa, E. d., & Lourenço, P. (2010). A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). *Xelb*, 10, pp. 267-284.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Bargão, P., & Lourenço, P. (2010). Monte Molião (Lagos): resultado de um projecto em curso. *Xelb* 8, pp. 161-192.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Pereira, C., & Lourenço, P. (2011). Monte Molião: Um sítio Púnico-Gaditano no Algarve (Portugal). *Conimbriga*, vol. L, pp. 5-32.
- Arruda, A., & Cardoso, J. (2016). A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 22, pp. 301-314.
- Arruda, A., & Celestino Pérez, S. (2009). Arquitectura religiosa em Tartessos. Em Mateos, Celestino, Pizzo, & Tortosa, *Santuarios, Oppida y Ciudades: Arquitectura Sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental* (pp. 29-77). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida/CSIC.
- Arruda, A., Barbosa, R., Gomes, F., & Sousa, E. (2007). La nécropole de Vinha das Caliças 4 (Trigaches, Beja): architectures et pratiques funéraires de l'Âge du Fer dans le Sud du Portugal. Em S. Adroit, & R. Graells, *Architectures funéraires et mémoire* (pp. 95-108). Ossana Edizioni.
- Aubet, M. E. (2010). The Phoenician Cemetery of Tyre. *Near Eastern Archaeology* 73:2-3, pp. 144-155.
- Barros, P. (2003). Cerâmicas Áticas no Circuito do Estreito do Extremo-Occidente peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu do Rosário, Faro e Tavira. *Actas del III Simposio de Arqueología de Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El período Orientalizante* (vol. 2), pp. 931-945.
- Barros, P., Branco, G., Duarte, C., & Correia, J. (2003). A cista dos Gregórios (Silves). *Xelb* 5, pp. 41-52.
- Barros, P., Melro, S., & Estrela, S. (2017). Na descoberta das estelas epigrafadas de Loulé. Em *Loulé: Territórios, Memórias, Identidades* (pp. 238-245). Lisboa: Direção Geral do Património Cultural / Museu Nacional de Arqueologia.
- Beirão, C. M. (1986). *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris: Du Bocard.
- Beirão, C. M., & Correia, V. H. (1990). Novos Dados Arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. Em J. Mangas, & J. Alvar, *Homenaje a José M^a Blázquez I* (pp. 285-302). Madrid.
- Beirão, C. M., & Correia, V. H. (1991). A Cronologia do Povoado de Fernão Vaz (Ourique, Beja). *Conimbriga*, XXX, pp. 5-11.
- Beirão, C. M., & Gomes, M. V. (1980). A I Idade do Ferro no Sul de Portugal - epigrafia e cultura. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

- Berrocal Rangel, L. (1989). Placas Aureas de La Edad del Hierro en la Meseta Occidental. *Trabajos de Prehistoria*, 46, pp. 279-291.
- Bettencourt, A. M. (2005). O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio a.C., e quando começou, afinal, a Idade do Ferro? *Cadernos do Museu de Penafiel*, pp. 25-40.
- Bicho, N. (2012). *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70.
- Biggs, E. (2014). *Rolling in Their Graves. Chariots and Connectivity in Iron Age Britain*.
- Binford, L. R. (1962). Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, vol. 28 (nº 2), pp. 217-225.
- Binford, L. R. (1971). Mortuary Practices: Their Study and Their Potential. *Approaches to the Social Dimensions of Mortuary Practices*, pp. 6-29.
- Blanco Fernández, J. L., & Celestino Pérez, S. (1998). La Joyería Orientalizante Peninsular: Diversidad y Particularidades a la luz de los últimos hallazgos. *Complutum*, 9, pp. 61-63.
- Bourdieu, P. (2013 [1977]). *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Budja, M. (2010). The Archaeology of Death: from “social personae” to “relational personhood”. *Documenta Praehistorica XXXVII*, pp. 43-54.
- Cahill, M. (2015). 'Here comes the sun...' - Solar Symbolism in Early Bronze Age Ireland. *Archaeology Ireland*, 29 (1), pp. 26-33.
- Calado, D., & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.
- Calado, M., Mataloto, R., & Rocha, A. (2007). Povoamento Proto-Histórico na margem direita do Regolfo do Alqueva (Alentejo, Portugal). Em *Arqueología de la tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular* (pp. 129-179). Cáceres.
- Callaway, E. (2018). The Battle For Common Ground. *Nature* (555), pp. 573-576.
- Canas, R. J. (2015). *Flora y vegetación de la Serra do Caldeirão*. Facultad de Ciencias Experimentales. Universidad de Jaén.
- Capela, F. (2014). *Contributos para o conhecimento da Pré-história Recente e da Proto-história da Serra de Monchique*. Arandis Editora.
- Capela, F. (29 de março de 2018). Achados arqueológicos no concelho de Monchique. *Jornal de Monchique*, 12.
- Cardoso, J. L. (2007). Vida e Obras de Estácio da Veiga. *Xelb* 7, pp. 15-72.
- Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2006). A Necrópole da I Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 6, pp. 201-226.

- Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2008). O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 8, pp. 103-115.
- Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2011). Necrópole das Soalheironas. *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim: do Neolítico ao Romano*, pp. 126-153.
- Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2011). Necrópole do Cabeço da Vaca. *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim: do Neolítico ao Romano*, pp. 154-197.
- Catarino, H. (1997). *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados* (Vol. I). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Celestino Pérez, S. (1999). *El Yacimiento Protohistórico de Pajares. Villanueva de La Vera. Cáceres*. (Vol. 1. Las Necrópolis y el Tesoro Áureo). Mérida.
- Celestino Pérez, S., & Blanco Fernández, J. L. (2006). *La Joyería en los orígenes de Extramadura: el espejo de los dioses*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- Chapa Brunet, T. (2006). Arqueología de la Muerte: Aspectos Metodológicos. *Anales de Arqueología Cordobesa*, vol. I (nº 17), pp. 25-46.
- Chapman, R. (2003). Death, society and archaeology: the social dimensions of mortuary practices. *Mortality*, vol. 8 (nº 3), pp. 305-312.
- Chevalier, S. (2001). From woollen carpet to grass carpet: bridging house and garden in an English suburb. Em I. Hodder (ed.), *Material Culture: why some things matter* (pp. 47-71). Londres: Routledge.
- Connerton, P. (1993). *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta Editora.
- Corrêa, A. M. (1914). *Os Criminosos Portugêses*. Coimbra: Typographia França Amado.
- Corrêa, A. M. (1919). *Raça e Nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Corrêa, A. M. (1924). *Os Povos Primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas.
- Correia, J. E., Paulo, L. C., & Cabrita, L. M. (2011). Vale Romeira, Uma Necrópole da Idade do Ferro . *9º Encontro de Arqueologia do Algarve*.
- Correia, V. (1916). Conimbriga: A camada pré-romana da cidade. *O Archaeologo Português, série I*, 21, pp. 252-264.
- Correia, V. H. (1993). As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: Arquitectura e Rituais. *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, pp. 351-370.
- Correia, V. H. (1993). Os Materiais Pré-Romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego. *Estudos Orientais, IV*, pp. 229-283.
- Correia, V. H. (1996). Os povoados da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal. *De Ulisses a Viriato: O Primeiro milénio a.C.*, pp. 82-87.

- Correia, V. H. (1999a). Fernão Vaz (Ourique, Beja): Balanço da investigação arqueológica. *VIPASCA: Arqueologia e história*, 8, pp. 23-31.
- Correia, V. H. (1999b). Algumas considerações sobre os centros de poder na Proto-história do Sul de Portugal. *Revista de Guimarães*, Volume Especial II, pp. 699-714.
- Correia, V. H. (2007). Fernão Vaz. Um caso de estudo da paisagem rural do Sudoeste no Período Orientalizante. Em A. Rodríguez Díaz, & I. Pavón Soldevila, *Arqueología de la Tierra* (pp. 189-202). Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Correia, V. H. (2014). A escrita do Sudoeste da Península Ibérica: Velhos dados, Novas teorias e a sua importância para o estudo das antigas culturas hispânicas. *Portvgalia, Nova Série*, pp. 77-93.
- Costa, J. B. (2014). *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Covaneiro, J., & Cavaco, S. (2017). Evolução do Espaço Urbano da Cidade de Tavira: Resultados Preliminares. *Scientia Antiquitatis*, pp. 219-242.
- Davis-Kimball, J., Bashilov, V. A., & Yablonsky, L. T. (1995). *Nomads of the Eurasian Steppes in the Early Iron Age*. Berkeley: Zinat Press.
- Deserto, J., & Pereira, S. H. (2016). *Estabrão, Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Dias, M. M., Beirão, C. M., & Coelho, L. (1970). Duas Necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique (notícia preliminar). *O Arqueólogo Português, série III*, 4, pp. 175-219.
- Dias, V. (2010). *A cerâmica campaniense de Monte Molião*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Diniz, M., & Gonçalves, V. S. (1993-1994). Na 2ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português, série IV*, 11/12, pp. 175-187.
- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Cerro da Chã 1*. Obtido em 15 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2185947>
- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Cerro da Picota*. Obtido em 3 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2186143>
- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Corte de Pére Jacques*. Obtido em 15 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=50047>
- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Fazenda das Alagoas/Alagoas*. Obtido em 3 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=48703>

- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Monte do Castelo da Fuseta*. Obtido em 15 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo:
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=54582>
- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Pico Alto 2*. Obtido em 15 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo:
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2544815>
- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Vale da Maia*. Obtido em 15 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo:
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=50799>
- Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Vale Romeira 2*. Obtido em 2 de janeiro de 2020, de Portal do Arqueólogo:
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2898355>
- Dux, G. (1991). Communicative Reason and Interest: On the Reconstruction of the Normative Order in Societies Structured by Egalitarianism or Domination. Em A. Honneth, & H. Joas, *Communicative Action: Essays on Jürgen Habermas's The Theory of Communicative Action. Studies in Contemporary German Social Thought* (pp. 74-96).
- Estrela, S. (2017). Janelas Abertas Sobre a Idade do Ferro: os Queimadores de Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*, pp. 943-954.
- Estrela, S. (2019). Adornos, Espaço e Tempo: as contas de colar em Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar). *digitAR*, pp. 227-253.
- Evans, J., Stoodley, N., & Chenery, C. (2006). A strontium and oxygen isotope assessment of a possible fourth century immigrant population in a Hampshire cemetery, southern England. *Journal of Archaeological Science*, 33, pp. 265-272.
- Fabião, C. (2008). José Leite de Vasconcelos (1858-1941): um archeólogo português. *O Arqueólogo Português, série IV*, 26, pp. 97-126.
- Fahlander, F. (2003). *The Materiality of Serial Practice: A Microarchaeology of Burial*. Göteborg: Göteborg University.
- Ferreira, D. F. (2019). *A Cerâmica Grega na fachada atlântica da Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense.
- Ferrer i Jané, J., Garcia i Rubert, D., Moreno Martinez, I., & Velaza Frias, J. (2008). Una inscripción ibérica sobre plomo procedente del poblado de la Moleta del Remei (Alcanar, Montsià, Tarragona). *Paleohispanica*, 8, pp. 203-216.
- Filardi, V. H. (2011). *Caracterização química de contas de vidro arqueológicas do século VII a.C. provenientes da Quinta do Almaraz, Cacilhas*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.
- França, E. Á. (1968). Alfinetes de Toucado, Romanos, de Conimbriga. *Conimbriga*, pp. 67-93.

- Frei, K. M., Mannering, U., Kristiansen, Wilson, M. E., Skals, I., Tridico, S., . . . Frei, R. (2015). Tracing the dynamic life story of a Bronze Age Female. *Sci. Rep.* 5 (10431). doi:10.1038/srep10431
- Gracia Alonso, F. (2008). *De Iberia a Hispania*. Madrid: Ariel.
- García Fernández, F. J. (2012). Tartesios, túrdulos, turdetanos. Realidad y ficción de la homogeneidad étnica da la Bética romana. Em J. Santos Yanguas, & G. Cruz Andreotti, *Romanización, Fronteras y Etnias en la Roma Antigua: el caso Hispano* (pp. 691-734). Universidad del País Vasco.
- García y Bellido, A. (1966). O problema dos enterramentos na Cultura Castreja. *Revista de Guimarães*, 76, pp. 5-24.
- GEMS. (2011). Visual Guide to Gemstones & Minerals.
- Gitin, S., Dothen, T., & Naveh, J. (1997). A Royal Dedicatory Inscription from Ekron. *Israel Exploration Journal*, vol. 47 (nº 1/2), pp. 1-16.
- Gligor, M. (2014). The Archaeology of Death: Archaeoethanatology. An Introduction. *Archaeoethanatology: An Interdisciplinary Approach on Death from Prehistory to the Middle Ages*, pp. 5-9.
- Golani, A. (2013). *Jewelry from the Iron Age II Levant*. Orbis Biblicus et Orientalis.
- Goldstein, L. (1981). One-Dimensional Archaeology and Multi-Dimensional People: spatial organization and mortuary analysis. *The Archaeology of Death*, pp. 53-69.
- Gomá Rodríguez, J. L. (2019). Origin and sequence of the earliest fibulae in the Iberian Peninsula. *CuPAUM*, 45, pp. 69-112.
- Gomes, F. B. (2011). *Contextos de culto de matriz mediterrânea na Idade do Ferro do Sul do actual território português (sécs. VIII-III a.n.e.)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Gomes, F. B. (2014). Importações Mediterrâneas em Contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (séculos VI-IV a.n.e.). *Revista Onoba* (nº2), pp. 27-44.
- Gomes, F. B. (2014-2015). O Mundo Funerário da I Idade do Ferro no Sul do actual território português: notas para uma síntese. *Arqueologia & História*, vol. 66-67, pp. 47-62.
- Gomes, F. B. (2016). *Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário*. Lisboa: Universidade de Letras da Faculdade de Lisboa.
- Gomes, F. B. (2018). La Cornalina en el Bronce Final y la Edad del Hierro. *LVCENTVM*, XXXVII, pp. 55-74.
- Gomes, H. F. (2012). *O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

- Gomes, M. V. (1990-1991). O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na Proto-História do Sul de Portugal: smitting gods ou deuses ameaçadores. *Revista ICALP*, 22-23, pp. 125-177.
- Gomes, M. V. (1993). O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*, IV, pp. 73-107.
- Gomes, M. V. (1994). A necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves. *Xelb* 2, pp. 7-162.
- Gomes, M. V. (2011). Inscrição e iconografia do “disco”, de ouro, de Bensafrim (Lagos, Algarve). *Arqueologia & História*, 62-63, pp. 117-125.
- Gomes, M. V., Cardoso, J. L., & Alves, F. (1994). *Levantamento Arqueológico do Algarve: Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa.
- Gomes, S. (2011). *O Passado, a Identidade e as Teias do Governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento Arqueológico e de construção da Identidade Nacional Salazarista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Gonçalves, D. (2007). *FUNUS: Recomendações para a escavação e análise em laboratório de cremações em urna*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Gracia Alonso, F. (2008). *De Iberia a Hispania*. Madrid: Ariel.
- Hertz, R. (1960 [1907]). *Death & The Right Hand*. (C. Needham, & R. Needham, Trads.) Aberdeen: The University Press.
- Hockney, J. (2002). The Importance of Being Intuitive: Arnold Van Gennep's The Rites of Passage. *Mortality* 7 (2), pp. 210-217.
- Hodder, I. (1992). *Theory and Practice in Archaeology*. Routledge.
- Hodder, I. (2013). Post-modernism, post-structuralism and post-processual archaeology. Em I. Hodder (ed.), *The Meanings of Things: Material Culture and Symbolic Expression* (pp. 64-78). Routledge.
- Ingold, T. (2002). *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. Routledge.
- Ixer, R., & Bevins, R. (2017). The bluestones of Stonehenge. *Geology Today*, vol. 33 (nº 5), pp. 180-184.
- James, E. O. (1928). Cremation and the Preservation of the Dead in North America. *American Anthropologist (New Series)*, Vol. 30 (Nº 2), pp. 214-242.
- Jiménez Ávila, J. (2002-2003). Estructuras Tumulares en el Suroeste Ibérico. En torno al fenómeno tumular en la protohistoria peninsular. *Homenaje a la Dra. Dña. Encarnación Ruano. Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, 42, pp. 81-118.
- Jiménez Ávila, J. (2003). Los objetos de pasta vítrea de Cancho Roano. *Cancho Roano. VIII-IX, los materiales arqueológicos I*, pp. 261-292.

- Jiménez Ávila, J. (2004). La Necrópolis de El Jardal (Herrera del Duque, Badajoz): Elementos para una revisión Cronológica de las Necrópolis de la 1ª Edad del Hierro del Sur de Portugal. Em T. J. Gamito, & N. F. Bicho, *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (1996)* (pp. 105-114). Faro: Universidade do Algarve.
- Jiménez Ávila, J., & González Cordero, A. (2012). Una tumba “de carro” en la necrópolis orientalizante de Talavera La Vieja (Cáceres). Em M. d. Deus, *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (pp. 213-233). Almodôvar.
- Jones, S. (2003). *The Archaeology of Ethnicity: Constructing identities in the past and present*. Routledge.
- Knüsel, C. J., Batt, C. M., Cook, G., Montgomery, J., Müldner, G., Ogden, A. R., . . . Wilson, A. S. (2010). The Identity of the St Bees Lady, Cumbria: An Osteobiographical Approach. *Medieval Archaeology*, 54, pp. 271-311.
- Kristiansen, K. (1999). *Europe Before History*. Cambridge University.
- Kroeber, A. L. (1927). Disposal of the dead. *American Anthropologist* (nº 293), pp. 308-315.
- Kunst, M., & Uerpmann, H.-P. (2002). Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): relatório das escavações de 1994 e 1995. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5 (nº 1), pp. 67-120.
- Kurtz, G. (1996). Los Hierros de Cancho Roano. *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I*, pp. 394-366.
- Larsson, L. (2003). Ethnicity and traditions in Mesolithic mortuary practices of southern Scandinavia. Em S. S. (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identity. One World Archaeology* (Vol. 10, pp. 210-218). Routledge.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Lévi-Strauss, C. (1969). *The Elementary Structures of Kinship*. Boston: Beacon Press.
- Lima, A. M., Martinez, B., & Filho, J. L. (1985). *Introdução à Antropologia Cultural*. Santa Maria da Feira: Editorial Presença.
- Lipkin, S. (2010). *Textile-making in central Tyrrhenian Italy from the final Bronze Age to the Republican period*. Oulu.
- Lopes, F. C., Pereira, Gama, L. C., Gomes, A. A., Cunha, P. P., Gomes, C. R., & Martins, A. (2015). Os relevos calcários da região central do Barrocal Algarvio (Sul de Portugal) - um modelo tectónico. *Resúmenes sobre el VIII Simposio MIA15, Málaga*, pp. 1-3.
- López-Cachero, F. J. (2011). Cremation Cemeteries in the Northeastern Iberian Peninsula: Funeral Diversity and Social Transformations during the Late Bronze and Early Iron Ages. *European Journal of Archaeology*, 14, pp. 116-132.

- Lorrio, A. J. (2011). Los Celtas en el Occidente de Iberia. *Castros y Verracos. Las gentes de la Edad del Hierro en el occidente de Iberia*, pp. 45-100.
- Loulé: territórios, memórias, identidades. (2017). Lisboa: Direção Geral do Património Cultural / Museu Nacional de Arqueologia.
- Lucas, G. (2005). *The Archaeology of Time*. Routledge.
- Luís, L. (2003). As Cerâmicas Campanienses de Mértola. *Trabalhos de Arqueologia*, 27.
- Lull, V. (2000). Death and Society: a Marxist approach. *Antiquity*, 74, pp. 576-580.
- Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos*. (2016). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Maia, M. G. (2000). *Levantamento da Carta Arqueológica de Cachopo*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- Maia, M., & Loureiro, C. (2008). Maqueta do sítio turdetano dito BNU. Em *Tavira, patrimónios do mar* (pp. 166-169). Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- Maia, M., & Loureiro, C. (2008). Maqueta sobre um povoado “fenício de ocidente” (na colina de Santa Maria). Em *Tavira, patrimónios do mar* (pp. 164-166). Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- Maier, J. (1992). La Necropolis de “La Cruz del Negro” (Carmona, Sevilla): excavaciones de 1900 a 1905. *CuPAUM* (19), pp. 95-141.
- Martín, L. A., Descals, R. A., & Kay, S. (2017). Anthropological Analysis and Facial Reconstruction of the Pompeii Victims: Archaeology of Death in Pompeii. *Skeletons, Stories, and Social Bodies Conference*. Southampton.
- Martins, A. C. (2012). António Augusto dos Santos Rocha (1853-1910) e a Arqueologia na viragem do novo século. Em R. Vilaça, & S. Pinto, *Santos Rocha: a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo* (pp. 13-39). Figueira da Foz.
- Mateos Leal, C., & Sánchez Nicolás, D. (2013). El cuchillo afalcatado. Análisis tipológico y funcional de los cuchillos de los yacimientos abulenses durante la II Edad del Hierro. *Investigaciones Arqueológicas en el valle del Duero, del Paleolítico a la Antigüedad Tardía: actas de las III Jornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero, Salamanca*, pp. 135-150.
- Mateus, J. E., & Moreno-García, M. (2003). Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura. *Trabalhos de Arqueologia* (nº 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Mateus, R. S., & Pereira, J. (2012). A Necrópole da Carlota (S. Brissos, Beja) no contexto cultural da I Idade do Ferro no Baixo Alentejo: dados Preliminares. Em *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste* (pp. 317-330). Almodôvar: Câmara Municipal de Almodôvar.
- Mauss, M. (1954). *The Gift. Forms and functions of exchanges in archaic societies*. Londres: Cohen & West.

- Miller, D. (2001). Why Some Things Matter. Em D. Miller (coord.), *Material Culture: why some things matter* (pp. 3-21). Londres: Routledge.
- Montgomery, J. (2010). Passports from the Past: investigating human dispersals using strontium isotope analysis of tooth enamel. *Annals of Human Biology*, 37 (3), pp. 1-59.
- Mui, S. (2018). *Dead body language: Deciphering corpse positions in Anglo-Saxon England*. Durham University.
- Neves, S. G. (2013). *O Crasto de Tavadre (Figueira da Foz) no quadro das problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Ocharan Ibarra, J. À. (2014). Útiles de plomo procedentes del Santuario rupestre Ibérico de la Nariz (Monatalla, Murcia). Propuesta tipológica y funcionalidad. *AnMurcia*, nº30, pp. 91-106.
- Paixão, A. M. (2014). A Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 21, pp. 429-460.
- Parcero Oubiña, C. (2003). Looking Forward in Anger: Social and Political Transformations in the Iron Age of the North-Western Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*, 6, pp. 267-299.
- Pearson, M. P. (1982). Mortuary Practices, Society and Ideology: An Ethnoarchaeological Study. *Symbolic and Structural Archaeology*, pp. 99-114.
- Pearson, M. P., Pollard, J., Richards, C., Welham, K., Chris Casswell, C. F., Schlee, D., . . . Ixer, R. (2019). Megalith quarries for Stonehenge's bluestones. *Antiquity*, vol. 93 (nº 367), pp. 45-62.
- Pereira, C. (2014). *As Necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia* (Vol. 1). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pereira, C., Arruda, A. M., & Sousa, E. (2019). Os artefactos metálicos da Idade do Ferro do Monte Molião (Lagos, Portugal). *LVCENTVM*, XXXVIII, pp. 77-88.
- Pereira, M. H. (2012). *Estudos de História da Cultura Clássica. Cultura Grega*. (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, T. M. (2008). *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. (Vol. I). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Pereira, T. M. (2008). *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. (Vol. II). Lisboa: Universidade de Lisboa.

- Pereiro, T., Mataloto, R., & Borges, N. (2017). Alentejo, a Sul de Beja: a Necrópole Sidérica da Quinta do Estácio 6. *Siderium Ana III: El Río Guadiana y Tartessos*, pp. 304-332.
- Pinto Cañon, G. (2003). *Didáctica de la Química y Vida Cotidiana*. Madrid: Universidad Politécnica de Madrid.
- Pollard, A. (2011). Isotopes and impact: a cautionary tale. *Antiquity* (85), pp. 631-638.
- Ponte, S. d. (1980). Fíbula sem mola de Santa Olaia. *Conimbriga*, 19, pp. 159-162.
- Quesada Sanz, F. (1992). *Arma y símbolo: La Falcata Ibérica*. Instituto de Cultura Juan Gil-Albert: Alicante.
- Quesada Sanz, F. (1994). Riqueza y Jerarquización Social en Necrópolis Ibéricas: Los Ajuares. Em J. Mangas, & J. Alvar, *Homenaje a José M^a Blázquez, II* (pp. 447-466). Madrid: Ediciones Clásicas.
- Ralph, J., & Ralph, K. (2018). *Carnelian*. Obtido em 19 de junho de 2019, de gemdat.org: <https://www.gemdat.org/gem-9333.html>
- Rankin, D. J. (2011). The social side of Homo economicus. *Trends in Ecology and Evolution*, vol. 26 (nº1), pp. 1-3.
- Rocha, A. E. (1976). O estruturalismo de Lévi-Strauss: significação do “estrutural inconsciente”. *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. 32, Fasc. 2, *Estruturalismo II*, pp. 171-206.
- Rocha, A. S. (1895). Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. *O Archaeologo Português, série I, Vol. I*, pp. 291-296; 327-337.
- Rocha, A. S. (1904). Estudo sobre um artefacto pre-romano d'ouro descoberto no Algarve. *Boletim da Sociedade Archaeologica Santos Rocha*, pp. 64-67.
- Rocha, A. S. (1905). Catálogo Geral do Museu Municipal da Figueira da Foz. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.
- Rocha, A. S. (1975). A necrópole proto-histórica da Fonte Velha, em Bensafirim. *Memórias e Explorações Arqueológicas. Memórias Sobre a Antiguidade, Vol. III*, pp. 127-141.
- Rodrigues, S. (2004). *As Vias Romanas do Algarve*. Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve.
- Rodríguez-Corral, J., & Ferrer Albelda, E. (2018). Teoría e Interpretación en la Arqueología de la Muerte. *Spal*, vol. 27.2, pp. 89-123.
- Rose, H. J. (1922). Celestial and Terrestrial Orientation of the Dead. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, Vol. 52, pp. 127-140.
- Ruano Ruiz, E., Hoffman, P., & Rincón, J. M. (1995). Aproximación al estudio del vidrio prerromano: los materiales procedentes de la necrópolis ibérica de El

- Cigarralejo (Mula, Murcia). Composición química de varias cuentas de collar. *Trabajos de Prehistoria* 52 (1), pp. 189-206.
- Rufete Tomico, P. (1989). La Cerámica con Barniz Rojo de Huelva. Em M. Aubet Semmler (coord.), *Tartessos: Arqueología Protohistórica del Bajo Guadalquivir* (pp. 375-394). Barcelona: AUSA.
- Sanahuja Yll, M. E. (1971). Instrumental de hierro agrícola e instrumental de la época ibero-romana en Cataluña. *Pyrenae: revista de prehistòria i antiguitat de la Mediterrània Occidental* (nº 7), pp. 61-100.
- Sastre, I. (2002). Forms of Social Inequality in the Castro Culture of North-West Iberia. *European Journal of Archaeology*, 5, pp. 213-248.
- Scarre, C. (2004). The meaning of death: funerary beliefs and the prehistorian. Em C. Renfrew, & E. Zubrow, *The Ancient Mind. Elements of cognitive archaeology*. (p. 2004). Cambridge University Press.
- Schubart, H. (1965). *Atalaia: uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo*. Beja.
- Schulten, A., & Bosch Gimpera, P. (1922). *Fontes Hispaniae Antiquae. Avieno: Ora Maritima*. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- Schulten, A., & Bosch Gimpera, P. (1925). *Fontes Hispaniae Antiquae. 500 a. de J.C. hasta César*. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- Shennan, S. (2003). Introduction: archaeological approaches to cultural identity. Em S. Shennan (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identity. One World Archaeology* (Vol. 10, pp. 1-32). Routledge.
- Silva, A. C. (2016). *Caetano Mello Beirão (1923-1991). Nos 25 anos do seu desaparecimento*. Obtido em 15 de janeiro de 2019, de Memórias das Pedras Talhas: <http://pedrastalhas.blogspot.com/2016/12/caetano-mello-beirao-1923-1991.html>
- Silva, A. C., & Gomes, M. V. (1992). *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, A. C., Silva, C. T., & Lopes, A. B. (1984). Depósito de Fundidor do Final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lycerna*, pp. 73-109.
- Silva, P. M. (2014). *As Necrópoles da I Idade do Ferro do Baixo Alentejo - Contributo para o seu melhor conhecimento*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais Humanas (Universidade Nova de Lisboa).
- Soares, R. M., Baptista, L., & Rodrigues, Z. M. (2016). Os primeiros enterramentos sidéricos conhecidos na margem esquerda do Guadiana em território português. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, V, pp. 129-141.
- Soares, R. M., Baptista, L., Pinheiro, R., Oliveira, L., Rodrigues, Z., & Vale, N. (2016). A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). Em

- J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 263-301). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.
- Stutz, L. N. (2016). Building Bridges Between Burial Archaeology and the Archaeology of Death. Where is the Archaeological Study of the Dead Going? *Current Swedish Archaeology*, vol. 24 , pp. 13-35.
- Suárez Piñeiro, A. M. (2002). Galicia, ¿En la Ora marítima de R.F. Avieno? *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 49 (nº 115), pp. 9-26.
- Thomas, J. (2007). The trouble with material culture. *Journal of Iberian Archaeology*, 9/10, pp. 11-23.
- Tristão, L. S. (2012). *Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Ucko, P. J. (1969). Ethnography and Archaeological Interpretation of Funerary Remains. *World Archaeology. Techniques of Chronology and Excavation*, vol. 1 (nº2), pp. 262-280.
- Vasconcelos, J. L. (1895). Excursão archaeologica a Alcacer-do-Sal. *O Arqueólogo Português, série I, 1*, pp. 65-92.
- Vasconcelos, J. L. (1908). Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Arqueólogo Português, série I, 13*, pp. 300-313.
- Vasconcelos, J. L. (1927/1929). Novas inscrições ibéricas do Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português, série I, 28*, pp. 205-208.
- Veiga, S. E. (1886). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. I). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Veiga, S. E. (1887). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. II). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Veiga, S. E. (1889). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. III). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Veiga, S. E. (1910). Antiguidades monumentaes do Algarve, Vol. V. *O Arqueólogo Português, Série I*, pp. 209-233.
- Veit, U. (2003). Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity. Em S. S. (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identity. One World Archaeology* (Vol. 10, pp. 35-56). Routledge.
- Viana, A. (1959). Necrópole pré-histórica da Atalaia. *Conimbriga (separata)*, Vol. 1, pp. 83-96.

- Viana, A., & Deus, A. D. (1958). Campos de Urnas do concelho de Elvas. Paço Ducal de Vila Viçosa. Materiais da secção arqueológica. *O Instituto (separata)*.
- Vilaça, R. (2014). Ensaio sobre a região de Beja em torno do ano mil a.C.: entre tradição e inovação. Em R. Vilaça, & M. S. (coord.), *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspetivas sobre uma velha problemática* (pp. 101-125). Coimbra.
- Vilaça, R. (2017). Da Morte e seus Rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Actas da Mesa Redonda - A Pré-História e a Proto-História no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro*, pp. 101-133.
- Vilaça, R., & Armbruster, B. (2012). O Disco de Ouro da Necrópole de Fonte Velha de Bensafirim (Lagos, Algarve). Em R. Vilaça, & S. Pinto, *Santos Rocha: a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo* (pp. 153-170). Figueira da Foz: Casino Figueira.
- Vilaça, R., & Pinto, S. (2012). *Santos Rocha, a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo*. Figueira da Foz: Casino Figueira.
- White, L. A. (2007 [1959]). *The Evolution of Culture: The Development of Civilization to The Fall of Rome*. Left Coast Press.
- Zamora Hinojosa, T. (2015). *Los cuchillos de hierro procedentes de las necrópolis de incineración catalanas (VIII-VI a.C). Clasificación, funcionalidad y tecnología. El caso de Can Piteu-Can Roqueta*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

8. Anexos

8.1. Lista de necrópoles

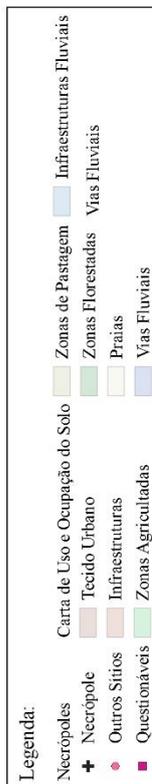
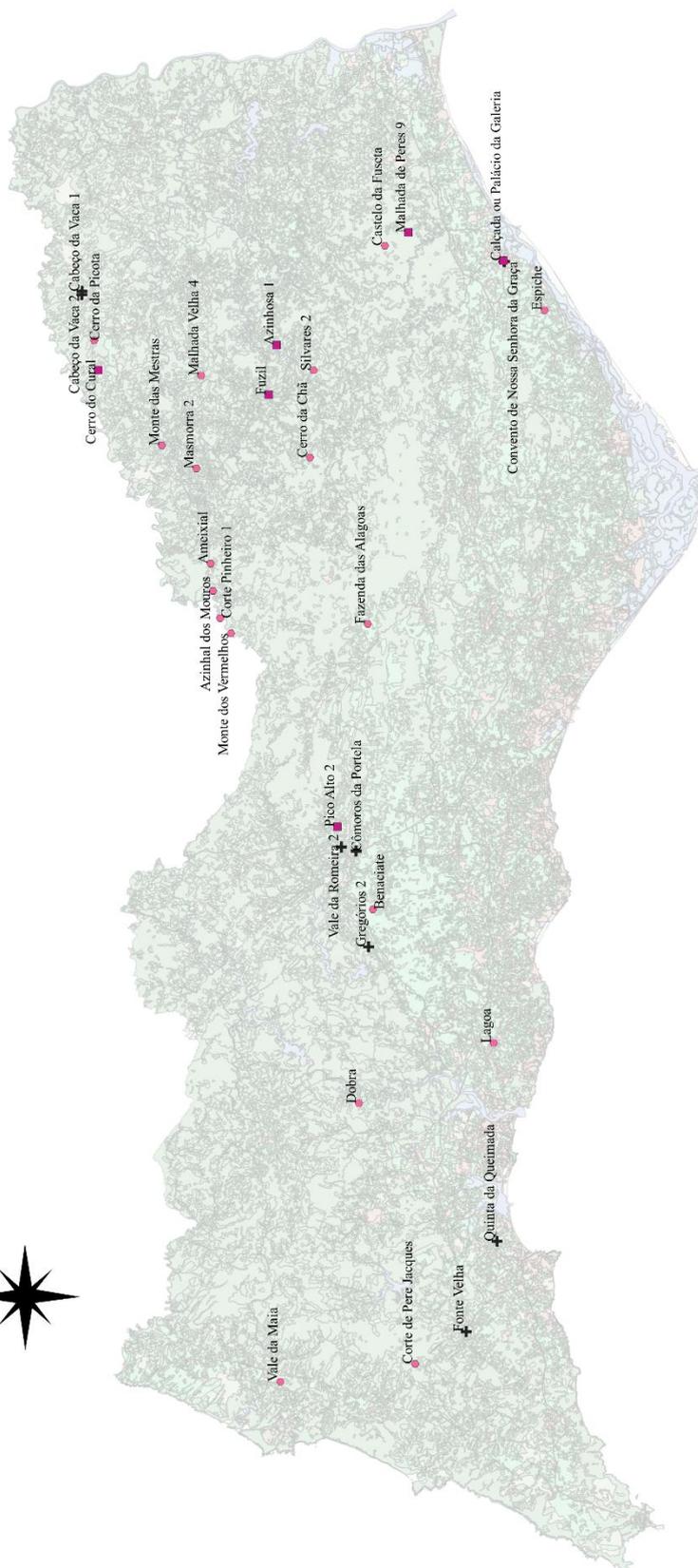
Necrópole	Localização	Bibliografia	Local de depósito	Obs.
Corte de Pere Jacques	Bordeira, Aljezur	Beirão, 1986.		
Vale da Maia	Aljezur, Aljezur			
Fonte Velha de Bensafrim	Bensafrim e Barão São João, Bensafrim	Estácio da Veiga. Beirão, 1986. Araújo, 1992. Varela Gomes e Beirão MNA 1980.	Museu Municipal Dr. Santos Rocha; Museu Nacional de Arqueologia	
Quinta da Queimada	Odiáxere, Lagos	Calado & Gomes, 2006.		
Benaciate	São Bartolomeu de Messines, Silves	Beirão, 1986. Araújo, 1992.		
Cômoros da Portela	São Bartolomeu de Messines, Silves	Beirão, 1986. Araújo, 1992. Beirão, 1973.		
Gregórios 2	São Bartolomeu de Messines, Silves		Museu da Escrita do Sudoeste - Almodôvar	Bibliografia errada no Portal do Arqueólogo
Pico Alto 2	São Bartolomeu de Messines, Silves			
Vale Romeira 2	São Bartolomeu de Messines, Silves			
Azinhal dos Mouros	Ameixial, Loulé	Beirão, 1986. Araújo, 1992.		
Corte Pinheiro 1	Ameixial, Loulé			
Fazenda das Alagoas	Salir, Loulé	Beirão, 1986. Araújo, 1992.		
Ameixial	Ameixial, Loulé	Beirão, 1986. Araújo, 1992.		
Monte dos Vermelhos	Ameixial, Loulé	Beirão, 1986. Araújo, 1992.		
Cabeço da Vaca	Giões, Alcoutim	Cardoso & Gradim, 2006, 2008 e 2011.	Núcleo Museológico de Arqueologia (Alcoutim)	
Cerro da Picota	Martim Longo, Alcoutim	Gradim, 1997.		
Cerro do Cural	Martim Longo, Alcoutim	Gradim, 1997.		
Monte das Mestras	Martim Longo, Alcoutim	Beirão, 1986. Araújo, 1995.	Museu da Escrita do Sudoeste - Almodôvar / Museu Municipal de Olhão	
Azinhosa 1	Cachopo, Tavira	Maia, 2000.		

Espiche	Luz de Tavira e Santo Estêvão, Tavira	Estácio da Veiga, 1891.		
Fuzil	Cachopo, Tavira	Maia, 2000.		
Malhada Velha 4	Cachopo, Tavira	Maia, 2000.		
Malhada de Peres 3	Conceição e Cabanas de Tavira, Tavira			
Masmorra 2	Cachopo, Tavira	Maia, 2000.		
Castelo da Fuseta	Santa Maria e Santiago de Tavira, Tavira	Beirão, 1986. Araújo, 1995.		
Silvares 2	Cachopo, Tavira	Maia, 2000.		
Convento de N. Sra. Da Graça	Tavira	Arruda, Covaneiro & Cavaco, 2008.		
Dobra	Monchique	Beirão, 1986. Araújo, 1992.		Mencionada por Beirão como de Monchique, no Portal do Arqueólogo aparece Estela em Silves.
Cerro da Chã	Cachopo, Tavira	Maia, 2000.		
Calçada ou Palácio da Galeria	Tavira	Arruda, Covaneiro & Cavaco, 2008.		Não é referida como necrópole no Portal do Arqueólogo.

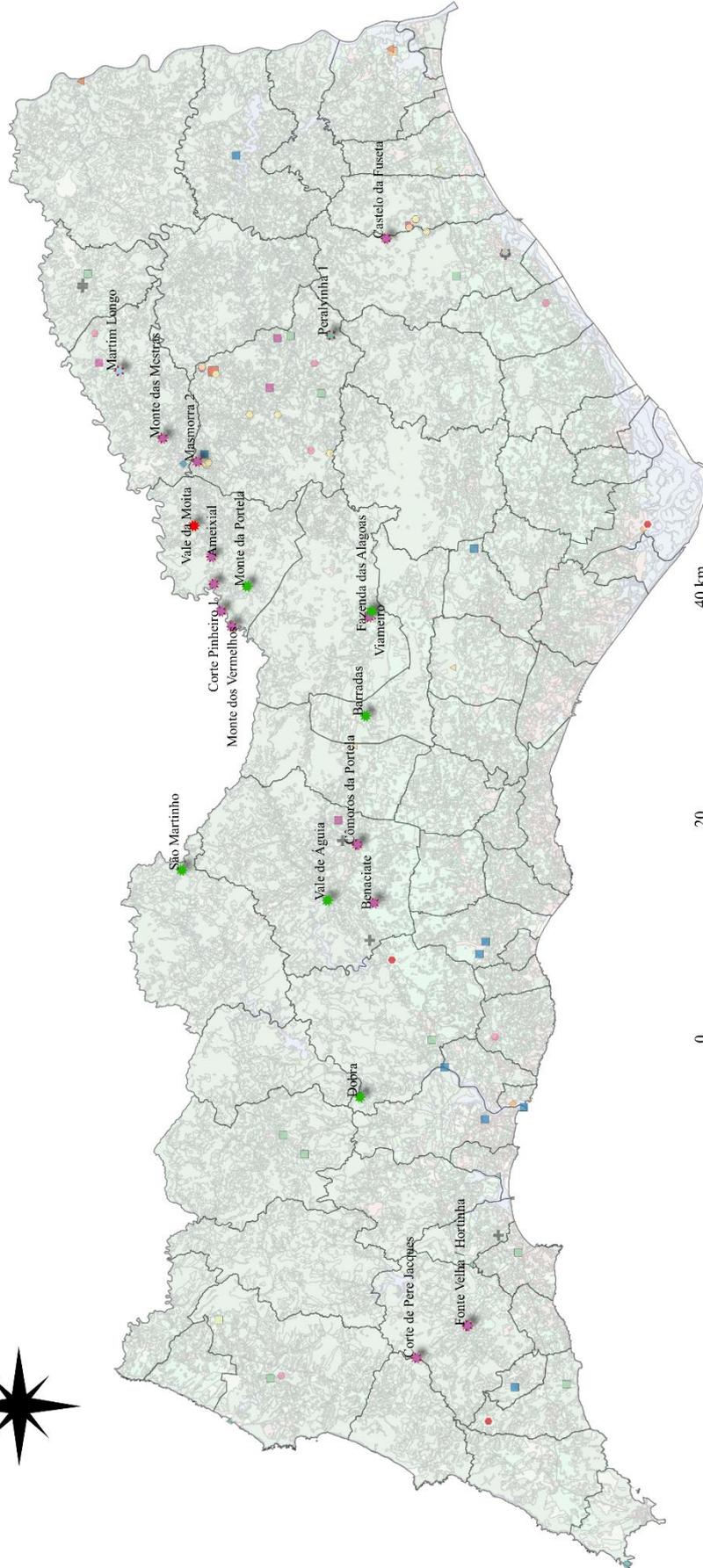
8.2. Mapas

8.2.1. Território Algarvio

As Necrópoles da Idade do Ferro no Território Algarvio



Estelas Epigráficas com Escrita do Sudoeste no Território Algarvio



Legenda:

- Estelas Epigráficas com Escrita do Sudoeste
- Achados Isolados
- Estela
- Inscrição
- Necropole
- Vestígios Diversos

- Achados Isolados
- ◆ Anta/Dólmen
- Arte Rupestre
- ▲ Castelo
- Estela

- ◆ Estrutura
- ▲ Fortificação
- ◆ Gruta
- Habitat
- ▲ Inscrição
- Mina

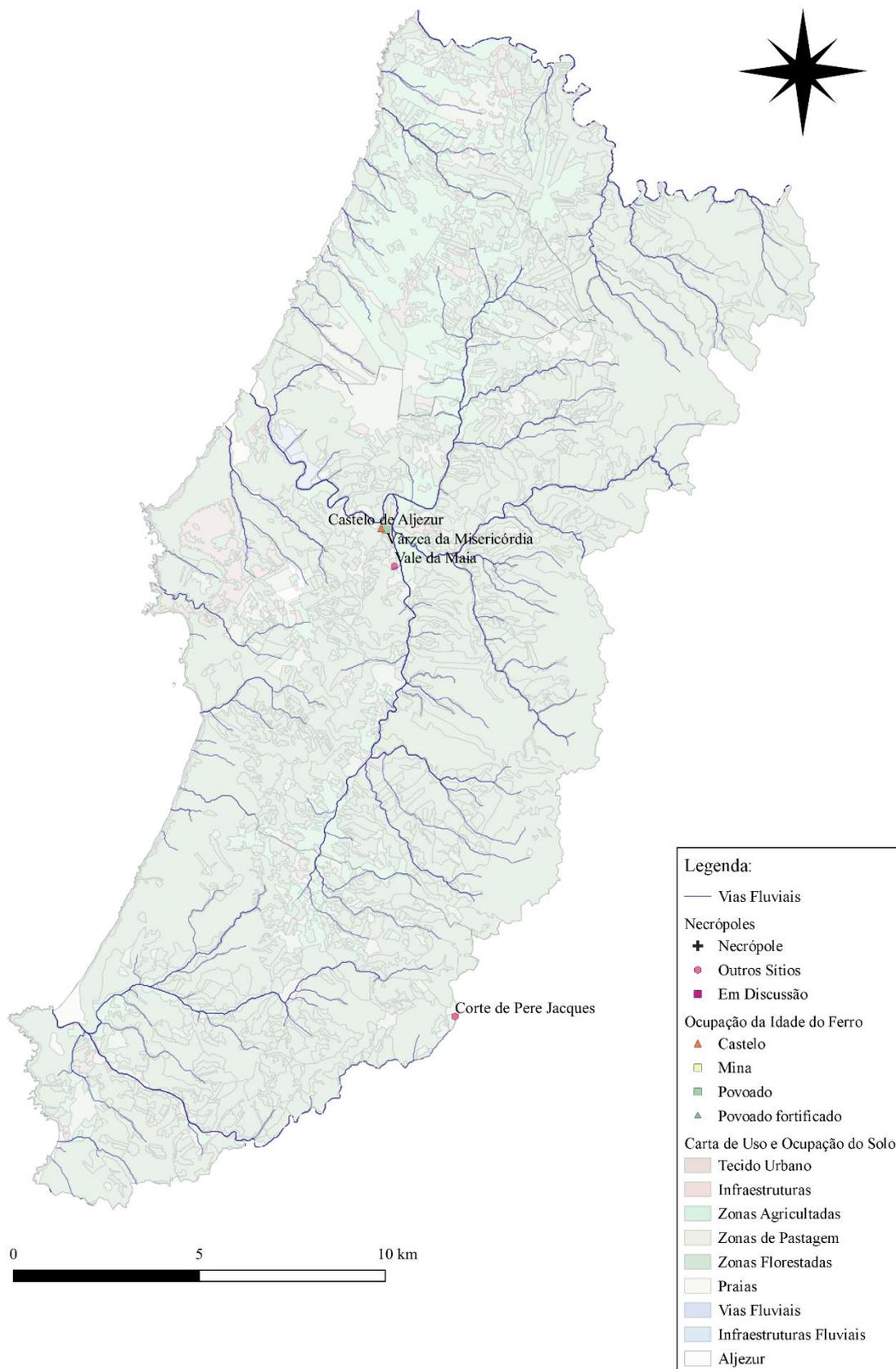
- ▲ Monumento Megalítico
- ◆ Muralha
- ◆ Palácio
- ◆ Povoado
- ▲ Povoado fortificado
- Santuário

- ◆ Tholos
- Vestígios Diversos
- ◆ Necrópoles
- ◆ Necrópole
- ◆ Outros Sítios
- ◆ Em Discussão

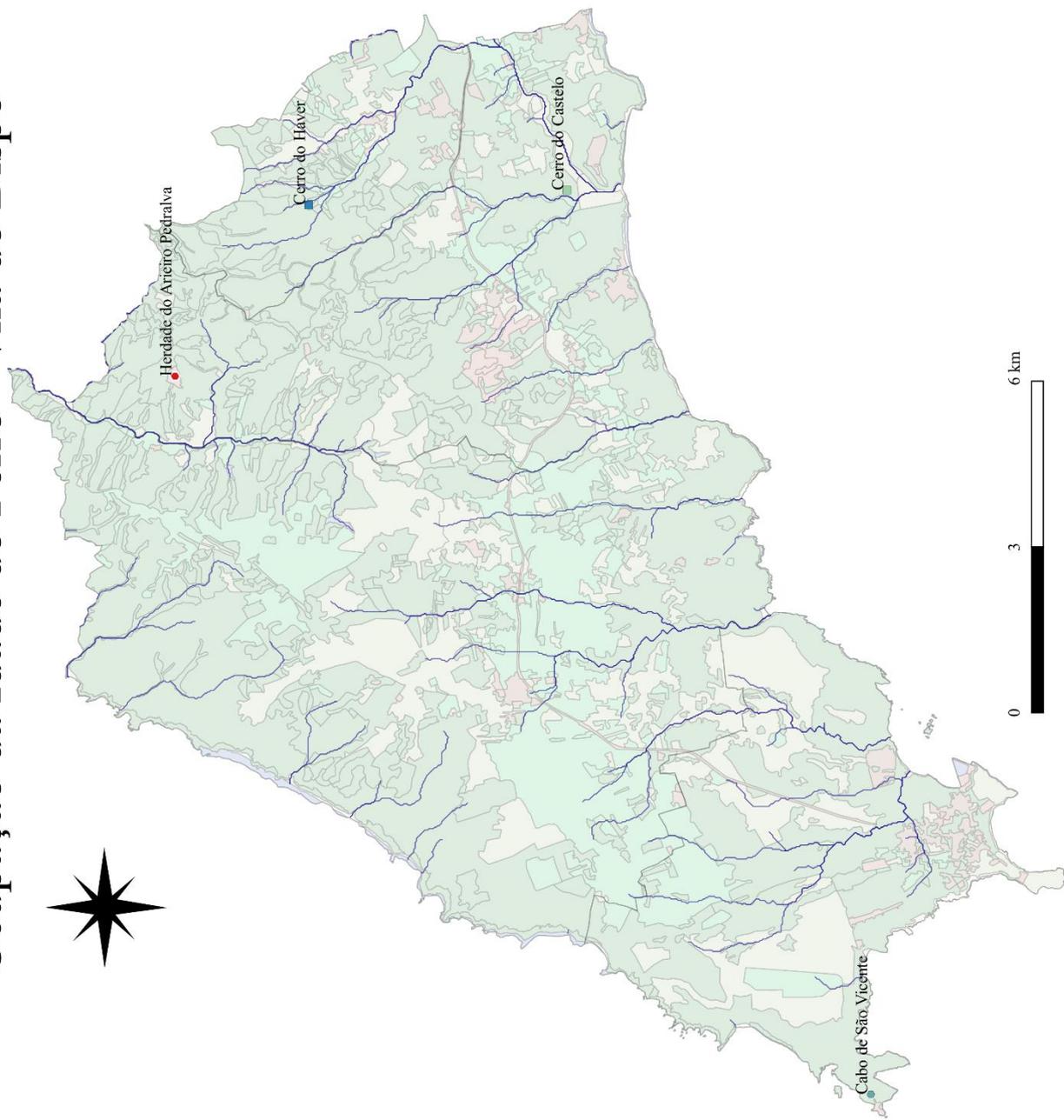
- Carta de Uso e Ocupação do Solo
- Tecido Urbano
- Infraestruturas
- Zonas Agrícolas
- Zonas de Pastagem
- Zonas Florestadas

- Praias
- Vias Fluviais
- Infraestruturas Fluviais

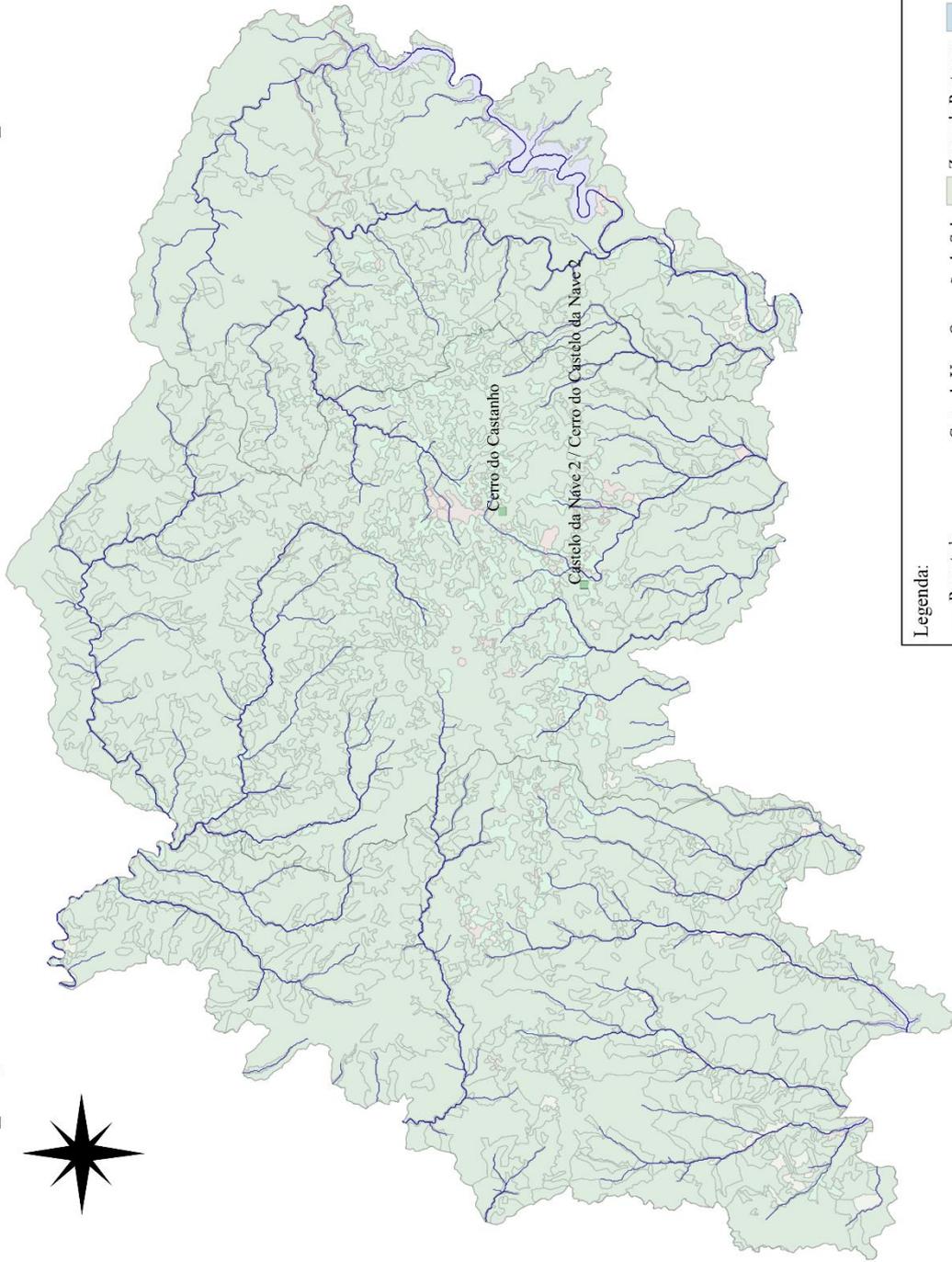
Ocupação do Território na Idade do Ferro - Aljezur



Ocupação da Idade do Ferro - Vila do Bispo



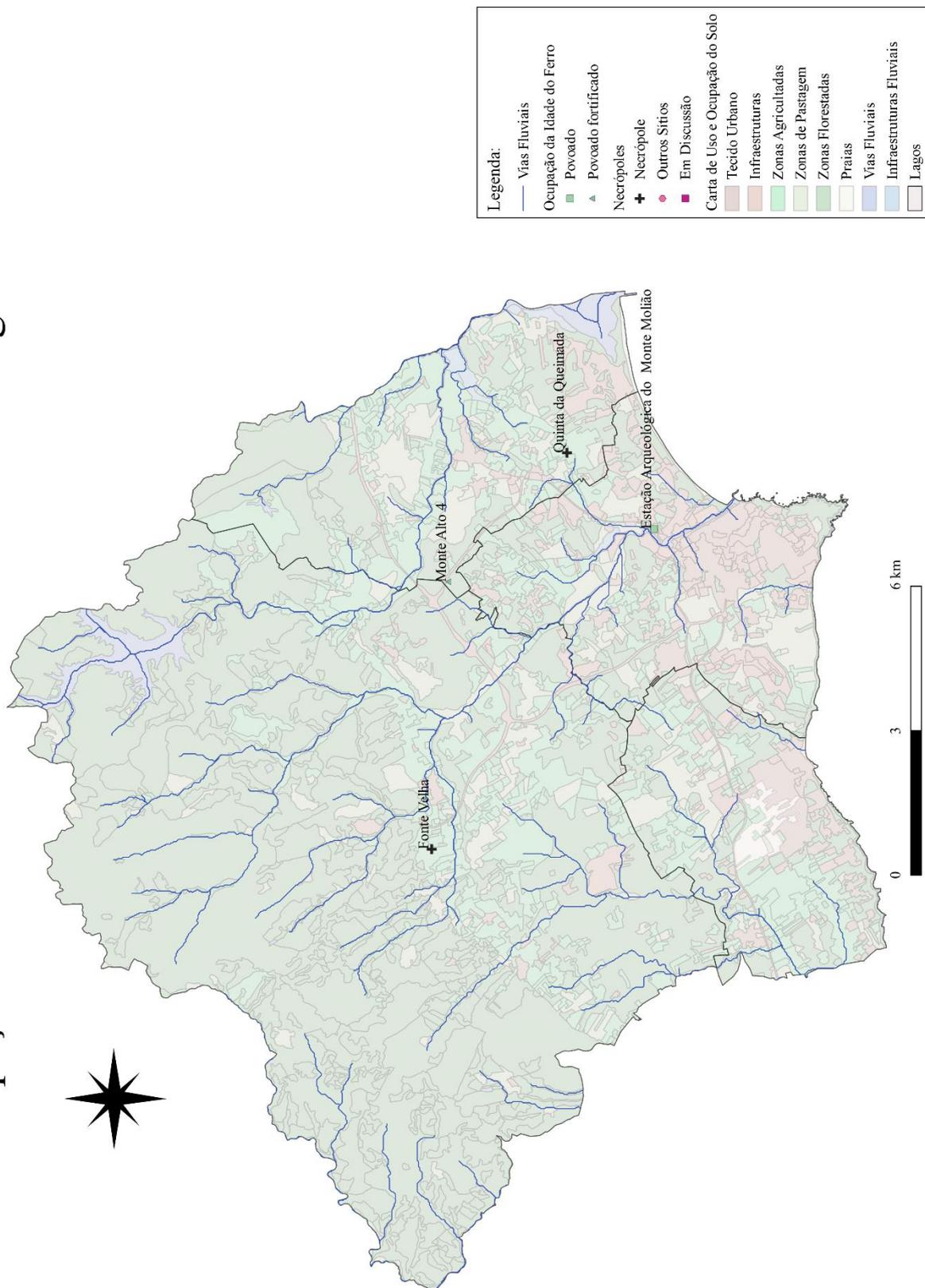
Ocupação do Território na Idade do Ferro - Monchique



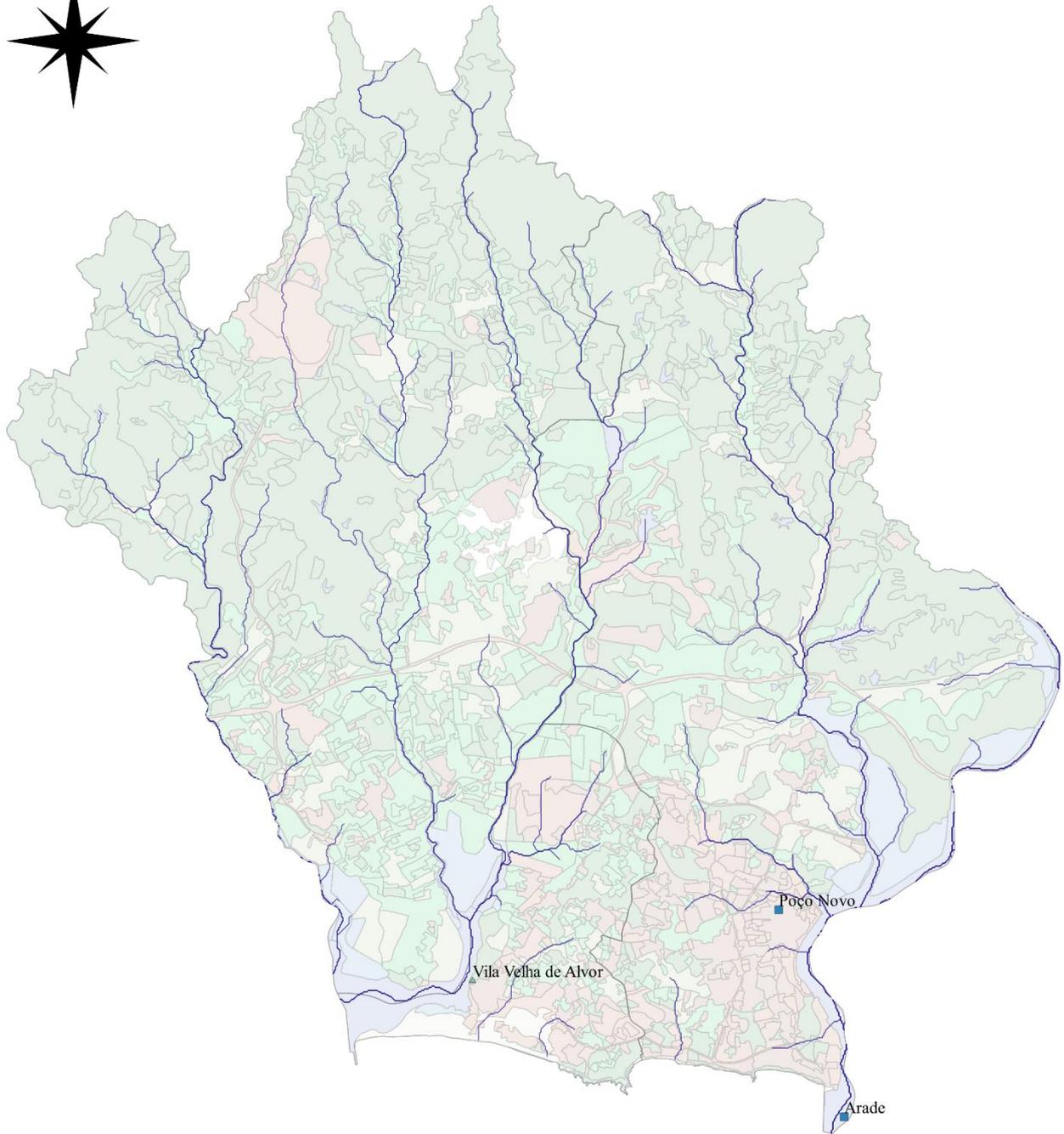
Legenda:

- | | | | | |
|---|----------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------------|
| — | Recortado | Carta de Uso e Ocupação do Solo | Zonas de Pastagem | Infraestruturas Fluviais |
| ■ | Ocupação da Idade do Ferro | Tecido Urbano | Zonas Florestadas | Monchique |
| ■ | Povoado | Infraestruturas | Praias | |
| | | Zonas Agrícolas | Vias Fluviais | |

Ocupação do Território na Idade do Ferro - Lagos

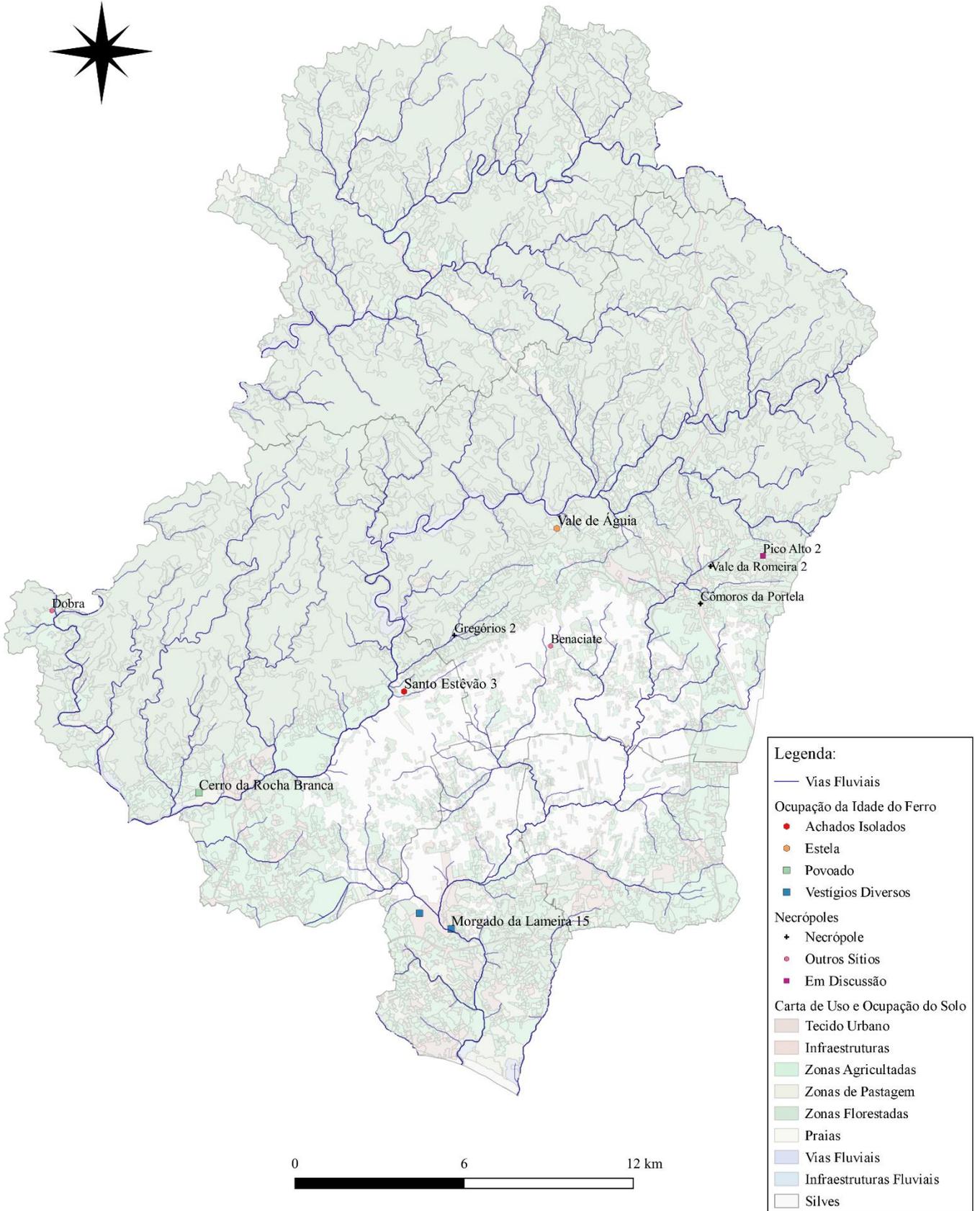


Ocupação do Território na Idade do Ferro - Portimão

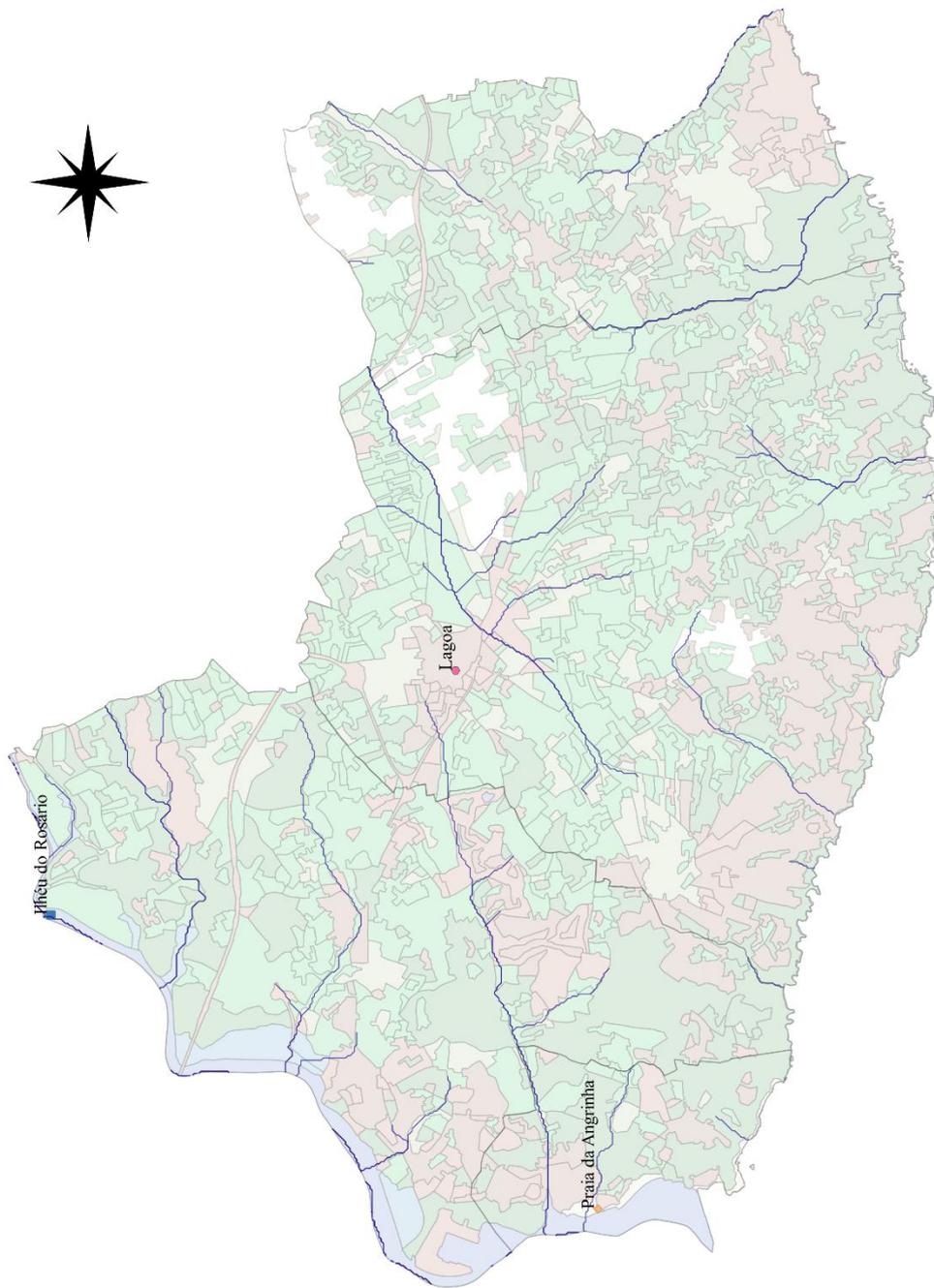


Legenda:			
— Vias Fluviais	Carta de Uso e Ocupação do Solo	■ Zonas de Pastagem	■ Infraestruturas Fluviais
Ocupação da Idade do Ferro	■ Tecido Urbano	■ Zonas Florestadas	□ Portimão
▲ Povoado fortificado	■ Infraestruturas	■ Praias	
■ Vestígios Diversos	■ Zonas Agricultadas	■ Vias Fluviais	

Ocupação do Território na Idade do Ferro - Silves



Ocupação do Território na Idade do Ferro - Lagoa

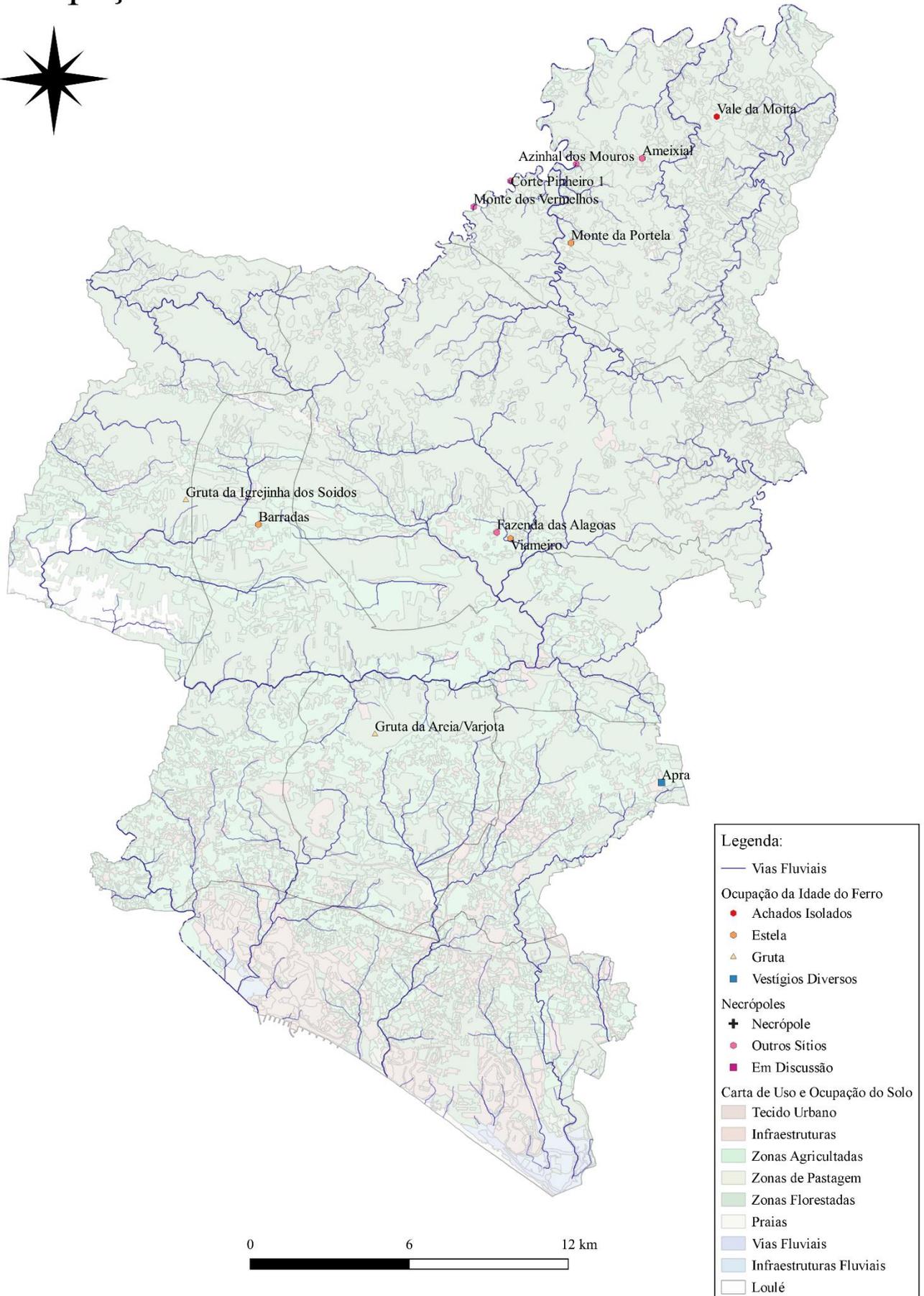


Legenda_

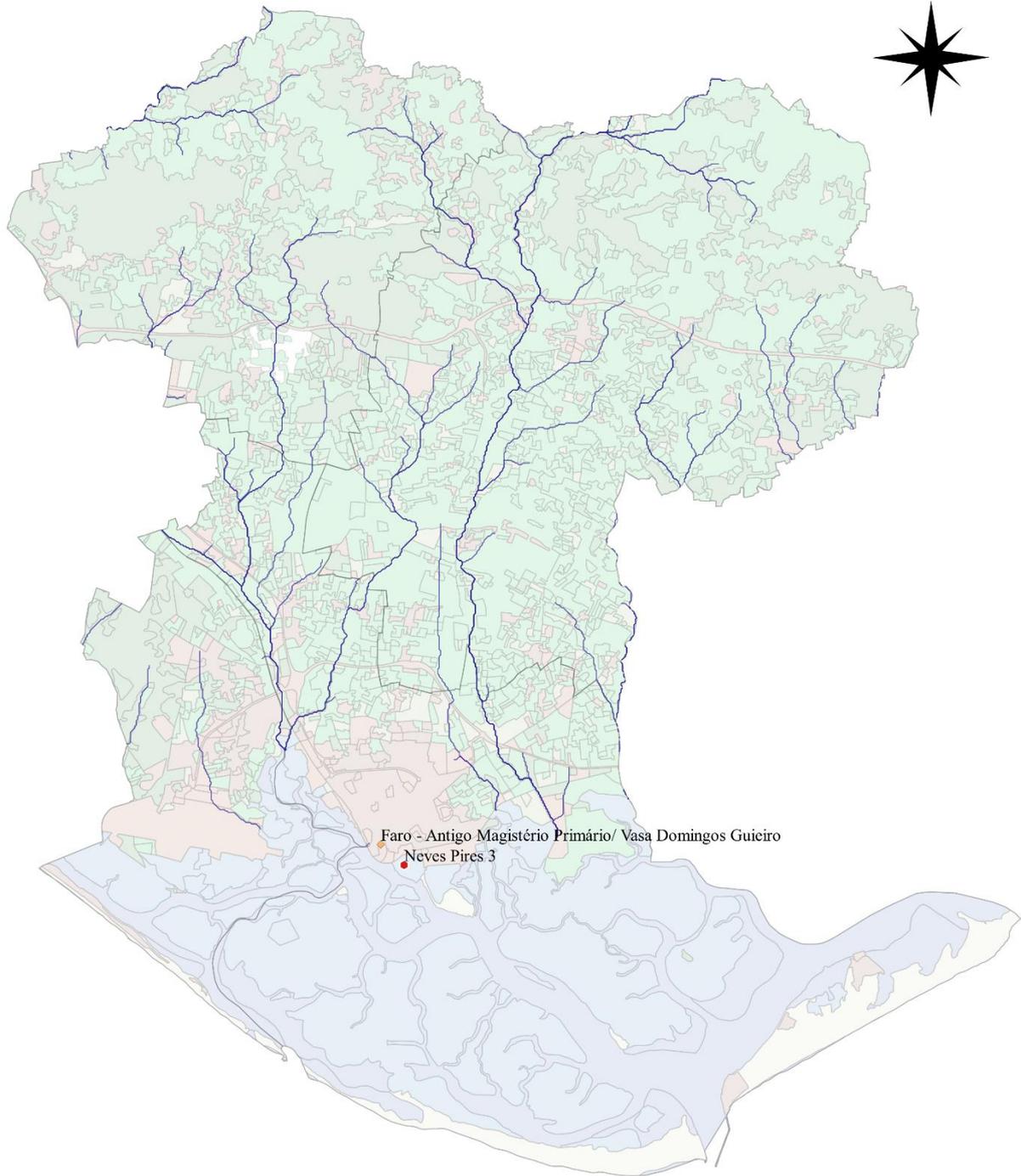
- Vias Fluviais
- Necrópoles
- Ocupação da Idade do Ferro
- ◆ Estrutura
- Vestígios Diversos
- Zonas de Pastagem
- Zonas Florestadas
- Praias
- Vias Fluviais
- Infraestruturas
- Tecido Urbano
- Infraestruturas
- Zonas Agrícolas
- Zonas de Pastagem
- Zonas Florestadas
- Praias
- Vias Fluviais
- Infraestruturas Fluviais
- Lagoa



Ocupação do Território na Idade do Ferro - Loulé



Ocupação do Território na Idade do Ferro - Faro

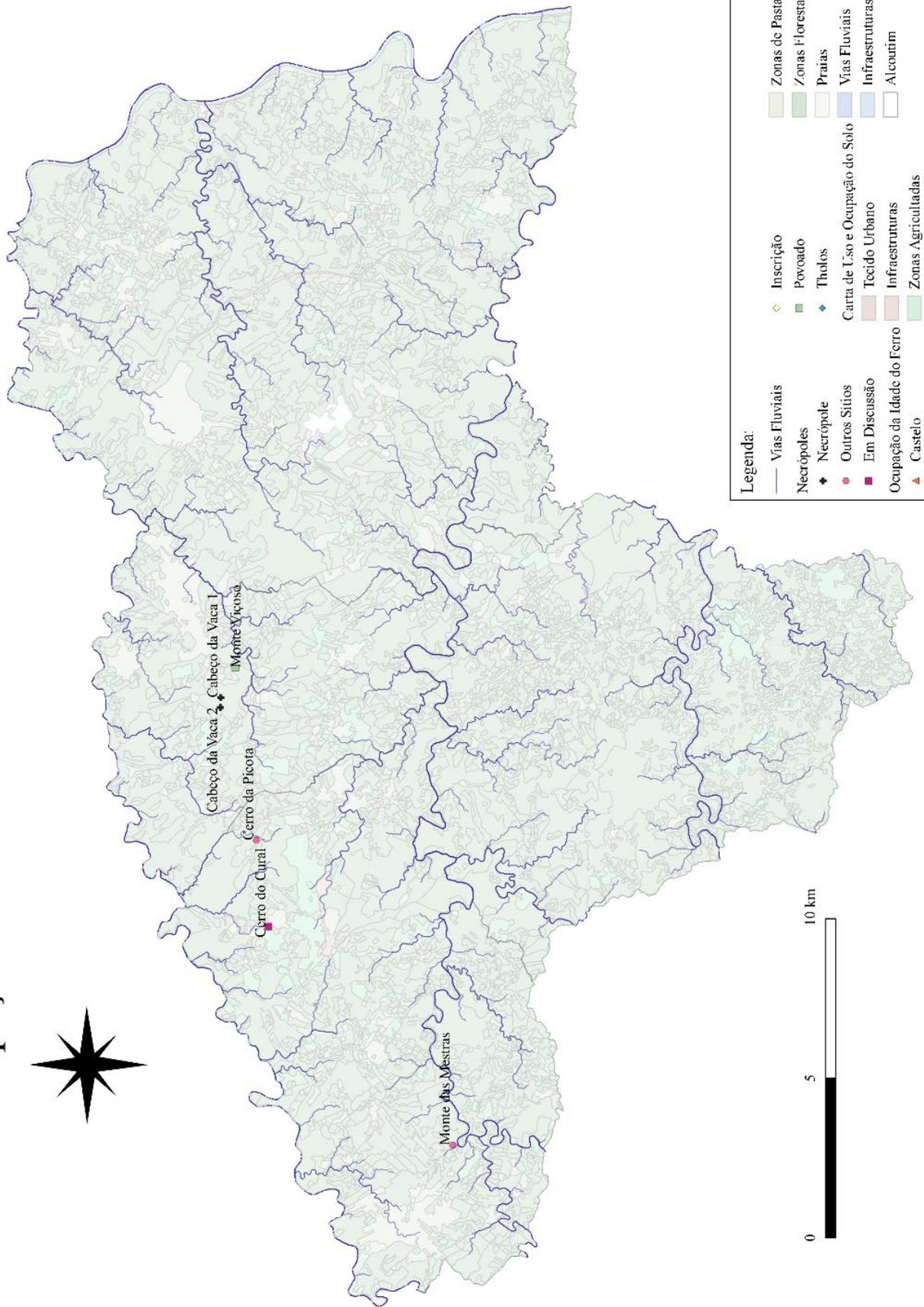


0 3 6 km

Legenda:

— Vias Fluviais	Carta de Uso e Ocupação do Solo	Zonas de Pastagem	Infraestruturas Fluviais
Ocupação da Idade do Ferro	Tecido Urbano	Zonas Florestadas	Faro
● Achados Isolados	Infraestruturas	Praias	
◆ Estrutura	Zonas Agricultadas	Vias Fluviais	

Ocupação do Território na Idade do Ferro - Alcoutim

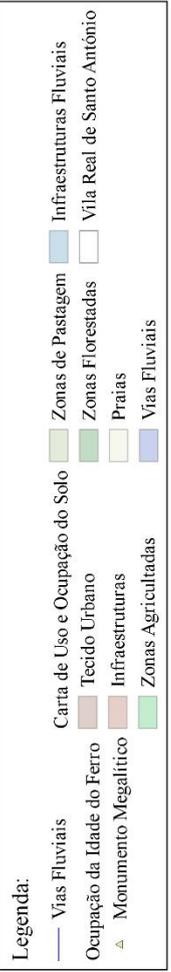
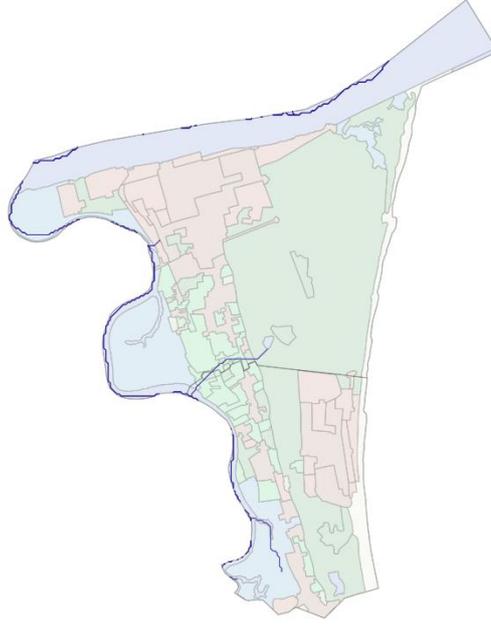
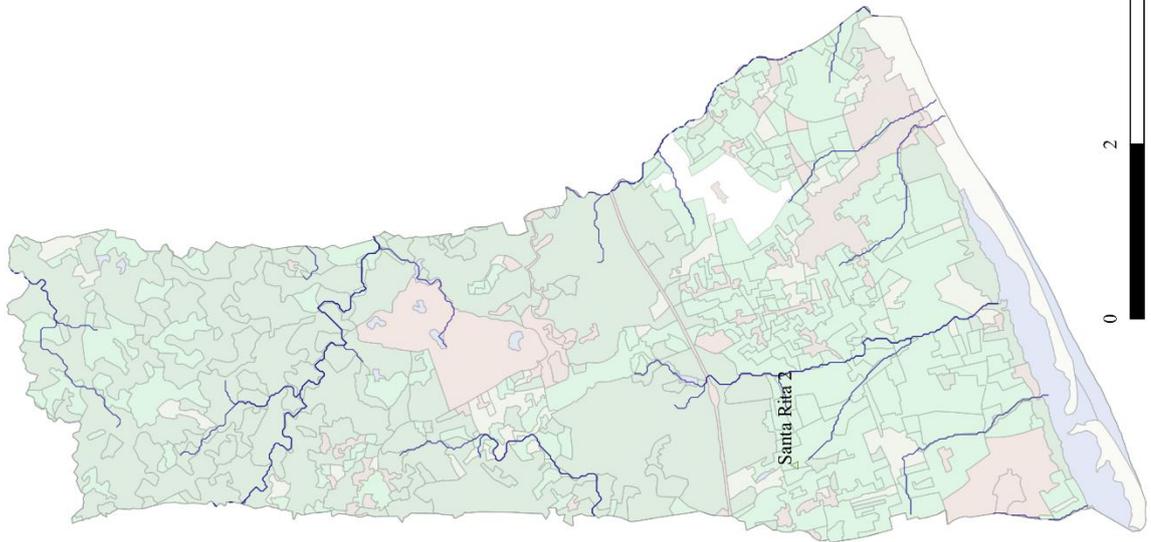


Ocupação do Território na Idade do Ferro - Castro Marim



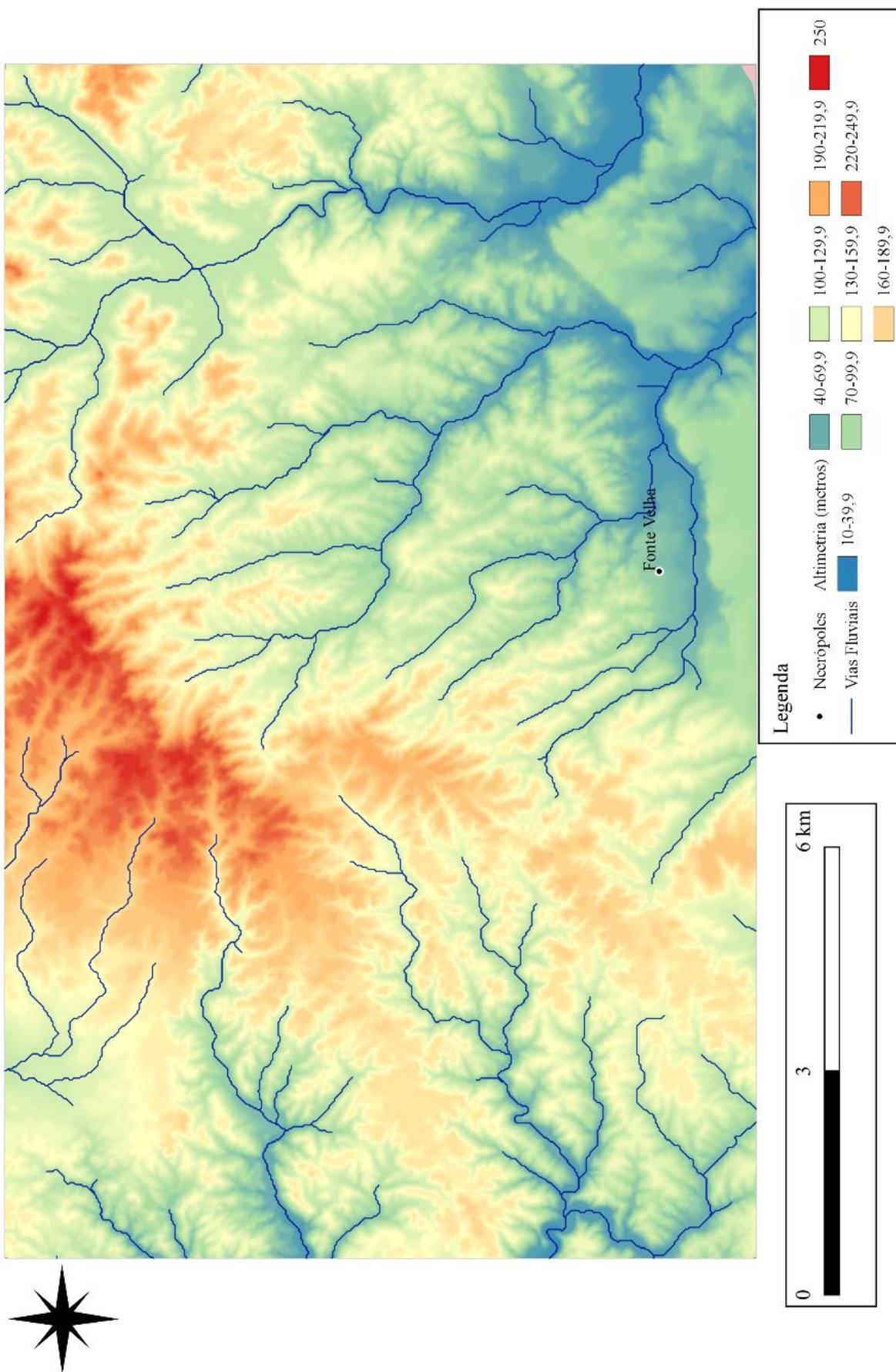
Legenda:			
— Vias Fluviais	■ Vestígios Diversos	■ Zonas Agricultadas	■ Vias Fluviais
▲ Ocupação da Idade do Ferro	■ Carta de Uso e Ocupação do Solo	■ Zonas de Pastagem	■ Infraestruturas Fluviais
▲ Castelo	■ Tecido Urbano	■ Zonas Florestadas	■ Castro Marim
■ Fortificação	■ Infraestruturas	■ Praias	

Ocupação do Território na Idade do Ferro - Vila Real de Santo António

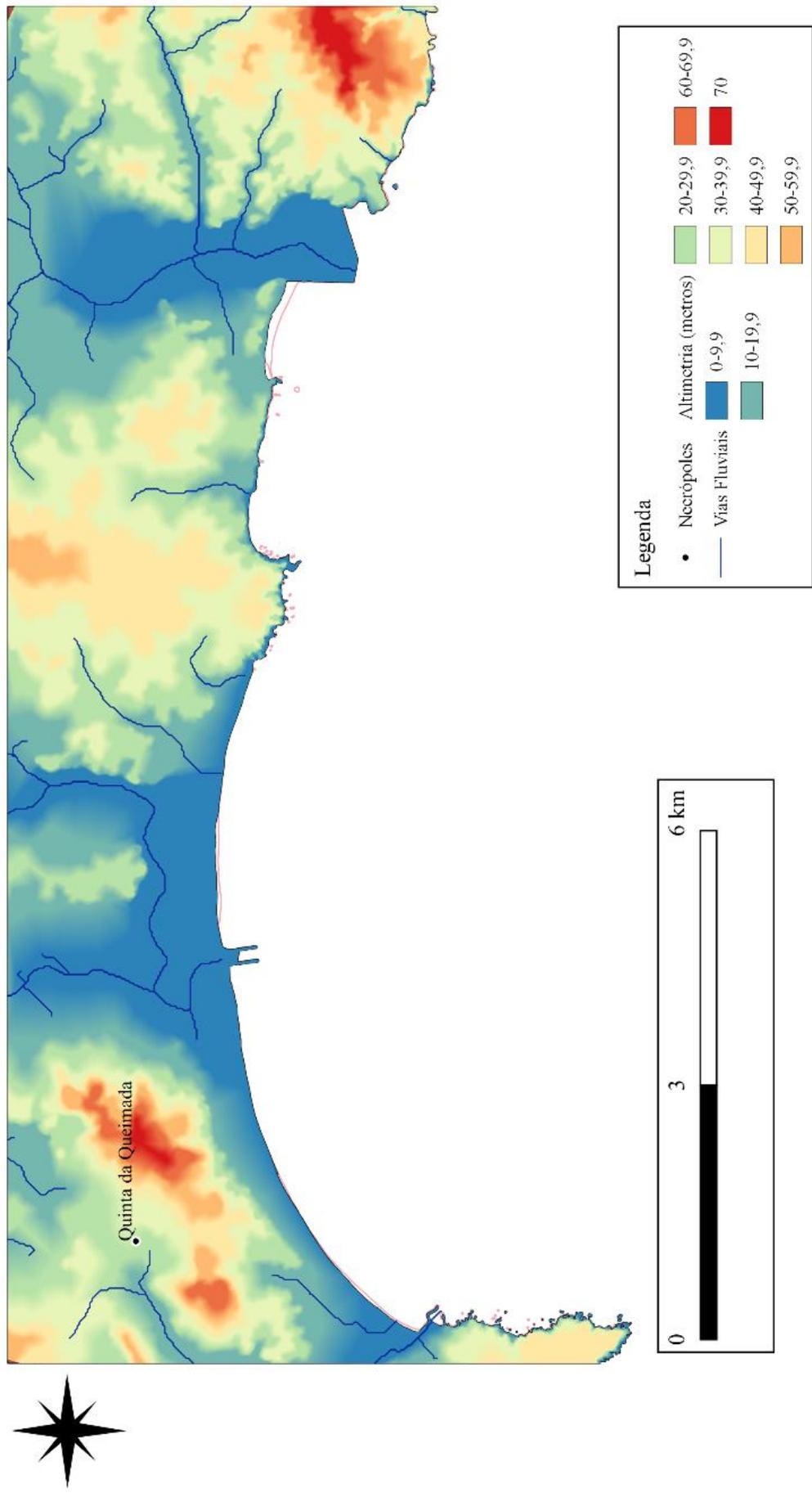


8.3. Modelos Digitais de Terreno

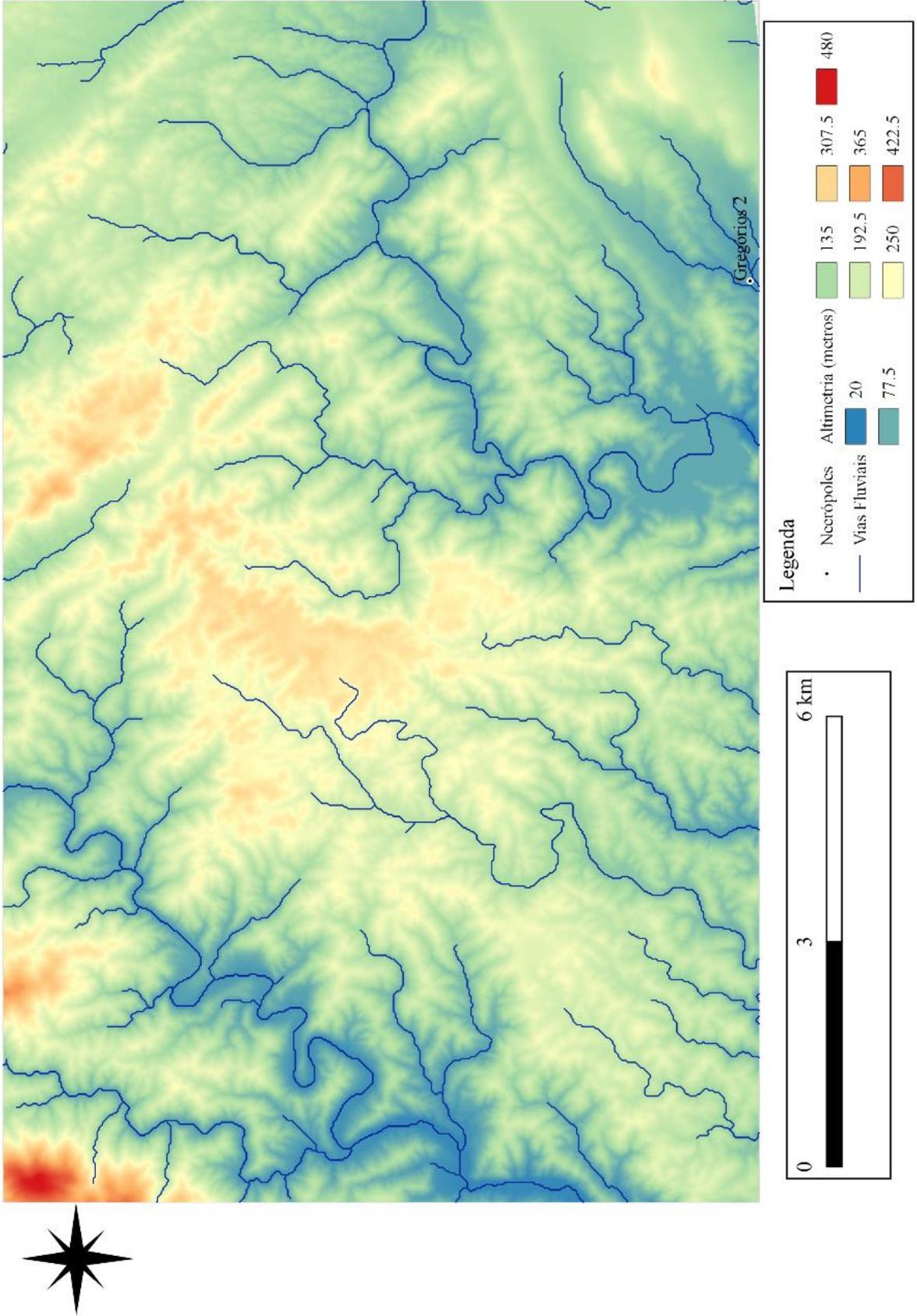
Modelo Digital de Terreno - Carta Militar 1:25 000, n°593 Bensafrim (Lagos) - Fonte Velha



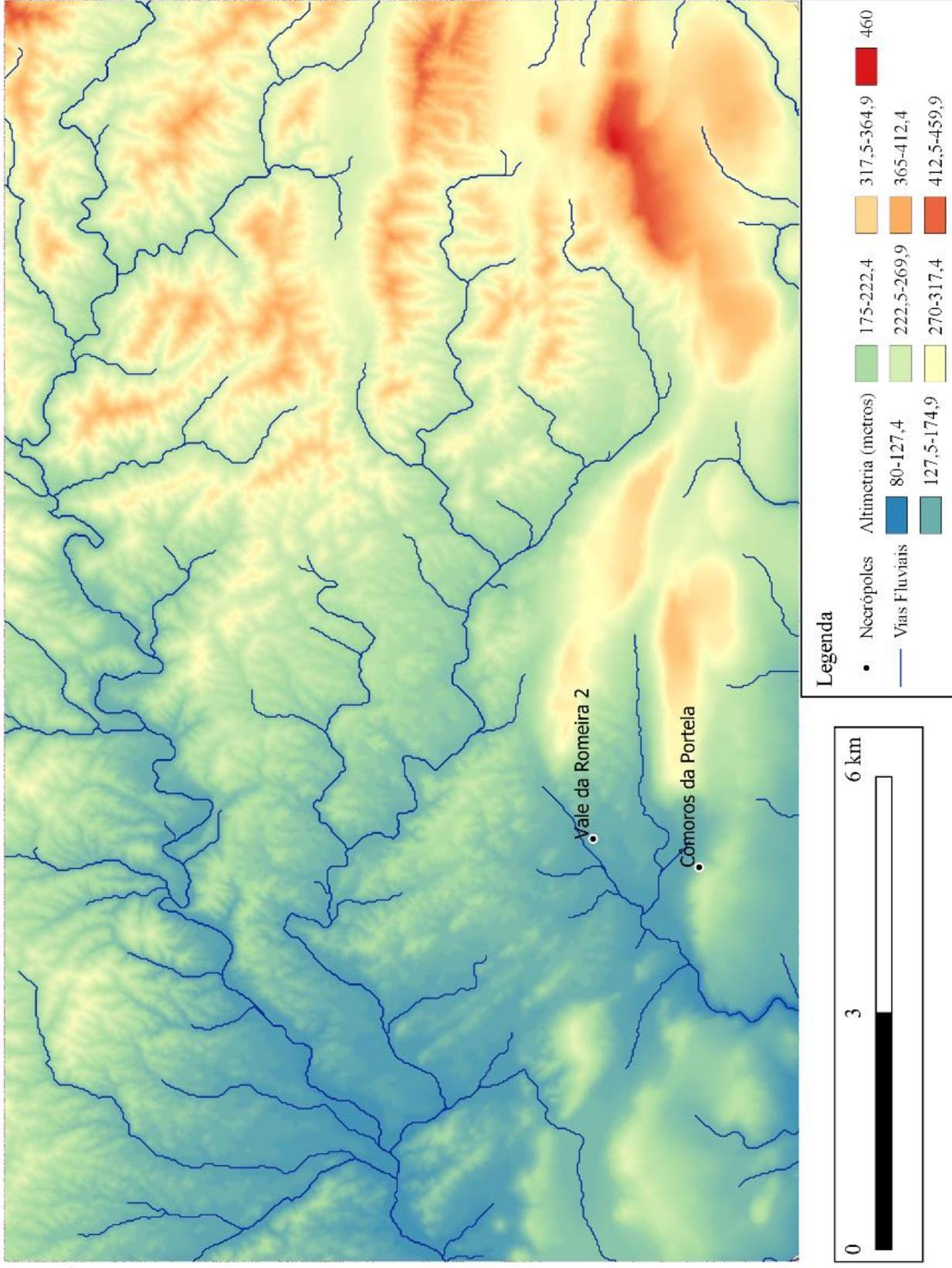
Modelo Digital de Terreno - Carta Militar 1:25 000, n°603 Lagos/Portimão - Quinta da Queimada



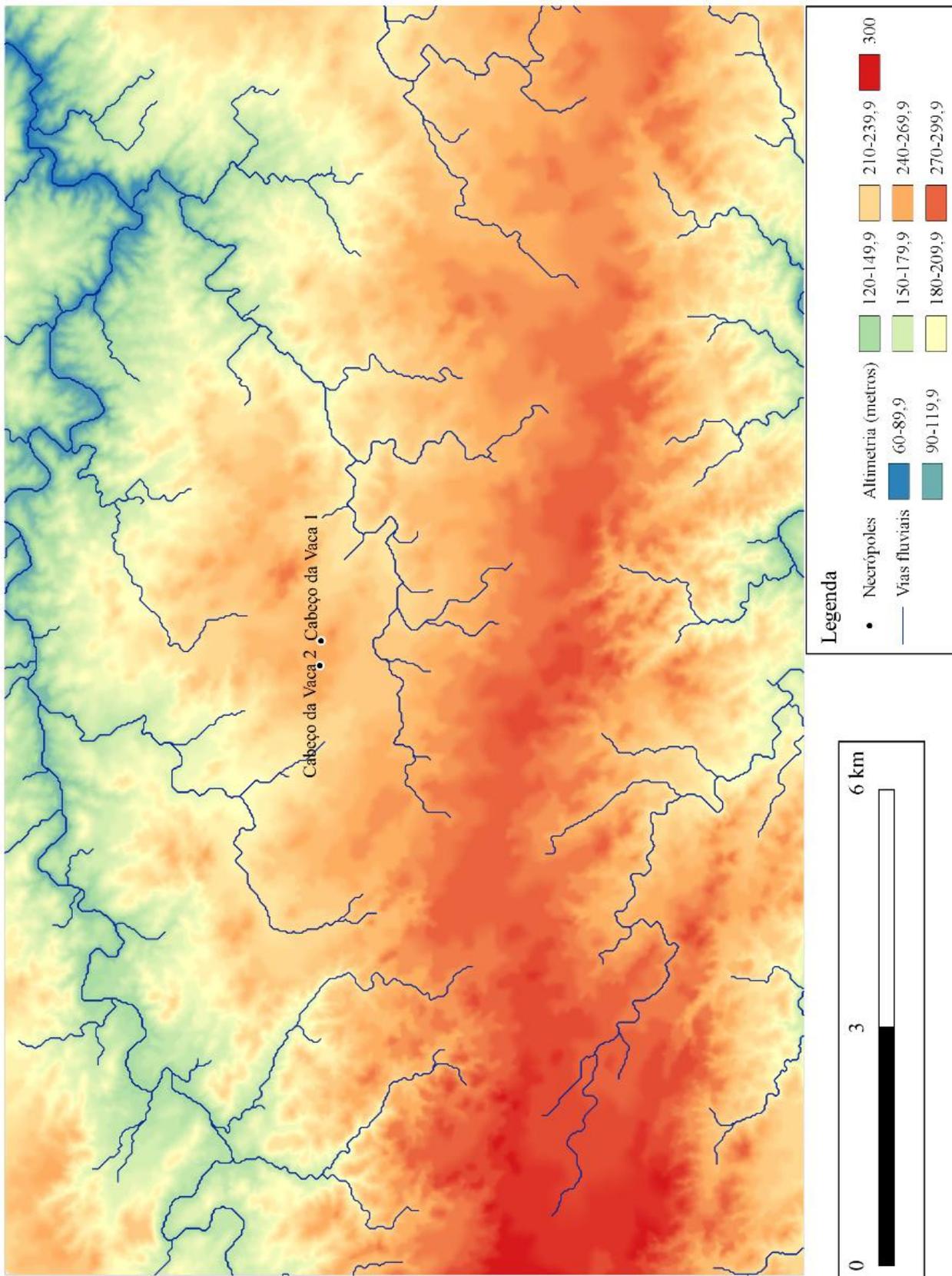
Modelo Digital de Terreno - Carta Militar 1:25 000, n°586
Amorosa (Silves) - Gregórios 2



Modelo Digital de Terreno - Carta Militar 1:25 000, n°587
São Bartolomeu de Messines (Silves) - Vale de Romeira 2 e Cômoros da Portela

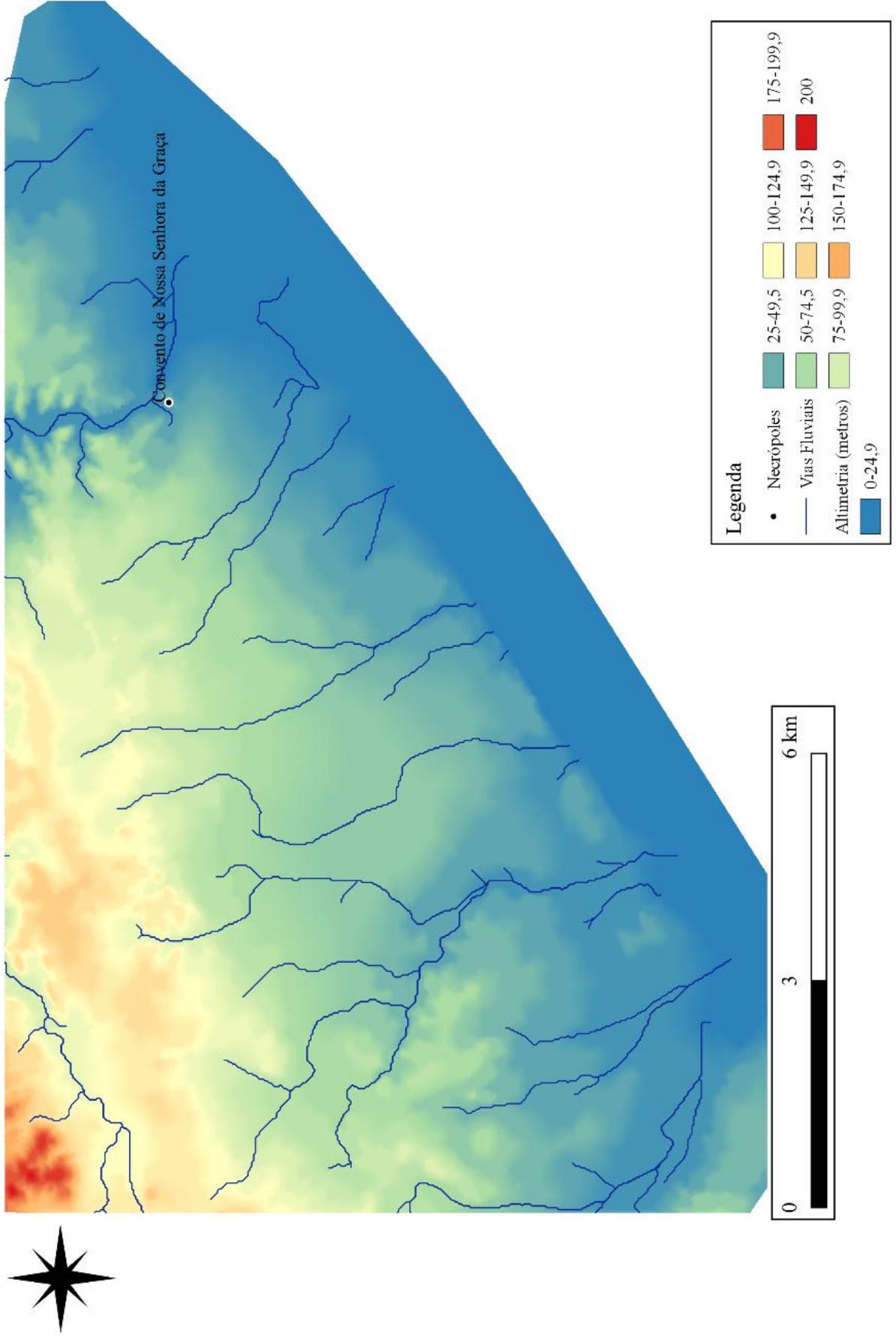


Modelo Digital de Terreno - Carta Militar 1:25 000 Giões, Alcoutim - Cabeço da Vaca



Modelo Digital de Terreno - Carta Militar 1:25 000, n°608

Tavira - Convento de Nossa Senhora da Graça



8.4. Fichas de inventário

Cabeço da Vaca, Alcoutim – 001 a 004

Gregórios 2, Silves – 005 a 020

Fonte Velha de Bensafrim, Lagos – 021 a 089 (Museu Municipal Dr. Santos Rocha)

Quinta da Queimada, Lagos – 090 a 128

Fonte Velha de Bensafrim, Lagos – 129 a 387 (Museu Nacional de Arqueologia)

Cômoros da Portela, Silves - 388

Instituição: Núcleo Museológico de Arqueologia – Alcoutim		Nº de inventário institucional: 180	
Contexto Necrópole do Cabeço da Vaca CNS. 14395		Área: Sepultura 6 do Núcleo I Quadrícula: UE:	
Descrição:	Ponta de lança de secção circular, de ponta boleada. Mau estado de conservação não permite assegurar a existência de asas de folha.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	Aparentemente nenhuma, mas esta e 002 (ficha nº2, nº de inventário institucional nº181) poderão, eventualmente, ter feito parte da mesma lança e uma ser o conto; nesse caso, a fratura poderá ser indicada como tal.		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	515mm		
Espessura máxima:	34,61mm	Espessura média:	26,22mm
Espessura mínima:	11,14mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: século VI – V a.C. (Cardoso & Gradim, 2011, p. 183)</p> <p>Pessoal: século VI – V a.C.</p> <p>Os paralelos deste tipo de lanças, depositadas muitas vezes em pares, com e sem os contos que lhes correspondem, espalham-se um pouco por todo o Mundo Funerário sidérico do Baixo Alentejo, onde se incluem as necrópoles de Ourique, mas também no litoral (como o caso de Alcácer do Sal).</p> <p>As deposições são comuns em necrópoles datadas entre os séculos VI – V a.C. (Cardoso & Gradim, 2011, pp. 186-188), ainda que as datações iniciais tenham sido algo mais recuadas (Jiménez Ávila, 2004, pp. 107-108).</p> <p>A tipologia da ponta de lança não está ainda definida, até porque tem poucas características que a tornem distinguível de outras, em grande parte por causa do estado de avançada corrosão em que foi recuperada.</p>		
Bibliografia:	<p>Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2006). A Necrópole da I Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). <i>Xelb</i>, 6, pp. 201-226.</p> <p>Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2008). O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). <i>Xelb</i>, 8, pp. 103-115.</p> <p>Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2011). Necrópole do Cabeço da Vaca. <i>Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim: do Neolítico ao Romano</i>, pp. 154-197.</p> <p>Jiménez Ávila, J. (2004). La Necrópolis de El Jardal (Herrera del Duque, Badajoz): Elementos para una revisión Cronológica de las Necrópolis de la 1ª Edad del Hierro del Sur de Portugal. Em T. J. Gamito, & N. F. Bicho, <i>Actas do II</i></p>		

Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (1996) (pp. 105-114).
Faro: Universidade do Algarve.

Fotografias:



Figura 1 Ponta de lança 001. Edição de Carlos Pereira.

Desenhos:

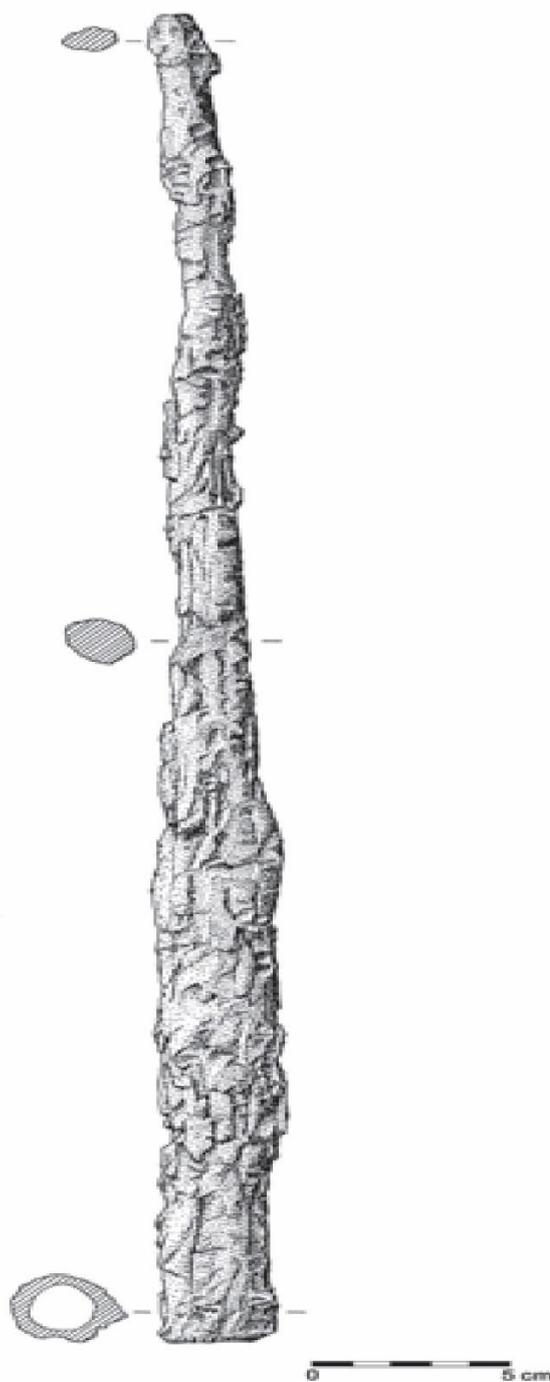


Figura 2 Ponta de lança em ferro. Desenho de Bernardo L. Ferreira, reproduzido com autorização por escrito dos autores do artigo em que foi publicado (Cardoso & Gradim, 2011, p. 189).

Observações:

Ambas as pontas de lança do Cabeço da Vaca (**001** e **002**) foram alvo de microescavação em laboratório, após serem recolhidas em conjunto com as terras que as circundavam. Foi depois restaurada e conservada, ainda que o método esteja por divulgar.

Instituição: Núcleo Museológico de Arqueologia – Alcoutim		Nº de inventário institucional: 181	
Sítio: Necrópole de Cabeço da Vaca CNS. 14395		Área: Sepultura 6 do Núcleo I Quadrícula: UE:	
Descrição:	Ponta de lança de secção circular, de ponta boleada. Mau estado de conservação não permite assegurar a existência de asas de folha.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	Aparentemente nenhuma, mas esta e a 001 (ficha nº1, nº de inventário institucional nº180) poderão, eventualmente, ter feito parte da mesma lança e uma ser o conto; nesse caso, a fratura poderá ser indicada como tal.		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	500mm		
Espessura máxima:	41,84mm	Espessura média:	20,72
Espessura mínima:	9,15mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: século VI/V a.C. (Cardoso & Gradim, 2011, p. 183)</p> <p>Pessoal: século VI – V a.C.</p> <p>Os paralelos deste tipo de lanças, depositadas muitas vezes em pares, com e sem os contos que lhes correspondem, espalham-se um pouco por todo o Mundo Funerário sidérico do Baixo Alentejo, onde se incluem as necrópoles de Ourique, mas também no litoral (como o caso de Alcácer do Sal).</p> <p>As deposições são comuns em necrópoles datadas entre os séculos VI – V a.C. (Cardoso & Gradim, 2011, pp. 186-188), ainda que as datações iniciais tenham sido algo mais recuadas (Jiménez Ávila, 2004, pp. 107-108).</p> <p>A tipologia da ponta de lança não está ainda definida, até porque tem poucas características que a tornem distinguível de outras, em grande parte por causa do estado de avançada corrosão em que foi recuperada.</p>		
Bibliografia:	<p>Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2006). A Necrópole da I Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). <i>Xelb</i>, 6, pp. 201-226.</p> <p>Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2008). O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). <i>Xelb</i>, 8, pp. 103-115.</p> <p>Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2011). Necrópole do Cabeço da Vaca. <i>Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim: do Neolítico ao Romano</i>, pp. 154-197.</p> <p>Jiménez Ávila, J. (2004). La Necrópolis de El Jardal (Herrera del Duque, Badajoz): Elementos para una revisión Cronológica de las Necrópolis de la 1ª Edad del Hierro del Sur de Portugal. Em T. J. Gamito, & N. F. Bicho, <i>Actas do II</i></p>		

Fotografias:



Figura 3 Ponta de lança de ferro. Edição de Carlos Pereira.



Figura 4 Reverso da ponta de lança. Edição de Carlos Pereira.

Desenhos:

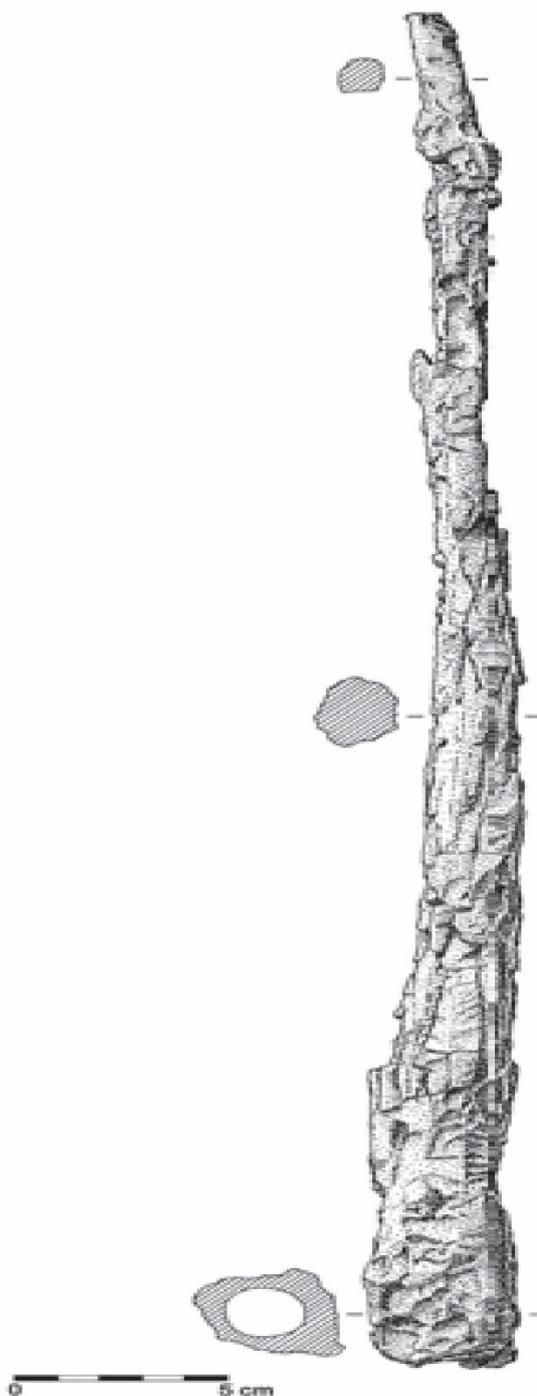


Figura 5 Ponta de lança em ferro. Desenho de Bernardo L. Ferreira, reproduzido com autorização por escrito dos autores do artigo em que foi publicado (Cardoso & Gradim, 2011, p. 189).

Observações:

Ambas as pontas de lança do Cabeço da Vaca (001 e 002) foram alvo de microescavação em laboratório, após serem recolhidas em conjunto com as terras que as circundavam. Foi depois restaurada e conservada, ainda que o método esteja por divulgar.

Instituição: Núcleo Museológico de Arqueologia – Alcoutim		Nº de inventário institucional: 179	
Contexto: Necrópole do Cabeço da Vaca CNS. 33682		Área: Cista do Núcleo II Quadrícula: UE:	
Descrição:	Punhal de ferro com guarda lisa em prata. Punhal com lâmina retilínea, sem qualquer outro elemento discernível.		
Suporte:	Ferro, prata		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Lâmina: Mau Guarda: Razoável		
Dimensões			
Comprimento:	295mm (270mm da lâmina)		
Espessura máxima:	27,80mm	Espessura média:	24,45mm
Espessura mínima:	10,38mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: século VI a.C. (Cardoso & Gradim, 2011, p. 196)</p> <p>Fernando Quesada-Sanz: anterior a meados do século V a.C. (Quesada-Sanz <i>apud</i> Cardoso & Gradim, 2011, p. 192)</p> <p>Pessoal: século VI a IV a.C.</p> <p>Tal como referido por Fernando Quesada-Sanz em carta publicada por João Luís Cardoso e Alexandra Gradim (Cardoso & Gradim, 2011, p. 190), não há paralelos conhecidos para o punhal, e o mau estado de conservação da lâmina deixa muitos dados em aberto.</p> <p>Uma dissertação de Mestrado recente (2012) refere um punhal de antenas de «tipo indeterminado», cuja guarda é também em prata (Tristão, 2012, p. 62)– no entanto, somente o suporte é semelhante, pois a morfologia é completamente distinta deste exemplar. As dimensões são semelhantes, e provém da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). O autor atribui-lhe uma cronologia entre os séculos IV e III a.C.</p> <p>Os paralelos para este tipo de punhal são os denominados «punhais tipo Alcácer do Sal», ou tipo IV de Quesada-Sanz (Tristão, 2012, p. 43), principalmente pelo facto de serem decorados com damasquinas de fio de prata. Não obstante, a morfologia é, em todos os casos, muito diferente da do exemplar apresentado, pelo que mesmo esta relação poderá estar absolutamente errada.</p> <p>É importante referir, no entanto, que estas tipologias, em Portugal, somente surgem em contextos funerários (Tristão, 2012, p. 46), razão pela qual não descartamos essa possível relação.</p>		

Bibliografia:

- Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2006). A Necrópole da I Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 6, pp. 201-226.
- Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2008). O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 8, pp. 103-115.
- Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2011). Necrópole do Cabeço da Vaca. *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim: do Neolítico ao Romano*, pp. 154-197.
- Tristão, L. S. (2012). *Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Fotografias:

Figura 6 O punhal de ferro com guarda em prata. Edição de Carlos Pereira.

Desenhos:

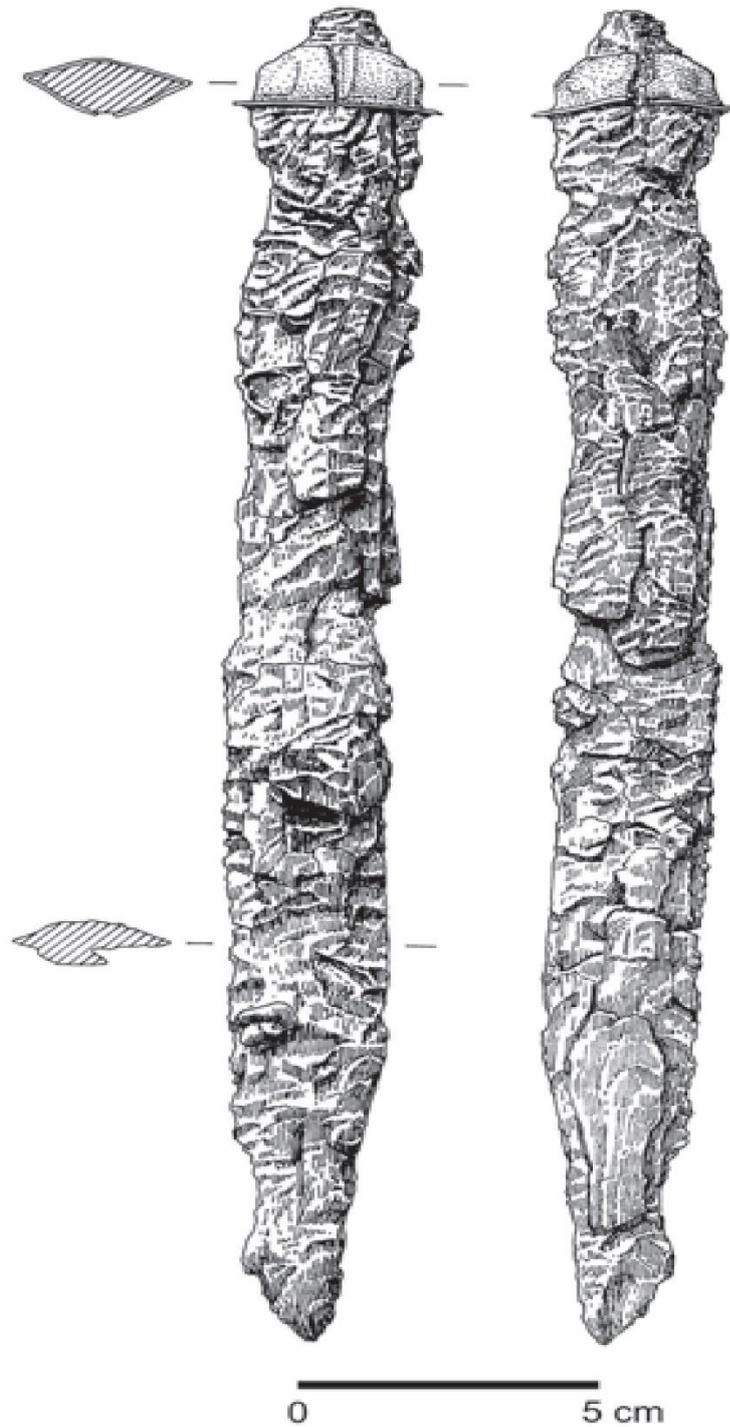


Figura 7 Punhal de ferro, com guarda de prata. Desenho de Bernardo L. Ferreira, reproduzido com autorização por escrito dos autores do artigo em que foi publicado (Cardoso & Gradim, 2011, p. 190).

Instituição: Núcleo Museológico de Arqueologia – Alcoutim		Nº de inventário institucional: 281	
Contexto: Necrópole do Cabeço da Vaca CNS. 14395		Área: Sepultura 1 do núcleo I Quadrícula: UE:	
Descrição:	Pingente/conta de colar em forma de bago de romã.		
Suporte:	Cornalina.		
Coloração:	Laranja acastanhado translucido (semelhante a 6/8 7.5YR de Munsell)		
Marcas de uso:	n/a		
Decoração:	n/a		
Produção:	Talhada, perfurada.		
Estado de conservação:	Bom		
Dimensões			
Comprimento:	11mm		
Largura máxima:	7mm	Largura média:	
Largura mínima:			
Espessura máxima:		Espessura média:	5mm
Espessura mínima:			
Cronologia apontada:			
Pelos autores: séculos VI/V a.C. (Cardoso & Gradim, 2011, p. 159; 191)			
Pessoal: século VI – V a.C.			
<p>A cornalina, ou carnéola, é uma variedade do mineral sílico calcedónia, que é, por sua vez, uma variante microcristalina do quartzo (GEMS, 2011; Ralph & Ralph, 2018). A existência de jazidas deste mineral na Península Ibérica é altamente improvável, pelo que podemos presumir com certeza uma origem exógena da matéria-prima (Gomes, 2014, p. 32).</p> <p>No Castro dos Ratinhos (Moura, Beja) foi recolhido um conjunto de 13 contas datadas do Bronze Final regional. No entanto, os exemplos para contextos sidéricos são múltiplos: da necrópole de Vinha das Calças (Beja) são conhecidos pelo menos 3 exemplares de contas de colar ou pingentes de cornalina, para além de escaravelhos com o mesmo suporte; de Fonte Santa (Ourique) são provenientes dois exemplares de contas de colar; e também de A-Do-Mealha-Nova (Ourique) é conhecida outra conta de colar, com a mesma descrição de forma que a apresentada, que está igualmente exposta no MESA (Gomes, 2014, pp. 32-33).</p>			

As suas cronologias apontam, no geral, para um período entre meados do século VI e finais do século V a.C., e, tendo em conta o restante espólio de Cabeço da Vaca, entramos em concordância com essa datação.

Bibliografia:

Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2006). A Necrópole da I Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 6, pp. 201-226.

Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2008). O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb*, 8, pp. 103-115.

Cardoso, J. L., & Gradim, A. (2011). Necrópole do Cabeço da Vaca. *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim: do Neolítico ao Romano*, pp. 154-197.

GEMS. (2011). Visual Guide to Gemstones & Minerals.

Gomes, F. B. (2014). Importações Mediterrâneas em Contextos «Pós-Orientalizantes» do Sul de Portugal (séculos VI-IV a.n.e.). *Revista Onoba* (nº2), pp. 27-44.

Ralph, J., & Ralph, K. (2018). *Carnelian*. Obtido em 19 de junho de 2019, de gemdat.org: <https://www.gemdat.org/gem-9333.html>

Fotografias:



Figura 8 Pingente de cornalina em forma de bago de romã.



Figura 9 O pingente em cornalina da necrópole de A-do-Mealha-Nova (Ourique), em exposição no MESA.

Desenhos:

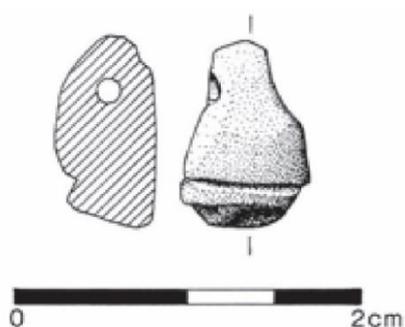


Figura 10 Pingente de cornalina, em forma de bago de romã. Desenho de Bernardo L. Ferreira, reproduzido com autorização por escrito dos autores do artigo em que foi publicado (Cardoso & Gradim, 2011, p. 184).

Instituição: Museu da Escrita do Sudoeste – Almodôvar		Nº de inventário institucional: n/a	
Contexto: Gregórios 2 (Silves) CNS. 18992		Área: Cista Quadrícula: UE:	
Descrição:	Conto de lança em ferro, de secção circular e ponta boleada. Fraturado, aparentemente dobrado intencionalmente.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	Dobra para inutilização, muito provavelmente intencional.		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	590mm		
Largura máxima:		Largura média:	
Largura mínima:			
Espessura máxima:	22,41mm	Espessura média:	10mm
Espessura mínima:	4,53mm		
Profundidade:			
Diâmetro:			
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: finais do século VI – inícios do século IV a.C. (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 49)</p> <p>Pessoal: século V a.C.</p> <p>Existem paralelos para esta lança (especialmente para a ponta) em várias necrópoles sidéricas no Sul de Portugal. Os dados serão especificados na ficha nº6, em relação à ponta de lança nº 006.</p> <p>Não obstante, podemos referir os exemplares da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), datados dos séculos V – III a.C. (Tristão, 2012, pp. 121-135), provavelmente as que se encontram melhor conservadas e em que é ainda possível ver alguns elementos importantes para a sua tipologia.</p>		
Bibliografia:	<p>Barros, P., Branco, G., Duarte, C., & Correia, J. (2003). A cista dos Gregórios (Silves). <i>Xelb</i> 5, pp. 41-52.</p> <p>Tristão, L. S. (2012). <i>Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular</i>. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.</p>		

Fotografias:



Figura 11 Conto de lança. Edição de Carlos Pereira.



Figura 12 Ponta e conto de lança, na posição em que estão expostas no MESA. Note-se que, entre as duas partes de ferro, existiria uma continuação em madeira, que já não deverá ter sido sequer depositada. Edição de Carlos Pereira.

Desenhos:



Figura 13 Desenho do verso do conto de lança, vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.



Figura 14 Desenho do reverso do conto de lança, vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

No artigo referenciado, as medidas apontadas são de 48,5cm de comprimento e 210g de peso.

A posição em que os dois fragmentos estão expostos não corresponde à realidade encontrada aquando do enterramento, segundo a planta publicada pelos autores em 2003 (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 45): o conto e a ponta da lança estariam depositados paralelamente debaixo do crânio do indivíduo, e o colar estaria «entrelaçado na lança» (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 49), e não ao pescoço do inumado, como poderíamos assumir.

Instituição: Museu da Escrita do Sudoeste – Almodôvar		Nº de inventário institucional: n/a	
Contexto: Gregórios 2 (Silves) CNS. 18992		Área: Cista Quadricula: UE:	
Descrição:	Ponta de lança em ferro com lâmina longa, tipo folha («foliácea»), com nervura central em toda a sua extensão. Os gumes não resistiram até aos nossos dias. Alvado e ponta de secção circular.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	Apenas a fratura, que poderá ser intencional.		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	480mm		
Largura máxima:		Largura média:	
Largura mínima:			
Espessura máxima:	34mm	Espessura média:	23,16mm
Espessura mínima:	10,17mm		
Profundidade:			
Diâmetro:			
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: finais do século VI – inícios do século IV a.C. (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 49)</p> <p>Pessoal: século V a.C.</p> <p>Existem paralelos para a ponta de lança em várias necrópoles sidéricas do Sul de Portugal, nomeadamente as da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, de onde surgiram algumas tipologias. O exemplar de 486mm de comprimento máximo que surge na página 133 das «Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular» é, talvez o mais semelhante que podemos apontar (Tristão, 2012, p. 133). Não obstante, o seu estado de conservação não permite entender se a ponta seria foliácea como o exemplar que aqui apresentamos.</p> <p>Também o exemplar nº21 da vitrine 16 do catálogo da exposição «De Ulisses a Viriato» pode ser apontado como paralelo da ponta de lança aqui apresentada, até pelas dimensões muito semelhantes (Alarcão, 1996, pp. 252-253). Provém, novamente, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires.</p> <p>A sua secção circular permite inseri-la no Tipo 1 de Alcácer do Sal, segundo Quesada-Sanz e Leandro Tristão (Tristão, 2012, p. 117).</p>		

Bibliografia:	<p>Alarcão, J. (1996). <i>De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.</i> Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.</p> <p>Barros, P., Branco, G., Duarte, C., & Correia, J. (2003). A cista dos Gregórios (Silves). <i>Xelb</i> 5, pp. 41-52.</p> <p>Tristão, L. S. (2012). <i>Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular.</i> Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.</p>
Fotografias:	 <p><i>Figura 15 Ponta de lança. Edição de Carlos Pereira.</i></p>



Figura 16 Ponta e conto de lança, na posição em que estão expostas no MESA. Note-se que, entre as duas partes de ferro, existiria uma continuação em madeira, que já não deverá ter sido sequer depositada. Edição de Carlos Pereira.

Desenhos:

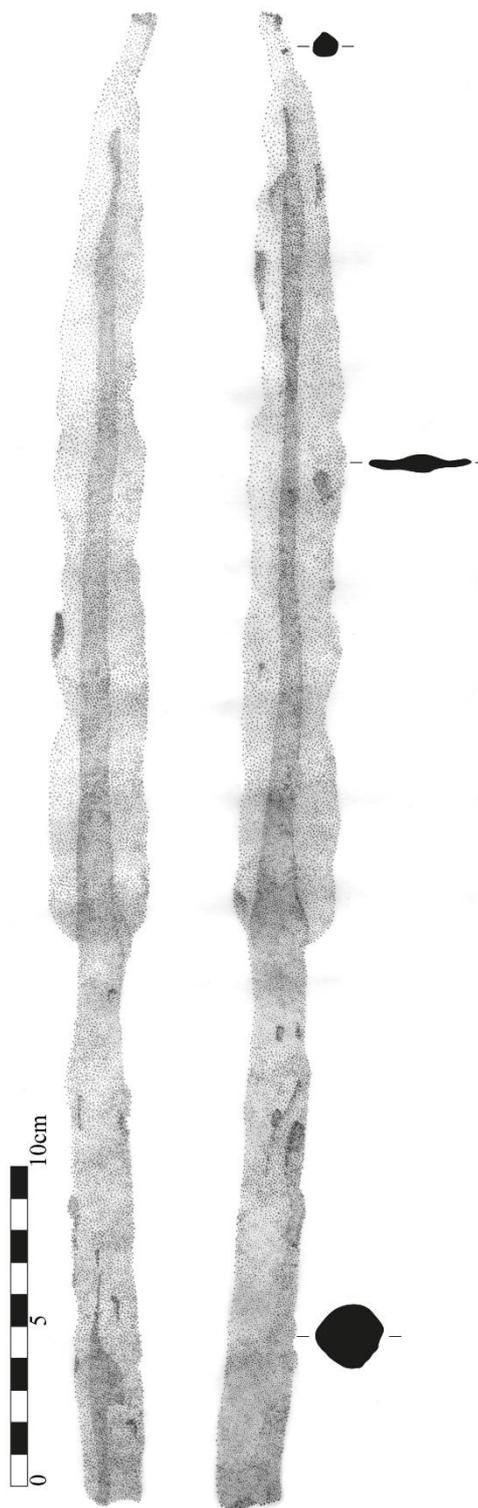


Figura 17 Desenho da ponta de lança (frente e verso, respetivamente), vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

No artigo referenciado as medidas apontadas são de 47,70cm de comprimento e 340g de peso.
A posição em que os dois fragmentos estão expostos não corresponde à realidade encontrada aquando do enterramento, segundo a planta publicada pelos autores em 2003 (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 45): o conto e a ponta da lança estariam depositados paralelamente debaixo do crânio do indivíduo, e o colar estaria «entrelaçado na lança» (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 49), e não ao pescoço do inumado, como poderíamos assumir.

Instituição: Museu da Escrita do Sudoeste – Almodôvar	Nº de inventário institucional: n/a
Contexto: Gregórios 2 (Silves) CNS. 18992	Área: cista Quadrícula: UE:
Descrição:	<p>Conjunto de 14 contas de colar de pasta vítrea opaca com decoração oculada, de 3 tipologias diferentes – a figura 1 define quais as contas pertencentes a cada grupo, assim como o seu número de inventário pessoal.</p> <p>O primeiro grupo (seta preta, números de inventário de 007 a 011) é composto por 5 contas de colar, com 14 a 17mm de diâmetro máximo, esferoidais. Estão decoradas com 6 «olhos», com o fundo estriado concentricamente a preto e branco.</p> <p>O segundo conjunto (seta vermelha, números de inventário de 012 a 019) é constituído por 8 contas de colar semitubulares, com 6 a 9mm de comprimento máximo. A decoração é semelhante ao primeiro grupo, mas as contas apenas têm 3 «olhos» – uma das contas apenas tem um anel em volta do «olho» (número de inventário 019).</p> <p>Por último, o 3º grupo compreende uma conta de colar (020) de pequenas dimensões (6mm) tubular, de cor preta, com 3 «olhos» e estrias brancas concêntricas. O «olho» central foi pintado a azul, e existem «protuberâncias esferoidais» amareladas.</p>
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Várias.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	<p>Oculada. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada»⁵⁰. Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.</p> <p>No caso da conta 020, o processo poderá ter sido semelhante ou passou simplesmente pela colocação de uma gota amarela – provavelmente um composto de antimónio (Filardi, 2011, p. 3).</p>
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	Razoável – Bom. Perda de brilho nalgumas das contas não permite que o seu estado de conservação seja Bom ou Muito Bom.
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: finais do século VI a finais do século V a.C. (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 49)</p> <p>Pessoal: finais do século VI a.C. – século V a.C.</p> <p>Tendo em conta as cronologias que têm vindo a ser repensadas para o mundo funerário do Sul de Portugal (Jiménez Ávila, 2004), especificamente no caso dos sítios em que surgem contas de colar de pasta vítrea semelhantes às aqui apresentadas, podemos concordar com a datação apontada para o século V a.C.</p>

⁵⁰ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Note-se, no entanto, que pela opacidade das contas aqui referidas, poderemos eventualmente ter tendência a recuar a sua datação para um período ligeiramente anterior (Gomes, 2012, pp. 48-49).
Por outro lado, as contas com incrustações esféricas (ver o número de inventário **020**) surgem, segundo alguns autores, somente no século IV a.C. (Jiménez Ávila, 2003, p. 277). Não obstante, o autor refere-se a contas cilíndricas, e não a uma morfologia tubular como a aqui apresentada.

Bibliografia:

- Barros, P., Branco, G., Duarte, C., & Correia, J. (2003). A cista dos Gregórios (Silves). *Xelb* 5, pp. 41-52.
- Filardi, V. H. (2011). *Caracterização química de contas de vidro arqueológicas do século VII a.C. provenientes da Quinta do Almaraz, Cacilhas*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.
- Gomes, H. F. (2012). *O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Jiménez Ávila, J. (2003). Los objetos de pasta vítrea de Cancho Roano. *Cancho Roano. VIII-IX, los materiales arqueológicos I*, pp. 261-292.
- Jiménez Ávila, J. (2004). La Necrópolis de el Jardal (Herrera del Duque, Badajoz): Elementos para una revisión cronológica de las Necrópolis de la 1ª Edad del Hierro del Sur de Portugal. *Actas do II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (1996)* (pp. 105-114). Faro: Universidade do Algarve.

Fotografias:

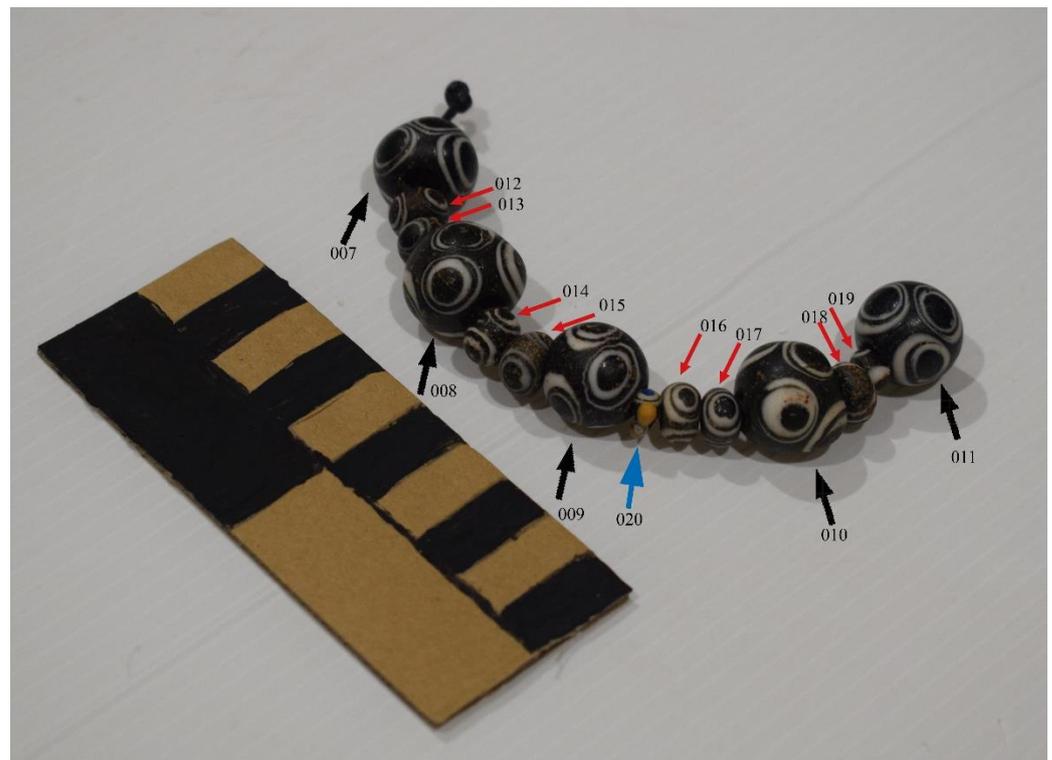


Figura 18 Indicação dos números de inventário individuais de cada uma das contas de colar.



Figura 19 Outro ângulo das contas de colar. Edição de Carlos Pereira.



Figura 20 Pormenor das decorações das contas de colar. Edição de Carlos Pereira.



Figura 21 O colar na posição em que é exposto no MESA. Edição de Carlos Pereira.

Observações:

O conjunto total é composto por 17 contas de colar de pasta vítrea: das 8 de maior dimensão, apenas 5 estão no MESA. Note-se que o Museu de Silves não tem em sua posse nenhum do espólio do sítio. Não podemos então confirmar o paradeiro das 3 contas que faltam, duas das quais estariam parcialmente destruídas (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 49).

O conto e a ponta da lança (005 e 006) estariam depositados paralelamente debaixo do crânio do indivíduo, e o colar estaria «entrelaçado na lança» (Barros, Branco, Duarte, & Correia, 2003, p. 49), e não ao pescoço do inumado, como poderíamos assumir.

A falta de desenho prende-se com o facto de as contas de colar estarem permanentemente expostas e a instituição que as detém e cedeu temporariamente ao MESA não permitir que o colar seja alterado na sua ordem, excetuando em caso de necessidade de conservação ou restauro.

Instituição: Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Figueira da Foz		Nº de inventário institucional: 8639	
Contexto Sítio: Fonte Velha de Bensafrim CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Dois fragmentos de cerâmica comum com colagem.		
Forma:	Sem (bojo).		
Pasta:	Pasta de baixa qualidade. Com muitas micas e feldspatos, de grão grosseiro.		
Coloração:	Cinza claro na superfície interna, e cinzento muito escuro na superfície externa. O cerne tem manchas avermelhadas que não parecem resultado da cozedura pela sua distribuição heterogénea.		
Textura:	Muito rugosa.		
Fratura:	Granulosa. Caem pequenos grãos e elementos não plásticos ao toque.		
Marcas de uso:	Concreção muito escura na superfície interna. Não observada a microscópio binocular e, portanto, sem certezas em relação à sua natureza.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Decoração:	Nenhuma.		
Cozedura:	Redutora.		
Produção:	A torno lento.		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	40 mm		
Largura máxima:		Largura média:	35 mm
Largura mínima:			
Espessura máxima:		Espessura média:	5,06mm
Diâmetro:	n/a		
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>De facto, não podemos apontar um período mais definido para a produção destes pequenos fragmentos de bojo de um qualquer recipiente. Não só não conhecemos a forma, como desconhecemos o contexto em que foi recuperado no sítio de Fonte Velha.</p> <p>Apoiamo-nos somente num exame macroscópico e num conhecimento empírico para distinguir estes fragmentos daqueles que denotam produção tipicamente romana. A sua pasta, com muitos elementos não plásticos, como micas e feldspatos, não parece ter qualquer relação com a cerâmica romana, que, mesmo sendo «comum», tem uma pasta mais depurada e um tipo de cozedura muito diferentes das deste exemplar.</p>		

Bibliografia:

Rocha, A. S. (1895). Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. O Archaeologo Português, série I, Vol. I, pp. 291-296; 327-337.

Fotografias:



Figura 22 A face interna dos fragmentos cerâmicos.



Figura 23 A face externa dos fragmentos cerâmicos.

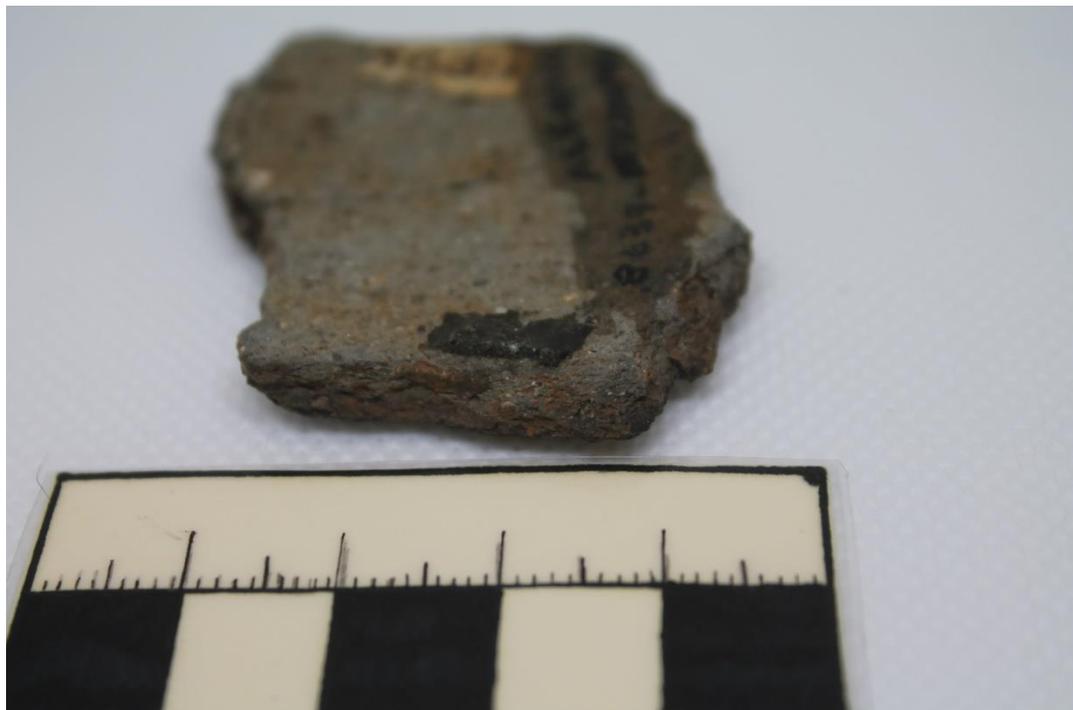


Figura 24 Pormenor da concreção na face interna dos fragmentos.

Observações:

Apesar destes fragmentos estarem, na instituição museológica, associados à necrópole de incineração romana, não nos pareceram, de todo, cerâmica de produção tipicamente romana. Por esta razão os consideramos neste trabalho. Note-se, de qualquer das formas, que Santos Rocha, ao falar da cerâmica que encontra na necrópole romana de Bensafirim refere que «(...) O barro é geralmente vermelho, castanho ou negro, puro em umas e cheio de grãos quartzosos em outras. (...)» (Rocha A. S., 1895, p. 330).

Instituição: Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Figueira da Foz		Nº de inventário institucional: 09-A-216 / 7674	
Contexto Sítio: Fonte Velha de Bensafrim CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Disco de ouro com orifício circular no centro, que poderia ter algum tipo de pedra (semi) preciosa ou gema incrustada. Decorado em toda a sua extensão: na zona mais exterior, tem uma faixa de SS paralelos, separado dos restantes elementos iconográficos por um rebordo simples. A remanescente decoração é composta por duplas espirais com um pequeno círculo entre si, e cada dupla espiral é separada por um elemento iconográfico, que tem vindo a ser descrito como uma abelha (Vilaça & Armbruster, 2012, p. 156). Esta está ligada às duplas espirais por conjuntos de pontos – estes conjuntos de pontos são lidos como caracteres da Escrita do Sudoeste por Mário Varela Gomes (Gomes, 2011, pp. 119-122). O orifício central é precedido por duas linhas de rebordos simples. Este disco seria agregado a um suporte rígido, como couro ou madeira, através de um sistema de pressão de rebordos dobrados (Vilaça & Armbruster, 2012, p. 158).		
Suporte:	Ouro.		
Produção:	O disco terá sido produzido por martelagem da chapa de metal.		
Marcas de uso:	No interior do orifício central notam-se vestígios de algum tipo de massa ou resíduo vegetal/animal que poderá decorrer do pez em que a chapa terá sido aquecida e trabalhada (Vilaça & Armbruster 2012, 156), ou, em alternativa, da natureza do suporte a que o disco terá sido associado, como madeira ou couro. Outra hipótese prende-se com a preparação para um eventual encastoamento que terá deixado vestígios no metal (Celestino Pérez & Blanco Fernández, 2006, p. 58).		
Acabamento de superfície:	A decoração é feita por repuxamento, cinzelagem e punções.		
Estado de conservação:	Bom. Alguns riscos na superfície decorada, eventualmente resultado do próprio contexto de deposição ou do registo gráfico.		
Dimensões			
Espessura máxima:		Espessura média:	0,09mm
Diâmetro:	36,84mm (ext)/ 6,95mm (int.)		
Cronologia sugerida:	Santos Rocha: Pré-Romano (Rocha, 1904, p. 64) Vilaça & Armbruster: Séculos VII-VI a.C. (p. 155) Pessoal: século VII a VI a.C. De facto, a decoração e a produção deste disco de ouro não nos permitem discordar da cronologia que tem vindo a ser atribuída pelos diversos autores, situando-a num momento posterior à intensificação da presença fenícia na Península, rondando os séculos VII e VI a.C. Os discos ou botões de ouro da Idade do Ferro encontrados no território português são, regra geral, menores do que o exemplar aqui apresentado. Tal como referido por Raquel Vilaça e Barbara Armbruster, o disco de Conimbriga (3,9cm; (Correia, 1916, p. 261) e o de Fonte Santa (Ourique; 2,4cm) são os paralelos mais importantes para este disco. Estes três casos são também os únicos, de que		

temos conhecimento, em que apenas é encontrado um elemento, sendo mais comum a recuperação em pares ou pequenos grupos.

Não obstante, é a iconografia presente no disco de Bensafrim que permite associá-lo com o mundo sidérico, nomeadamente no que se refere aos contactos com o mundo oriental. A abelha representada foi incluída no imaginário fenício, sendo associada à produção do mel, que era utilizado em libações, cerimónias iniciáticas ou fúnebres (Gomes, 2011, p. 123), mas também como símbolos de ressurreição, felicidade e ordem (Gomes, 2011, p. 124).

A cor do ouro é, ela própria, um símbolo, porventura do Sol e dos seus movimentos, observado ao longo de milénios (Cahill, 2015, pp. 27-28).

As duplas espirais são comuns em toda a iconografia sidérica, e em diversos suportes.

Se considerarmos os grupos de pontilhados como caracteres da Escrita do Sudoeste, até agora reservada a lajes aparentemente funerárias, como propõe Mário Varela Gomes (Gomes, 2011, pp. 191-192), maior validade poderá ser atribuída à cronologia proposta.

Bibliografia:

- Cahill, M. (2015). 'Here comes the sun...' - Solar Symbolism in Early Bronze Age Ireland. *Archaeology Ireland*, 29 (1), pp. 26-33.
- Celestino Pérez, S., & Blanco Fernández, J. L. (2006). *La Joyería en los orígenes de Extramadura: el espejo de los dioses*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- Correia, V. (1916). Conimbriga: A camada pré-romana da cidade. *O Archaeologo Português, série I*, 21, pp. 252-264.
- Gomes, M. V. (2011). Inscrição e iconografia do “disco”, de ouro, de Bensafrim (Lagos, Algarve). *Arqueologia & História*, 62-63, pp. 117-125.
- Rocha, A. S. (1904). Estudo sobre um artefacto pre-romano d'ouro descoberto no Algarve. *Boletim da Sociedade Archaeologica Santos Rocha*, pp. 64-67.
- Vilaça, R., & Armbruster, B. (2012). O Disco de Ouro da Necrópole de Fonte Velha de Bensafrim (Lagos, Algarve). Em R. Vilaça, & S. Pinto, *Santos Rocha: a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo* (pp. 153-170). Figueira da Foz: Casino Figueira.

Fotografias:



Figura 25 Verso do disco.



Figura 26 Reverso do disco.

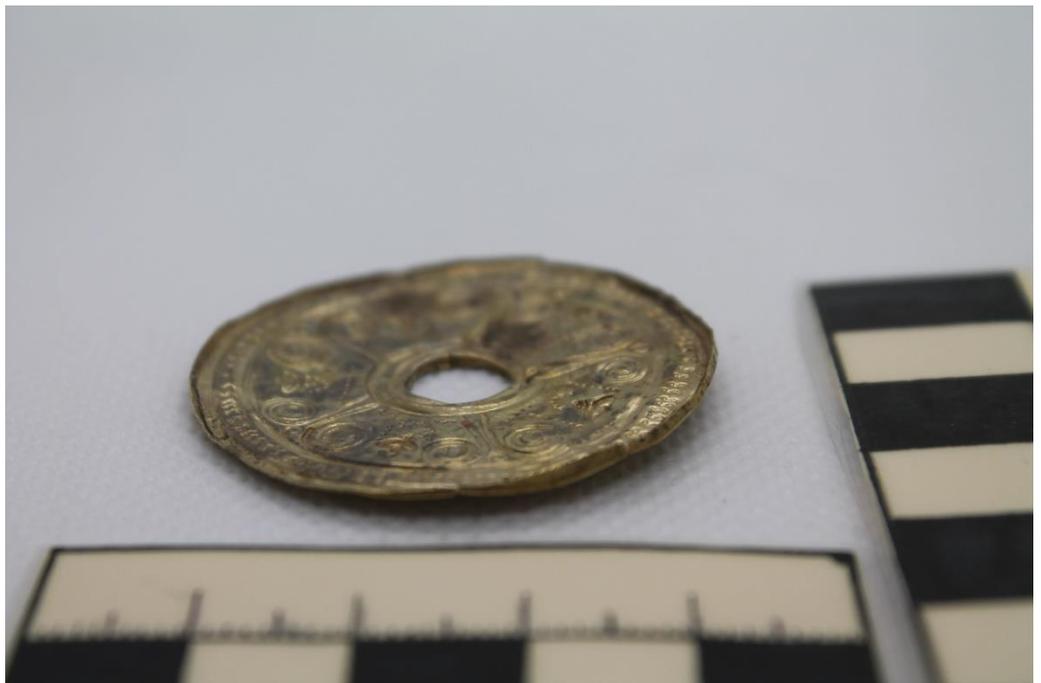


Figura 27 Pormenor do reverso do disco. No orifício central parece existir algum tipo de massa ou substância que pode ter sido usada no momento de pregar o disco ao seu suporte.

Instituição: Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Figueira da Foz		Nº de inventário institucional: 09-A-219	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim CNS: 182		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Conjunto de contas de colar de tipologias variadas: a) 12 contas de colar de pasta vítrea azul turquesa oculadas; b) 1 conta de colar de pasta vítrea verde lisa; c) 1 conta de colar dicromática (branco leitoso e laranja acastanhada) lítica; d) 1 conta de colar de pasta vítrea amarela lisa; e) 1 conta de colar em cornalina talhada e perfurada; f) 1 conta de colar negra azulada lítica.		
Suporte:	Pasta vítrea, cornalina, rocha.		
Coloração:	a) Pasta vítrea azul turquesa oculada a branco e azul marinho. b) Pasta vítrea verde opaca. Coloração obtida através da adição de óxido de cobre (Gomes, 2012, p. 46). c) Mineral branco leitoso e laranja acastanhado d) Pasta vítrea amarela translúcida. Coloração obtida através da introdução de antimónio (Filardi, 2011, p. 3). e) Cornalina – laranja acastanhado translúcido (semelhante a 6/8 7.5YR de Munsell). f) Mineral negro azulado		
Marcas de uso:	n/a		
Decoração:	Oculada. A decoração oculada é obtida através da colocação de uma gota de vidro líquido na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵¹ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.		
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal requerida para a utilização do artefacto. No caso da conta tubular, podemos falar de uma vareta cilíndrica (Gomes, 2012, p. 51). Nas contas líticas falamos de talhe e perfuração.		
Estado de conservação:	Razoável – Bom.		
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: séculos VI a V a.C. Um dos paralelos que apontamos para a conta de cornalina, recolhida na necrópole do Cabeço da Vaca (Alcoutim), foi por nós estudada, tendo-se definido uma cronologia entre os séculos VI e V a.C. Para as restantes contas em material lítico desconhecemos a existência de paralelos em necrópoles sidéricas no território peninsular. As contas lisas e sem decoração não são um indicador cronológico de grande valor, uma vez que a sua simplicidade morfológica se estendeu por várias centúrias. Do mesmo modo, e apesar das suas particularidades, as contas de pasta vítrea azul oculadas a branco e azul marinho são comuns em contextos sidéricos, estendendo-se		

⁵¹ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

igualmente por vários séculos. Podemos, não obstante, colocá-las algures entre os séculos VII-V a.C., em concordância com outras que surgiram no território português (Arruda, et al., 2016, pp. 94-97).

Bibliografia:

Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). *CuPAUM* 42, pp. 79-101.
Gomes, H. F. (2012). *O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Fotografias:



Figura 28 O conjunto de contas tal como está exposto na entidade museológica.



Figura 29 Note-se a conta em cornalina e a conta de pasta vítrea amarela tubular.



Figura 30 Note-se a conta dicromática em pedra e a de pasta vítrea verde.



Figura 31 Pormenor da conta de rocha negra. Notem-se as pequenas marcas de choque mecânico.

Observações:

Nº Inventário	Estado de Conservação	“Olhos”	Espessura (mm)	Diâmetro do orifício (mm)	Diâmetro exterior (mm)	Descrição e observações	
023	Razoável	3	3,07	3,39	9,11	1 dos olhos está “borratado”	12 contas de pasta vítrea azul turquesa, oculadas a branco e azul escuro/marinho. Todas de forma discoide.
024	Razoável	4	6,65	3,03	9,44	colada a 025	
025	Razoável	4	4,76	3,76	9,45	colada a 024	
026	Razoável	3	5,18	3,36	7,37		
027	Razoável	3	6,51	2,13	8,61		

	028	Razoável	4	4,77	3,06	7,14		
	029	Razoável	4	6,13	3,12	8,14	Furada junto a um dos olhos.	
	030	Razoável	3	3,63	3,31	7,4		
	031	Razoável	4	4,69	3,09	8,02		
	032	Razoável	4	5,12	4,48	8,6		
	033	Mau	3?	3,95	3,22	6,57	oculada só a azul.	
	034	Mau	4	4,95	3,14	7,56		
	035	Bom		3,14	2,84	6,58		Conta de pasta vítrea verde, lisa, sem decoração, discoide.
	036	Muito bom		9,7	1,99	11,01		Conta de colar dicromática, branca leitosa e laranja acastanhada. Não é vidro. Esferoidal.
	037	Razoável			2,23		Comprimento : 12,66 mm; Largura mínima: 3,24 mm; l. média: 5,27 mm; l. máxima: 6,20 mm	Conta de colar de pasta de vidro amarelo, cilíndrica; fraturada.
	038	Bom		10,79	2,66	13,88		Conta de colar de cornalina, discoide, talhada e perfurada.
	039	Mau		6,42	3,11	13,83		Conta de colar negra azulada, de material ainda indeterminado, com marcas de choque mecânico nas duas faces. Discoide.

Instituição: Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Figueira da Foz		Nº de inventário institucional: 09-A-217	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Conjunto de 37 contas de colar de pasta vítrea.		
Suporte:	Pasta vítrea.		
Coloração:	Azul marinho escuro. Obtida através de uma grande concentração de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46).		
Marcas de uso:	n/a		
Decoração:	n/a		
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.		
Estado de conservação:	Razoável. Perda de brilho generalizada.		
Dimensões			
Espessura máxima:	11,39mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	3,63mm		
Diâmetro:	5,95 a 12,97mm		
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: s. VII – IV a.C.</p> <p>Uma vez que este conjunto de contas não tem elementos morfológicos destacados, podemos assumir uma cronologia semelhante entre este e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim. Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, com enquadramentos oscilantes entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95).</p> <p>A cronologia apontada para este conjunto acaba por ser bastante lata, uma vez que este tipo de contas é disseminado ao longo de vários séculos sem grandes alterações.</p>		
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p>		

Fotografias:



Figura 32 O conjunto das contas tal como estão expostos na entidade museológica.



Figura 33 Pormenor das contas de colar.



Figura 34 Note-se a perda de brilho nalgumas das contas, assim como vestígios de perda de coloração.

Observações:

Nº Inventário	Estado de conservação	Tipologia	Espessura (mm)	Diâmetro do orifício (mm)	Diâmetro exterior (mm)
040	Bom	Discoide	3,63	2,42	6,14
041	Bom	Discoide	5,07	0,94	6,04
042	Bom	Discoide	3,69	2,12	5,95
043	Bom	Discoide	4,56	2,20	6,11
044	Bom	Discoide	4,89	1,65	6,17
045	Bom	Discoide	4,21	2,62	5,96
046	Bom	Discoide	4,55	1,84	6,15
047	Bom	Discoide	4,97	2,69	6,38
048	Bom	Discoide	4,91	2,56	7,06
049	Bom	Discoide	4,92	3,28	7,98
050	Bom	Discoide	4,56	3,46	8,68
051	Bom	Discoide	6,76	2,79	9,24
052	Razoável	Discoide	5,97	3,18	8,27
053	Razoável	Discoide	8,06	2,39	8,89
054	Razoável	Discoide	7,19	2,69	9,12
055	Razoável	Discoide	6,84	2,41	9,52
056	Razoável	Discoide	7,78	3,42	9,61
057	Razoável	Discoide	8,63	3,17	9,93
058	Razoável	Discoide	7,35	3,21	10,48
059	Mau	Discoide	6,98	3,32	10,14
060	Mau	Esferoidal	11,39	2,73	12,97
061	Razoável	Discoide	9,33	3,78	13,02
062	Razoável	Discoide	8,76	2,99	11,25
063	Razoável	Discoide	7,69	3,07	10,88
064	Bom	Discoide	6,79	2,86	10,30

065	Razoável	Discoide	5,75	2,89	9,78
066	Bom	Discoide	6,36	3,14	9,97
067	Razoável	Discoide	6,61	2,53	10,09
068	Mau	Discoide	5,56	3,28	9,45
069	Razoável	Discoide	5,98	2,73	9,57
070	Razoável	Discoide	6,72	2,20	9,13
071	Razoável	Discoide	6,18	2,46	9,14
072	Razoável	Discoide	6,60	2,69	8,75
073	Razoável	Discoide	7,87	2,39	9,15
074	Razoável	Discoide	7,39	1,70	7,31
075	Razoável	Discoide	7,01	2,09	6,86
076	Bom	Discoide	5,36	0,90	6,32

Instituição: Museu Municipal Dr. Santos Rocha – Figueira da Foz	Nº de inventário institucional:
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim - Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 13 contas de colar de pasta vítrea negra. 3 tipos de contas: a) Globulares, com vestígios de decoração oculada em pasta vítrea branca; b) quadradas, com os lados côncavos; c) triangulares, com os lados côncavos.
Suporte:	Pasta vítrea negra, com vestígios de pasta vítrea branca.
Coloração:	Preto esverdeado, manchas alaranjadas e vestígios de branco. O tom esverdeado que as contas apresentam poderá indicar um corante à base de óxido de ferro (Gomes, 2012, pp. 46-47).
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵² . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo. Tendo em conta que há pelo menos um caso em que aparenta ter perdido um «olho», podemos considerar que estes possam ter sido conectados à conta num momento diferente da sua produção (Gomes, 2012, p. 55).
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	Muito Mau. Vidro muito alterado.
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: s. VII – VI a.C. Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C. No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i> . Paris: Du Boccard.

⁵² Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Gomes, H. F. (2012). *O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:



Figura 35 Conjunto de contas de colar tal como estão expostas na entidade museológica. Notem-se os pequenos vestígios de pasta vítrea branca nos exemplares 077 e 079 (primeiro e terceiro, a contar da esquerda).



Figura 36 Pormenor dos «olhos», bastante afastados da matriz da conta, com destaque para o exemplar 089.



Figura 37 Pormenor do desgaste da pasta vítrea, com destaque para as manchas alaranjadas que nos fizeram inicialmente pensar num suporte cerâmico. Note-se a diferença de coloração e textura entre os exemplares mais degradados (como o 083), e os melhor conservados (084 ou 085).

Observações:

Nº Inventário	Estado de conservação	Tipologia	Diâmetro do orifício (mm)	Comprimento (mm)	“Olhos”
077	Mau	Esférica oculada	6,63	14,13	4
078	Muito Mau	Quadrangular	4,29	14,57	
079	Mau	Esférica oculada	5,75	13,04	4
080	Razoável	Triangular	4,19	11,66	
081	Razoável	Quadrangular	3,74	9,22	
082	Mau	Triangular	2,97	10,77	
083	Muito Mau	Esférica oculada	2,51	8,79	3
084	Razoável	Triangular	3,66	10,38	
085	Razoável	Triangular	3,63	11,05	
086	Mau	Quadrangular	3,67	10,09	
087	Mau	Esférica oculada	3,02	11,33	2
088	Muito Mau	Esférica oculada	3,86	15,28	3 (1 em falta)
089	Mau	Esférica oculada	4,37	15,35	4

Note-se que o mau estado de conservação generalizado de todas as contas de colar nos fez pensar noutro tipo de suporte, eventualmente em cerâmica, azeviche ou noutro tipo de madeira. Agradecemos à professora Doutora Teresa Soeiro a sua intervenção, assim como à Dra. Ana Valentim e Dr. Vítor Hugo Torres da APPA-VC pelas suas observações muito pertinentes. Ao Doutor Francisco B. Gomes agradecemos também a sua contribuição e confirmação do suporte das contas.

De facto, nenhum dos especialistas consultados da zona Norte do país nos conseguiu assegurar o suporte destes materiais, uma vez que nesta região não são comuns casos tão graves de degradação de pasta vítrea. O estado de conservação destas contas é equiparável ao apresentado nalgumas contas publicadas num artigo de 2016 por Ana Margarida Arruda e diversos outros autores (Arruda, et al., 2016, pp. 93-95).

Outro apontamento prende-se com a tipologia de cada uma das contas, uma vez que a forma quadrangular ou triangular se poderá, eventualmente, dever ao próprio processo de deformação.

Instituição:	Nº de inventário institucional: QQ533 a QQ543		
Contexto: Quinta da Queimada CNS: 26504	Área: Sepultura 1 Quadricula: UE:		
Descrição:	Conjunto de 11 cossoiros de cerâmica.		
Forma:	Um esférico, um subcilíndrico, 2 troncocónicos e os restantes 7 bitroncocónicos.		
Pasta:	Segundo as descrições dos autores (Calado & Gomes, 2006, pp. 177-178), as pastas são, no geral, homogéneas e compactas, com alguns elementos não plásticos de fino e médio grão.		
Coloração:	Oscilante entre os castanhos claros e mais escuros (Calado & Gomes, 2006, pp. 177-178).		
Textura:	n/a		
Fratura:	n/a		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	n/a		
Decoração:	Alguns dos cossoiros aparentam ter algumas incisões.		
Cozedura:	n/a		
Produção:	Manual.		
Estado de conservação:	n/a		
Dimensões			
Espessura máxima:	23mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	14mm		
Diâmetro:	Exterior: entre 22 e 38mm Do orifício: entre 3 e 6mm		
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: I ou II Idade do Ferro (Calado & Gomes, 2006, p. 181)</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>Cossoiros como os aqui apresentados são comuns, tanto em contextos de habitat como funerários, desde a Pré-História Recente. De facto, não são um indicador cronológico fiável, sendo as alterações na sua forma demasiado ténues para funcionar como elemento determinante de um período.</p> <p>Deste modo, podemos fazer coincidir a nossa proposta com a apontada pelos autores, em concordância com a cronologia dos restantes materiais do sítio.</p>		
Bibliografia:	Calado, D, & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i> , Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.		

Fotografias:



Figura 38 Conjunto dos Cossiros. Fotografia gentilmente cedida pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.

Instituição:	Nº de inventário institucional: QQ 546
Contexto: Quinta da Queimada, Lagos CNS: 26504	Área: Sepultura 1 Quadrícula: UE:
Descrição:	Fragmento de bordo esvasado e semicircular, e parede de tigela (forma 22 de Lamboglia). Vaso de verniz negro (Ferreira, 2019, p. 524).
Forma:	Bordo/lábio e parede.
Pasta:	Pasta aparentemente bem depurada, laranja.
Coloração:	Verniz negro. Pasta laranja.
Textura:	n/a
Fratura:	n/a
Marcas de uso:	n/a
Acabamento de superfície:	Verniz negro na superfície externa.
Decoração:	n/a
Cozedura:	Cozedura em três passos: a primeira parte seria oxidante, depois redutora e finalmente oxidante. Este processo permitia que a cor do verniz tivesse uma duração mais prolongada.
Produção:	Torno rápido.
Estado de conservação:	n/a
Dimensões	
Diâmetro:	120mm (lábio)
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: segundo quartel do século IV a.C. (Calado & Gomes, 2006, p. 182)</p> <p>Pessoal: primeira metade do século IV a.C.</p> <p>A cerâmica campaniense surge um pouco por todo o território nacional, e as formas 21 e 22 de Lamboglia são algo comuns: no território algarvio foram recuperados exemplares, por exemplo, no Castelo de Castro Marim e no Cerro da Rocha Branca (Luís, 2003, pp. 24-25). Luís Luís defende que este tipo de cerâmicas não é comercializado na Península Ibérica depois da primeira metade do século IV a.C. (Luís, 2003, p. 40), pelo que temos um dos seus limites cronológicos.</p> <p>De facto, estes materiais são bem conhecidos e as suas cronologias estão bem definidas, pelo que podemos concordar plenamente com a cronologia atribuída pelos autores.</p>
Bibliografia:	<p>Calado, D., & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i>, Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.</p> <p>Ferreira, D. F. (2019). A Cerâmica Grega na Fachada Atlântica da Península Ibérica. Madrid: Universidad Complutense.</p> <p>Luís, L. (2003). As Cerâmicas Campanienses de Mértola. <i>Trabalhos de Arqueologia</i>, 27.</p>

Fotografias:



Figura 39 Fragmento do bordo e parte da parede da tigela de bordo esvasado. Fotografia gentilmente cedida pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.

Desenhos:

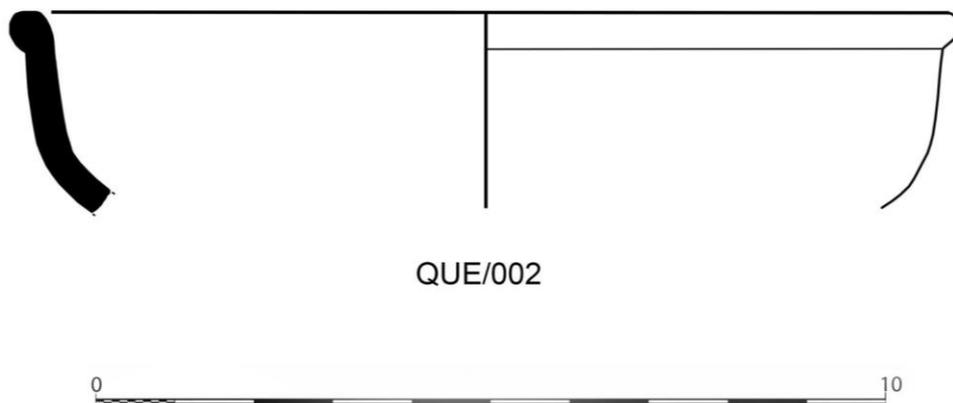


Figura 40 Desenho do bordo vetorizado, gentilmente cedido pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.

Instituição:	Nº de inventário institucional: QQ547
Contexto: Quinta da Queimada, Lagos CNS: 26504	Área: Sepultura 1 Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de fragmentos pertencentes a um único recipiente de verniz negro, constituído por partes do lábio, parede, fundo e pé. Tigela de bordo esvasado de secção semicircular, correspondente à forma 22 de Lamboglia (Ferreira, 2019, p. 524).
Forma:	Lábio, parede, fundo e pé.
Pasta:	Pasta aparentemente bem depurada, alaranjada.
Coloração:	Verniz negro. Pasta laranja.
Textura:	n/a
Fratura:	n/a
Marcas de uso:	n/a
Acabamento de superfície:	Verniz negro na superfície externa.
Decoração:	Fundo interno com vestígios de decoração com cartela circular incisa (Ferreira, 2019, p. 524).
Cozedura:	Cozedura em três passos: inicialmente oxidante, depois redutora e novamente oxidante, permitindo que a cor do verniz durasse mais tempo.
Produção:	Torno rápido.
Estado de conservação:	n/a
Dimensões	
Diâmetro:	Lábio: 188,3mm Pé: 109mm
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: segundo quartel do século IV a.C. (Calado & Gomes, 2006, p. 182)</p> <p>Pessoal: primeira metade do século IV a.C.</p> <p>A cerâmica campaniense não é incomum no território nacional, especialmente no que se refere às formas 21 e 22 de Lamboglia: no caso do território algarvio referimos já os exemplares do Castelo de Castro Marim e do Cerro da Rocha Branca (Luís, 2003, pp. 24-25).</p> <p>Tal como referimos no exemplar anterior, Luís Luís defende que este tipo de cerâmicas não é comercializado na Península Ibérica depois da primeira metade do século IV a.C. (Luís, 2003, p. 40).</p> <p>De facto, estes materiais são excelentes marcos cronológicos, pelo que podemos concordar plenamente com a cronologia atribuída pelos autores.</p>
Bibliografia:	<p>Calado, D., & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i>, Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.</p> <p>Ferreira, D. F. (2019). A Cerâmica Grega na Fachada Atlântica da Península Ibérica. Madrid: Universidad Complutense.</p>

Luís, L. (2003). As Cerâmicas Campanienses de Mértola. *Trabalhos de Arqueologia*, 27.

Fotografias:



Figura 41 Conjunto de fragmentos de recipiente de verniz negro. Fotografia gentilmente cedida pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.

Desenhos:

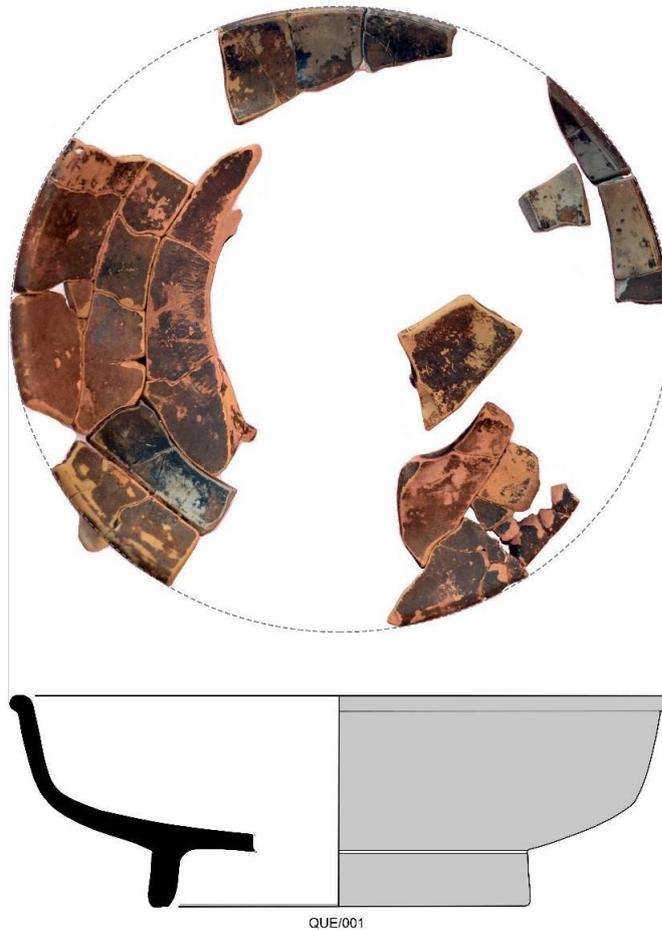


Figura 42 Desenho vetorizado da forma correspondente ao conjunto de fragmentos apresentado. Gentilmente cedido pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.

Instituição:	Nº de inventário institucional: QQ509 a 530, QQ 544
Contexto: Quinta da Queimada, Lagos CNS: 26504	Área: Sepultura 1 Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 23 contas de colar de riolite.
Suporte:	Riolite (Calado & Gomes, 2006, p. 176).
Coloração:	Branco, cinzento e vermelho.
Marcas de uso:	Os autores defendem que algumas terão sido depositadas junto a cinzas ainda quentes, razão que seria responsável pela oscilação da sua coloração (Calado & Gomes, 2006, p. 183), mas a riolite varia naturalmente entre os mesmos tons que os investigadores indicam (Costa, 2014, p. 100).
Decoração:	n/a
Produção:	Afeiçãoamento da rocha.
Estado de conservação:	4 das contas estarão fraturadas, encontrando-se as restantes em bom estado de conservação (Calado & Gomes, 2006, p. 176).
Dimensões	
Comprimento:	4 a 9mm
Diâmetro:	6 a 10mm
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: Idade do Ferro</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro/Indeterminado</p> <p>De facto, os investigadores apontam como paralelo uma conta que teria sido recuperada na necrópole do Cerro do Ouro, em Ourique, ainda que não indiquem a cronologia para ela sugerida.</p> <p>Ao mesmo tempo, não nos foi possível confirmar o suporte das contas. De facto, não se conhecem, para o território português, outros exemplares neste suporte, razão pela qual não nos sentimos habilitados a determinar com certeza o período em que terão sido produzidas.</p>
Bibliografia:	<p>Calado, D., & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i>, Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.</p> <p>Costa, J. B. (2014). <i>Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico</i>. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.</p>

Fotografias:

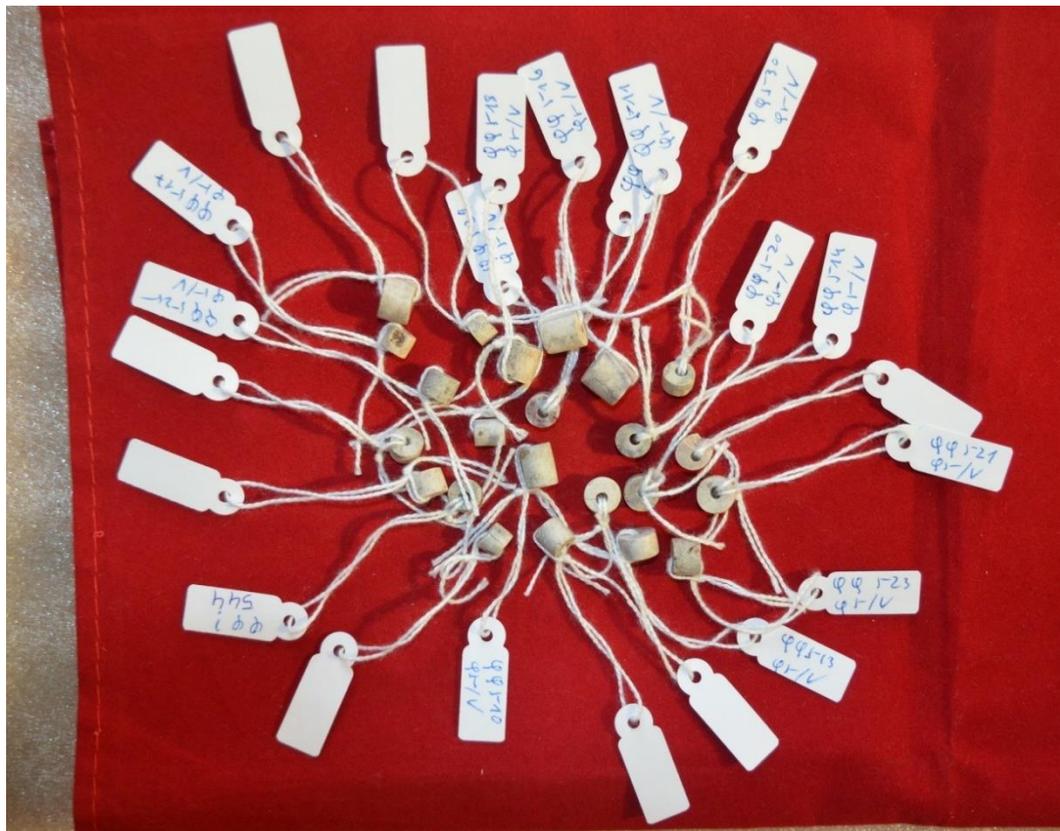


Figura 43 Conjunto de contas de colar em riolite. Fotografia gentilmente cedida pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.

Instituição:	Nº de inventário institucional: QQ531
Contexto: Quinta da Queimada, Lagos CNS: 26504	Área: Sepultura 1 Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta de colar (ou pingente) de corpo central tubular, com segmentos semicirculares, resultando numa dupla esfera achatada (Calado & Gomes, 2006, p. 175). Na literatura espanhola é referida como pingente de dupla gaiola.
Suporte:	Ouro.
Produção:	A técnica decorativa que S. Celestino Pérez e L. Blanco Fernández denominam como « <i>los hilos</i> » ou « <i>os fios</i> » deverá corresponder à que aqui foi utilizada (Celestino Pérez & Blanco Fernández, 2006, pp. 58-59). Consistiria na utilização de fios maciços de ouro (e não de fios ocós, por exemplo) como técnica decorativa, mas também como constituinte da estrutura da peça elaborada. Um esquema da técnica está publicado num outro artigo, dos mesmos autores (Blanco Fernández & Celestino Pérez, 1998, p. 71).
Marcas de uso:	Eventualmente, poderão existir vestígios de soldagem ou outra técnica de agregação a outro elemento nalguma zona do pingente.
Acabamento de superfície:	n/a
Estado de conservação:	Bom.
Dimensões	
Comprimento:	7mm
Diâmetro:	6 mm (máximo)
Peso:	2 gramas
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: Apesar de não avançarem uma cronologia para a conta, os autores acreditam que coincidirá com a que é proposta para o sítio (século IV a.C.), servindo-se de um exemplar que teria sido publicado por Almagro Gorbea, em 1986, mas cuja publicação não tivemos ainda acesso (Calado & Gomes, 2006, p. 182).</p> <p>Pessoal: século V-IV a.C.</p> <p>Tendo em conta que nos casos conhecidos para estes pingentes de dupla gaiola, estes estão associados a diademas, placas, arrecadas ou outros elementos de maior dimensão, o enquadramento cronológico deste elemento poderá ser dificultado. O diadema de La Aliseda poderá ser integrado algures entre os séculos VII e VI a.C., dependendo do autor (Blanco Fernández & Celestino Pérez, 1998, p. 74), enquanto que a placa com suspensão de Serradilla será mais recente, talvez entre os séculos VI/V e IV a.C. (Blanco Fernández & Celestino Pérez, 1998, p. 74). No que se refere ao ouro de Pajares, o autor afirma que apesar da sua descontextualização arqueológica, a sua cronologia será equiparável à do sítio que escavou: entre os finais do século VI e inícios do século IV a.C. (Celestino Pérez S. , 1999, p. 129).</p>

	<p>A descontextualização arqueológica ou o contexto de recuperação dos materiais (em vários casos, através de achados fortuitos) são, na verdade, outras das razões que dificultam a atribuição de cronologias mais concretas.</p> <p>Posto isto, consideramos poder concordar com um enquadramento semelhante àquele proposto pelos autores, ainda que discordemos da associação que faz entre esta conta e produções do Mediterrâneo Oriental (Calado & Gomes, 2006, p. 181). Na verdade, e tal como refere Sebastian Celestino Pérez, a utilização de fios maciços de ouro é uma característica da ourivesaria indígena da Península, podendo até ser um dado para a sua antiguidade – no que se refere ao facto de ser «substituída» por técnicas que economizavam matéria-prima, como a utilização de fios ocos (Celestino Pérez & Blanco Fernández, 2006, pp. 58-59).</p>
<p>Bibliografia:</p>	<p>Berrocal Rangel, L. (1989). Placas Aureas de La Edad del Hierro en la Meseta Occidental. <i>Trabajos de Prehistoria</i>, 46, pp. 279-291.</p> <p>Blanco Fernández, J. L., & Celestino Pérez, S. (1998). La Joyería Orientalizante Peninsular: Diversidad y Particularidades a la luz de los últimos hallazgos. <i>Complutum</i>, 9, pp. 61-63.</p> <p>Calado, D., & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i>, Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.</p> <p>Celestino Pérez, S. (1999). <i>El Yacimiento Protohistórico de Pajares. Villanueva de La Vera. Cáceres</i>. (Vol. 1. Las Necrópolis y el Tesoro Áureo). Mérida.</p> <p>Celestino Pérez, S., & Blanco Fernández, J. L. (2006). <i>La Joyería en los orígenes de Extramadura: el espejo de los dioses</i>. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.</p>
<p>Fotografias:</p>	 <p><i>Figura 44 Conta de colar de ouro. Fotografia gentilmente cedida pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.</i></p>
<p>Observações:</p>	<p>Existe uma probabilidade de esta pequena conta áurea se tratar, na verdade, de parte do sistema de suspensão de um diadema ou outro elemento de maior dimensão. Os exemplos correlacionáveis encontram-se na Necrópole de Pajares (Villanueva de La Vera; (Celestino Pérez, 1999, p. 116); nos achados de La Martela e Serradilla (Berrocal Rangel, 1989, pp. 282-284), ou no sítio de Raso de Candelada (Blanco Fernández & Celestino Pérez, 1998, p. 68).</p>

Instituição:		Nº de inventário institucional: QQ 532	
Contexto: Quinta da Queimada, Lagos CNS: 26504		Área: Sepultura 1 Quadricula: UE:	
Descrição:	Dois fragmentos de lâmina de faca afalcatada.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	Poderia chegar aos 100mm		
Largura máxima:		Largura média:	22mm
Largura mínima:			
Espessura máxima:	2mm	Espessura média:	
Espessura mínima:			
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: I ou II Idade do Ferro (Calado & Gomes, 2006, p. 181)</p> <p>Pessoal: século V-IV a.C.</p> <p>Podemos incluir o exemplar de Quinta da Queimada no tipo de faca afalcatada de bordo estreito de Guillermo Kurtz (Kurtz, 1996, p. 320), que pode oscilar entre os 10 e os 17cm.</p> <p>As lâminas de dimensões mais reduzidas (cerca de 6cm) são as mais antigas, podendo recuar aos séculos VII – V a.C.; enquanto que as de maiores dimensões podem chegar ao século II a.C. (Mateos Leal & Sánchez Nicolás, 2013, p. 140).</p> <p>De facto, por norma, as cronologias apontadas para as facas afalcatadas tendem a ser ponderadas mais em função dos contextos do que propriamente tendo em conta tipologias definidas.</p> <p>É interessante notar que na necrópole da Quinta do Estácio (Beja) foi depositada uma faca afalcatada na sepultura 3 aquando da inumação de um indivíduo adulto do sexo feminino (Pereiro, Mataloto, & Borges, 2017, p. 311). De facto, também o nosso exemplar foi depositado numa sepultura associado a um indivíduo adulto do sexo feminino, ainda que os seus restos tenham sido incinerados (Calado & Gomes, 2006, p. 175).</p>		
Bibliografia:	<p>Calado, D., & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i>, Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.</p> <p>Kurtz, G. (1996). Los Hierros de Cancho Roano. <i>Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I</i>, pp. 394-366.</p>		

Mateos Leal, C., & Sánchez Nicolás, D. (2013). El cuchillo afalcatado. Análisis tipológico y funcional de los cuchillos de los yacimientos abulenses durante la II Edad del Hierro. *Investigaciones Arqueológicas en el valle del Duero, del Paleolítico a la Antigüedad Tardía: actas de las III Jornadas de Jóvenes Investigadores del Valle del Duero, Salamanca*, pp. 135-150.

Pereiro, T., Mataloto, R., & Borges, N. (2017). Alentejo, a Sul de Beja: a Necrópole Sidérica da Quinta do Estácio 6. *Siderium Ana III: El Río Guadiana y Tartessos*, pp. 304-332.

Fotografias:



Figura 45 Os dois fragmentos da lâmina da faca afalcatada. Fotografia gentilmente cedida pela Doutora Daniela Freitas Ferreira.



Figura 46 Aspeto dos fragmentos segundo desenho publicado por David Calado e Mário Varela Gomes (Calado & Gomes, 2006, p. 175). Edição de Carlos Jorge Pereira.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1181.1
Contexto: Fonte Velha de Bensafirim, Lagos CNS: 812	Área: sepultura 1 Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 38 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Azul marinho. Obtida através de uma grande concentração de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46).
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: Estácio da Veiga refere contas monocromas azul marinho «(...) de duas grandezas (...)» (Veiga, 1891, p. 252), assim como outro conjunto de 18 contas azul marinho na sepultura B (Veiga, 1891, p. 253), sem nunca dar indicação de cronologia.</p> <p>Pessoal: séculos VII a IV a.C.</p> <p>Uma vez que este conjunto de contas não tem elementos morfológicos destacados, podemos assumir uma cronologia semelhante entre este e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafirim. Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, cujas cronologias apontadas oscilam entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95).</p> <p>O enquadramento deste conjunto acaba por ser bastante lato, uma vez que este tipo de contas acaba por ser disseminado ao longo de vários séculos sem grandes alterações.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>

Fotografias:

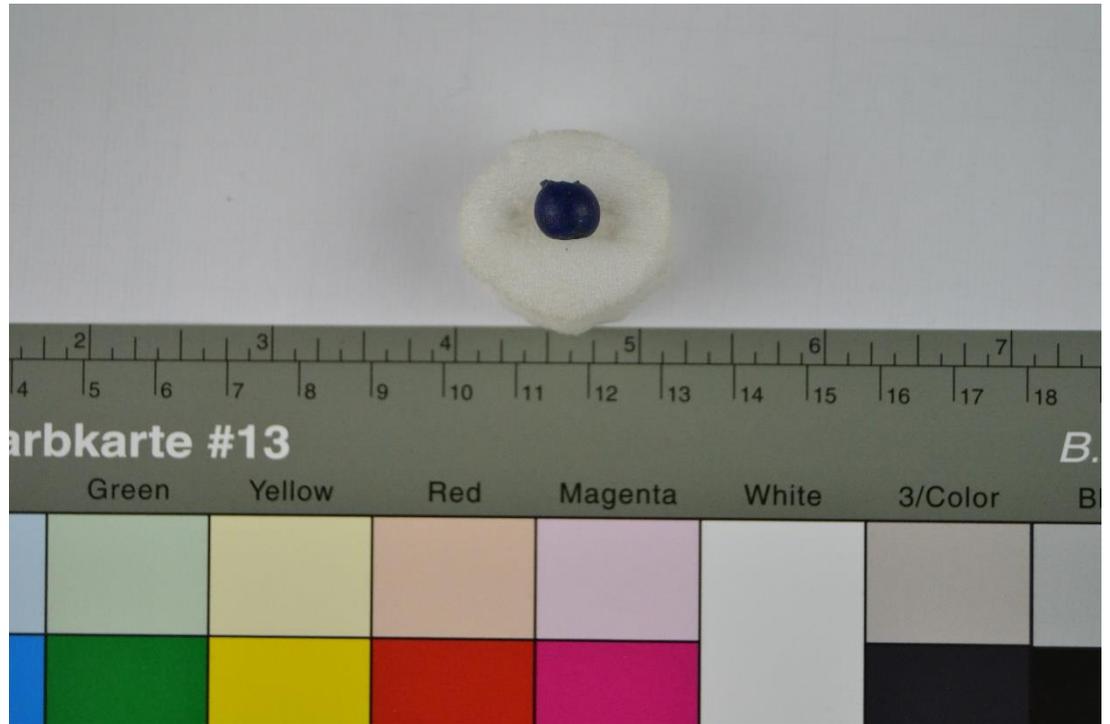


Figura 47 Exemplar 983.1181.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

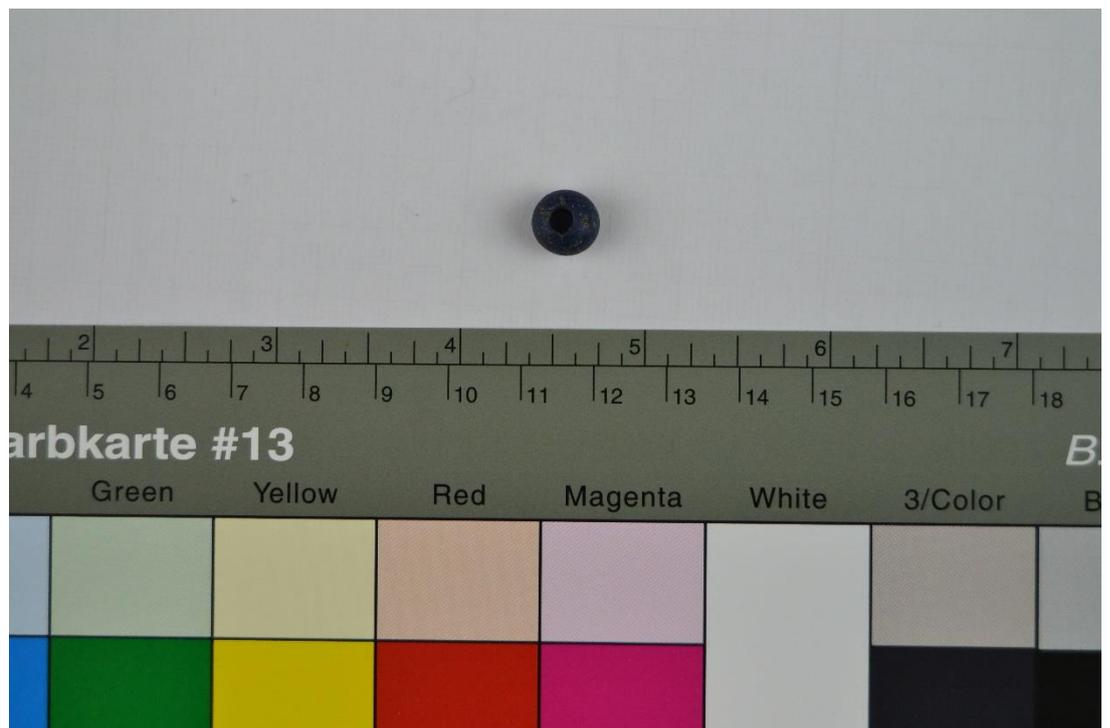


Figura 48 Exemplar 983.1181.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:	Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
		129	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7
	130	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	4
	131	Conta esférica monocroma	Azul ultramarino	8,5	7
	132	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	9	6,5
	133	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	5
	134	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6
	135	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	7
	136	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	9	6
	137	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	10,5	7,5
	138	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	9	7
	139	Conta anular monocroma	Azul ultramarino	9	3,5
	140	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7,5	6,5
	141	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	9	6
	142	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8,5	6,5
	143	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7,5	6,5
	144	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7	6
	145	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6,5
	146	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7	5
	147	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	5
	148	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	10	7,5
	149	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6,5
	150	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	10	7
	151	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8,5	6
	152	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7	4,5
	153	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	4,5
	154	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7,5	5,5
	155	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	9	6,5

156	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6
157	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	4,5
158	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	5,5
159	Conta subanular monocroma	Azul ultramarino	9,5	5
160	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	10	9
161	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7,5	6
162	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6,5
163	Conta esférica monocroma	Azul ultramarino	7,5	7
164	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6
165	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6,5	6
166	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1184.3
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 16 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Azul turquesa; branco; azul marinho.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações pluriestratificadas. A decoração oculada é obtida através da colocação de uma gota de vidro líquido na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada». Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: séculos VII a V a.C. As contas de pasta vítrea azul oculadas a branco e azul marinho são comuns em contextos sidéricos, estendendo-se por vários séculos. Podemos, não obstante, colocá-las algures entre os séculos VII-V a.C., em concordância com outras que surgiram no território português (Arruda, et al., 2016, pp. 94-97).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa.

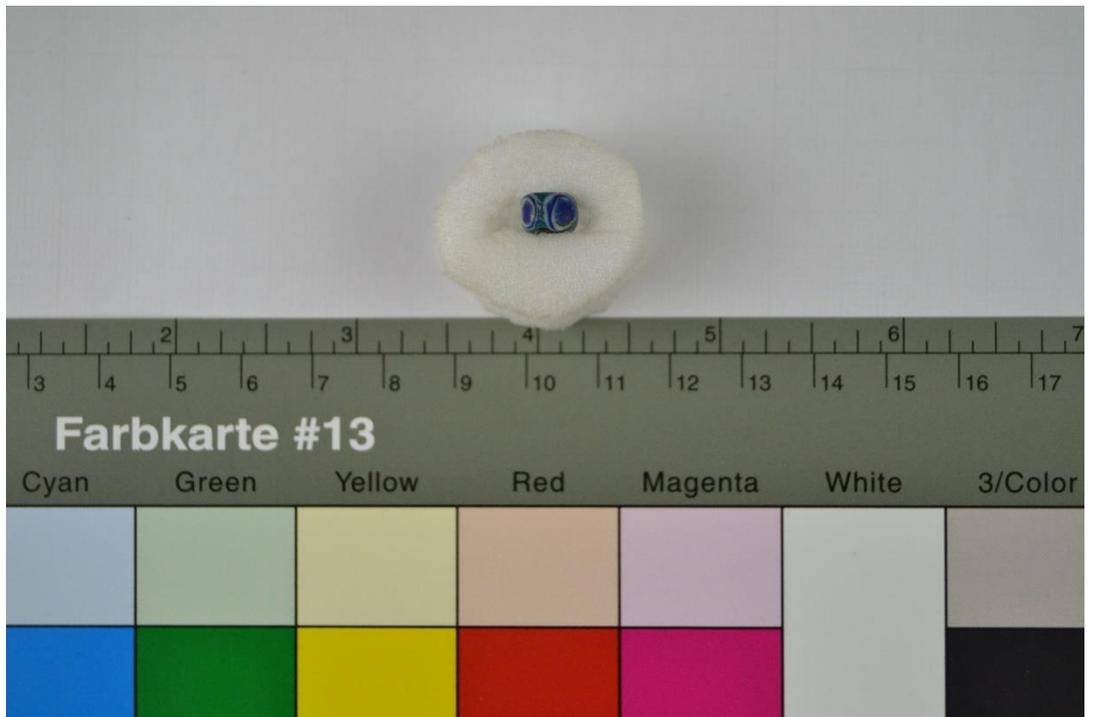
Fotografias:

Figura 49 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

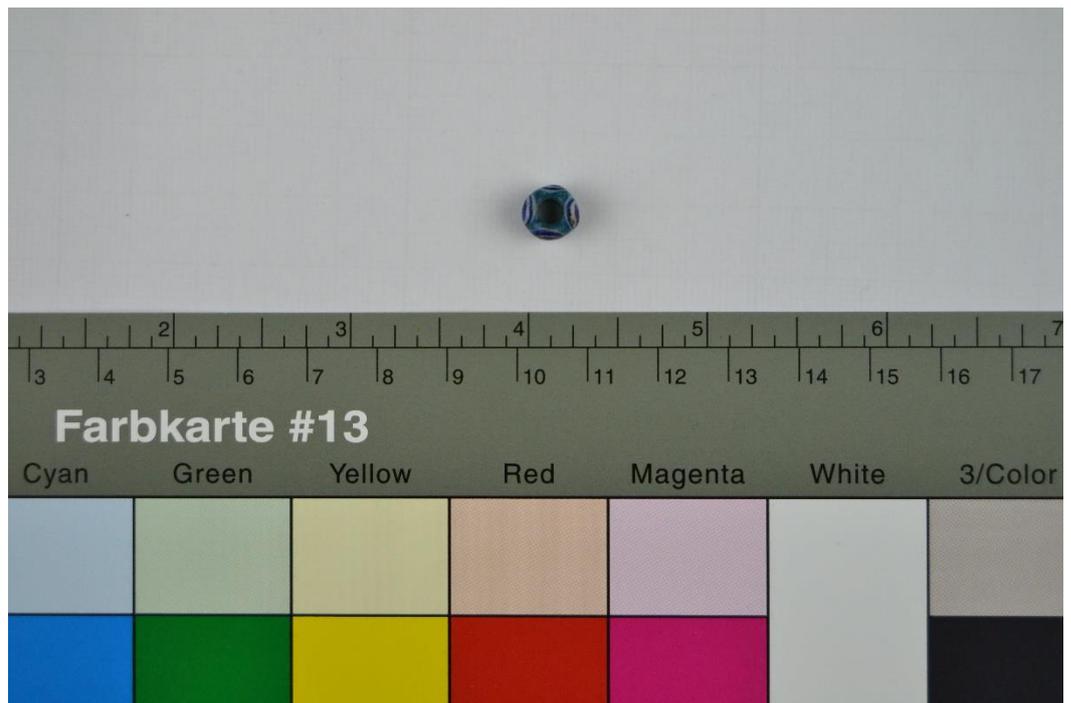


Figura 50 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
167	Contas geminadas esféricas azuis, oculadas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	6	9
168	Conta esférica achatada azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	7	4
169	Conta esférica achatada azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	8	5

170	Conta esférica achatada azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	7	5
171	Conta esférica achatada azul, com oculações duplas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	8,5	7
172	Conta esférica achatada azul, com oculações duplas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	9	7
173	Conta esférica achatada azul, com oculações duplas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	10	6
174	Conta esférica achatada azul, com oculações duplas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	11	7
175	Conta esférica achatada azul, com oculações duplas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	12	8
176	Conta esférica achatada azul, com oculações duplas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	9	7
177	Conta esférica achatada azul, com oculações duplas a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	8	7,5
178	Conta esférica achatada azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	7,5	6
179	Conta esférica achatada azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	8	5
180	Conta esférica achatada azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	7	4,5
181	Conta subanular azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	7,5	4
182	Conta esférica achatada azul, oculada a branco e azul	Base azul turquesa. Olhos a branco; azul ultramarino	7	5

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1184.4
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim, Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 92 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Azul marinho. Obtida através de uma grande concentração de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46).
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: Estácio da Veiga refere contas monocromas azul marinho «(...) de duas grandezas (...)» (Veiga, 1891, p. 252), assim como outro conjunto de 18 contas azul marinho na sepultura B (Veiga, 1891, p. 253), sem nunca dar indicação de cronologia.</p> <p>Pessoal: séculos VII a IV a.C.</p> <p>Uma vez que este conjunto de contas não tem elementos morfológicos destacados, podemos assumir uma cronologia semelhante entre este e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim. Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, cujas cronologias apontadas oscilam entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95).</p> <p>O enquadramento deste conjunto acaba por ser bastante lato, uma vez que este tipo de contas acaba por ser disseminado ao longo de vários séculos sem grandes alterações.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>

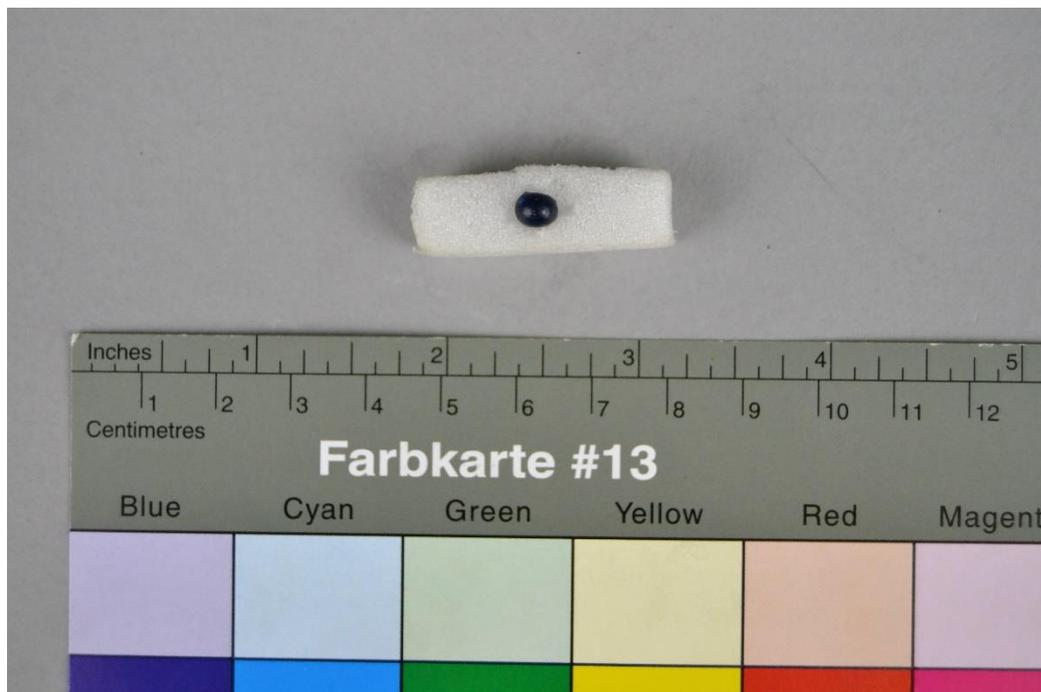
Fotografias:

Figura 51 Exemplar 983.1184.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 52 Exemplar 983.1184.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
183	Conta esférica (irregular) monocroma	Azul ultramarino	4,5	4,5
184	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	3
185	Conta esférica monocroma	Azul ultramarino	5	5
186	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	3

187	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	2,5
188	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	3,5
189	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	3,3
190	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	5,5	4
191	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	3
192	Conta irregular de tendência toroide monocroma	Azul ultramarino	5	4
193	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	5,5	4
194	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	3,5
195	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	5	4
196	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	4
197	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	5,5	4,5
198	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	5	4
199	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	3,5
200	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	5	4
201	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	5
202	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
203	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	5,5	5
204	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	3
205	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	3
206	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
207	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	4
208	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	4
209	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	5
210	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
211	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
212	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	6

213	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	4
214	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
215	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	5
216	Conta anular monocroma	Azul ultramarino	6	4
217	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
218	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6,5	4,5
219	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	2,5
220	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6,5	4
221	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	5,5
222	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	7	4,5
223	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	7	3
224	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
225	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	3,5
226	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6,5	4,5
227	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	7	5
228	Conta esférica/cilíndrica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	6
229	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
230	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6,5	3,5
231	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	7	4
232	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
233	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	7	4,5
234	Conta discoide monocroma	Azul ultramarino	7	3
235	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6,5	5
236	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6,5	6
237	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
238	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	7	4

239	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	5
240	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	3,5
241	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	5
242	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
243	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6,5	4
244	Conta esférica monocroma	Azul ultramarino	5,5	6
245	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
246	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	6
247	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
248	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
249	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
250	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	4
251	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
252	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4,5
253	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
254	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	6
255	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	3,5
256	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	6	3,5
257	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	3
258	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	3
259	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
260	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	4,5
261	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	4
262	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	6	4
263	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	3,5

264	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	3,5
265	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5,5	4
266	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	6	3
267	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	2,5
268	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	4,5
269	Conta subcilíndrica monocroma	Azul ultramarino	5	4,5
270	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	4,5
271	Conta toroide monocroma	Azul ultramarino	5	4
272	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	4
273	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	4
274	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	5	4

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1180.4
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim, Lagos CNS:	Área: sepultura B Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 18 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Azul marinho. Obtida através de uma grande concentração de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46).
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: Estas serão as contas referidas por Estácio da Veiga depositadas na sepultura B (Veiga, 1891, p. 253), que apenas define como sendo pré-romanas.</p> <p>Pessoal: séculos VII a IV a.C.</p> <p>Uma vez que este conjunto de contas não tem elementos morfológicos destacados, podemos assumir uma cronologia semelhante entre este e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim. Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, cujas cronologias apontadas oscilam entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95).</p> <p>O enquadramento deste conjunto acaba por ser bastante lato, uma vez que este tipo de contas acaba por ser disseminado ao longo de vários séculos sem grandes alterações.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>

Fotografias:

Figura 53 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 54 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
275	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	14	11
276	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	12	11
277	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13	10,5

278	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	14,5	11,5
279	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	12	11
280	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13,5	12
281	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13	12
282	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13	10,5
283	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13,5	12
284	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	12	10,5
285	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13,5	10
286	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13	11
287	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	14	9,5
288	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13	10
289	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	14	10
290	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13	10,5
291	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	12	10
292	Conta anular monocroma	Azul ultramarino	11	4,5

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1184.14
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim, Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 8 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea translúcida.
Coloração:	Castanho amarelado; verde azeitona; incolor. Coloração amarelada obtida através da introdução de antimónio.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar. Neste caso, poderemos falar de vareta cilíndrica (Gomes, 2012, p. 51).
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: VII a IV a.C.</p> <p>As contas lisas e sem decoração não são um indicador cronológico de grande valor, uma vez que a sua simplicidade morfológica se estendeu por várias centúrias. No entanto, de acordo com a cronologia atribuída às restantes da mesma necrópole, e arriscando um erro, podemos considerar uma cronologia lata inserida na I Idade do Ferro. Eventualmente poderíamos reduzi-la para algures entre o século VI e V a.C., de acordo com as cronologias atribuídas à necrópole da Herdade do Pêgo, em Ourique (Gomes, 2012, p. 82).</p>
Bibliografia:	Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa.
Fotografias:	 <p>Figura 55 Exemplar 983.1184.14. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.</p>

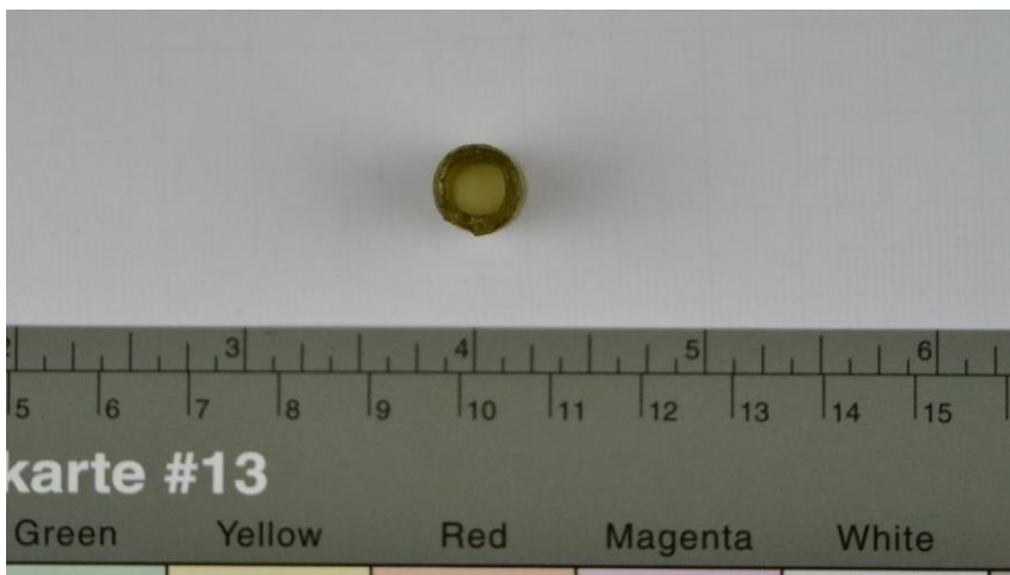


Figura 56 Exemplar 983.1184.14. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
293	Conta cilíndrica abombada monocroma	Castanho amarelado	11	23,5
294	Conta cilíndrica monocroma translúcida	Verde azeitona	9,5	20
295	Conta cilíndrica monocroma translúcida	Verde azeitona	10	19
296	Conta cilíndrica monocroma translúcida	Verde azeitona	10	19
297	Conta cilíndrica monocroma translúcida	Verde azeitona	9	19
298	Conta tubular translúcida	Incolor	5	25
399	Conta tubular translúcida	Castanho amarelado	4	17,5
300	Conta tubular translúcida	Castanho amarelado	4	17,5

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1182.1
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim, Lagos CNS: 812	Área: sepultura 2 Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 7 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz negra, decoração oculada a negro e branco.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações pluriestratificadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵³ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: Séculos VII a VI a.C. Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C. No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i> . Paris: Du Boccard. Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa. Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

⁵³ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Fotografias:



Figura 57 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 58 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)	
301	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Base negra: oculada a negro e branco	17,5	12,5	

	302	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Base negra: oculada a negro e branco	17	14,5	
	303	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal, cujas oculações parecem ter contido outras de menor dimensão (em grupos de 5) dispostas em aspa	Base negra: oculada a negro e branco	13	10	
	304	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Base negra: oculada a negro e branco	11	7,5	
	305	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Base negra: oculada a negro e branco	12,5	5,5	
	306	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Base negra: oculada a negro e branco	10	6	
	307	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Base negra: oculada a negro e branco	11,5	8	
<p>Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.</p>						

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1183.8
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim, Lagos CNS: 812	Área: sepultura 3? Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta de colar tubular.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz negra; decoração a branco.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Linhas onduladas a branco.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar. Neste caso, a vareta poderia ser ela própria cilíndrica (Gomes, 2012, p. 51).
Estado de conservação:	n/a
Dimensões	
Comprimento:	26mm
Diâmetro:	11mm
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: VI-V a.C.</p> <p>Estas contas tubulares negras com finas decorações a branco encontram paralelos em pelo menos duas necrópoles de Ourique: a da Herdade do Pego e a da Herdade da Favela Nova; ambas apontam para cronologias entre os séculos VI e V a.C. (Gomes, 2012, p. 82).</p>
Bibliografia:	Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa.
Fotografias:	 <p>Figura 59 Exemplar 983.1183.8. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.</p>



Figura 60 Exemplar 983.1183.8. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1188.1
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim, Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta subanular negra oculada ao longo do eixo transversal.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz negra; decoração a branco e negro.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações pluriestratificadas. A decoração oculada é obtida através da colocação de uma gota de vidro líquido na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵⁴ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Dimensões	
Comprimento:	6mm
Diâmetro:	12mm
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Séculos VII a VI a.C.</p> <p>Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C.</p> <p>No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistoque du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i>. Paris: Du Bocard.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>

⁵⁴ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Fotografias:

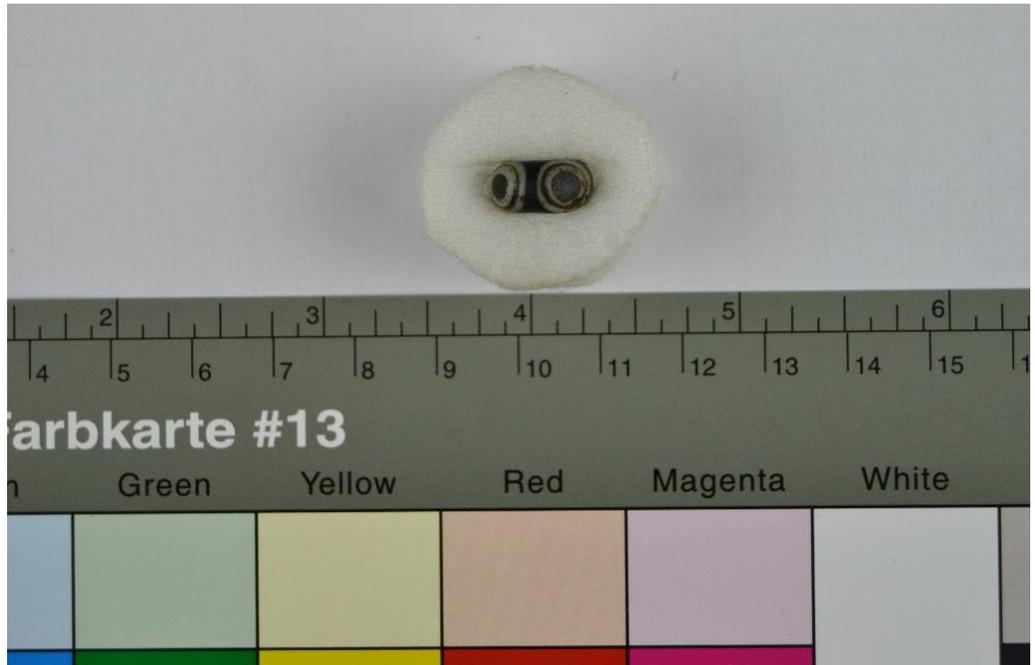


Figura 61 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 62 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1183.6
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim, Lagos CNS: 812		Área: sepultura 3? Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta esférica galonada/gomada, decorada com banda irregular ao longo do eixo transversal.	
Suporte:	Pasta vítrea.	
Coloração:	Azul marinho; branco.	
Marcas de uso:	n/a	
Decoração:	Banda branca de espessura irregular.	
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar. Ainda a quente, seria <i>rasgada</i> a toda a volta, de modo a criar as caneluras que a caracterizam.	
Estado de conservação:	n/a	
Dimensões		
Comprimento:	12,5mm	
Diâmetro:	14mm	
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: séculos VII a VI a.C.</p> <p>Alguns autores caracterizam as contas galonadas como resultado de uma técnica mais depurada, que seria mais comumente aplicada durante a primeira metade do I milénio a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 88).</p> <p>Nem sempre os contextos estão bem definidos, e esta tipologia de conta de colar pode mesmo aproximar-se de um momento muito próximo do início da conquista romana da Península Ibérica, conforme atestado no sítio de El Cigarralejo (Ruano Ruiz, Hoffman, & Rincón, 1995, p. 191).</p> <p>As contas galonadas podem então atravessar um período de 500 anos de produção, pelo menos, entre os séculos VII e II a.C. (Gomes, 2012, p. 78), mas consideramos que seria viável reduzir o intervalo indicado, em articulação com a cronologia apontada para os restantes materiais da necrópole.</p>	
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p> <p>Ruano Ruiz, E., Hoffman, P., & Rincón, J. M. (1995). Aproximación al estudio del vidrio prerromano: los materiales procedentes de la necrópolis ibérica de El Cigarralejo (Mula, Murcia). <i>Composición química de varias cuentas de collar. Trabajos de Prehistoria</i> 52 (1), pp. 189-206.</p>	

Fotografias:



Figura 63 Exemplar 983.1183.6. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 64 Exemplar 983.1183.6. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1188.2
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta esférica achatada oculada.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz negro; decoração a negro e branco.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações pluriestratificadas de maior dimensão a preto e branco, ao longo do eixo transversal. Poderão ter contido oculações menores. A decoração oculada é obtida através da colocação de uma gota de vidro líquido na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵⁵ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: Séculos VII a VI a.C. Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C. No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i> . Paris: Du Boccard. Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa. Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

⁵⁵ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Fotografias:



Figura 65 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 66 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1188.3a/3b/3c
Contexto: Fonte Velha de Bensafirim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 3 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz negra; decoração a negro e branco.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações monoestratificadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵⁶ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: Séculos VII a VI a.C. Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C. No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistoque du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i> . Paris: Du Bocard. Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa. Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

⁵⁶ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

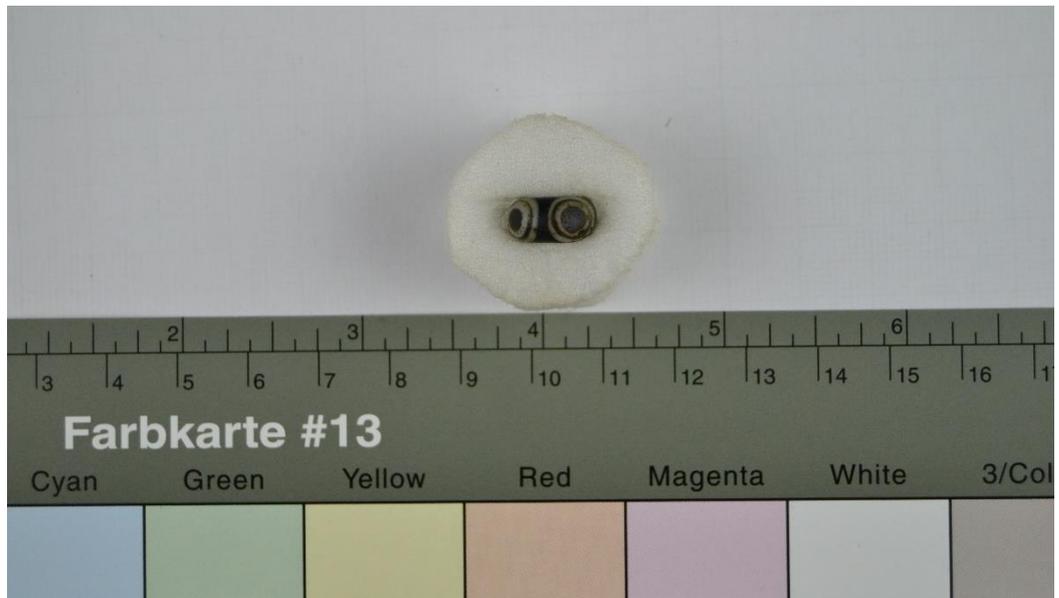
Fotografias:

Figura 67 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

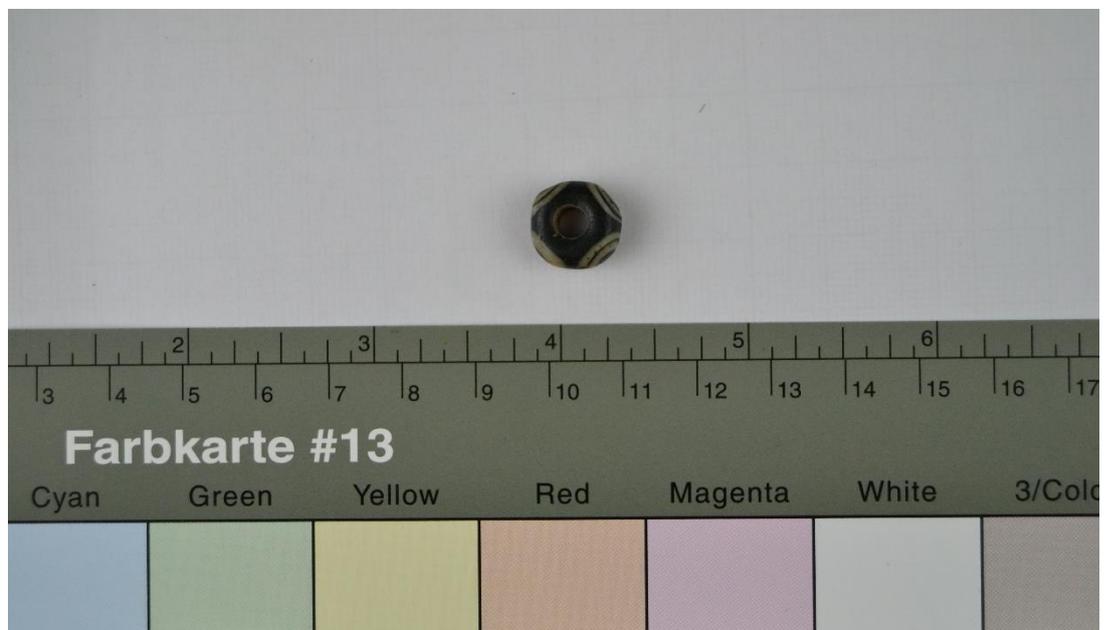


Figura 68 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
312	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Negro; branco	sem dados	11
313	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal. Poderá ter tido oculações menores, formando grupos de cinco dispostas em aspa	Negro; branco	sem dados	9
314	Conta subanular oculada ao longo do eixo transversal	Negro; branco	sem dados	sem dados

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1183.7
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: sepultura 3? Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta cilíndrica.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz negra; decoração a branco.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Decoração em espinha de coloração branca. Com o vidro da conta ainda num estado viscoso, uma agulha com vidro de uma cor distinta seria incrustada na conta, produzindo linhas ou motivos diferenciados (Golani, 2013, p. 48).
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Dimensões	
Comprimento:	16mm
Diâmetro:	16mm
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Século VIII -V a.C.</p> <p>Um dos melhores paralelos que encontramos para esta conta refere-se a um exemplar recolhido em Tel Miqne-Ekron, uma cidade israelita onde a influência fenícia está devidamente atestada (Gitin, Dothen, & Naveh, 1997, pp. 2-3). De facto, o elemento, classificado como tipo III.6a, nº22 (Golani, 2013, pp. 278-279), deverá ter sido recuperado num contexto interpretado como do século VIII a.C., coincidindo com a ocupação fenícia da cidade (Gitin, Dothen, & Naveh, 1997).</p> <p>No entanto, parece-nos uma cronologia excessivamente recuada para o contexto de deposição da conta de Fonte Velha, pelo que tomamos essa cronologia como um <i>terminus post quem</i>: ou seja, este exemplar poderá ser mais tardio ou ter sido depositado em contexto fúnebre posteriormente.</p> <p>Ao mesmo tempo, exemplares da necrópole da Herdade do Pego (Ourique, século VI-V a.C.) aparentam poder ser semelhantes àquela que aqui examinamos, caracterizadas pela forma tubular, matriz negra e decoração a «(...) zigue-zague fino e branco (...)» (Gomes, 2012, p. 82).</p>
Bibliografia:	<p>Gitin, S., Dothen, T., & Naveh, J. (1997). A Royal Dedicatory Inscription from Ekron. <i>Israel Exploration Journal</i>, vol. 47 (nº 1/2), pp. 1-16.</p> <p>Golani, A. (2013). <i>Jewelry from the Iron Age II Levant</i>. Orbis Biblicus et Orientalis.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p>

Fotografias:



Figura 69 Exemplar 983.1183.7. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 70 Exemplar 983.1183.7. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1187.1/2/3/4
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 4 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz azul turquesa; decoração branca e azul marinho.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações mono e pluriestratificadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵⁷ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: séculos VII a V a.C. As contas de pasta vítrea azul oculadas a branco e azul marinho são comuns em contextos sidéricos, estendendo-se a sua ocorrência ao longo de vários séculos. Podemos, não obstante, colocá-las algures entre os séculos VII-V a.C., em correlação com outras que surgiram no território português (Arruda, et al., 2016, pp. 94-97).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa.

⁵⁷ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

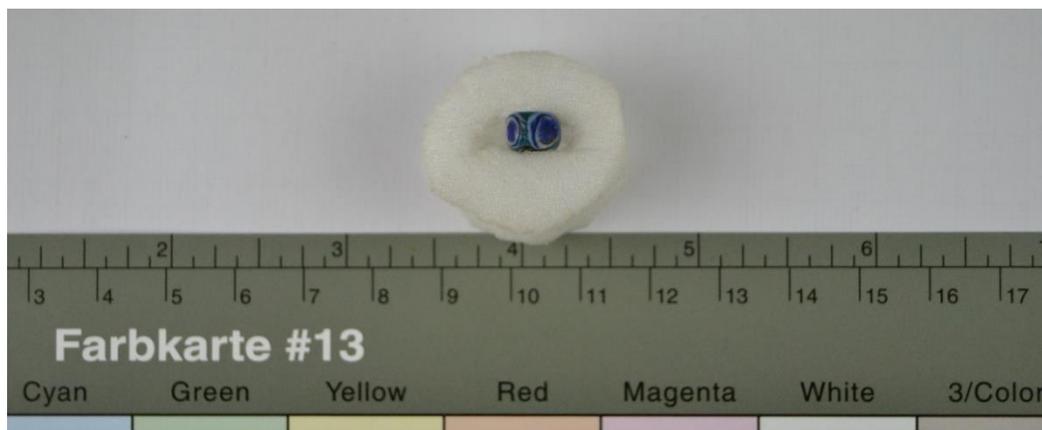
Fotografias:

Figura 71 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

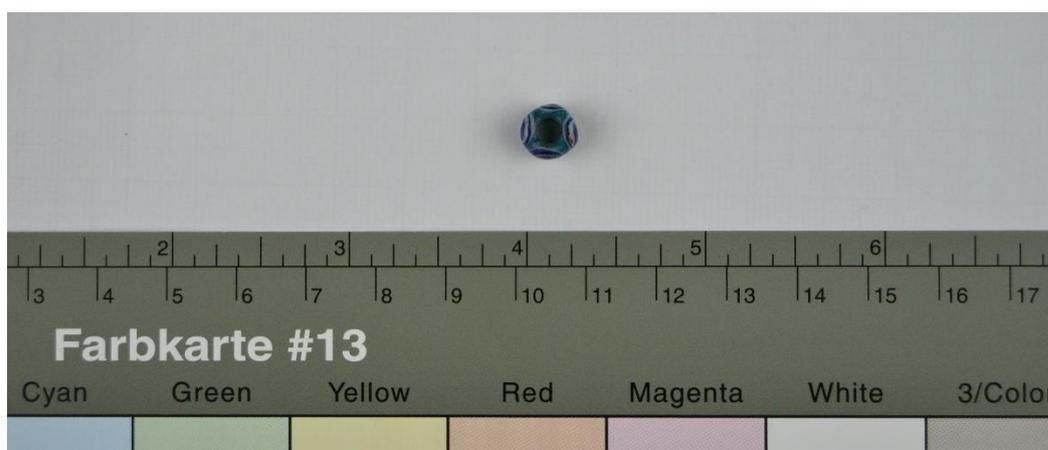


Figura 72 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
316	Conta anular oculada	Matriz azul turquesa; decoração a branco e azul ultramarino	9	4
317	Conta esférica achatada oculada (oculações simples e duplas)	Matriz azul turquesa; decoração a branco e azul ultramarino	7,5	6
318	Conta subanular oculada	Matriz azul turquesa; decoração a branco e azul ultramarino	7	4
319	Conta esférica achatada oculada (oculações duplas)	Matriz azul turquesa; decoração a branco e azul ultramarino	7	5

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1185.20/21
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Par de contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz azul turquesa; decoração a branco e azul marinho. Matriz negra; decoração a branco e preto.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações pluriestratificadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵⁸ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: séculos VII a IV a.C.</p> <p>As contas de pasta vítrea azul oculadas a branco e azul marinho são comuns em contextos sidéricos, estendendo-se a sua ocorrência ao longo de vários séculos. Podemos, não obstante, colocá-las algures entre os séculos VII-V a.C., em correlação com outras que surgiram no território português (Arruda, et al., 2016, pp. 94-97).</p> <p>Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C.</p> <p>No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistoque du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i>. Paris: Du Bocard.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p>

⁵⁸ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:

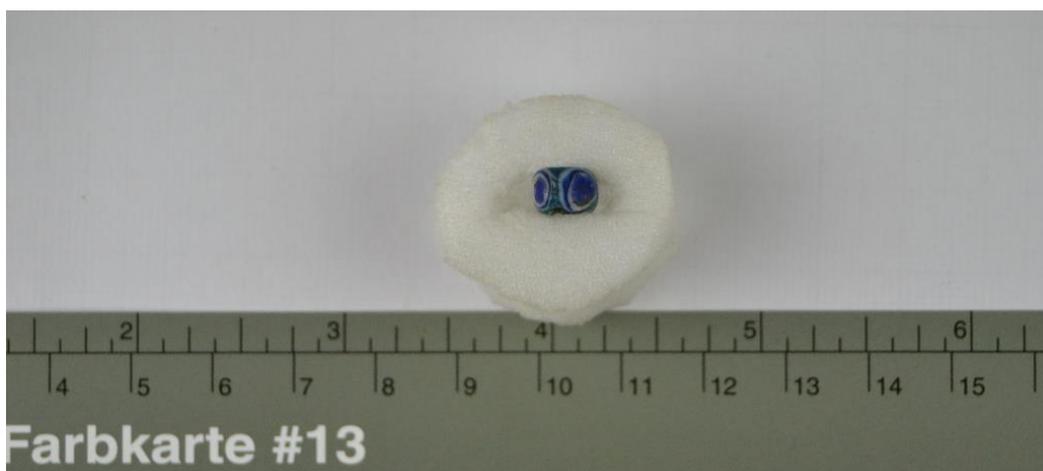


Figura 73 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

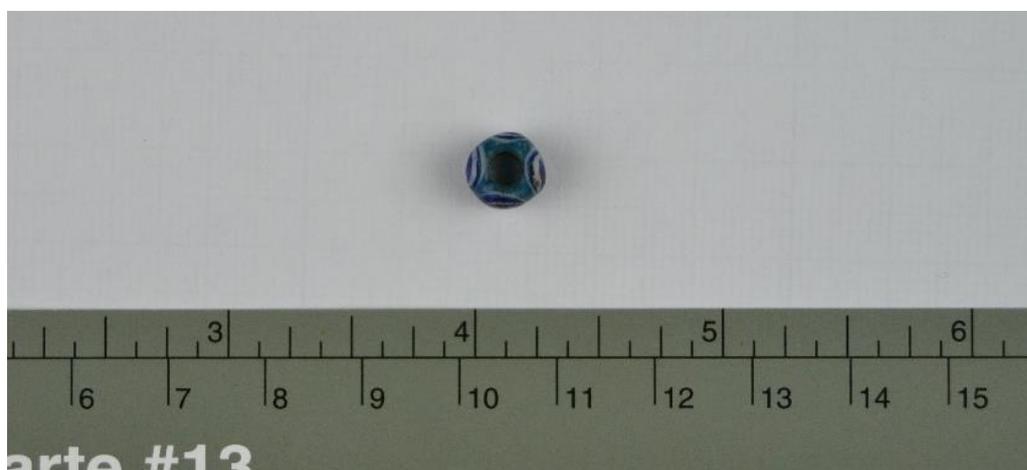


Figura 74 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
320	Conta esférica achatada oculada (oculações duplas)	Matriz azul turquesa; decoração a branco e azul ultramarino	9,5	7
321	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Matriz negra; decoração a branco e negro	11	8

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1183.1/2
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 3 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Castanho avermelhado; branco leitoso.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Séculos VI – V a.C.</p> <p>As mais antigas contas acastanhadas recuperadas em Portugal serão as da necrópole da Atalaia, do Bronze Final (Gomes, 2012, p. 80), ainda que surjam também em contextos sidéricos, como é o caso daquelas recuperadas na necrópole do Cerro do Ouro, Ourique (Arruda, 2001, p. 249). De facto, não existe um período definido para estas contas, mas, e tendo em conta a cronologia avançada para o Cerro do Ouro, algures entre o século VI e V a.C. (Silva, 2014, p. 65), podemos supor um enquadramento semelhante para estes elementos.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M. (2001). A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i>, 4, nº2, pp. 207-291.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p> <p>Silva, P. M. (2014). <i>As Necrópoles da I Idade do Ferro do Baixo Alentejo - Contributo para o seu melhor conhecimento</i>. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais Humanas (Universidade Nova de Lisboa).</p>

Fotografias:

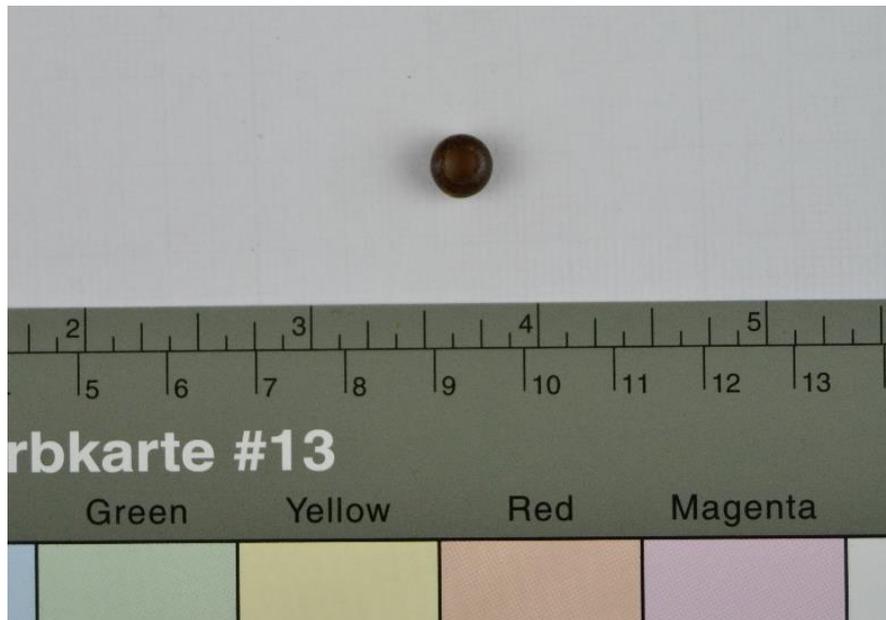


Figura 75 Exemplar 983.1183.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 76 Exemplar 983.1183.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
322	Conta esférica achatada monocroma semi translúcida	Castanho avermelhado	8	5
323	Conta esférica achatada monocroma semi translúcida	Castanho avermelhado	7	4,5
325	Conta esférica achatada monocroma	Branco leitoso (?)	10	7,5

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1185.18
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta de colar irregular com estrias subverticais onduladas.
Suporte:	Pasta vítrea – tentativa de imitação de âmbar?
Coloração:	Castanha alaranjada.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Estrias subverticais onduladas – eventualmente galonada, ainda que deformada.
Produção:	As contas galonadas (ou gomadas, dependendo da literatura) seriam primeiramente estiradas sob vareta (Gomes, 2012, p. 52), mas, com o vidro ainda num estado viscoso, seriam «rasgadas» com elemento metálico ao longo do seu eixo, produzindo «gomos» com um efeito decorativo (Golani, 2013, p. 48).
Estado de conservação:	n/a
Dimensões	
Comprimento:	8,5mm
Diâmetro:	10mm
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: I Idade do Ferro</p> <p>As contas galonadas não são uma novidade no contexto peninsular ou português, ainda que as mais comuns sejam as monocromas azuis – em Mesas do Castelinho (Estrela, 2019, p. 241), em Porto Sabugeiro (Arruda, et al., 2016, p. 88) ou Quinta do Almaraz (Arruda, et al., 2016, p. 92), a título de exemplo.</p> <p>De facto, ainda que todos estes elementos se devam inserir na I Idade do Ferro, parecem-nos difícil definir um momento mais concreto para aquele que aqui apresentamos, até pelo facto de não encontrarmos um paralelo com uma coloração semelhante.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Estrela, S. (2019). Adornos, Espaço e Tempo: as contas de colar em Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar). <i>digitAR</i>, pp. 227-253.</p> <p>Golani, A. (2013). <i>Jewelry from the Iron Age II Levant</i>. Orbis Biblicus et Orientalis.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p>

Fotografias:



Figura 77 Exemplar 983.1185.18. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 78 Exemplar 983.1185.18. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1186.1 a 983.1186.13
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 13 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Matriz negra; decoração a negro e branco.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oculações mono e pluriestratificadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁵⁹ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: Séculos VII a VI a.C. Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C. No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistoque du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i> . Paris: Du Bocard. Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa. Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

⁵⁹ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Fotografias:



Figura 79 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 80 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
326	Conta esférica achatada oculada ao longo do eixo transversal	Matriz negra; decoração a negro e branco	18	14
327	Conta esférica com oclações duplas	Matriz negra; decoração a negro e branco	15	10

328	Conta subanular de tendência triangular oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	11	6,5
329	Conta subanular de tendência triangular oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	10	5,5
330	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	10	6
331	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	10	7
332	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	9,5	7
333	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	10	7
334	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	11,5	8,5
335	Conta subanular de tendência triangular oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	10	6
336	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	9	7
337	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	9	5,5
338	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra; decoração a negro e branco	8	4,5

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1189.1/2
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos [ou Torre d’Aires?] CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Par de contas de colar.	
Suporte:	Pasta vítrea.	
Coloração:	Matriz negra; decoração a negro e branco.	
Marcas de uso:	n/a	
Decoração:	Oculações pluriestratificadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁶⁰ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.	
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.	
Estado de conservação:	n/a	
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: Séculos VII a VI a.C. Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C. No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).	
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101. Beirão, C. M. (1986). <i>Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)</i> . Paris: Du Bocard. Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa. Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.	

⁶⁰ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

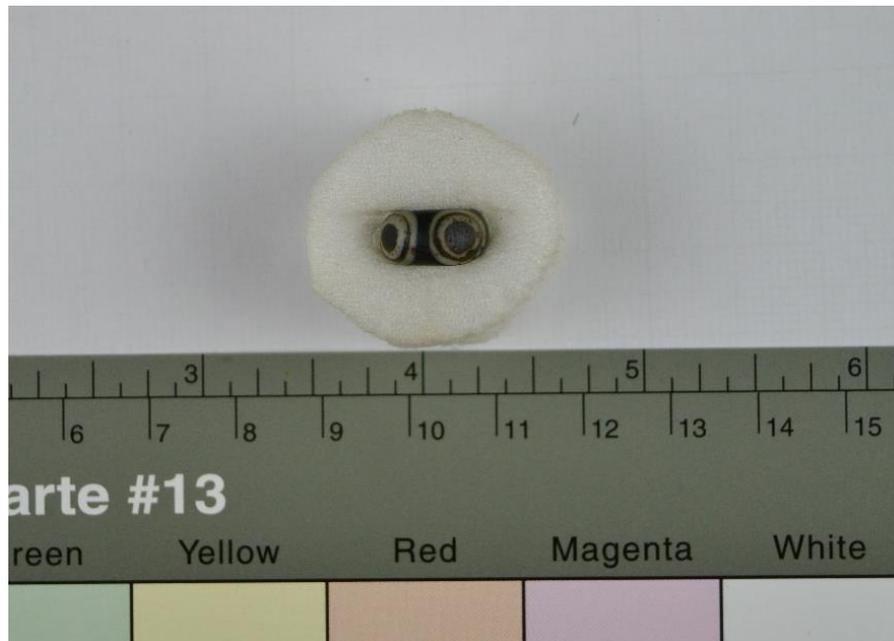
Fotografias:

Figura 81 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 82 Exemplar 983.1182.1. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
339	Conta esférica achatada oculada	Matriz a negro; decoração a branco e negro	18	12
340	Conta esférica achatada oculada	Matriz a negro (verde garrafa muito escuro); decoração a branco e negro (verde garrafa muito escuro)	15,4	8,5

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1183.4
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim - Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta de colar esférica achatada/toroide monocroma.	
Suporte:	Pasta vítrea.	
Coloração:	Verde «gelo» (opaco).	
Marcas de uso:	Aparenta ter algumas marcas, eventualmente de fricção com rocha ou semelhante, na superfície externa.	
Decoração:	n/a	
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.	
Estado de conservação:	n/a	
Dimensões		
Comprimento:	8mm	
Diâmetro:	14mm	
Cronologia apontada:		
Pelos autores: n/a		
Pessoal: I Idade do Ferro		
A conta achatada de cor verde recuperada em Fonte Santa (Ourique), e depositada no Museu Nacional de Arqueologia com o número de inventário 2003.90.4, aparenta ser o melhor paralelo que temos. Não obstante, a simplicidade da sua morfologia e a inexistência de um contexto definido não nos permitem apontar uma cronologia mais concreta que aquela que é atribuída a essa necrópole (Gomes, 2012, p. 81).		
Bibliografia:		
Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i> . Porto: Universidade Fernando Pessoa.		

Fotografias:



Figura 83 Exemplar 983.1183.4 / 11161 B. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 84 Exemplar 983.1183.4 / 11161 B. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1185.23/19/24
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 3 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Azul marinho, obtido através de grande concentração de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46). Amarelo claro, obtido com recurso à adição de antimónio (Filardi, 2011, p. 3). Matriz negra esverdeada (eventualmente devido a um corante à base de óxido de ferro; Gomes, 2012, p. 46-47), e oclação a branco e negro.
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	Oclações monoestratificadas. Uma gota de vidro líquido é depositada na face da conta e empurrada para o seu interior antes de esta estar «solidificada» ⁶¹ . Ao ser repetido, o processo cria vários «anéis» e uma «pupila central» (Gomes, 2012, p. 55). De seguida, a conta deve voltar a ser exposta ao fogo.
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	Pelos autores: n/a Pessoal: VII – IV a.C. Tendo em conta que as contas de pasta vítrea azul marinho ou amarelo monocromas não têm nenhum elemento morfológico destacado, apenas podemos assumir uma cronologia semelhante entre este exemplar e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim. Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, cujas cronologias apontadas oscilam entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95). Segundo as conclusões de Caetano de Mello Beirão, as contas de vidro negro oculadas a branco corresponderão à tipologia mais antiga entre todos os exemplares que recolheu (Beirão, 1986, p. 89), fazendo-as recuar para lá do século VI a.C. No tesouro do Gaio, as contas pretas oculadas a branco foram situadas entre os séculos VII/VI a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 96), assim como as de Almogrove (Odemira), inicialmente publicadas por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 262).
Bibliografia:	Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.

⁶¹ Note-se que, quimicamente, o vidro é um líquido, e mesmo que esteja solidificado não pode ter essa denominação pela sua «estrutura amorfa» (Gomes, 2012, p. 44). Por essa razão, o mesmo autor prefere defini-lo como «produto inorgânico fundido, que arrefeceu até ter atingido um estado rígido sem se submeter a uma cristalização.» (Gomes, 2012, p. 44).

Beirão, C. M. (1986). *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris: Du Boccard.

Filardi, V. H. (2011). *Caracterização química de contas de vidro arqueológicas do século VII a.C. provenientes da Quinta do Almaraz, Cacilhas*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.

Gomes, H. F. (2012). *O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:

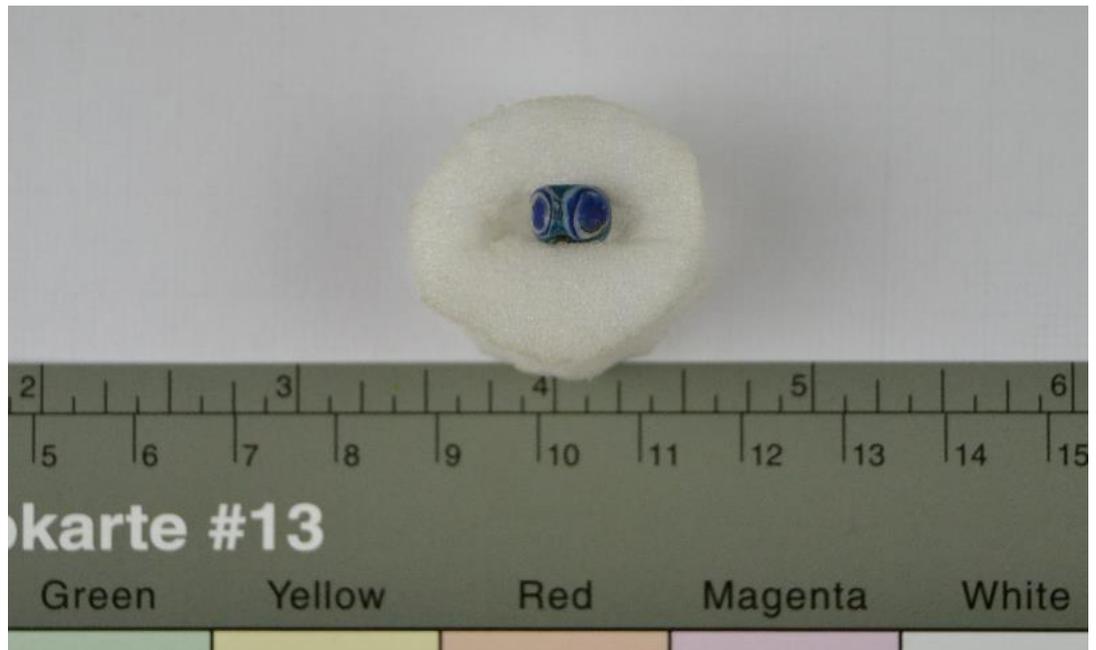


Figura 85 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

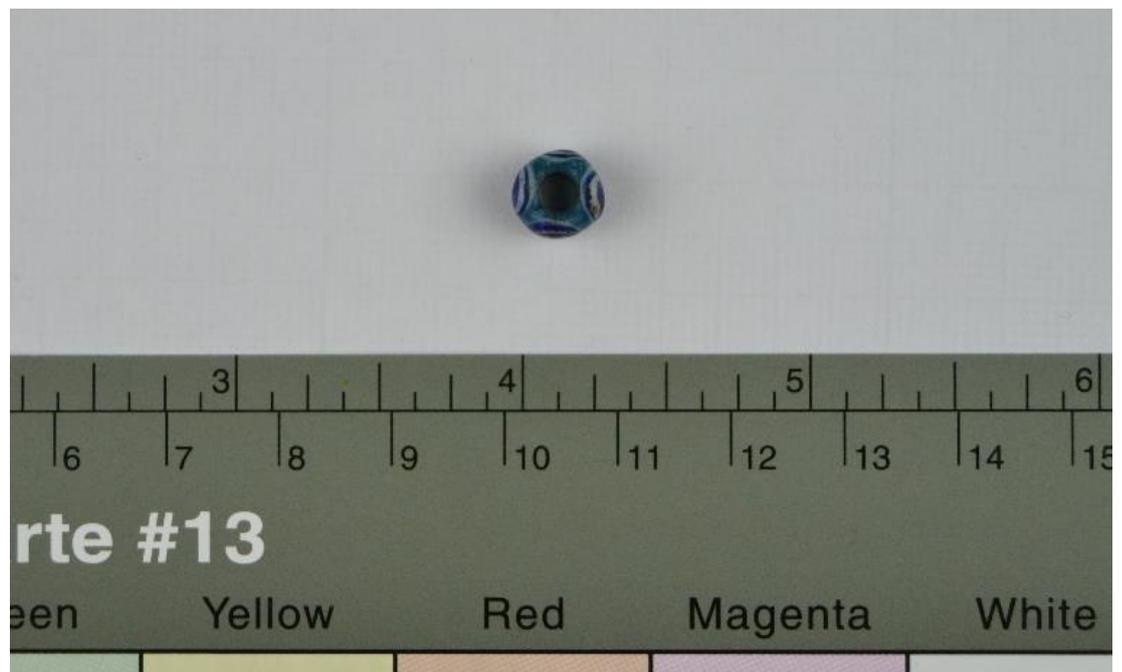


Figura 86 Exemplar 983.1184.3. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:	Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
	342	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	14	9
	343	Conta esférica achatada monocroma	Amarelo claro	10	8
	344	Conta esférica achatada oculada	Matriz negra (muito escuro, verde garrafa); decoração branca e negro (muito escuro, verde garrafa)	16,5	11
Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.					

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1188.8a/b/c
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 3 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea; pedra?
Coloração:	Azul marinho, obtido através de grandes concentrações de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46).
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Pessoal: s. VII – IV a.C.</p> <p>Uma vez que este conjunto de contas não tem elementos morfológicos destacados, podemos assumir uma cronologia semelhante entre este e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim. Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, cujas cronologias apontadas oscilam entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95).</p> <p>O enquadramento deste conjunto acaba por ser bastante lato, uma vez que este tipo de contas acaba por ser disseminado ao longo de vários séculos sem grandes alterações.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p>

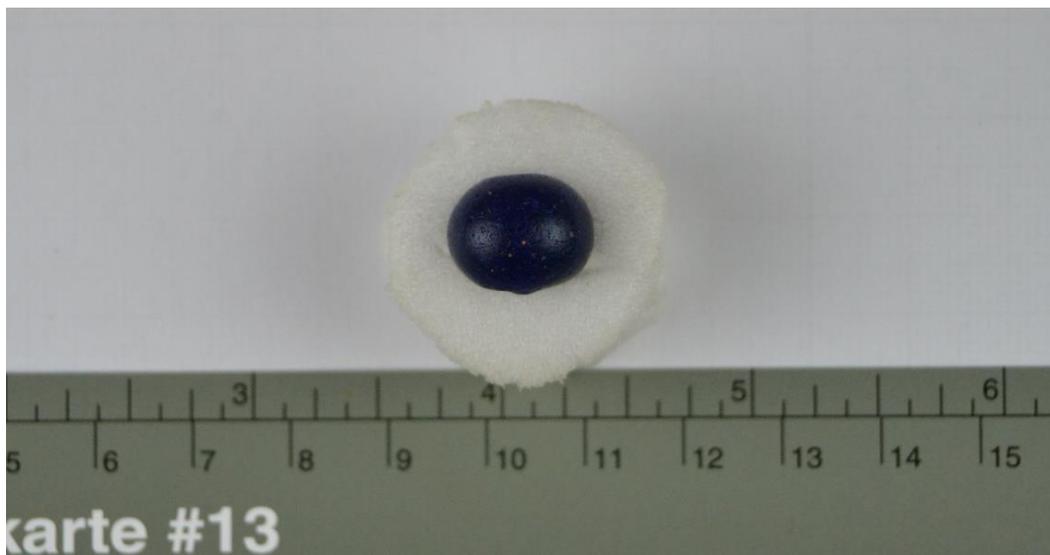
Fotografias:

Figura 87 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 88 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
345	Conta muito irregular e corroída - pedra?		12	7
346	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	13,5	10,5
347	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	10	7

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 983.1185.1 a 983.1185.14
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conjunto de 13 contas de colar.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Azul marinho, obtido através de uma grande concentração de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46).
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: s. VII – IV a.C.</p> <p>Uma vez que este conjunto de contas não tem elementos morfológicos destacados, podemos assumir uma cronologia semelhante entre este e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim.</p> <p>Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, cujas cronologias apontadas oscilam entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95).</p> <p>O enquadramento deste conjunto acaba por ser bastante lato, uma vez que este tipo de contas acaba por ser disseminado ao longo de vários séculos sem grandes alterações.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p>

Fotografias:



Figura 89 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 90 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:	Número de inventário	Descrição	Cor	Diâmetro (mm)	Comprimento (mm)
	348	Conta esférica monocroma	Azul ultramarino	11	10
	349	Conta esférica achatada/toroide monocroma	Azul ultramarino	9,5	6
	350	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	6
	351	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	12	sem dados
	352	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	9	7,5
	353	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	8	8
	354	Conta esférica achatada monocroma	Azul ultramarino	7	5
	355	Conta cilíndrica abombada monocroma translúcida	Amarelo esverdeado claro	11	sem dados
	356	Conta cilíndrica abombada monocroma translúcida	Amarelo esverdeado claro	9	sem dados
	357	Conta tubular monocroma	Verde “gelo” muito claro (quase incolor)	7	15
	358	Conta tubular	Incolor	7	sem dados
	359	Conta tubular	Incolor	6,5	sem dados
360	Conta tubular	Incolor	4,5	sem dados	

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia	Nº de inventário institucional: 985.1188.8d
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812	Área: Quadrícula: UE:
Descrição:	Conta de colar esférica monocroma.
Suporte:	Pasta vítrea.
Coloração:	Azul marinho. Obtida através de uma grande concentração de óxido de cobalto (Gomes, 2012, p. 46).
Marcas de uso:	n/a
Decoração:	n/a
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.
Estado de conservação:	n/a
Dimensões	
Comprimento:	6,5mm
Diâmetro:	6mm
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: s. VII – IV a.C.</p> <p>Uma vez que este conjunto de contas não tem elementos morfológicos destacados, podemos assumir uma cronologia semelhante entre este e os restantes conjuntos de contas de colar de pasta vítrea exumados na necrópole de Fonte Velha de Bensafrim. Alguns paralelos encontram-se em sítios de habitat algarvios, como Cerro da Rocha Branca ou Monte Molião, cujas cronologias apontadas oscilam entre os séculos VI e IV a.C. (Arruda, et al., 2016, p. 95).</p> <p>O enquadramento deste conjunto acaba por ser bastante lato, uma vez que este tipo de contas acaba por ser disseminado ao longo de vários séculos sem grandes alterações.</p>
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Pereira, C., Pimenta, J., Sousa, E., Mendes, H., & Soares, R. (2016). As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal). <i>CuPAUM</i> 42, pp. 79-101.</p> <p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p>

Fotografias:



Figura 91 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.



Figura 92 Exemplar 983.1180.4. Fotografia gentilmente cedida pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Observações:

Todos os dados referentes a estas contas foram gentilmente partilhados pelo Doutor Francisco B. Gomes.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: n/a	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim CNS: 812		Área: sepultura 1 Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento de elemento metálico circular – poderá eventualmente ser um elemento de adorno, como um anel articulado ou um brinco.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Mau. Sem corrosão ativa, talvez devido ao tratamento recebido na instituição museológica. Quebra poderá ter sido pós-deposicional.		
Dimensões			
Comprimento:	18mm		
Espessura máxima:	2,71mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	1,32mm		
Diâmetro:	c. ~ 20mm		
Cronologia sugerida:			
Pelos autores: n/a			
Pessoal: I Idade do Ferro			
<p>O fragmento que aqui apresentamos é de diminuta dimensão e encontra-se fragmentado e em mau estado de conservação, pelo que não nos sentimos habilitados a definir uma tipologia ou cronologia muito concreta para o objeto. De facto, o único dado morfológico que nos poderá permitir chegar a algumas conclusões será a pequena saliência numa das pontas, que permite pelo menos pensar num anel articulado, do género do tipo IV apontado por Amir Golani (Golani, 2013, pp. 252-253), enquadrado no século VI a.C. – não obstante, esse exemplar seria em prata, ao contrário daquele que aqui exibimos, em liga de cobre.</p>			
Bibliografia:			
<p>Golani, A. (2013). <i>Jewelry from the Iron Age II Levant</i>. Orbis Biblicus et Orientalis.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>			

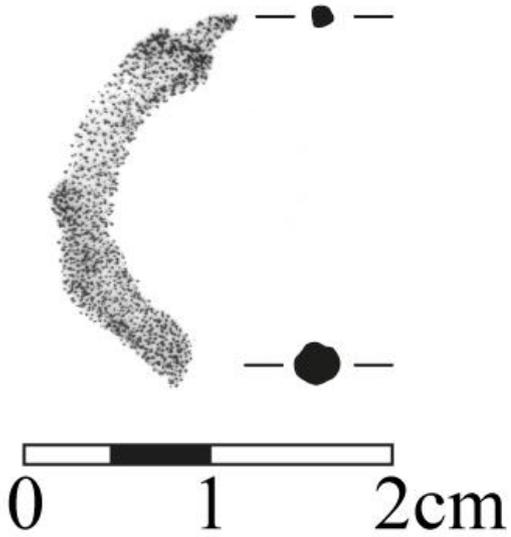
Fotografias:



Figura 93 Fragmento de liga de cobre.



Figura 94 Fragmento de liga de cobre. Note-se a extremidade mais fina do lado esquerdo.

<p>Desenhos:</p>	 <p><i>Figura 95 Desenho do elemento metálico vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.</i></p>
<p>Observações:</p>	<p>Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº2, no IV volume das <i>Antiguidades Monumentais do Algarve</i> (Veiga, 1891, p. 255).</p>

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1182.2 / 11184	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: sepultura 2 Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento de lâmina ou elemento cortante, como uma faca. Fraturado na zona distal e proximal.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	Quebra (pós-deposicional?).		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau. Várias concreções na superfície.		
Dimensões			
Comprimento:	52mm		
Espessura máxima:	10,47mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	16,76mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Séculos VII a IV a.C.</p> <p>De facto, o exemplar que aqui apresentamos não tem características morfológicas especialmente inequívocas que nos permitam chegar à sua forma original. Ainda assim, não descartamos a hipótese de fazer parte de uma pequena faca afalcatada, até pela ligeira curvatura que apresenta longitudinalmente. A sua espessura também se coadunaria com esta possibilidade.</p> <p>Nesse caso, uma cronologia plenamente sidérica seria apontada, eventualmente entre os séculos VII e IV a.C., tendo em conta os contextos em que tendem a surgir – é o caso de Quinta da Queimada (Lagos), Vinha das Calijas (Beja) ou Monte do Bolor (Beja), a título de exemplo (Calado & Gomes, 2006, p. 181; Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2016, p. 219; Soares, et al., 2016, p. 295).</p> <p>De facto, podemos conceber este pequeno fragmento como uma faca afalcatada de fio estreito ou uma variante da tipologia, como aquelas recuperadas em Cancho Roano (Kurtz, 1996, pp. 320-321).</p> <p>Na mesma sepultura terão sido depositadas contas de colar de pasta vítrea negra, oculadas a branco e preto, que se poderão inserir nos séculos VII a VI a.C. – eventualmente, poderíamos considerar um período semelhante para este elemento.</p>		
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Barbosa, R., Gomes, F., & Sousa, E. d. (2016). A Necrópole da Vinha das Calijas (Beja, Portugal). Em J. Jiménez Ávila, <i>Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos</i> (pp. 187-225). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.</p>		

Calado, D., & Gomes, M. V. (2006). Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 9 (nº 2), pp. 171-185.

Kurtz, G. (1996). Los Hierros de Cancho Roano. *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I*, pp. 394-366.

Soares, R. M., Baptista, L., Pinheiro, R., Oliveira, L., Rodrigues, Z., & Vale, N. (2016). A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). Em J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 263-301). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.

Fotografias:



Figura 96 Verso e reverso do fragmento de eventual faca.

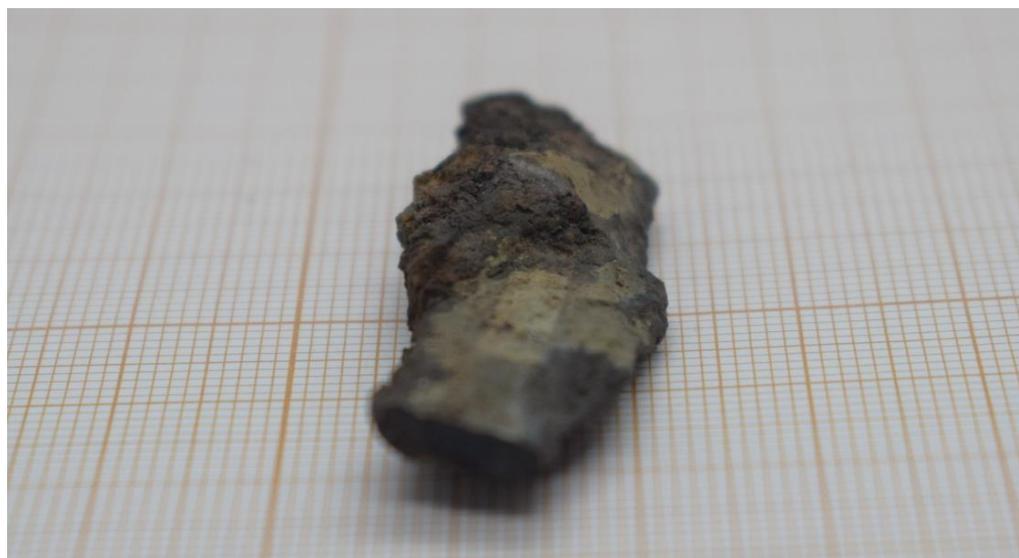
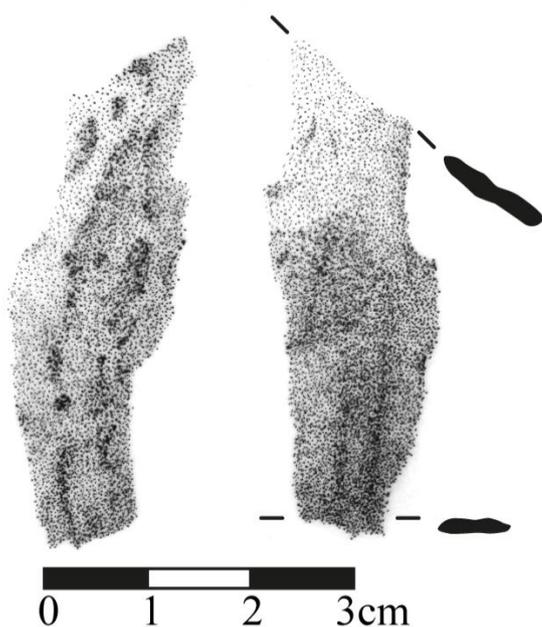


Figura 97 Pormenor da concreção de maior volume no reverso.

Desenhos:	 <p data-bbox="430 806 1420 873"><i>Figura 98 Desenho vetorizado do fragmento de elemento cortante. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.</i></p>
Observações:	Não foi publicada qualquer estampa deste elemento por Estácio da Veiga.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1182.3	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Sepultura 2 Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento indeterminado. Eventualmente faria parte de um elemento de suspensão. Originalmente deveria ter duas perfurações, ainda que hoje só uma se conserve.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Fundição?		
Marcas de uso:	Fragmentação poderá ser pós-deposicional.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	47,87mm		
Espessura máxima:		Espessura média:	3,75mm
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>Estácio da Veiga definiu este objeto como «pingente», mas tendemos a discordar da sua proposta de classificação (Veiga, 1891, p. 254). Podemos imaginar uma utilização nalgum sistema de guarnição de equídeos, como um elemento de freio ou semelhante (Davis-Kimball, Bashilov, & Yablonsky, 1995, p. 109). Por outro lado, um exemplar de fecho de cinturão da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) aparenta algumas similitudes com este objeto, ainda que as suas perfurações sejam de maior dimensão (Paixão, 2014, p. 449) . Não obstante, estas considerações não são mais do que uma aproximação àquilo que acreditamos que o elemento pode ser, não tendo sido possível definir qualquer função ou tipologia irrevogável.</p>		
Bibliografia:	<p>Davis-Kimball, J., Bashilov, V. A., & Yablonsky, L. T. (1995). <i>Nomads of the Eurasian Steppes in the Early Iron Age</i>. Berkeley: Zinat Press.</p> <p>Paixão, A. M. (2014). A Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo. <i>Estudos Arqueológicos de Oeiras, Vol. 21</i>, pp. 429-460.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>		

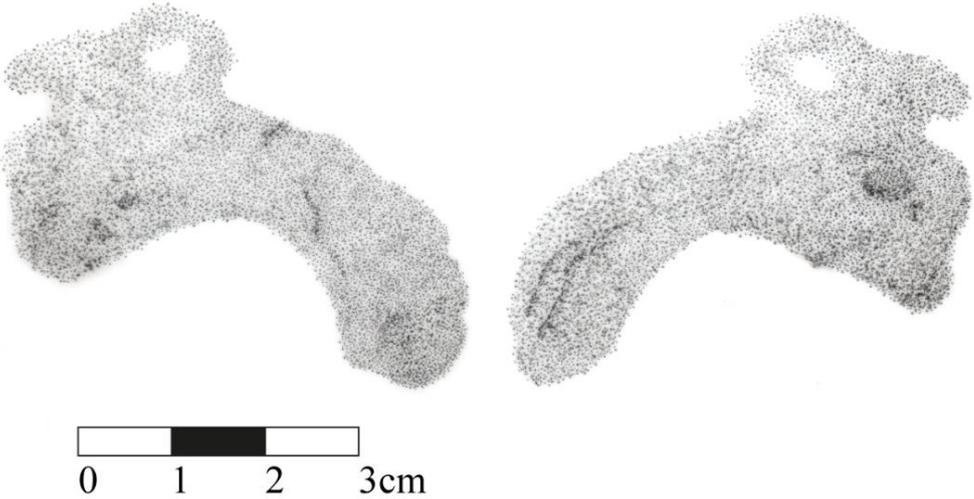
Fotografias:



Figura 99 Verso do fragmento. Note-se a marcação inicial na superfície.



Figura 100 Reverso do fragmento.

Desenhos:	 <p data-bbox="735 674 1182 701"><i>Figura 101 Desenho vetorizado do fragmento.</i></p>
Observações:	Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº19, no IV volume das <i>Antiguidades Monumentais do Algarve</i> (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1182.4	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: sepultura 2 Quadrícula: UE:	
Descrição:	Argola. Poderá ser parte integrante do sistema de arreios de equídeos.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Duas marcas de tensão mecânica, em pontos exatamente opostos do interior da argola.		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Bom.		
Dimensões			
Espessura máxima:		Espessura média:	5,73mm
Espessura mínima:			
Diâmetro:	34,34mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>A morfologia deste tipo de elementos não fornece muitas informações acerca da sua utilização, nem está restrita a um período definido. Não obstante, podemos considerar a probabilidade de se tratar de uma argola utilizada no sistema de arreo de cavalos, por onde as tiras de couro passariam, de forma a articular todo o sistema, como se pode ver na figura 20.a e b do volume publicado em 1995 (Davis-Kimball, Bashilov, & Yablonsky, 1995, p. 157).</p> <p>Elementos similares são também comuns em contextos de enterramento de carroças com cavalos, durante o período de La Tène, como os exemplares publicados por Emma Bigs (Biggs, 2014, p. 112).</p> <p>Tendo em conta que desconhecemos o contexto exato em que esta argola foi recuperada, e tendo em conta a longa diacronia que este tipo de objeto pode ter, preferimos não apontar um período mais preciso. De facto, apenas sabemos que pertence à necrópole sidérica pela anotação de Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 254), que pouco mais acrescenta.</p>		
Bibliografia:	<p>Biggs, E. (2014). <i>Rolling in Their Graves. Chariots and Connectivity in Iron Age Britain</i>.</p> <p>Davis-Kimball, J., Bashilov, V. A., & Yablonsky, L. T. (1995). <i>Nomads of the Eurasian Steppes in the Early Iron Age</i>. Berkeley: Zinat Press.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>		

Fotografias:



Figura 102 As argolas 365 e 366 lado a lado em comparação de tamanhos.



Figura 103 Argola 365 em pormenor.

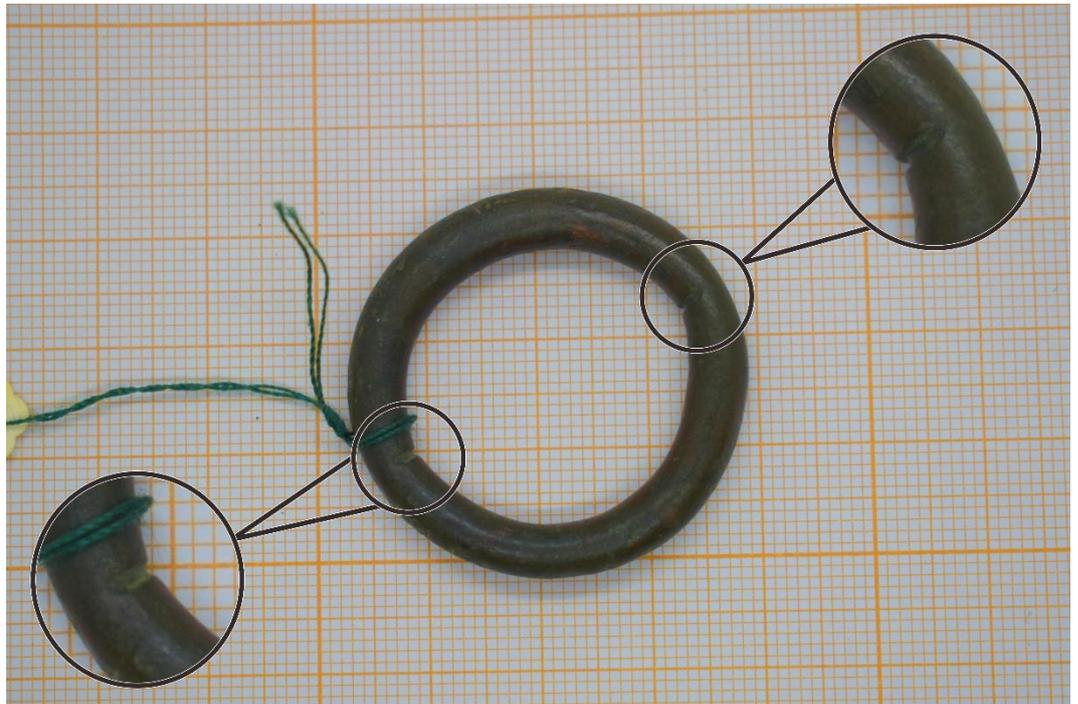


Figura 104 Pormenor das marcas de tensão mecânica no interior da argola. Edição de Carlos Pereira.

Desenhos:

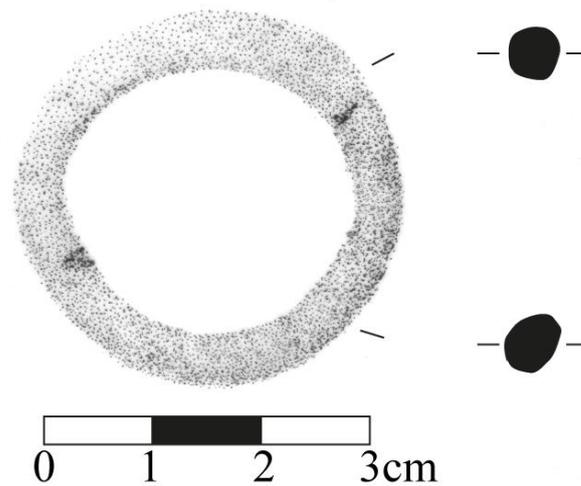


Figura 105 Desenho vetorizado da argola. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº11, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1182.5 / 11185.B	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: sepultura 2 Quadrícula: UE:	
Descrição:	Argola. Eventualmente ligada ao sistema de arreio de equídeos.		
Suporte:	Liga de cobre		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Bom.		
Dimensões			
Espessura máxima:		Espessura média:	3,33mm
Diâmetro:	31,32mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>Tal como no exemplar anterior, a sua morfologia não proporciona muitas informações acerca da sua potencial utilização, nem está restrita a um período definido. Ainda que não tenha as mesmas marcas de tensão, podemos considerar a probabilidade de se tratar de uma argola utilizada no sistema de arreio de cavalos, por onde as tiras de couro passariam, de forma a articular todo o sistema, como se pode ver na figura 20.a e b do volume publicado em 1995 (Davis-Kimball, Bashilov, & Yablonsky, 1995, p. 157).</p> <p>São também comuns em contextos de enterramento de coches com cavalos, durante o período de La Tène, como os exemplares publicados por Emma Bigs (Bigs, 2014, p. 112).</p> <p>De novo, apenas sabemos que pertence à necrópole sidérica pela anotação de Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 254), que pouco mais refere.</p>		
Bibliografia:	<p>Biggs, E. (2014). <i>Rolling in Their Graves. Chariots and Connectivity in Iron Age Britain</i>.</p> <p>Davis-Kimball, J., Bashilov, V. A., & Yablonsky, L. T. (1995). <i>Nomads of the Eurasian Steppes in the Early Iron Age</i>. Berkeley: Zinat Press.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>		

Fotografias:



Figura 106 As argolas 365 e 366 lado a lado em comparação de tamanhos.



Figura 107 A argola 366.



Figura 108 Reverso da argola 366.

Desenhos:

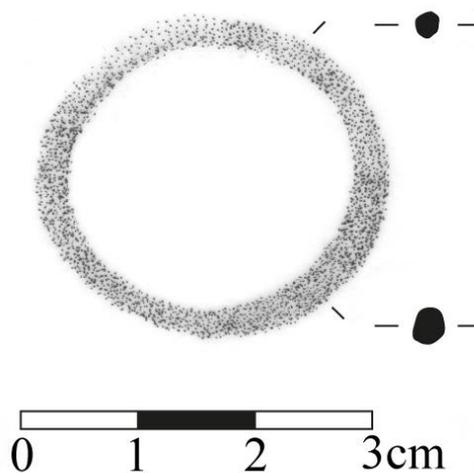


Figura 109 Desenho vetorizado da argola. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº 10, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11151	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: sepultura B Quadrícula: UE:	
Descrição:	Bracelete aberto, de secção circular. Decoração entrançada nos terminais.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	<p>Molde, talvez de cera perdida.</p> <p>A decoração poderá fazer parte do molde, ou, eventualmente, ter sido aplicado posteriormente, talvez com o metal ainda em estado líquido.</p>		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	70mm		
Largura máxima:	63mm	Largura média:	
Espessura máxima:	4,88mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	3,78mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: Pré-romana (Veiga, 1891, p. 253)</p> <p>Pessoal: séculos VII – VI a.C.</p> <p>Os braceletes de bronze (ou de outra liga de cobre) são bastante comuns em contextos do Bronze Final – é o caso dos braceletes do Castro da Senhora da Guia, em Baiões (Silva, Silva, & Lopes, 1984, pp. 90-91), ou de outros expostos em 1996, como são exemplo os da Lourinhã ou Abrantes (Alarcão, 1996, p. 201). De facto, para contextos plenamente sidéricos, as tipologias mais comuns acabam por ser os braceletes ditos <i>acorazonados</i>, tendo em conta o seu aspeto em forma de coração. Estes foram recuperados em vários pontos do país, nomeadamente em contextos funerários, como é exemplo a necrópole da Vinha das Calijas (Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2016, p. 206) ou de Monte do Bolor, ambas em Beja (Soares, et al., 2016, p. 278).</p> <p>Neste último contexto surge igualmente um bracelete, em mau estado de conservação e muito fragmentado, aparentemente aberto e de secção circular, ainda que não tenha uma decoração semelhante ao exemplar que aqui apresentamos (Soares, et al., 2016, pp. 277-278).</p> <p>Ainda que estes elementos tenham então uma longa diacronia, o contexto mais ou menos definido desta bracelete permite-nos enquadrá-la na I Idade do Ferro, entre os séculos VII e VI a.C., tendo em conta não só a cronologia avançada para a necrópole alentejana supramencionada, mas também os elementos de pasta vítrea nela depositadas (275 a 292).</p>		
Bibliografia:	Alarcão, J. (1996). <i>De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.</i> Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.		

Arruda, A. M., Barbosa, R., Gomes, F., & Sousa, E. d. (2016). A Necrópole da Vinha das Calças (Beja, Portugal). Em J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 187-225). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.

Silva, A. C., Silva, C. T., & Lopes, A. B. (1984). Depósito de Fundidor do Final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lycerna*, pp. 73-109.

Soares, R. M., Baptista, L., Pinheiro, R., Oliveira, L., Rodrigues, Z., & Vale, N. (2016). A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). Em J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 263-301). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.

Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:



Figura 110 O bracelete aberto.



Figura 111 Pormenor da decoração dos terminais.

Desenhos:

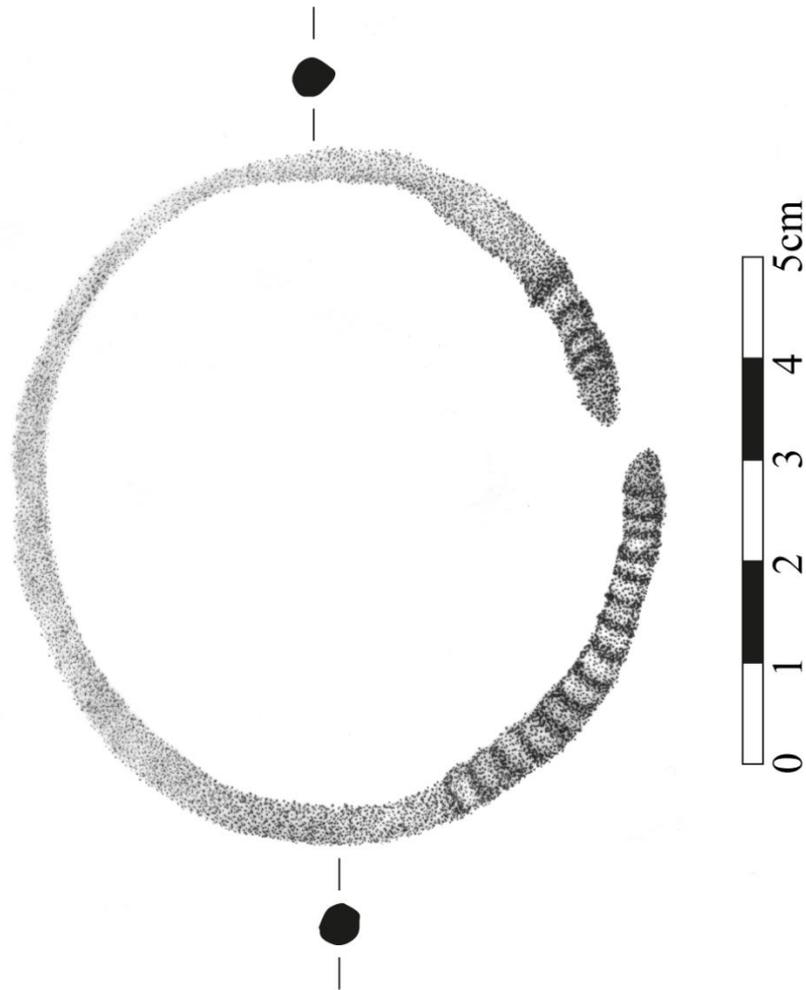


Figura 112 Desenho do bracelete vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

Estácio da Veiga refere que os ossos «(...) delgados (...)» que encontrou nesta sepultura o fizeram pensar que se tratasse da inumação de um indivíduo do sexo feminino (Veiga, 1891, p. 253).
Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº1, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11164	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim - Lagos CNS: 812		Área: sepultura B Quadrícula: UE:	
Descrição:	Bracelete de fita, aberto, com eventuais terminações decoradas e secção retangular.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde, talvez de cera perdida.		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	Alisamento da superfície interior.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	65mm		
Largura máxima:	50mm	Largura média:	
Largura mínima:			
Espessura máxima:	9,41mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	3,40mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: Pré-romana (Veiga, 1891, p. 253)</p> <p>Pessoal: séculos VII – VI a.C.</p> <p>Tal como explicitado no exemplar anterior (367), estes elementos acabam por surgir tanto durante o Bronze Final, como durante a Idade do Ferro (Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2016, p. 206; Alarcão, 1996, pp. 183; 201-202; Soares, et al., 2016, p. 278).</p> <p>De facto, a peça examinada poderá já correlacionar-se com os braceletes de «fita», tendo em conta a sua secção fina retangular, como aquelas recuperadas no Castro da Senhora da Guia (Silva, Silva, & Lopes, 1984, p. 90).</p> <p>No que se refere às terminações é difícil perceber se realmente terá alguma decoração ou se as mesma se ficam a dever à degradação do metal, notória em todo o objeto – de qualquer das formas, a leitura dos terminais não permite descortinar qual o elemento decorativo original, se existente.</p> <p>Deste modo, voltamos a apontar uma cronologia da I Idade do Ferro, novamente em torno dos séculos VII e VI a.C., tendo em consideração os restantes materiais recuperados na mesma sepultura.</p>		
Bibliografia:	<p>Alarcão, J. (1996). <i>De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.</i> Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.</p> <p>Arruda, A. M., Barbosa, R., Gomes, F., & Sousa, E. d. (2016). A Necrópole da Vinha das Calijas (Beja, Portugal). Em J. Jiménez Ávila, <i>Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos</i> (pp. 187-225). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.</p>		

Silva, A. C., Silva, C. T., & Lopes, A. B. (1984). Depósito de Fundidor do Final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lycerna*, pp. 73-109.

Soares, R. M., Baptista, L., Pinheiro, R., Oliveira, L., Rodrigues, Z., & Vale, N. (2016). A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). Em J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 263-301). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.

Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:



Figura 113 O bracelete aberto orientado da mesma forma que no desenho (verso).



Figura 114 Reverso do bracelete. Atente-se nos pequenos pontos que nos parecem corresponder a focos de corrosão ativa no material.



Figura 115 Vista da secção do bracelete. Note-se que o objeto deveria ter uma largura semelhante em toda a secção, e que as falhas deverão corresponder à degradação do metal.

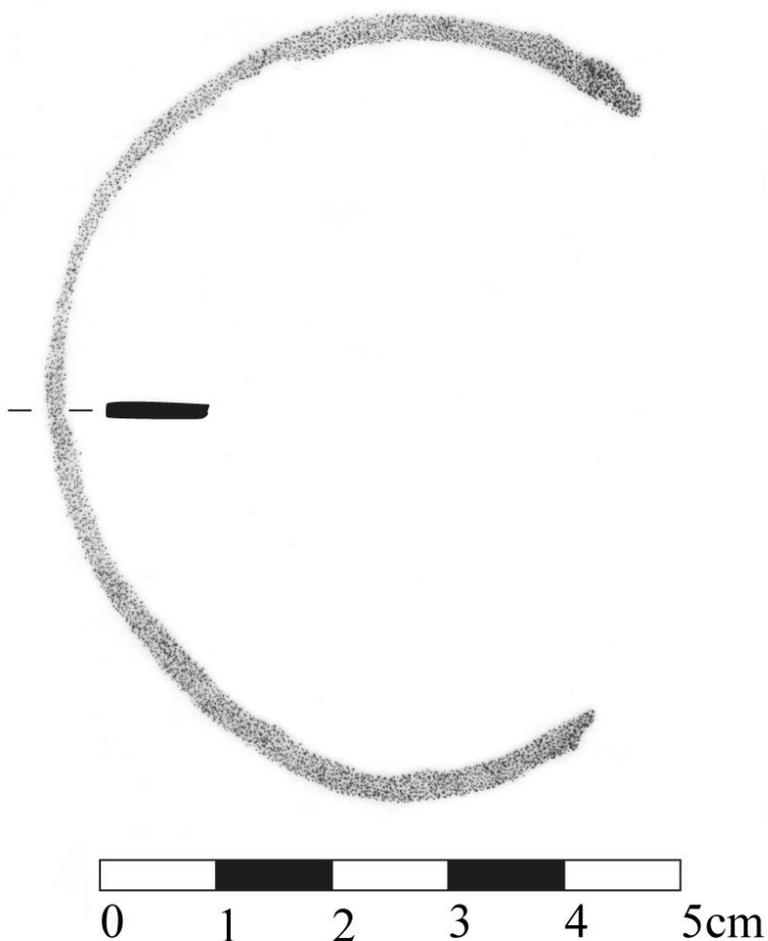
Desenhos:

Figura 116 Desenho da bracelete vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

Estácio da Veiga refere que os ossos «(...) delgados (...)» que encontrou nesta sepultura o fizeram pensar que se tratasse da inumação de um indivíduo do sexo feminino (Veiga, 1891, p. 253).

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº4, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11152	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS:		Área: sepultura B Quadrícula: UE:	
Descrição:	Bracelete aberto, de fita, com terminações eventualmente decoradas. A secção é retangular até à aproximação dos remates, onde se apresenta subcircular.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde, talvez de cera perdida.		
Marcas de uso:	n/a		
Acabamento de superfície:	Alisamento na superfície interior.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	62mm		
Largura máxima:	55mm	Largura média:	
Largura mínima:			
Espessura máxima:	9,10mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	3,2mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: Pré-romana (Veiga, 1891, p. 253)</p> <p>Pessoal: séculos VII – VI a.C.</p> <p>Tal como exposto no exemplar anterior (368), estes elementos acabam por surgir tanto durante o Bronze Final, como durante a Idade do Ferro (Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2016, p. 206; Alarcão, 1996, pp. 183; 201-202; Soares, et al., 2016, p. 278).</p> <p>Do mesmo modo, também esta peça será de fita (Silva, Silva, & Lopes, 1984, p. 90), esta ligeiramente em melhor estado que a anterior.</p> <p>Também as terminações parecem estar decoradas, eventualmente representando algum elemento zoomórfico, ainda que não seja possível obter uma leitura clara. Novamente, uma cronologia em torno dos séculos VII e VI a.C. parece-nos plausível para este bracelete.</p>		
Bibliografia:	<p>Alarcão, J. (1996). <i>De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.</i> Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.</p> <p>Arruda, A. M., Barbosa, R., Gomes, F., & Sousa, E. d. (2016). A Necrópole da Vinha das Calças (Beja, Portugal). Em J. Jiménez Ávila, <i>Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos</i> (pp. 187-225). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.</p> <p>Silva, A. C., Silva, C. T., & Lopes, A. B. (1984). Depósito de Fundidor do Final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). <i>Lycerna</i>, pp. 73-109.</p> <p>Soares, R. M., Baptista, L., Pinheiro, R., Oliveira, L., Rodrigues, Z., & Vale, N. (2016). A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São</p>		

Brissos, Beja). Em J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 263-301). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.
Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:



Figura 117 O bracelete aberto orientado da mesma forma que no desenho (verso).



Figura 118 Reverso do bracelete. Notem-se os pequenos pontos de corrosão ativa.



Figura 119 Pormenor de uma das terminações da bracelete.



Figura 120 Detalhe da secção e terminais.

Desenhos:

Figura 121 Desenho da bracelete vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

Estácio da Veiga refere que os ossos «(...) delgados (...)» que encontrou nesta sepultura o fizeram pensar que se tratasse da inumação de um indivíduo do sexo feminino (Veiga, 1891, p. 253).

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº3, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11194			
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Sepultura 3 Quadrícula: UE:			
Descrição:	Dois elementos indeterminados de chumbo, de forma paralelepipedal, com secção sub-retangular e subcircular, e reentrâncias denticuladas ao longo do objeto.				
Suporte:	Chumbo.				
Produção:	Molde?				
Marcas de uso:	n/a				
Acabamento de superfície:	Nenhum.				
Estado de conservação:	Razoável, ainda que aparente estar em corrosão ativa.				
Dimensões	Nº de inventário	Comprimento (mm)	Espessura máxima (mm)	Espessura média (mm)	Espessura mínima (mm)
	370	168,5	14,73	13,25	4,97
	371	169	14,15	13,37	12,26
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>O chumbo não seria o metal mais comum a ser trabalhado em períodos pré e proto-históricos, sendo a sua produção mais ligada à copelação da prata, como referido por Estrabão (Deserto & Pereira, 2016, p. 52). Não obstante, o autor indica minerações de chumbo, já em período romano.</p> <p>De facto, durante todo o período romano seria comum a utilização deste metal em cepos de âncoras ou em glandes (espécie de projétil bélico), de que são exemplo os que foram expostos em 2016 no Museu Nacional de Arqueologia (Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos, 2016).</p> <p>Ainda assim, existem evidências da utilização de chumbo em período pré-romano na Península Ibérica: destaque-se a inscrição sobre placa de chumbo de Tarragona (Ferrer i Jané, Garcia i Rubert, Moreno Martinez, & Velaza Frias, 2008) ou a utilização de gatos de chumbo na recuperação de recipientes cerâmicos em Múrcia (Ocharan Ibarra, 2014).</p> <p>Finalmente, em relação à sua função não conseguimos avançar muito mais: consideramos a possibilidade de se tratar de algum elemento utilizado em contexto bélico ou cinegético, ou até mesmo de se tratar de um objeto utilizado na preparação de têxteis, sem conseguir chegar a uma resposta concreta. Neste sentido consultamos até um volume acerca da produção de tecidos na Antiguidade, e o único elemento de chumbo mencionado seria um cossoiro (Lipkin, 2010, p. 45). Nenhum outro nos pareceu ter semelhanças com os aqui apresentados, pelo que tendemos a afastar-nos dessa hipótese.</p> <p>De qualquer das formas, as contas depositadas na mesma sepultura estendem-se entre os séculos VIII e V a.C., e, assumindo que estes elementos não resultam de alguma violação ou que a sua associação à sepultura 3 não foi confundida pelo investigador que as recuperou, poderíamos propor um período semelhante para estes exemplares.</p>				

	<p>Não obstante, preferimos apenas defini-los como sendo, provavelmente, pertencentes à Idade do Ferro, deixando a questão em aberto até termos alguma ideia da sua funcionalidade ou identificarmos algum paralelo fiável.</p>
<p>Bibliografia:</p>	<p>Deserto, J., & Pereira, S. H. (2016). <i>Estabrão, Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas</i>. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.</p> <p>Ferrer i Jané, J., Garcia i Rubert, D., Moreno Martinez, I., & Velaza Frias, J. (2008). Una inscripción ibérica sobre plomo procedente del poblado de la Moleta del Remei (Alcanar, Montsià, Tarragona). <i>Paleohispanica</i>, 8, pp. 203-216.</p> <p>Lipkin, S. (2010). <i>Textile-making in central Tyrrhenian Italy from the final Bronze Age to the Republican period</i>. Oulu.</p> <p><i>Lusitânia Romana. Origem de Dois Povos</i>. (2016). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.</p> <p>Ocharan Ibarra, J. À. (2014). Útiles de plomo procedentes del Santuario rupestre Ibérico de la Nariz (Monatalla, Murcia). Propuesta tipológica y funcionalidad. <i>AnMurcia</i>, nº30, pp. 91-106.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>
<p>Fotografias:</p>	



Figura 122 Verso e reverso de 370.



Figura 123 Secção distal de 370.



Figura 124 Secção proximal de 370.



Figura 125 Verso e reverso de 371.



Figura 126 Secção distal de 371.



Figura 127 Secção proximal de 371, com destaque para aquilo que consideramos ser corrosão ativa do metal.

Desenhos:

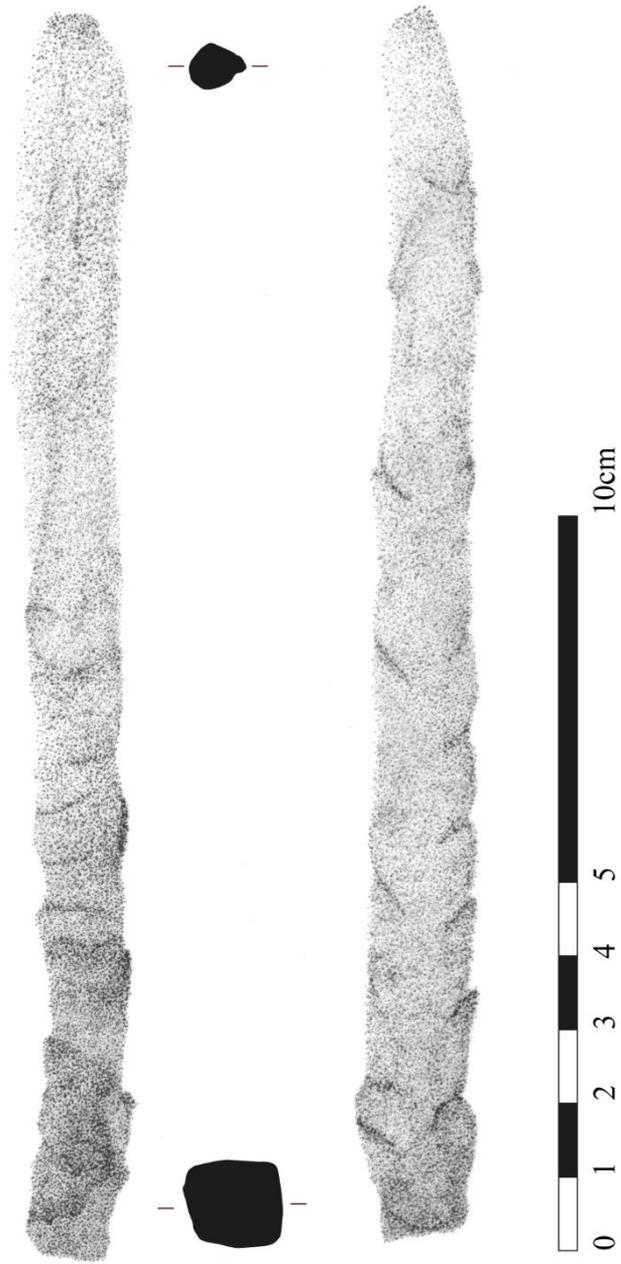


Figura 128 Desenho vetorizado de 370.

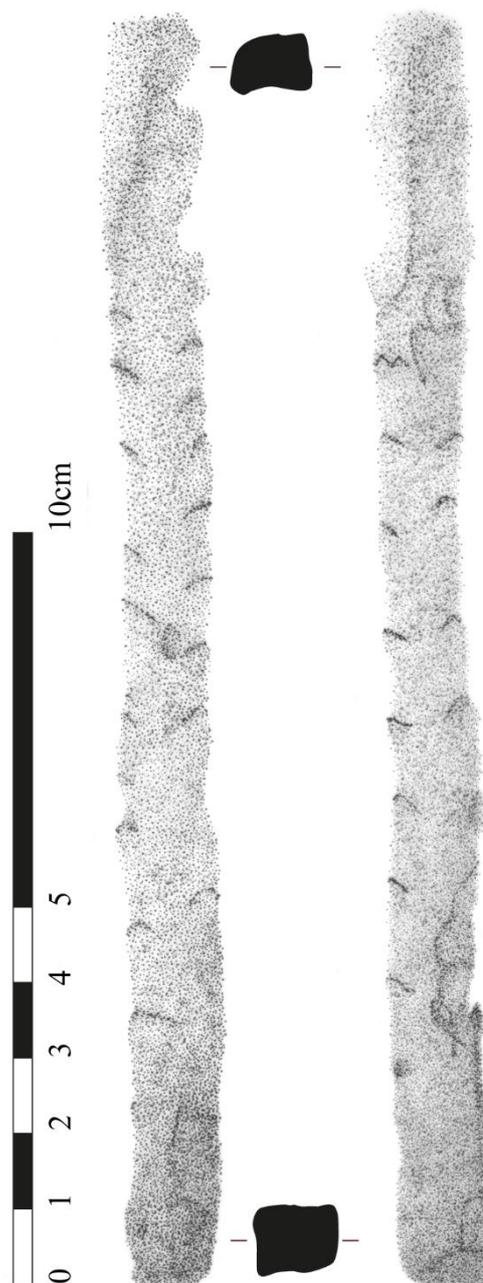


Figura 129 Desenho vetorizado de 371.

Observações:

Ainda que não publique qualquer representação gráfica destes elementos, Estácio da Veiga refere-os como duas partes de um mesmo elemento, de tipo paralelepipedal, que representaria um falo ou a cabeça de um réptil (Veiga, 1891, pp. 254-255). De facto, não consideramos a sua classificação como plausível. Ao mesmo tempo, e apesar da semelhança entre os dois objetos, não encontramos qualquer ponto de contacto que permitisse uma eventual colagem dos dois.

Deixamos ainda um agradecimento a Ana Valentim, que nos ajudou a confirmar o suporte destes elementos.

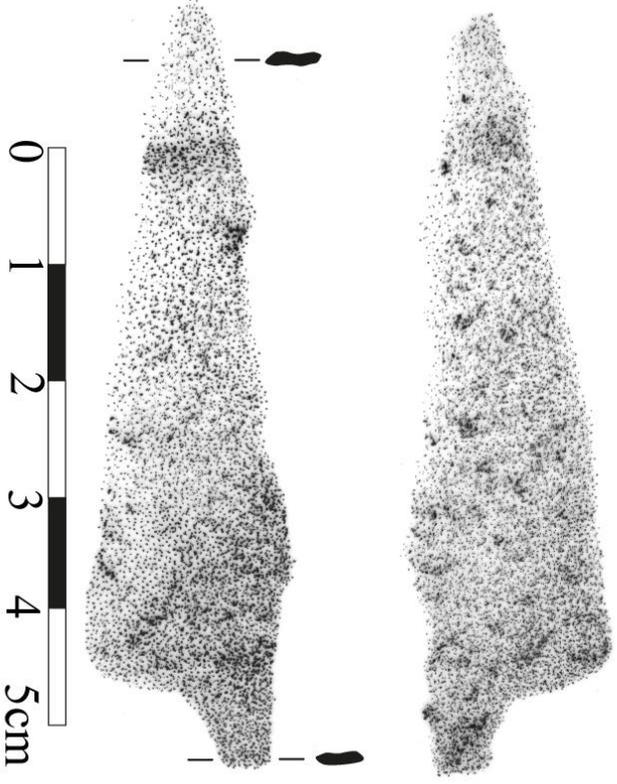
Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11183.A / 983.1183.9	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim - Lagos CNS:		Área: sepultura 3 Quadrícula: UE:	
Descrição:	Ponta/gume de faca, fraturado na zona distal.		
Suporte:	Ferro.		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	Quebra – pós-deposicional?		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	64mm		
Espessura máxima:	16,5mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	5,4mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: séculos VIII – V a.C.</p> <p>Ainda que este exemplar possa corresponder a outro tipo de objeto cortante ou similar, parece-nos mais provável que corresponda a um fragmento de uma faca, fraturado, e sem o cabo.</p> <p>De facto, conseguimos identificar parecenças entre este exemplar e aqueles recuperados em Can Piteu-Can Roqueta, que Tamar Zamora Hinojosa agrupa dentro do seu primeiro subgrupo, e cuja cronologia se estenderá de meados do século VIII ao primeiro quartel do século VI a.C. (Zamora Hinojosa, 2015, p. 14).</p> <p>Mesmo tendo em conta a distância espacial entre o sítio catalão e a região algarvia, parece-nos provável aceitar uma cronologia semelhante para o nosso exemplar, até pela morfologia comum a este tipo de elementos que, de resto, acaba por não ter mudanças drásticas durante longos períodos.</p> <p>Do mesmo modo, não descartamos a possibilidade de se tratar de uma faca afalcatada, (ainda que, neste caso, não seja possível aferir a curvatura que a caracteriza), mas com casos bem atestados no território português, como referimos anteriormente (127, 128 ou 363), e cuja cronologia se coaduna com aquela que aqui indicamos.</p> <p>Tendo em conta os restantes elementos depositados na sepultura, a cronologia apontada poderá ser adequada.</p>		
Bibliografia:	<p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p> <p>Zamora Hinojosa, T. (2015). <i>Los cuchillos de hierro procedentes de las necrópolis de incineración catalanas (VIII-VI a.C). Clasificación, funcionalidad y</i></p>		

tecnología. El caso de Can Piteu-Can Roqueta. Barcelona: Universidad de Barcelona.

Fotografias:



Figura 130 Verso e reverso do fragmento da faca.

<p>Desenhos:</p>	 <p><i>Figura 131 Desenho do fragmento da faca vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.</i></p>
<p>Observações:</p>	<p>Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº17, no IV volume das <i>Antiguidades Monumentais do Algarve</i> (Veiga, 1891, p. 255).</p>

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11.185c	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Argola de secção sub-retangular.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Pequeno rasgo na superfície da argola.		
Acabamento de superfície:	n/a		
Estado de conservação:	Bom		
Dimensões			
Espessura máxima:		Espessura média:	3,15mm
Espessura mínima:			
Diâmetro:	19,54mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>Tal como nos exemplares anteriores (365 e 366), reiteramos que estes elementos acabam por não ser enquadráveis num período restrito a não ser que o seu contexto de recolha forneça elementos adicionais.</p> <p>Ainda que não excluamos a possibilidade de poder ser novamente correlacionada com o sistema de arreios de cavalos, parece-nos um pouco mais pequena que as anteriores.</p> <p>Levantamos também a hipótese de se tratar de um exemplar associado a espadas ou punhais de antenas, comuns em contextos funerários (Tristão, 2012, p. 46), e cujo aparecimento na Península Ibérica pode recuar ao século VII a.C. (Tristão, 2012, p. 42).</p> <p>Não obstante, e tendo em conta que não existe qualquer indício de terem sido recuperadas armas deste género na necrópole, esta é apenas mais uma possibilidade de classificação.</p>		
Bibliografia:	<p>Tristão, L. S. (2012). <i>Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular</i>. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>		

Fotografias:



Figura 132 A pequena argola vista de cima.



Figura 133 Pormenor da secção da argola.

Desenhos:

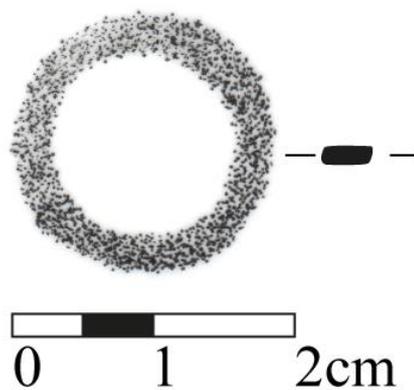


Figura 134 Desenho vetorizado da argola.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº8, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11153A	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento de fíbula sem mola ou de fíbula de arco enrolado em cotovelo, ou outro elemento de adorno pessoal.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Fratura na zona de encaixe com o restante objeto.		
Acabamento de superfície:	Alisamento.		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	54mm		
Espessura máxima:	3,07mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	1,30mm		
Diâmetro:	7,23mm (interior do orifício)		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: I Idade do Ferro</p> <p>Ainda que a espessura possa ser demasiado grande para sua utilização como fíbula, sob pena de romper os tecidos em que era utilizada, não rejeitamos esta possibilidade. Com efeito, este fragmento poderá pertencer à parte superior da fíbula, e não aquela que é agregada ao tecido.</p> <p>De facto, a questão com a morfologia desta fíbula prende-se com o facto de ser uma peça rígida, ao invés de apresentar o mais comum fio de metal enrolado sobre si mesmo. Não obstante, entendemos que poderá ter alguma relação com os exemplares recuperados em <i>Conimbriga</i>, Condeixa-a-Velha (Correia, 1993, p. 261; Gomá Rodríguez, 2019, p. 91) ou Santa Olaia, Montemor-o-Velho (Ponte, 1980, p. 161), em que o fecho da fíbula funciona sem mola. Surgiu também um exemplar desta tipologia no castro do Zambujal, em Torres Vedras, num contexto de complexa datação, ainda que os autores atribuam uma cronologia sidérica ao objeto (Kunst & Uerpmann, 2002, p. 116). Nestas peças, existe apenas um orifício onde o arco encaixaria.</p> <p>De facto, a sua utilização parece restrita a zonas a Norte do Tejo, mas não descartamos a hipótese de existirem mais elementos semelhantes noutros pontos do país, cuja tipologia não foi aferida.</p> <p>Ao mesmo tempo, a cronologia apontada para este tipo de fíbulas é discutível: tanto no Zambujal como em <i>Conimbriga</i> foram recuperadas em níveis remexidos (Kunst & Uerpmann, 2002, p. 116), enquanto que o contexto exato da de Santa Olaia é desconhecido (Ponte, 1980, p. 162).</p> <p>As propostas andam em torno dos séculos VIII (Kunst & Uerpmann, 2002, p. 116) e VII a.C. (Ponte, 1980, p. 162), e ainda que se coadunassem perfeitamente</p>		

	<p>com as cronologias sugeridas para a Fonte Velha de Bensafrim, preferimos acautelar a nossa interpretação.</p> <p>Outra possibilidade prende-se com as fíbulas em cotovelo, como aquela recuperada na <i>tholos</i> da Roça do Casal do Meio, em Sesimbra, em cronologia do Bronze Final (Alarcão, 1996, pp. 178-179). De facto, a forma como este tipo de adorno fecha é em muito semelhante com o exemplar que aqui apresentamos, ainda que tenha várias diferenças na sua morfologia.</p>
<p>Bibliografia:</p>	<p>Alarcão, J. (1996). <i>De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.</i> Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.</p> <p>Correia, V. H. (1993). Os Materiais Pré-Romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego. <i>Estudos Orientais, IV</i>, pp. 229-283.</p> <p>Gomá Rodríguez, J. L. (2019). Origin and sequence of the earliest fibulæ in the Iberian Peninsula. <i>CuPAUM, 45</i>, pp. 69-112.</p> <p>Kunst, M., & Uerpmann, H.-P. (2002). Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): relatório das escavações de 1994 e 1995. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 5</i> (nº 1), pp. 67-120.</p> <p>Ponte, S. d. (1980). Fíbula sem mola de Santa Olaia. <i>Conimbriga, 19</i>, pp. 159-162.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>
<p>Fotografias:</p>	 <p style="text-align: center;"><i>Figura 135 Fragmento de fíbula.</i></p>



Figura 136 Reverso do fragmento da fíbula.



Figura 137 Pormenor da zona de encaixe do fragmento.

Desenhos:

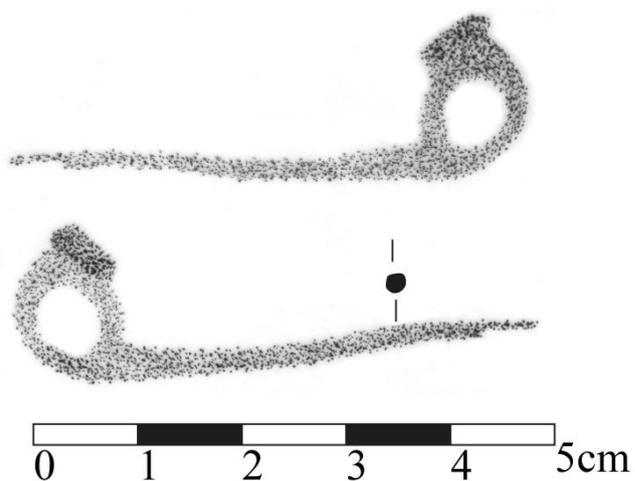


Figura 138 Desenho vetorizado do fragmento de provável fíbula.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº6, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11153.B	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento de fíbula sem mola ou outro elemento de adorno pessoal.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Fratura na zona do orifício de encaixe.		
Acabamento de superfície:	Alisamento.		
Estado de conservação:	Razoável, mas muito fragmentada para uma leitura segura.		
Dimensões			
Comprimento:	51,10mm		
Espessura máxima:	3,84mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	1,28mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: I Idade do Ferro</p> <p>Enquanto que no exemplar anterior (374) conseguíamos visualizar todo o orifício e a pequena lapela que permitia o encaixe do restante corpo da fíbula, este encontra-se já muito fragmentado para que essa leitura completa seja possível.</p> <p>Ainda assim, a espessura e morfologia são em muito semelhantes, pelo que não descartamos que seja igualmente parte de uma fíbula sem mola, semelhante àquelas recuperadas em Conimbriga (Condeixa-a-Velha), Santa Olaia (Montemor-o-Velho) ou Zambujal (Torres Vedras), eventualmente da I Idade do Ferro (Correia, 1993, p. 261; Gomá Rodríguez, 2019, p. 91; Kunst & Uerpmann, 2002, p. 116; Ponte, 1980, p. 162).</p> <p>Pelas mesmas razões consideradas no número 374, preferimos não indicar um período mais conciso para estes elementos.</p>		
Bibliografia:	<p>Correia, V. H. (1993). Os Materiais Pré-Romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego. <i>Estudos Orientais</i>, IV, pp. 229-283.</p> <p>Gomá Rodríguez, J. L. (2019). Origin and sequence of the earliest fibulae in the Iberian Peninsula. <i>CuPAUM</i>, 45, pp. 69-112.</p> <p>Kunst, M., & Uerpmann, H.-P. (2002). Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): relatório das escavações de 1994 e 1995. <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i>, vol. 5 (nº 1), pp. 67-120.</p> <p>Ponte, S. d. (1980). Fíbula sem mola de Santa Olaia. <i>Conimbriga</i>, 19, pp. 159-162.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>		

Fotografias:



Figura 139 O fragmento de eventual fíbula.



Figura 140 Outra vista do fragmento de eventual fíbula.

Desenhos:

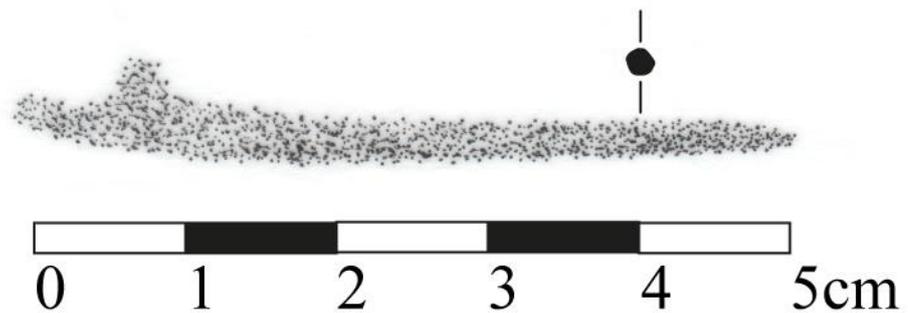


Figura 141 Desenho vetorizado do fragmento.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº5, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11185D	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Argola subcircular, com secção sub-retangular.		
Suporte:	Liga de cobre		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Nenhuma.		
Acabamento de superfície:	Alisamento das superfícies.		
Estado de conservação:	Razoável		
Dimensões			
Espessura máxima:		Espessura média:	3,30mm
Diâmetro:	17,66mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>À semelhança do referido no número 373, não descartamos a hipótese de estas argolas pertencerem ao sistema de arreios de cavalos, ou, em alternativa, a espadas ou punhais de antenas, presentes no território peninsular desde o século VII a.C. (Tristão, 2012, p. 42).</p> <p>De facto, não conhecemos o seu contexto de recolha, pelo que estas indicações não passam de hipóteses, para as quais não temos uma proposta mais definitiva.</p>		
Bibliografia:	<p>Tristão, L. S. (2012). <i>Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular</i>. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>		

Fotografias:



Figura 142 A argola vista de cima.



Figura 143 Pormenor da secção da argola.

Desenhos:

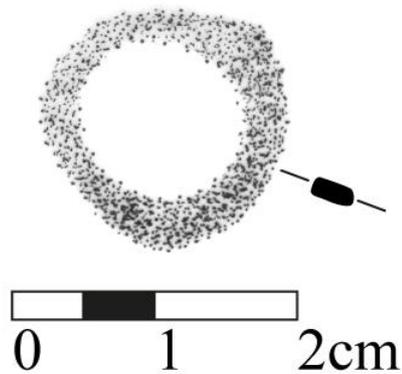


Figura 144 Desenho vetorizado da argola. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº9, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11186 / 983.1184.9	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim - Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Provável anel, de secção sub-retangular fina.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Fundição.		
Marcas de uso:	Está arqueado, quase como se tivesse sofrido algum tipo de choque mecânico, ainda que não se descarte a hipótese de a alteração da forma original ter resultado de processo pós-deposicional.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Espessura máxima:		Espessura média:	0,96mm
Diâmetro:	26mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano</p> <p>Ainda que Estácio da Veiga o associe à necrópole de inumação sidérica de Fonte Velha (Veiga, 1891, p. 254), a verdade é que a grande maioria dos paralelos que encontramos para este anel são já de período plenamente romano, ou mesmo de um momento posterior. É o caso do exemplar recuperado em Santa Vitória do Ameixial, em Loulé (MNA 983.298.15), ou dos anéis, já enquadrados em cronologia tardo-antiga, provenientes da necrópole da Abuxarda (MNA 2003.6.1 e 2003.7.1). Estes dois últimos elementos têm decoração aparentemente incisa, que não ocorre no anel que aqui apresentamos.</p> <p>Não obstante, acreditamos que este tipo de adorno tenha sido comum ao longo de várias centúrias, pelo que não recusamos que possa, de facto, ter sido exumado na necrópole da Idade do Ferro.</p>		
Bibliografia:	Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.		

Fotografias:

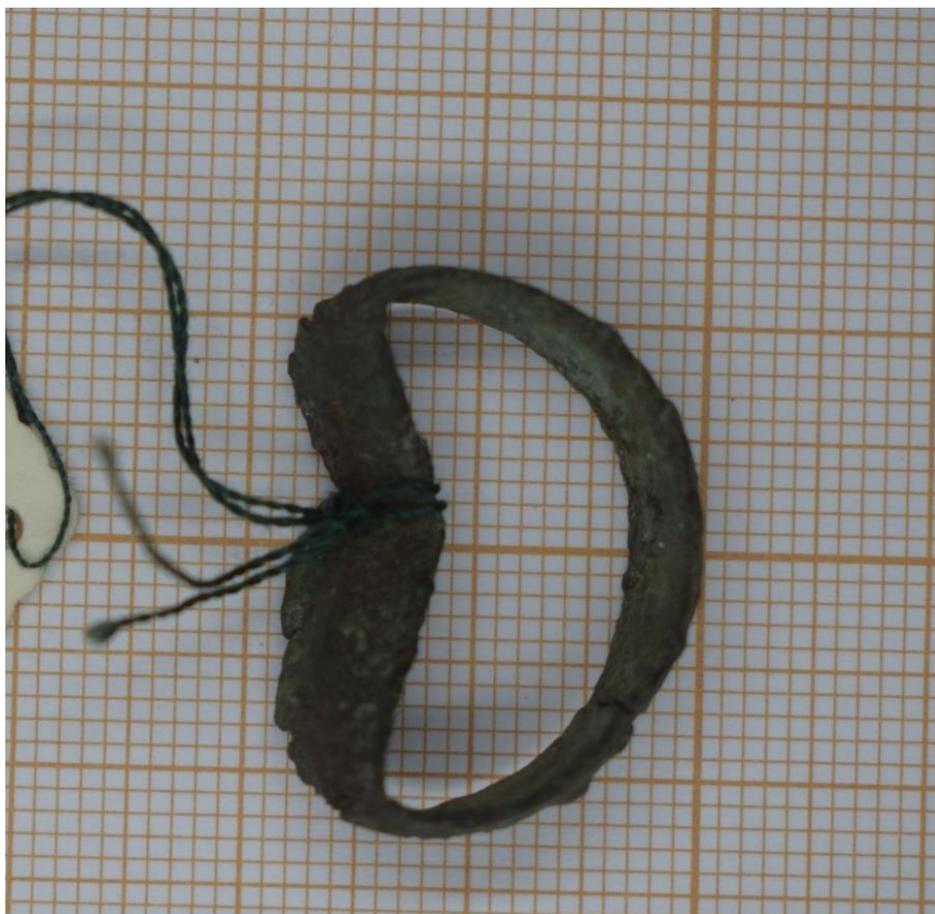
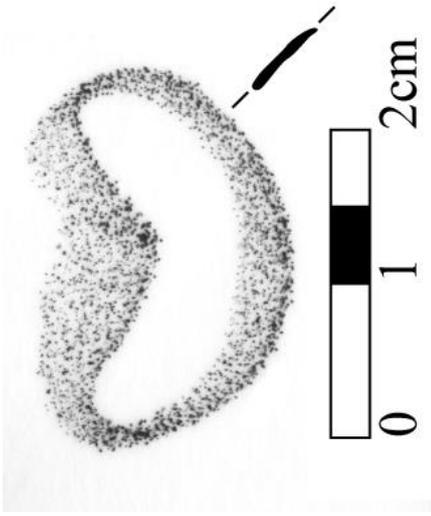


Figura 145 O anel visto de cima.



Figura 146 Pormenor da secção e da zona onde terá sofrido choque mecânico.

<p>Desenhos:</p>	 <p style="text-align: center;"><i>Figura 147 Desenho vetorizado do anel.</i></p>
<p>Observações:</p>	<p>Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº7, no IV volume das <i>Antiguidades Monumentais do Algarve</i> (Veiga, 1891, p. 255).</p>

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11188.B / 983.1184.10	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Pequeno fragmento indeterminado de liga de cobre, com secção sub-retangular em altura e quadrangular no comprimento.		
Suporte:	Liga de cobre		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Nenhuma.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	33,5mm		
Altura:	22,1mm		
Espessura máxima:	3,36mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	0,85mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano</p> <p>O elemento que aqui apresentamos é considerado como eventualmente cortante por Estácio da Veiga (Veiga, 1891, p. 254), e ainda que não recusemos a sua interpretação, tendo em conta que uma das extremidades é realmente afiada, não nos restringimos a esta ideia.</p> <p>Uma das propostas para este pequeno fragmento indeterminado é de que seja um «<i>linch pin</i>», como aqueles referidos por Emma Biggs na sua dissertação (Biggs, 2014, p. 211), comuns em enterramentos de carros de cavalos. Não obstante, os exemplares que a autora apresenta são de ferro, e não de liga de cobre, mas a própria acaba por explicar que estes objetos diferem muito entre contextos (Biggs, 2014, p. 112).</p> <p>Outra probabilidade seria a de se tratar de um prego, virote ou anzol, como aqueles encontrados na necrópole romana do Monte Molião (Arruda, Sousa, & Lourenço, 2010, p. 281) ou no Castelo de Castro Marim (Pereira, 2008, vol. I, pp. 53-54, 86-87; Pereira, 2008, vol. II, pp. 35-36).</p> <p>Uma última ideia relaciona-se com a possibilidade de eventualmente se tratar de um dente de alguma ferramenta agrícola, como de um ancinho ou similar (Sanahuja Yll, 1971, p. 68).</p>		
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Sousa, E. d., & Lourenço, P. (2010). A necrópole romana de Monte Molião (Lagos). <i>Xelb</i>, 10, pp. 267-284.</p> <p>Biggs, E. (2014). <i>Rolling in Their Graves. Chariots and Connectivity in Iron Age Britain</i>.</p>		

Pereira, T. M. (2008). *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. (Vol. I). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Pereira, T. M. (2008). *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. (Vol. II). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Sanahuja Yll, M. E. (1971). Instrumental de hierro agrícola e instrumental de la época ibero-romana en Cataluña. *Pyrenae: revista de prehistòria i antiguitat de la Mediterrània Occidental* (nº 7), pp. 61-100.

Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:

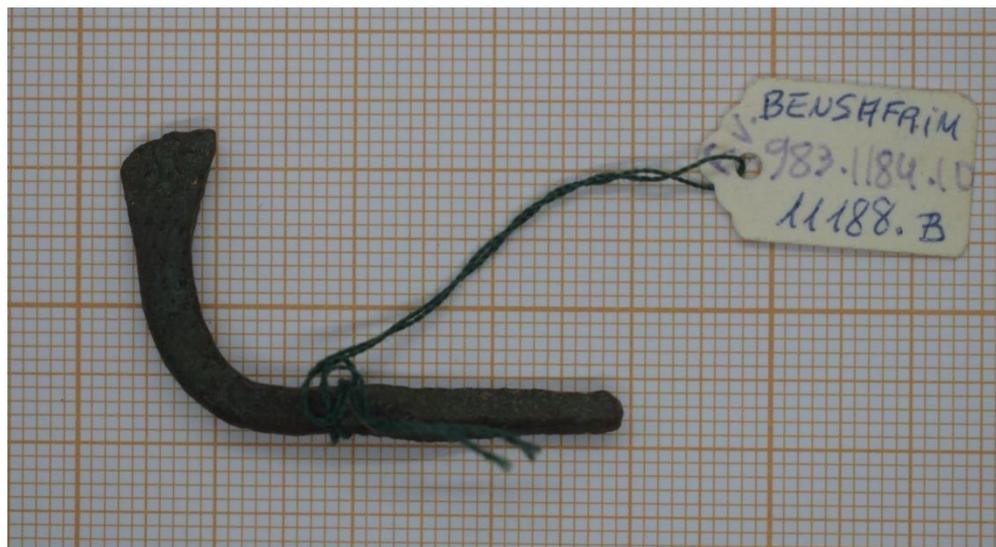


Figura 148 Verso do fragmento.

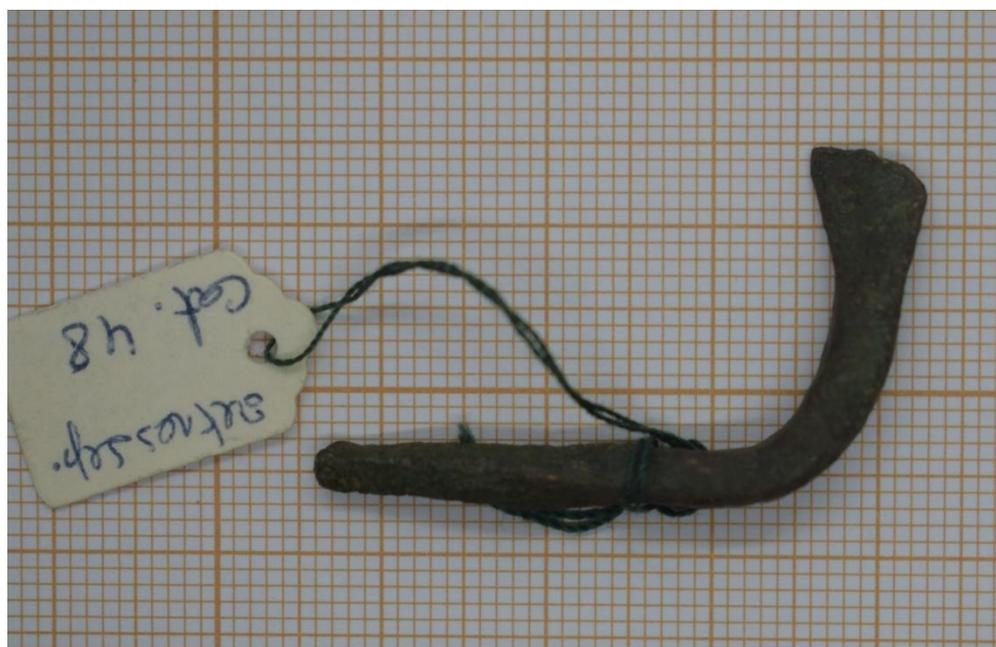
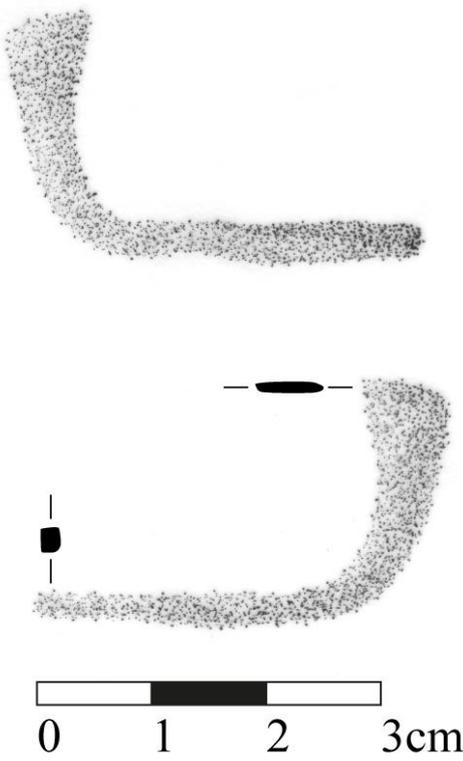


Figura 149 Reverso do fragmento.

Desenhos:	 <p data-bbox="443 981 1484 1034"><i>Figura 150 Desenho vetorizado do pequeno fragmento de liga de cobre. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.</i></p>
Observações:	Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº15, no IV volume das <i>Antiguidades Monumentais do Algarve</i> (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11188.C / 983.1184.11	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Pequeno elemento, equiparável a espátula ou outro elemento semelhante, com a zona distal plana, que se enrola sobre si mesma a partir da metade do objeto, com secção circular na zona distal.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Fundição (?)		
Marcas de uso:	Parte plana desgastada.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	47mm		
Espessura máxima:	3,38mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	0,49mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Séculos VII – VI a.C.</p> <p>Os conjuntos de cosmética podem, por vezes, aparecer em contextos arqueológicos como é o caso daqueles que surgiram no Monte do Bolor (Soares, et al., 2016, p. 277) e Vinha das Caliças (Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2016, p. 213), ambas em Beja.</p> <p>De facto, se admitirmos que este elemento se trata realmente de uma espátula, podemos assumi-lo como integrante deste tipo de conjuntos que, nos casos supramencionados, surgem em contextos funerários dos séculos VII (Arruda, Barbosa, Gomes, & Sousa, 2016, pp. 218-219) e VI a.C. (Soares, et al., 2016, p. 295).</p> <p>Não obstante, este exemplar não apresenta qualquer tipo de decoração, ao contrário dos alentejanos, e aparenta ser mais curto. Ainda assim, parece-nos plausível enquadrá-lo numa cronologia semelhante.</p>		
Bibliografia:	<p>Arruda, A. M., Barbosa, R., Gomes, F., & Sousa, E. d. (2016). A Necrópole da Vinha das Caliças (Beja, Portugal). Em J. Jiménez Ávila, <i>Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos</i> (pp. 187-225). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.</p> <p>Soares, R. M., Baptista, L., Pinheiro, R., Oliveira, L., Rodrigues, Z., & Vale, N. (2016). A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). Em J. Jiménez Ávila, <i>Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos</i> (pp. 263-301). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.</p>		

Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

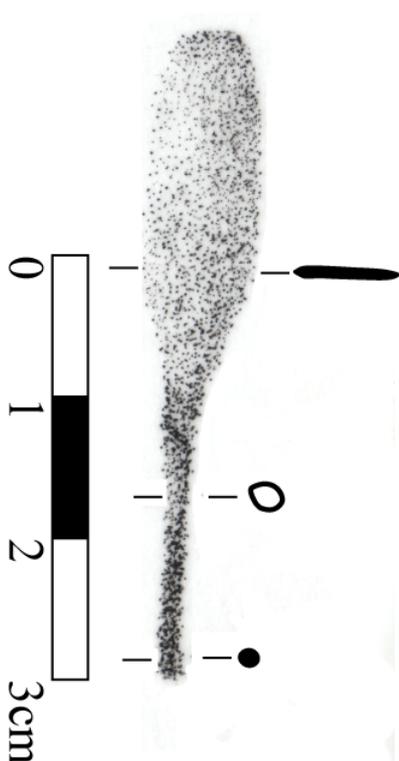
Fotografias:



Figura 151 A possível espátula.



Figura 152 Pormenor da zona plana da espátula.

<p>Desenhos:</p>	 <p><i>Figura 153 Desenho vetorizado da provável espátula.</i></p>
<p>Observações:</p>	<p>Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº14, no IV volume das <i>Antiguidades Monumentais do Algarve</i> (Veiga, 1891, p. 255).</p>

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11188.F / 983.1184.12	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Tacha de secção circular.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Nenhuma.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	32mm		
Espessura máxima:	5,23mm	Espessura média:	2,47mm
Espessura mínima:	1,58mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano</p> <p>Estes elementos podem estar associados a inúmeros utensílios, peças de mobiliário ou outros, pelo que a falta de contexto não permite ter certeza do período de produção e utilização desta pequena tacha.</p> <p>Morfologicamente, estes elementos não sofrem grandes alterações ao longo do tempo, pelo que não podem ser considerados marcadores cronológicos fiáveis.</p> <p>De facto, decidimos aqui considerá-lo porque estava associado, na instituição museológica, aos restantes materiais que se correlacionariam com a necrópole sidérica de Fonte Velha. Não descartamos, por isso, a hipótese de ter sido recuperado na necrópole de incineração romana, onde os indivíduos deveriam ser depositados dentro de um recipiente ou contentor de madeira, entretanto desaparecido, do qual este tipo de tachas poderia fazer parte. No entanto, Santos Rocha indica que estes parafusos seriam de grandes dimensões, preparados para madeiras grossas, o que não será o caso do nosso exemplar (Rocha, 1895, p. 327), razão pela qual o mantemos aqui.</p> <p>Outra hipótese que nos parece possível é que esta pequena tacha tenha pertencido a alguma peça de mobiliário utilizada em contextos funerários – é o caso dos <i>diphroi</i>, espécie de banco, que surgiram em necrópoles sidéricas como a de Medellín, Badajoz (Almagro-Gorbea, Jiménez Ávila, J. Lorrio, Mederos, & Torres, 2008, pp. 542-552).</p> <p>De facto, não são mencionadas tachas ou pregos para estes bancos específicos, mas podemos conceber uma utilização noutro tipo de mobília.</p>		
Bibliografia:	Almagro-Gorbea, M., Jiménez Ávila, J., J. Lorrio, A., Mederos, A., & Torres, M. (2008). <i>La Necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos</i> . Madrid: Real Academia de la Historia.		

Rocha, A. S. (1895). Notícia de algumas estações romanas e arabes do Algarve. *O Archaeologo Português, série I, Vol. I*, pp. 291-296; 327-337.

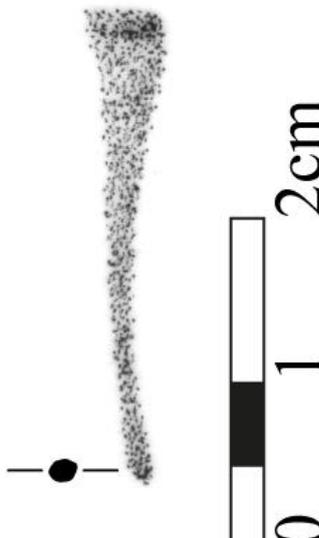
Fotografias:



Figura 154 A tacha vista de cima.



Figura 155 Pormenor da superfície da tacha.

Desenhos:	 <p data-bbox="494 784 1388 817"><i>Figura 156 Desenho vetorizado da tacha. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.</i></p>
Observações:	

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11188.6 / 983.1184.13	
Contexto: Fonte Velha de Bensafirim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Pequeno fragmento indeterminado, de secção circular em todo o comprimento, de espessura irregular.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Nenhuma perceptível.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Razoável.		
Dimensões			
Comprimento:	38,5mm		
Espessura máxima:	5,08mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	1,32mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano/Indeterminado</p> <p>Estácio da Veiga refere que este elemento poderá ter sido utilizado como pendente, tendo em conta o pequeno sulco no topo (Veiga, 1891, p. 254). No entanto, não compreendemos exatamente como supunha que este se seguraria; não tem nenhum orifício por onde pudesse passar um fio, e fixar algo semelhante pela zona da reentrância não seria propriamente a forma mais estável de manter este «amuleto». Por estas razões nos afastamos desta proposta.</p> <p>Ao mesmo tempo, a ligeira irregularidade da superfície não demonstra o cuidado que esperaríamos para um elemento de adorno.</p> <p>Acreditamos, por isso, que se trate de parte de um objeto de maiores dimensões, sem que, até agora, tenhamos encontrado algo com uma morfologia idêntica.</p>		
Bibliografia:	Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.		

Fotografias:

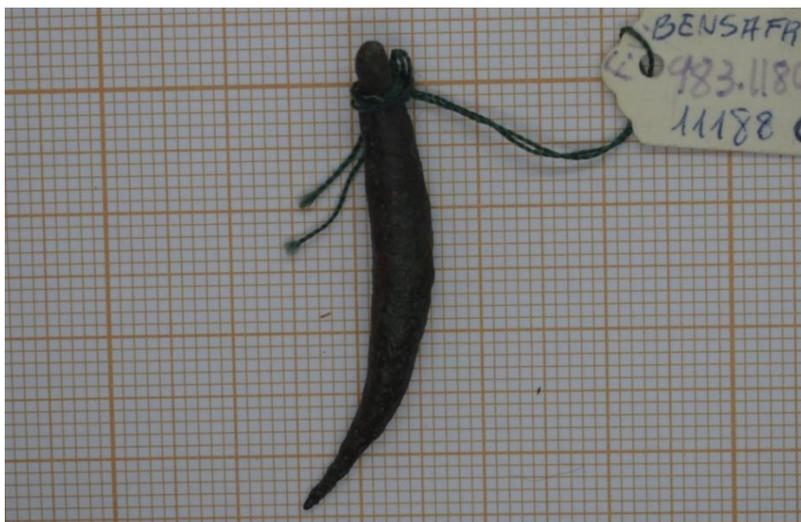


Figura 157 O elemento de liga de cobre.



Figura 158 Pormenor da superfície do fragmento.

Desenhos:

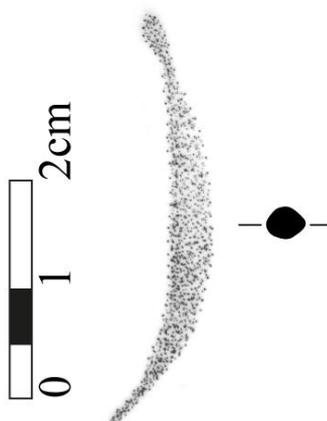


Figura 159 Desenho do fragmento vetorizado.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº16, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11187 / 983.1184.9	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Alfinete, com decoração entrançada.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Molde, ainda que seja comum o recurso a martelagem e recozedura (Neves, 2013, p. 67).		
Marcas de uso:	Nenhum.		
Acabamento de superfície:	Apenas a decoração entrançada, posteriormente incisa.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	58mm		
Espessura máxima:	1,32mm	Espessura média:	1,19mm
Espessura mínima:	1,08mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>Exemplares como os recuperados em Castro Marim, especialmente o número 80 (Pereira, 2008, vol. II, p. 112), cuja cronologia rondará os séculos V a III a.C., tem algumas semelhanças com aquele que aqui apresentamos, ainda que não aparente ter o mesmo tipo de decoração (Pereira, 2008, vol. I, p. 75).</p> <p>Tanto durante a Idade do Ferro como durante o período romano, são inúmeros os suportes, tipologias e decorações que os alfinetes podem ter, pelo que esse facto, associado ao desconhecimento do seu contexto, não nos permite definir uma cronologia fechada.</p> <p>Mesmo não tendo encontrado semelhanças com nenhum dos alfinetes romanos de <i>Conimbriga</i> (França, 1968) a amostra consultada não é suficientemente ampla para fixar conclusões.</p> <p>De resto, os alfinetes não serão incomuns em contextos funerários, como é o caso do Monte do Bolor, Beja (Soares, et al., 2016, pp. 275-277).</p>		
Bibliografia:	<p>França, E. Á. (1968). Alfinetes de Toucado, Romanos, de Conimbriga. <i>Conimbriga</i>, pp. 67-93.</p> <p>Neves, S. G. (2013). <i>O Crasto de Tavadede (Figueira da Foz) no quadro das problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego</i>. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.</p> <p>Pereira, T. M. (2008). <i>Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto</i>. (Vol. II). Lisboa: Universidade de Lisboa.</p>		

Pereira, T. M. (2008). *Os Artefactos Metálicos do Castelo de Castro Marim na Idade do Ferro e em Época Romana. Metalurgia em transição: a amostra numa análise de conjunto*. (Vol. I). Lisboa: Universidade de Lisboa.

Soares, R. M., Baptista, L., Pinheiro, R., Oliveira, L., Rodrigues, Z., & Vale, N. (2016). A Necrópole da I Idade do Ferro do Monte do Bolor 1-2 (São Brissos, Beja). Em J. Jiménez Ávila, *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos* (pp. 263-301). Mérida: Publicaciones del Consorcio de Mérida.

Veiga, S. E. (1891). *Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos* (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.

Fotografias:



Figura 160 O alfinete.



Figura 161 Pormenor da decoração do alfinete.

Desenhos:

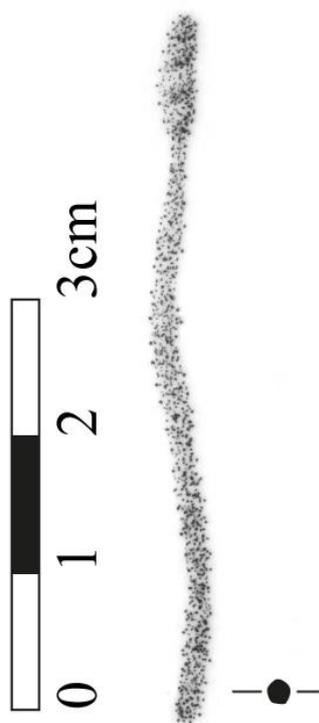


Figura 162 Desenho do alfinete vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Observações:

Foi publicada uma estampa deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891, com o nº12, no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 255).

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11188.A/G / 983.1185.15	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento indeterminado de forma sub-retangular. Tem um pequeno apêndice que aparenta ter sido colado em laboratório.		
Suporte:	Liga de cobre		
Produção:	Martelagem.		
Marcas de uso:	Nenhuma discernível.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	38,18mm		
Largura máxima:	5,32mm	Largura média:	
Largura mínima:	3,16mm		
Espessura máxima:		Espessura média:	0,67mm
Espessura mínima:			
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano</p> <p>Tal como referimos no número 380, este é outro elemento que poderá eventualmente ser considerado como fazendo parte de uma peça de mobiliário, como um <i>diphros</i>.</p> <p>São conhecidos vários casos na necrópole de Medellín, Badajoz (Almagro-Gorbea, Jiménez Ávila, J. Lorrio, Mederos, & Torres, 2008, pp. 542-552), prováveis casos isolados no Crasto de Tavarede, Figueira da Foz (Neves, 2013, pp. 80-81) e, já no Algarve, no assentamento de Monte Molião (Arruda, Sousa, Pereira, & Lourenço, 2011, p. 16).</p> <p>No entanto, os elementos de <i>diphroi</i> publicados são, por norma, de maiores dimensões, consistindo em placas com maior largura e comprimento que o que aqui apresentamos. Não obstante, podemos conceber outra utilização para este pequeno fragmento, eventualmente noutro tipo de peça de mobiliário que não o referido.</p>		
Bibliografia:	<p>Almagro-Gorbea, M., Jiménez Ávila, J., J. Lorrio, A., Mederos, A., & Torres, M. (2008). <i>La Necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos</i>. Madrid: Real Academia de la Historia.</p> <p>Arruda, A. M., Sousa, E., Pereira, C., & Lourenço, P. (2011). Monte Molião: Um sítio Púnico-Gaditano no Algarve (Portugal). <i>Conimbriga</i>, vol. L, pp. 5-32.</p>		

Neves, S. G. (2013). *O Crasto de Tavarede (Figueira da Foz) no quadro das problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fotografias:



Figura 163 O pequeno fragmento de liga de cobre indeterminado.



Figura 164 Pormenor do pequeno apêndice colado.

Desenhos:

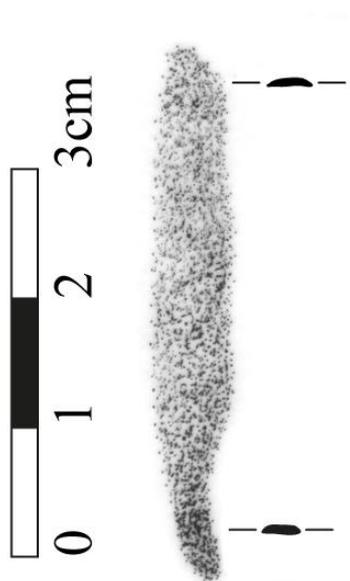


Figura 165 Desenho do fragmento vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11188 D / 983.1185.16	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento indeterminado, de morfologia sub-retangular, dobrado na ponta proximal.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Martelagem.		
Marcas de uso:	Nenhuma perceptível.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau,		
Dimensões			
Comprimento:	42,68mm		
Largura máxima:	6,42mm	Largura média:	
Largura mínima:			
Espessura máxima:		Espessura média:	0,62mm
Espessura mínima:			
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano</p> <p>Tal como no exemplar anterior, este elemento é de reduzidas dimensões e a sua morfologia não nos permite destringir a sua utilização, ainda que possamos assumir a possibilidade de se tratar de um pequeno fragmento de algum tipo de peça de mobiliário, como aconteceu nos casos de prováveis <i>diphroi</i> que surgiram em contextos peninsulares (Almagro-Gorbea, Jiménez Ávila, J. Lorrio, Mederos, & Torres, 2008, pp. 542-552; Arruda, Sousa, Pereira, & Lourenço, 2011, p. 16; Neves, 2013, pp. 80-81).</p> <p>Consideramos, portanto, uma cronologia ampla dentro da Idade do Ferro, imaginando que possa mesmo estender-se até ao período romano.</p>		
Bibliografia:	<p>Almagro-Gorbea, M., Jiménez Ávila, J., J. Lorrio, A., Mederos, A., & Torres, M. (2008). <i>La Necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos</i>. Madrid: Real Academia de la Historia.</p> <p>Arruda, A. M., Sousa, E., Pereira, C., & Lourenço, P. (2011). Monte Molião: Um sítio Púnico-Gaditano no Algarve (Portugal). <i>Conimbriga</i>, vol. L, pp. 5-32.</p> <p>Neves, S. G. (2013). <i>O Crasto de Tavarede (Figueira da Foz) no quadro das problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego</i>. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.</p>		

Fotografias:

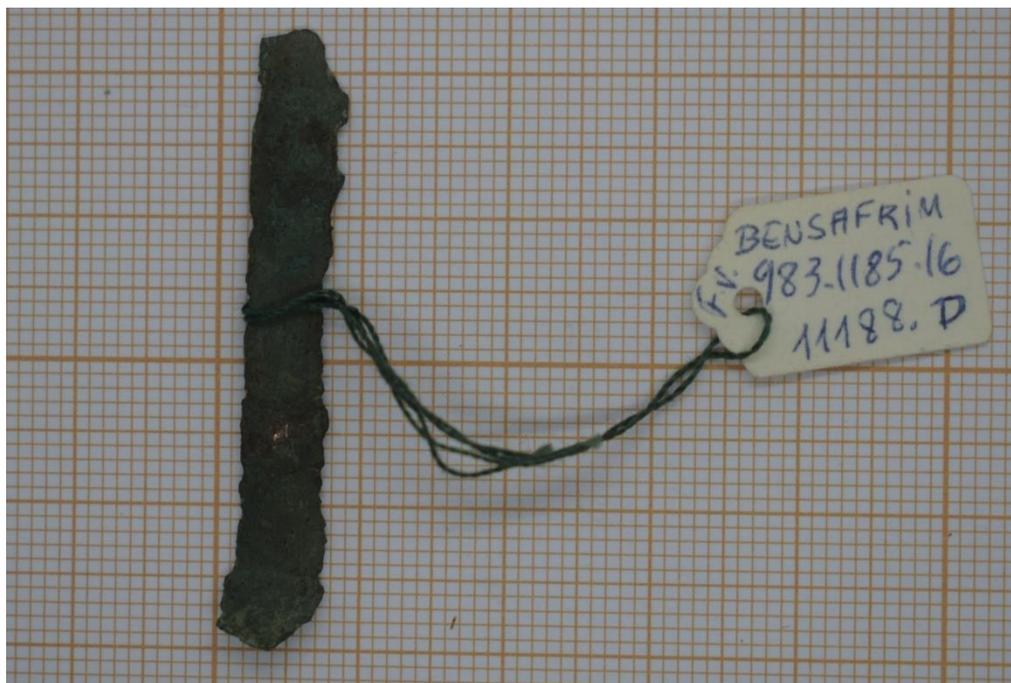


Figura 166 O pequeno fragmento.



Figura 167 Pormenor da pequena dobra na zona proximal.

Desenhos:

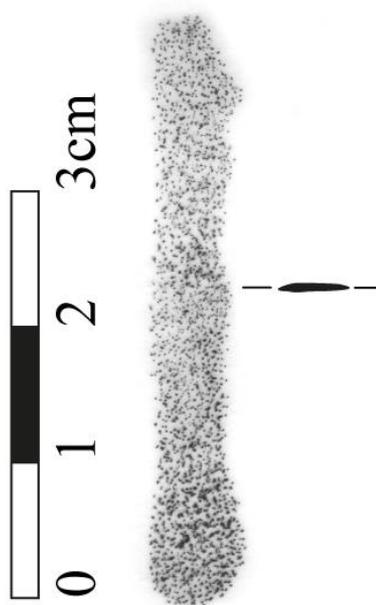


Figura 168 Desenho do fragmento vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11188 E / 983.1185.17	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Fragmento indefinido, de secção triangular em todo o comprimento.		
Suporte:	Liga de cobre.		
Produção:	Martelagem ou molde.		
Marcas de uso:	Nenhuma discernível.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau.		
Dimensões			
Comprimento:	31,68mm		
Largura máxima:	3,82mm	Largura média:	
Largura mínima:			
Espessura máxima:		Espessura média:	1,86mm
Espessura mínima:			
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano</p> <p>À semelhança dos dois elementos anteriores (383 e 384), este exemplar é de reduzidas dimensões e a sua morfologia não nos permite destringir a sua utilização, ainda que possamos assumir a possibilidade de se tratar de um pequeno fragmento de algum tipo de peça de mobiliário, como aconteceu nos casos de prováveis <i>diphroi</i> que surgiram em contextos peninsulares (Almagro-Gorbea, Jiménez Ávila, J. Lorrio, Mederos, & Torres, 2008, pp. 542-552; Arruda, Sousa, Pereira, & Lourenço, 2011, p. 16; Neves, 2013, pp. 80-81). Neste caso específico, não descartamos a hipótese de se tratar de algum fragmento de utensílio, de pesca ou agropecuária, a título de exemplo, como referimos para outros materiais previamente descritos (nomeadamente, para o 378). Consideramos, portanto, uma cronologia ampla, entre a Idade do Ferro e o Período Romano.</p>		
Bibliografia:	<p>Almagro-Gorbea, M., Jiménez Ávila, J., J. Lorrio, A., Mederos, A., & Torres, M. (2008). <i>La Necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos</i>. Madrid: Real Academia de la Historia.</p> <p>Arruda, A. M., Sousa, E., Pereira, C., & Lourenço, P. (2011). Monte Molião: Um sítio Púnico-Gaditano no Algarve (Portugal). <i>Conimbriga</i>, vol. L, pp. 5-32.</p> <p>Neves, S. G. (2013). <i>O Crasto de Tavadre (Figueira da Foz) no quadro das problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego</i>. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.</p>		

Fotografias:

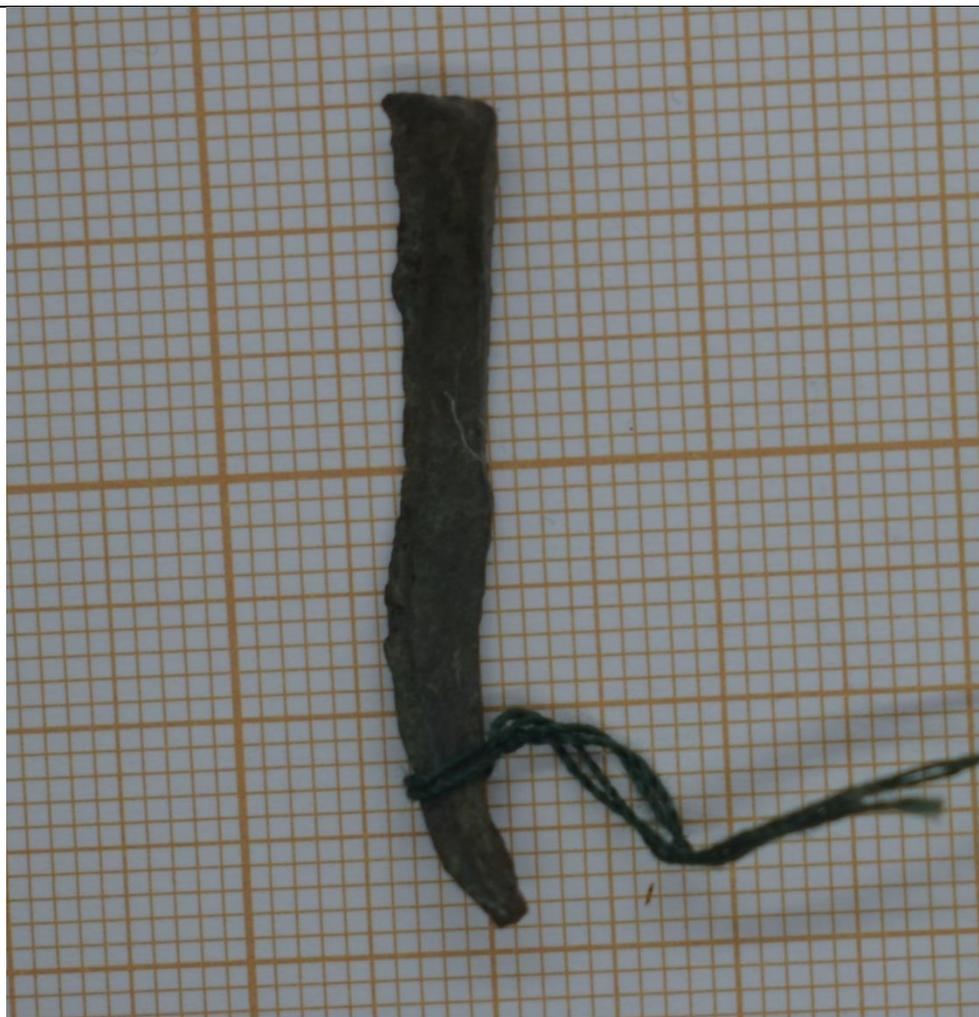


Figura 169 O pequeno fragmento indeterminado.

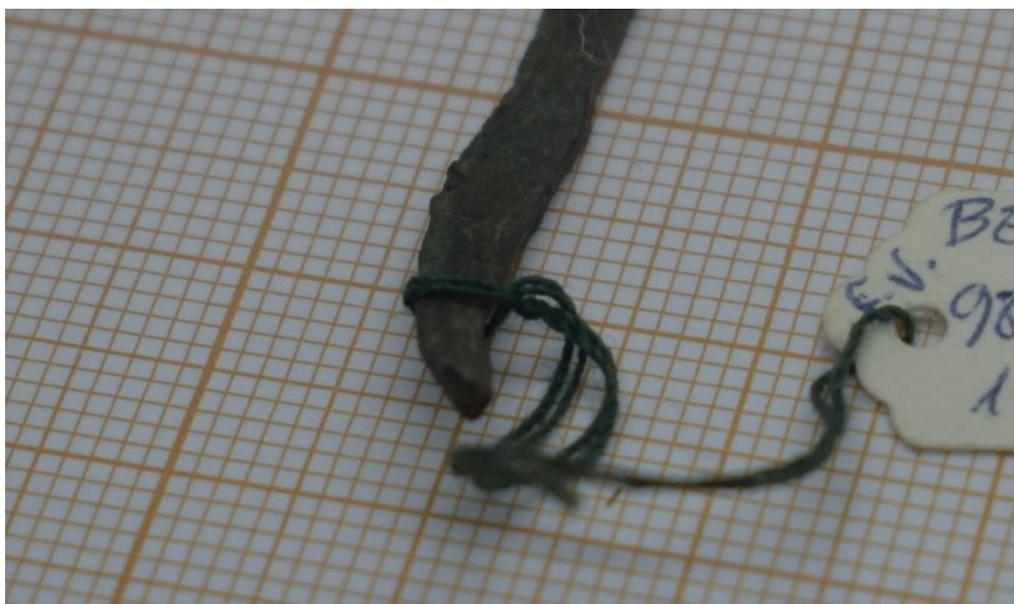


Figura 170 Pormenor da secção triangular do fragmento.

Desenhos:

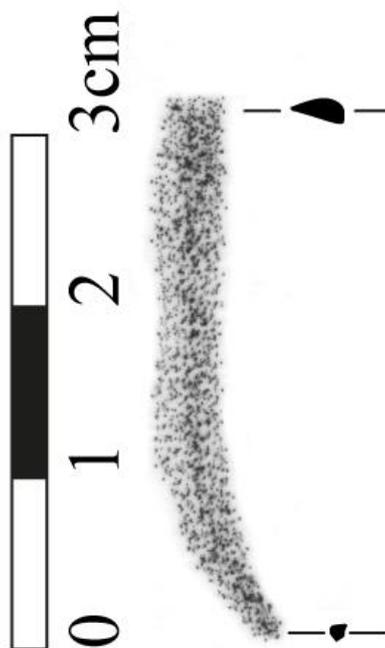


Figura 171 Desenho do fragmento vetorizado. Edição da versão digitalizada por Carlos Pereira.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1194.2	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Argola aberta, de secção circular.		
Suporte:	Liga de cobre		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	Nenhuma discernível.		
Acabamento de superfície:	Alisamento.		
Estado de conservação:	Razoável. Aparente corrosão ativa na superfície.		
Dimensões			
Espessura máxima:		Espessura média:	3,14mm
Espessura mínima:			
Diâmetro:	19,88mm		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro – Período Romano</p> <p>Desconhecemos que outros materiais podem ter sido recolhidos em conjunto com esta pequena argola, tal como desconhecemos o contexto exato em que foi recuperada. De facto, a sua morfologia permite-nos supor algumas utilizações para esta argola, sem certezas de nenhuma das possibilidades.</p> <p>Tal como indicado anteriormente, estas argolas de pequenas dimensões poderão fazer parte de uma espada ou punhal de antenas (Tristão, 2012, pp. 42, 46).</p> <p>Não concebemos este tipo de elemento como pertencente a algum elemento de adorno, como um brinco ou anel, ou até mesmo como pendente, da mesma forma que nos parece demasiado pequeno para fazer parte do sistema de arreios de cavalos, como em exemplares referidos previamente.</p>		
Bibliografia:	<p>Tristão, L. S. (2012). <i>Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular</i>. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.</p>		

Fotografias:



Figura 172 A argola aberta.



Figura 173 Pormenor da argola aberta e das pequenas manchas de corrosão ativa na parte superior.

Desenhos:

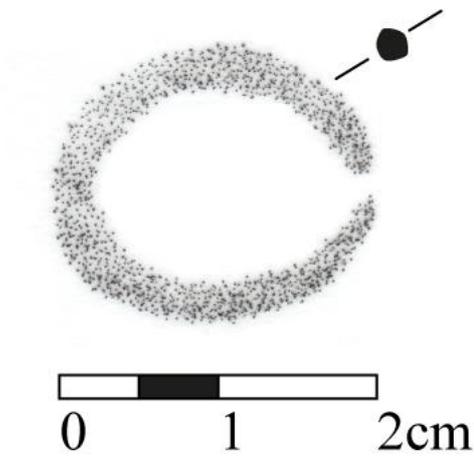


Figura 174 Desenho da argola vetorizado.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 983.1193.4	
Contexto: Fonte Velha de Bensafrim – Lagos CNS: 812		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Disco ou argola discoide, de superfície e secção irregulares.		
Suporte:	Liga de cobre, ferro.		
Produção:	Molde.		
Marcas de uso:	As quebras na superfície superior podem ser resultado da sua utilização.		
Acabamento de superfície:	Nenhum.		
Estado de conservação:	Mau. Várias concreções e corrosão ativa.		
Dimensões			
Espessura máxima:	11,02mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	3,73mm		
Diâmetro:	108mm / 47,13mm (orifício interior)		
Cronologia sugerida:	<p>Pelos autores: n/a</p> <p>Pessoal: Indeterminado</p> <p>Este elemento foi aquele que mais dificuldade nos colocou no momento de o interpretar. As suas dimensões e morfologia são, para nós, uma novidade, para as quais não encontramos qualquer tipo de paralelo.</p> <p>De facto, podemos supor que este disco pudesse ter feito parte de alguma peça de mobiliário ou engenho utilizado no fabrico de algum produto manufacturado.</p> <p>No entanto, não identificamos um único exemplo com características semelhantes a este elemento, e não temos propostas definitivas para a sua utilização.</p> <p>Consideramos, de igual modo, a possibilidade de este exemplar não estar associado à necrópole de inumação de Fonte Velha, ou mesmo ao contexto funerário romano que se lhe sobrepunha, tendo em conta que este tipo de mistura de metais não será, de todo, comum.</p> <p>Não temos qualquer referência de Estácio da Veiga acerca deste objeto, pelo que poderá haver alguma confusão na sua origem.</p>		
Bibliografia:			

Fotografias:



Figura 175 Verso do disco. O autocolante azul e branco deverá ter sido a primeira marcação do elemento, encontrando-se hoje ilegível.



Figura 176 Superfície do verso do disco, com as prováveis marcas de utilização e com destaque para a zona onde aparenta estar em corrosão ativa.



Figura 177 O reverso do disco, com a nova marcação à direita. Notem-se os pequenos pontos de corrosão ativa aparentes.

Desenhos:



Figura 178 Desenho vetorizado da argola discoide.

Observações:

Agradecemos a Ana Valentim, da APPA-VC, as considerações acerca do suporte e provável cronologia deste exemplar, que nos foram muito úteis.

Instituição: Museu Nacional de Arqueologia		Nº de inventário institucional: 11177	
Contexto: Cômoros da Portela, Silves CNS: 5893		Área: Quadrícula: UE:	
Descrição:	Pingente subtriangular com decoração em alto relevo no verso. As linhas talhadas Descrita como sendo uma «(...) cabeça de serpente (...) transversalmente atravessada por dois furos paralelos, cujas extremidades representavam os olhos e os ouvidos.» (Veiga, 1891, p. 259).		
Suporte:	Pasta vítrea.		
Coloração:	Negra.		
Marcas de uso:	Marcas de abrasão na superfície externa não decorada.		
Decoração:	Aparente alto relevo em pasta vítrea, talvez através de uma técnica abrasiva, como o polimento ou talhe (Gomes, 2012).		
Produção:	Estiramento e modelação sobre vareta (Gomes, 2012, p. 52). Este método cria logo no momento de produção a perfuração transversal para a utilização como conta de colar.		
Estado de conservação:	Razoável. Perda de brilho.		
Dimensões			
Comprimento:	18,72mm		
Largura máxima:	14,49mm	Largura média:	
Largura mínima:	3,64mm		
Espessura máxima:	4,73mm	Espessura média:	
Espessura mínima:	5,03mm		
Profundidade:			
Diâmetro:	2,78mm (orifício)		
Cronologia apontada:	<p>Pelos autores: I Idade do Ferro (Veiga, 1891, p. 259)</p> <p>Pessoal: Idade do Ferro</p> <p>Concordamos com a proposta cronológica de Estácio da Veiga, que coloca a necrópole de Cômoros da Portela na I Idade do Ferro (Veiga, 1891, p. 259), ainda que discutamos a sua interpretação do pingente.</p> <p>De facto, não encontramos um paralelo seguro que nos permita estabelecer um período definido para a sua produção, mas tendo em conta que surgiram estelas epigrafadas com Escrita do Sudoeste no sítio, podemos aceitar que o pingente seja coevo.</p>		
Bibliografia:	<p>Gomes, H. F. (2012). <i>O Vidro Pré-Romano no Norte de Portugal</i>. Porto: Universidade Fernando Pessoa.</p> <p>Veiga, S. E. (1891). <i>Paleoethnologia. Antiguidades monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos</i> (Vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.</p>		

Fotografias:



Figura 179 Vista aérea do pingente.



Figura 180 Reverso do pingente, com a marcação da entidade museológica.



Figura 181 Lado esquerdo do pingente.



Figura 182 Lado direito do pingente.

Observações:

Foi publicado um desenho deste exemplar por Estácio da Veiga em 1891 no IV volume das *Antiguidades Monumentais do Algarve* (Veiga, 1891, p. 253).

9. Apêndice

9.1. Cartas Arqueológicas

Araújo, A. C. (1992). *Carta Arqueológica de Portugal: Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Departamento de Arqueologia.

Carta Arqueológica de Portugal: Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel (1992)					
Portimão					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Serro de Bartolomeu Dias	Necrópole de Cistas	Destruída	Idade do Bronze		
Mexilhoeira Grande	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze	Sepulturas quadrangulares	
Mexilhoeira Grande	Necrópole	Destruída	Romana		
Várzea do Farelo	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze	Referências a sepulturas com ossadas humanas e vasos cerâmicos.	
Montes de Alvor	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze		
Baralha 1	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze		
Arieiro	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze	Prospeções fizeram com que se pensasse que o sítio tenha sido confundido	
Vale de França 1	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze	Sepulturas quadrangulares	
Portimão 1	Sepultura	Destruída	Idade do Bronze		
Lagoa					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Bemparece	Necrópole de Cistas	Destruída	Idade do Bronze		
Porches Velhos	Necrópole de Cistas	Destruída	Idade do Bronze	Vestígios de construções e de sepulturas	
Crastos	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze	Conjunto de sepulturas quadrangulares	

Silves					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Sapeira	Necrópole		Indeterminado		Gomes, 1986; Gomes e Gomes, 1988
Dobra	Necrópole		Idade do Ferro		
Monte da Alfarrobeira	Necrópole de Cistas	Ameaçada	Idade do Bronze		
Quinta da Unha	Necrópole		Romana?	Referências a um núcleo de tinas de culto	
Cômoros da Portela	Necrópole		Idade do Ferro	Com estelas epigrafadas	
Passadeiras	Necrópole		Idade do Bronze / Idade do Ferro	Com estelas decoradas. Depositado no Museu de Silves	inédita à data
Furadouro	Sepulturas (2)	Destruída	Idade do Bronze		
Benaciate	Sepulturas		Idade do Ferro	Com estelas epigrafadas	
Albufeira					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Alcaria / Monchina	Necrópole	Destruída	Indeterminado/ Idade do Bronze		
Loulé					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Monte dos Vermelhos	Necrópole	Destruída	Idade do Ferro	Com estela epigrafada	
Azinhal dos Mouros	Necrópole		Idade do Ferro		
Ameixial	Necrópole		Idade do Ferro		
Monte da Portela			Idade do Ferro	Inscrição	
Vale da Moita			Idade do Ferro	Inscrição	
Barradas			Idade do Ferro	Inscrição	inédita à data
Alagoas	Sepultura		Idade do Ferro	Espólio depositado no Museu Nacional de Arqueologia	
Corga	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze	Necrópole argárica	

Araújo, A. C. (1995). Carta Arqueológica de Portugal: Concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Sto António, Castro Marim e Alcoutim. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Departamento de Arqueologia.

Carta Arqueológica de Portugal: Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim (1995)					
Faro					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Campo da Trindade	Necrópole (?)		Idade do Bronze	Prospecção não confirmou a existência da necrópole	
Olhão					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Serro de Argil	Necrópole	Destruída	Idade do Bronze	Referências a sepulturas quadrangulares	
Poço do Ouro	Necrópole	Destruída	Indeterminado	Sepulturas quadrangulares revestidas a tijolo	Mascarenhas, 1974. pp. 12-13
Belo Monte de Cima		Destruída	Indeterminado	Proprietários falam de ossadas e objetos metálicos	
Canada de Bias	Sepultura	Destruída	Idade do Bronze	Sepultura quadrangular	
Tavira					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Monte do Castelo da Fuseta	Sepulturas		Idade do Ferro	Sepulturas escavadas na rocha com inscrição «ibérica»	Beirão e Gomes, 1980; Beirão, 1986
Castro Marim					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Odeleite	Necrópole		Indeterminado	Não encontrada, supõe-se destruída	
Cerro do Jogo	Sepultura retangular	Destruída	Idade do Bronze (?)	Recipiente de pasta e superfícies negras exumado	inédita à data
Vale Pequeno	Sepultura retangular	Destruída	Indeterminado		inédita à data
Corte da Seda	Sepultura	Destruída	Indeterminado		inédita à data
Monte das Mestras	Necrópole	Destruída	Idade do Ferro		

Maia, M. G. (2000). Levantamento da Carta Arqueológica de Cachopo. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.

Levantamento da Carta Arqueológica de Cachopo					
Sítio	Descrição sucinta	Estado de conservação	Período cronológico	Notas	Bibliografia
Masmorra II	Necrópole		I Idade do Ferro	Fragmento de estela epigrafada	Gonçalves, 1989:334; Catarino, 1997: 257[8]
Fuzil	Necrópole		Idade do Ferro	Sem materiais	inédita à data
Alcaria Alta III	Necrópole		Indeterminado	Sepulturas formadas por lajes, sem espólio	inédita à data
Cerro da Chã I	Necrópole		[não refere, mas será Idade do Ferro]	Estrutura circular; fragmentos de ânfora púnica	
Silvares II	Necrópole de Cistas		Idade do Bronze / Idade do Ferro		inédita à data
Malhada Velha IV	Necrópole		Idade do Ferro		inédita à data
Azinhosa I	Necrópole		Idade do Ferro	Cerâmica comum	inédita à data